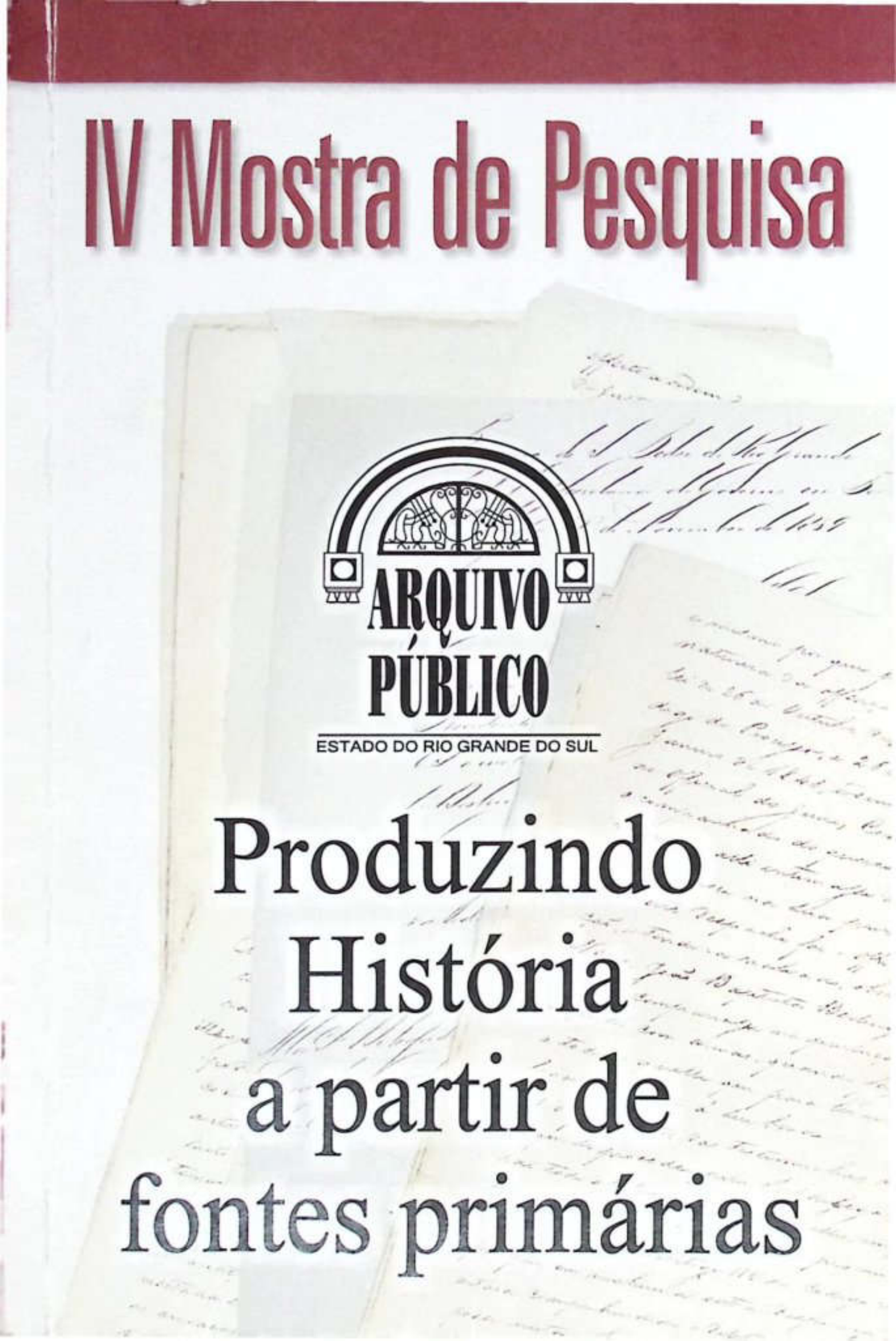
IV Mostra de Pesquisa



ARQUIVO PÚBLICO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Produzindo História a partir de fontes primárias

O Arquivo Público
Completa em 2006 cem anos
de existência na manutenção
do patrimônio documental.

O lançamento desta
Publicação se dá em
comemoração ao centenário
da instituição, que mantém
sob custódia
aproximadamente 18 milhões
De documentos referentes ao:

Poder Executivo
Documentos originários de
Órgãos da Administração
Direta, como processos
administrativos, relatórios,
projetos, plantas, processos
de regularização de terras,
prontuários de pacientes do
Hospital Psiquiátrico São
Pedro e documentos do
Orçamento Participativo.

Datas-limites: 1868 a 2002

Poder Legislativo
Processos de alterações
Territoriais de municípios
do Estado.

Datas-limites: 1953 a 1994

IV Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do RS:

Produzindo História a partir de Fontes Primárias

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Governador Germano Rigotto

Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos
Secretário Pedro Gabril Kenne da Silva

Departamento de Arquivo Público
Diretora Rosani Gorete Feron

Ficha Técnica:
Seleção dos textos: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e Associação Nacional de História / núcleo RS (ANPUH/RS)
Organização e formatação dos textos: Marcia Rocha
Editoração: Eduardo Farias (Corag)
Capa: Sid Monza (Corag)

M915a IV Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (4. : 2006 : Porto Alegre, RS).
Anais : produzindo história a partir de fontes primárias / org. Marcia Medeiros da Rocha. – Porto Alegre : CORAG, 2006.
304 p.

1. Pesquisa histórica
2. Fontes primárias
3. História – Brasil
4. Documentação histórica
5. Fontes históricas
I. Rocha, Marcia Medeiros da II. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CDU – 930(81)

Catalogação elaborada pela Biblioteca da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos – Bibliotecária responsável: Adriana Arruda Flores, CRB10-1285.

SUMÁRIO

Apresentação 5

Introdução 7

Os "homens bons" e a Câmara do Rio Grande de São Pedro: redes de poder e a transferência da Câmara
Adriano Comissoli 9

Exploração da mulher operária e solidariedade de classe na Primeira República no Rio Grande do Sul
Ailana Cristina de Amorim 23

Getúlio Vargas promotor
Álvaro Walmrath Bischoff e Cíntia Souto 33

A política imperial brasileira e a imprensa ilustrada no século XIX – Rio de Janeiro e Pelotas
Aristeu Lopes 47

Marginais e desviantes: criminalidade e controle social na Porto Alegre dos anos de 1890 e 1900
Carlos Millen 61

Correspondência de Jayme Alves de Castro: um olhar sobre o Estado Novo
Carmem Schiavon 69

Terrorismo de Estado e ação de polícia política: a atuação do Departamento de Ordem Política e Social do RGS durante a ditadura civil-militar brasileira
Caroline Silveira Bauer 75

Cilon Cunha Brum: um menino de São Sepé
Deusa Maria de Sousa 89

O poder judiciário nos confins do Império: um relato do historiador em busca de fontes
Elaine Sodré 99

Conexões externas da Ditadura Civil-Militar uruguaia: a coordenação repressiva
Enrique Padrós 111

Modernidade e capitalismo na Porto Alegre oitocentista: a inserção de idéias, valores e práticas europeizantes e suas manifestações na cultura material
Fabiano Branchelli 125

Na teia dos registros paroquiais de terras: indícios de ocupação em Soledade
Helen Ortiz 139

A utilização de novas fontes documentais para o estudo das eleições e das facções políticas no Brasil Imperial
Jonas Vargas 153

A Liberdade em Tempos de Guerra Civil: as cartas de alforrias concedidas em Rio Grande durante a Guerra dos Farrapos
Jovani Scherer 169

O lazer pelotense nas décadas finais do século XIX
Lílian da Silveira Tavares 183

Coqueiros x Barraqueiros: as rivalidades no Partido Republicano da Intendência de Quaraí (1900 – 1916)
Márcia Volkmer 191

O norte do Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895: notas sobre a Revolução Federalista
Marcio Both 207

Os Escravos e as Ações de Liberdade no Rio Grande do Sul: apropriações da Lei de 1871
Maria Angélica Zubaran 223

Historiografia didática castilhista: livros didáticos de história e geografia adotados para as escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul entre 1896 e 1902
Maximiliano Mazewski Monteiro de Almeida 237

Primórdios da difusão do positivismo religioso no Rio Grande do Sul
Paulo Ricardo Pezat 249

Violência na fronteira: o seqüestro de negros do Estado Oriental (século XIX)
Rafael Peter de Lima 261

Sonho de Ícaro sobre os olhares brasileiros
Renata Vasconcellos 273

"Era uma cidadezinha só de pretos": a Comunidade Quilombola de Manoel Barbosa e o negro na formação histórica de Gravataí/RS
Vinicius Pereira de Oliveira 287

Apresentação

*Pedro Gabril Kenne da Silva**

Desde os primórdios, o ser humano utiliza a capacidade de produzir e transmitir conhecimentos de geração para geração. Essa trajetória do homem tem sido reconstituída através de informações recolhidas por meio da história oral, objetos, livros e documentos escritos. A importância da preservação da memória dos povos está intrinsecamente ligada à própria existência de nossa espécie.

Para a manutenção dessa memória, existem instituições que abrigam registros como o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS, as quais representam um papel importante na manutenção dessa história. Ao longo de suas existências, esses órgãos têm feito mais do que resguardar seus acervos, tratam de democratizar o acesso a eles e divulgá-los amplamente.

Neste contexto e com o propósito de divulgar e aproximar o Arquivo Público da academia, surgiu em 2003 a Mostra de Pesquisa do APERS. Criada com a finalidade de disponibilizar um espaço para apresentações de estudos científicos, propondo debates e reflexões sobre questões trabalhadas pelos pesquisadores, assim como valorizar e tornar conhecido os locais de pesquisa e seus respectivos acervos.

Ainda dentro das comemorações do centenário do Arquivo Público, os artigos produzidos para a IV Mostra de Pesquisa do APERS recebem esta publicação, que além de destacar os acervos pesquisados, estará disponibilizando conhecimento para o aperfeiçoamento de nosso ensino, assim como motivando para que tenhamos, cada vez mais, trabalhos dessa natureza.

Acreditamos que iniciativas como estas destacam e mantêm o nosso Estado na vanguarda em termos de preservação histórica e cultural. O Rio Grande do Sul procura assegurar a visão empreendedora de administradores públicos como Borges de Medeiros, que no início do século XX, começou a construção do conjunto arquitetônico do APERS, projetado com todas as características necessárias para abrigar os atuais 18 milhões de documentos que contam parte da história gaúcha.

---

*Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.

Com esta obra o APERS desempenha efetivamente suas funções, uma vez que resgata, por meio de incentivo à pesquisa, registros históricos que jazem em seu acervo para serem revistos e estudados, servindo de base para reflexão sobre progressos, descobertas, erros e acertos por parte daqueles que nos antecederam.

Assim, neste ano de seu Centenário, rendemos homenagem ao APERS, instalado em 08 de março de 1906, bem como a todos aqueles que participam dessa "comunidade" abnegada em preservar, administrar e disponibilizar, de forma pronta e racional, os registros dos atos e fatos relevantes de nossa história.

Porto Alegre, agosto de 2006.

Introdução

*Marcia Rocha**

A Mostra de pesquisa do Arquivo Público é um evento anual destinado aos acadêmicos e profissionais das Ciências Humanas. Consiste em uma série de encontros para a apresentação de estudos desenvolvidos a partir de pesquisa em fonte primária documental.

A idéia da Mostra nasceu do encontro entre uma proposta da direção do Arquivo e uma constatação de sua equipe de pesquisa histórica. A proposta era a de dar visibilidade à instituição, incentivar a pesquisa em acervos documentais e criar um espaço para a troca de conhecimento entre seus pesquisadores. A constatação manifestava-se na necessidade de aproximação entre o Arquivo Público e a Academia. Os acervos custodiados são minuciosamente investigados por incansáveis universitários. Boa parte destes documentos integra teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, bem como artigos e projetos de pesquisa em disciplinas específicas. Para o Arquivo Público tornou-se imprescindível conhecer como este serviço vital de tratamento, manutenção e disponibilização de seus documentos repercute na sociedade. Em outras palavras, saber qual o 'uso' dado à massa documental que armazena. Com este objetivo realizou-se a I Mostra de pesquisa, a fim de apresentar os estudos de acadêmicos que freqüentam a sala de pesquisa da instituição.

Como o pesquisador de arquivo raramente limita sua investigação a um único tipo de documento ou a um local específico, a Mostra ampliou suas dimensões, abarcando estudos cujas fontes não são exclusivas do APERS, como uma forma de conhecer e integrar outros centros de documentação.

A cada ano a Mostra vem se consolidando, propondo e efetivando um espaço para a difusão de conhecimento, através da possibilidade de investigadores iniciantes e experientes compartilharem experiências de pesquisa. A partir do incentivo à utilização de fontes primárias em trabalhos acadêmicos, provoca-se igualmente a reflexão sobre os métodos do fazer histórico. E, por conseqüência, dá-se a divulgação de locais de pesquisas e seus respectivos acervos documentais.

Para a realização desta IV Mostra, no ano do centenário da instituição, foi elaborado o regulamento que definiu os procedimentos necessários para a inscrição de trabalhos. Inscreveram-se trinta e quatro pesquisadores. Destes, vinte e nove enviaram trabalhos, que foram submetidos à apreciação da comissão julgadora, composta por representantes do Arquivo Público e da ANPUH/RS (Associação Nacional de História/ núcleo RS). Foram selecio-

*Historiógrafa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

nados vinte e três textos com base nos seguintes critérios: utilização de fontes primárias, objeto de estudo, metodologia aplicada e área de conhecimento.

Os artigos desta publicação foram apresentados no evento que ocorreu nas manhãs de sábado do mês de agosto deste ano. Devido a quantidade de inscritos e a diversidade de temas, a Mostra reuniu estudos que vão desde a segunda metade do século XVIII até a segunda metade do século XX, contemplando mais de duzentos anos de história; garimpada em acervos públicos e privados.

Traçando uma 'linha de tempo', este mergulho no passado inicia-se com o estudo de Adriano, que aborda a Câmara do Continente do Rio Grande de São Pedro, suas transferências de local e seus vereadores. Adentrando o século XIX, as pesquisas de Jovani, Rafael, Maria Angélica e Vinicius abordam diferentes facetas do período da escravidão. A investigação de Helen busca compreender aspectos da aplicação da Lei de terras de 1850 para a ocupação de parte da região norte do estado. O período imperial é igualmente contemplado nas pesquisas de Elaine, dedicada a compreender a complexa estrutura do poder judiciário, e de Jonas, empenhado em analisar o processo eleitoral. Pelotas torna-se cenário de dois trabalhos: o de Aristeu sobre imprensa, e o de Lílian sobre lazer. Em uma interdisciplinaridade com a arqueologia, o estudo de Fabiano busca identificar práticas e hábitos de consumo na Porto Alegre do final dos mil e oitocentos. O início do período republicano está retratado no artigo de Marcio, que analisa o envolvimento de grupos sociais na Revolução Federalista. O trabalho de Marcia aponta conflitos internos do Partido Republicano em Quaraí. O Positivismo é pano de fundo para dois estudos; o de Maximiliano, que analisa a produção de livros didáticos, e o de Paulo, que explora a vertente religiosa da doutrina. Ainda na virada do século, as pesquisas de Carlos e Ailana abordam grupos desfiadores da ordem vigente. O primeiro estuda os praticantes de delitos e crimes, a segunda trata da exploração das mulheres operárias. Já no século XX, o estudo de Renata aponta elementos do desenvolvimento da aviação no Brasil. O trabalho de Álvaro e Cíntia apresenta a atuação de Getúlio Vargas enquanto promotor público. O Estado Novo é foco do trabalho de Carmem. Os textos de Caroline, Deusa e Enrique encerram esta cronologia, desvendando aspectos do recente, e ainda mal explicado, período de regimes militares.

Nesta viagem pela história, interessa à Mostra observar como os documentos são encontrados, lidos (em alguns casos decifrados) e interpretados pelo historiador. Interessa destacar como e com o quê se constrói história, as descobertas de diferentes fontes e seus potenciais, as problemáticas apontadas em diferentes abordagens e na formulação de hipóteses e conclusões. Enfim, perceber a dinâmica do exercício histórico, o processo de criação de uma ciência das sociedades.

Aos leitores, boas reflexões!

Os "homens bons" e a Câmara do Rio Grande de São Pedro: redes de poder e a transferência da Câmara

*Adriano Comissoli**

Resumo: ao longo do século XVIII a capital da capitania do Rio Grande de São Pedro passou por duas mudanças de localidade. A presente comunicação busca explorar os motivos destas alterações, enfatizando principalmente a questão do envolvimento de facções políticas da região em tais episódios. A existência de tais redes de poder é de vital importância para o entendimento do desenrolar dos eventos políticos do Continente de São Pedro.
Palavras-chave: "bandos", Câmara.

A expressão Câmara de vereadores para a realidade portuguesa do século XVIII referia-se a uma instituição muito diferente de suas congêneres atuais. Não se tratava de um instrumento de poder legislativo como hoje, antes sim de um órgão administrativo sob a forma de colegiado (seis integrantes anualmente eleitos no Rio Grande do Sul). Sua atuação versava tanto sobre ações administrativas, quanto judiciárias, sendo também fiscal de diversas leis e procedimentos. Acima de tudo era uma manifestação do poder português em nível local.

Vinculada à administração portuguesa a instituição camarária funcionava como um palco de manifestação política aos diversos agentes do poder local, isto é, representantes da elite sócio-econômica da localidade na qual se encontrasse. No caso da Câmara do Rio Grande de São Pedro do setecentos, tratavam-se em sua maioria de homens nascidos em Portugal, migrados para o Continente e ligados à atividade comercial.[1] Tais homens utilizavam a Câmara simultaneamente para adquirir prestígio e usufruir vantagens econômicas concretas. Sobretudo estes homens formavam grupos oligárquicos que lhes ga-

*Mestre em História pelo PPG em História da Universidade Federal Fluminense.
[1]COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Niterói. Dissertação de Mestrado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 2006.

rantissem maior controle sobre a instituição e uma presença constante junto a este veículo político. A tais grupos, formados a partir de laços familiares e elos econômicos podemos chamar bandos, parcialidades ou partidos, conforme a nomenclatura que os próprios assumiam.[2]

E como a existência de tais bandos, tais grupos corporativos fortemente estruturados por compartilhamento de parentesco e interesse econômicos, afetava a condução da governança da coisa pública sul rio-grandense? Para entender tal fenômeno é necessário compreender a condição da Câmara de vereadores no Rio Grande de São Pedro. Primeiramente, apesar da capitania versar sobre um território bastante amplo ela contava apenas com uma Câmara de seis oficiais. Apenas para termos de comparação, Santa Catarina, de proporções mais diminutas possuía quatro Câmaras no século XVIII e era sede da Ouvidoria da Comarca, esta com jurisdição também sobre o Rio Grande.

Ocorre que a Câmara do Continente de São Pedro fora inicialmente instalada na vila do Rio Grande no ano de 1751, onde deveria exercer as ações referentes à administração local.[3] Este arranjo de poderes, contudo, não pôde seguir seu curso sem sobressaltos. No ano de 1763, Rio Grande era invadida por tropas espanholas saídas de Buenos Aires sem que as tropas portuguesas oferecessem resistência. Deste modo a população da vila se viu obrigada a fugir, rumando em direção à freguesia de Viamão ao norte da Lagoa dos Patos. Nesta localidade o aparelho administrativo foi recolocado, compondo-se da residência do governador da capitania, da provedoria da Fazenda Real e da Câmara de vereadores. Viamão, abrigando os instrumentos de administração da capitania tornava-se a capital do Rio Grande de São Pedro.

A transferência, na verdade fuga, da Câmara de Rio Grande para Viamão não envolveu em absoluto as facções que se resguardavam em seu interior. De fato, o que ocorre é a mudança forçada de sítio devido ao ataque do inimigo espanhol. A Câmara, contudo, não se assentaria em definitivo em Viamão, sendo novamente transladada em 1773 para Porto Alegre. Os motivos desta nova mudança envolvem uma série de fatores, os quais passamos a expor.

---

[2] Para uma leitura da identificação e estruturação dos bandos FRAGOSO, João. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)", in FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. Para uma perspectiva deste fenômeno na Câmara do Rio Grande do Sul COMISSOLI, Adriano. Op. Cit.

[3] Para uma listagem das obrigações referentes à Câmara ver MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial*. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do estado do RS/Ministério público do Estado do RS/CORAG, 2000.

A transferência da Câmara e demais aparato administrativo para o sítio de Porto Alegre, naquele momento uma povoação sem atrativos demográficos, urbanos ou econômicos consideráveis, parece estar atravessada por elementos de diferentes naturezas. Em primeiro lugar, existe uma justificativa defensivo-militar para a mudança; em segundo uma certa motivação econômica e por fim o contexto político da capitania.

A questão estratégico-militar foi forte orientadora da decisão de tornar Porto Alegre a nova capital do Continente. No momento em que Porto Alegre ascende à capital, Rio Grande mostrava-se ocupada pelos espanhóis e a guerra parecia longe de um desfecho favorável às pretensões portuguesas. O contexto de guerra vivenciado pelo Continente pesava para que a melhor condição defensiva de Porto Alegre em relação a Viamão fosse considerada. A jovem capital era cercada pelas águas do Lago Guaíba e seu acesso terrestre recebeu a proteção de um fosso defensivo em seu entorno, fechando a povoação.[4] Viamão, por sua vez, situava-se em terreno aberto, vulnerável a quaisquer ataques por não contar com proteção natural ou artificial. Conjuntamente, a condição portuária da nova capital agilizava o transporte e comunicação com as outras povoações da capitania, elemento imperativo nos críticos anos de guerra então vivenciados. A posição geográfica portuária proporcionava também um ponto de partida para uma investida militar visando à retomada da vila do Rio Grande, dotando Porto Alegre de valor estratégico sem igual naquele momento. Paralelamente, existia uma forte preocupação de Lisboa com a defesa do Brasil, acentuada a partir da Guerra do Sete Anos (1756-1763).

Os motivadores econômicos que guiaram a troca de sítio da capital passavam também por sua condição portuária. Enquanto Viamão era uma freguesia de largas dimensões, composta em grande parte por estâncias de gado, Porto Alegre desfrutava de uma área mais reduzida. Por sua vez, o escoamento dos produtos de Viamão, Rio Pardo, Taquari, Triunfo que se destinassem para mercados fora do Continente haviam de passar pelo Lago Guaíba, a partir do qual seguiriam para a barra do Rio Grande e daí por via marítima até o

---

[4] As referências ao entrincheiramento de Porto Alegre são esparsas, mas seguras. Como afirma Riopardense de Macedo, "As fortificações teriam sido iniciadas em 1778, mas só aparecem nos registros pela referência aos portões. Convém, no entanto, lembrar que as fortificações eram apenas trincheiras de pau-a-pique com um valo na parte externa". In. MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. 3 ed., Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1999. Pg. 33. Uma das referências aos portões pode ser vista no topônimo "Fora do Portão", que se referia às residências que se encontravam além da proteção. In. AHCMPA. Rol de Confessados da Freguesia de Porto Alegre, 1782.

restante do Brasil, tornando o porto de Porto Alegre uma parada obrigatória para barcos, homens e mercadorias.

A despeito das vantagens da localização geográfica de Porto Alegre para o comércio, sua elevação ao posto de capital não significou o coroamento de sua ascensão econômica, ainda muito débil nesse momento. Mostrou-se, antes sim, uma aposta de que como porto situado no centro do Continente a localidade desenvolvesse uma vocação mercantil. No momento da transferência propriamente dita a povoação não contava com atrativos suficientes que justificassem a decisão de nova mudança da capital, pois não era especialmente florescente em termos demográficos ou econômicos.

Finalmente, a situação política do Rio Grande de São Pedro, na virada da década de 1760 para a seguinte, mostrava-se quase fora de controle. As relações entre o governador do Continente José Marcelino de Figueiredo e o vice-rei do Brasil Marquês do Lavradio eram as piores possíveis. Marcelino assumiu no ano de 1769, mas já em 1771 Lavradio, farto do pouco caso que o governador subordinado conferia a suas ordens, ordenou a este que se dirigisse ao Rio de Janeiro a fim de ser censurado. A saída de Marcelino de Figueiredo não criou um vácuo de poder na capitania, pois o vice-rei providenciara o necessário para evitar a acefalia administrativa no Continente, ordenando que o tenente-coronel Antônio da Veiga Andrade assumisse interinamente o governo. Somente após a chegada de Andrade é que Marcelino de Figueiredo seguiu para o Rio de Janeiro. Em nenhum momento o posto de governador esteve vago.

A nomeação de Veiga Andrade para o governo interino do Rio Grande data de carta de 14 de agosto de 1771, na qual se dizia que uma vez que tomasse posse ele despacharia Marcelino de Figueiredo para o Rio de Janeiro, onde o vice-rei pretendia mostrar ao último *que posso fazer com que os meus súditos, me obedeçam como devem.*[5] Veiga Andrade também recebia ordens de devassar o antigo governador no que tangia à desobediência das ordens do vice-rei. Lavradio, objetivando otimizar a administração do Estado do Brasil, fechava o cerco sobre Marcelino de Figueiredo, a quem considerava extremamente insubordinado e vaidoso.

Enquanto novos acertos eram tomados em relação ao governo da capitania, a Câmara, ainda situada em Viamão, recebia uma cópia do Alvará Régio que versava sobre a ordem de sucessão no caso de ausência ou morte de vice-rei ou governador.

---

[5] ANRJ. Carta do vice-rei Marquês do Lavradio ao governador José Marcelino de Figueiredo, 14 de agosto de 1771, Cód. 70, Vol. 6, Fl. 78v.

Este alvará determinava que no caso de morte, ausência ou outra impossibilidade de vice-reis e governadores e capitães-gerais, estes seriam sucedidos por uma junta formada pelo bispo da capitania, pelo ouvidor e pelo oficial militar de mais alta patente. No caso da capitania em questão não possuir bispo, o lugar deste na junta seria ocupado pelo ouvidor, cabendo ao vereador mais velho compor a junta no lugar que originalmente competia ao próprio ouvidor.[6] Esta ordem de sucessão, contudo, se restringia às capitanias gerais, não se referindo às capitanias subalternas, nas quais a falta de governador não significava a eliminação de sua mais alta autoridade. No caso do Rio Grande de São Pedro, a eventual vacância do governador seria suprida pela determinação do vice-rei – este sim a mais alta autoridade envolvida – de que um governador interino assumisse o cargo.

Os camaristas de Viamão fizeram uma leitura muito diferente do que o Alvará Régio dispunha. Apesar de não se referir ao caso do Rio Grande de São Pedro, por este ser capitania subalterna ao Rio de Janeiro, os oficiais interpretaram que visto não haver no Continente nem bispo nem ouvidor o vereador mais velho comporia a junta governativa em caso de falta de governador. Os vereadores chegaram mesmo a escrever ao rei agradecendo a distinta honra com que enobrece aos que se empregam na governança das Repúblicas especialmente no Lugar de vereadores mais velhos.[7]

A interpretação equivocada do Alvará Régio gerou mais do que agradecimentos ao monarca português. Passado apenas um mês da carta de agradecimento os camaristas dirigiram nova missiva ao Rei afirmando que estavam de posse do dito alvará e cientes de que deveriam assumir o controle da capitania, visto considerarem o governador interino Antônio da Veiga Andrade inepto a um cargo de tamanha responsabilidade, em especial devido à constante ameaça de invasão por parte dos espanhóis.[8] Os camaristas não só questionavam a competência de Veiga Andrade como punham em xeque a validade de seu governo, alertando que o tenente-coronel não era provido por Vossa Majestade, mas apenas mandando governar Inteirinamente. É indicativo do descontentamento da elite sul rio-grandense o fato de esta carta ter sido redigida no mesmo dia da posse de Veiga Andrade, em 26 de outubro de 1771.[9]

---

[6] ANRJ. Ordem de Sucessão sobre as Pessoas que devem suceder nos Governos, em falta dos Governadores. 12 de dezembro de 1770. Códice 64, Vol. 17, FL34v-36v.

[7] AHU. Carta dos oficias da Câmara ao rei Dom José I. 23 de setembro de 1771. Cx. 2 doc. 167.

[8] AHU. Carta dos oficias da Câmara ao rei Dom José I. 26 de outubro de 1771. Cx. 2 doc. 176.

[9] Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, v. 5, Porto Alegre.Secretaria Municipal da Cultura 1992. Pg. 25.

Os camaristas endereçaram carta ao vice-rei sobre o mesmo assunto, datada de 6 de dezembro de 1771, contestando a escolha de Veiga Andrade e requerendo que o Alvará Régio lhes dava autoridade para assumir o controle da capitania. A resposta do vice-rei foi bastante ríspida, admoestando os vereadores de Viamão de que a ordem do Alvará Régio de Sucessão dirigia-se ao Rio de Janeiro e demais capitanias-gerais, estando o Continente de São Pedro excluído por ser capitania subalterna ao estado do Brasil.[10]

A série de cartas que versa sobre a posse de Veiga Andrade como governador interino e as objeções da Câmara demonstra que existia qualquer tipo de divergência entre ambos os lados. Por parte da Câmara, ou ao menos daqueles que a compunham no ano de 1771, notamos uma tentativa de questionar e mesmo afastar o governador interino. Ainda mais, baseados em uma interpretação do Alvará Régio que lhes era favorável os oficiais camaristas pretendiam assumir como a mais alta autoridade do Continente. Segundo sua interpretação particular do documento monárquico (a qual não nos é possível definir se foi um equívoco de leitura ou uma distorção proposital), o vereador mais velho comporia a junta com o oficial militar mais graduado do Continente. Embora a junta de governo precisasse de três pessoas para ser composta, a falta de uma delas, segundo o próprio alvará, não deveria ser empecilho para que os dois restantes prosseguissem com o governo da capitania.

José Francisco da Silveira Casado e Antônio Moreira da Cruz eram dois dos membros da Câmara no conturbado ano de 1771, assinando junto aos demais vereadores as cartas endereçadas ao rei. Antônio era cunhado e sócio do irmão de José Francisco, havendo um laço de parentesco entre ambos. Mateus Inácio da Silveira, eleito juiz ordinário por pelouro para o mesmo ano de 1771, era também cunhado de Antônio, mas não assumiu o cargo. Seu substituto foi nada menos que Manuel Bento da Rocha, cunhado de Mateus e Antônio e do mesmo irmão de José Francisco. Simultaneamente, Bento da Rocha era sócio de Mateus, Antônio e José Francisco, de modo a ostentar tanto ligações familiares quanto interesses econômicos com os demais. Eram, portanto, uma parcialidade, um bando, majoritariamente formado por cunhados.

Embora juiz, Bento da Rocha não assinou a carta de 23 de setembro de 1771 na qual se agradecia ao rei pela honra do Alvará de Sucessão, tendo sido

[10] ANRJ. Carta do vice-rei Marquês do Lavradio aos juízes ordinários e mais oficiais da Câmara do Continente de São Pedro, 09 de março de 1772. Cód. 70, vol. 7, fl. 50.

Miguel Luís da Fonseca, o outro juiz ordinário, a fazê-lo. Entretanto, Bento da Rocha assinou outras seis cartas também datadas de 23 de setembro do mesmo ano, confirmando que esteve presente nesta sessão da Câmara. Desse modo, temos três "homens bons" que dividiam laços parentais envolvidos diretamente com a política do Continente em 1771, num total de seis camaristas. Importante destacar ainda que esses membros da elite política sulista estavam entre os estancieiros e comerciantes prejudicados pela invasão da vila do Rio Grande em 1763. Tendo suas casas, estâncias e negócios naquela vila, Bento da Rocha e seus partidários haviam sofrido um duro golpe, que pretendiam agora minimizar com a ajuda das possibilidades oferecidas pela Câmara.

Não se trata aqui de acusar os camaristas (ou o grupo de aparentados) de arquitetar um plano para assumir o governo da capitania, mas sim de demonstrar que por meio dos instrumentos institucionalizados procuravam enfraquecer a posição do governador em proveito da própria Câmara, criando um hiato de poder que aspiravam preencher. Para tanto, optaram por diminuir os méritos do governador interino e questionar sua legitimidade. Contudo, os oficiais sulistas equivocaram-se ao acreditarem que tinham direito a preencher um vácuo de poder que nunca se evidenciou. Veiga Andrade governava legitimamente por ordem do próprio vice-rei. O governador interino acabaria afastado de seu cargo, mas as denúncias que o derrubaram provinham de um agente do poder central, não da elite local.

Pouco tempo antes de Antônio da Veiga Andrade assumir o governo do Rio Grande de São Pedro, o Marquês do Lavradio, consternado com a situação política e militar da região, encaminhou para a mesma um oficial de sua confiança pessoal. Nomeado como sargento-mor do regimento de Dragões, Francisco José da Rocha havia sido instruído para secretamente informar ao marquês sobre a situação política interna da capitania. Em pouco tempo, um espantado e aflito Rocha começou a descrever ao vice-rei a situação da capitania. Acusava o governador Veiga Andrade de haver se associado com Rafael Pinto Bandeira, com o ex-governador José Custódio de Sá e Faria e com o comandante de Dragões Antônio Pinto Carneiro a fim de realizar contrabandos e descaminhos dos bens da Fazenda Real. Acusava o grupo de se apoderar da mão-de-obra indígena da Aldeia dos Anjos, realizar inúmeras "corridas" (contrabando de gado) em terras de Espanha e apoderar-se de couros e gado da Fazenda Real. O espião do vice-rei afirmava vivamente que o governador interino compactuava e acobertava as ações de Rafael Pinto Bandeira, sendo conivente e cúmplice dos descaminhos praticados.

O governador Veiga Andrade, ofendido pelas acusações do enviado do vice-rei, queixou-se ao marquês do Lavradio sobre a atitude do espião. O vice-rei lhe respondeu com frieza, dizendo não duvidar que Veiga Andrade tivesse ciência das cartas de Rocha ou mesmo das respostas dele vice-rei. Alertava, contudo, que a função para a qual seu criado fora designado era exatamente a de informar a ele marquês sobre tudo o que se passava no Continente.[11]

Poucos oficiais eram poupados da crítica de Rocha, dentre eles o governador José Marcelino de Figueiredo e o provedor da Fazenda Real Inácio Osório Vieira. Sobre estes dois afirmava que eram homens de mãos limpas. Por fim, Rocha parecia manter uma relação amistosa com o juiz ordinário Manuel Bento da Rocha, a quem descrevia que é aqui um dos homens mais honrados, e mais abonados. Bento da Rocha sugerira ao informante do vice-rei pedir para si alguns dos rincões que Lavradio lhe ordenara dividir entre os moradores não proprietários do Continente.[12] O desejo da elite sulista de repartição de terras fora manifestado pela Câmara em carta destinada ao rei Dom José I e carregava as assinaturas de Bento da Rocha e seu associado José Francisco da Silveira Casado.[13]

Manuel Bento da Rocha era realmente um homem abonado. Sua honra estava ligada a sua posição de destaque dentro da comunidade, atuando como capitão de Ordenanças e camarista. Era um comerciante e fazendeiro ligado por parentesco a outras figuras importantes da região, como os irmãos Francisco Pires Casado e José Francisco da Silveira Casado. Sua "parcialidade" agia em diversos ramos econômicos: propriedade de terras, criação de gados vacuns e muares, comércio, empréstimos e rematação de contratos. Todos ocuparam cargos na Câmara. Ao que tudo indica o espião Francisco José da Rocha também havia se exposto ao "fogo das parcialidades".

O Marquês do Lavradio parece haver percebido a trama em que seu enviado fora enredado. Ainda que se mostrasse muito preocupado com as notícias fornecidas por Rocha, o vice-rei alertava-o de que devia cuidar de separar a verdade das calúnias levantadas por inimigos dos acusados. As reiteradas denúncias de Francisco José da Rocha ao contrabando de Rafael Pinto

[11] ANRJ. Carta do vice-rei Marquês do Lavradio ao governador interino Antônio da Veiga Andrade, 19 de maio de 1772, cód. 70, vol. 6, fls. 179-180.
[12] ANRJ. Carta de José Francisco da Rocha ao vice-rei Marquês do Lavradio, 08 de dezembro de 1771, Fundo Marquês do Lavradio, micro-filme 024-97, notação 16,101 a 16,104.
[13] AHU. Carta dos oficias da Câmara ao rei Dom José I, 23 de setembro de 1771, Cx. 2 doc. 169.

Bandeira respaldavam também o pedido da Câmara ao rei de que se fizesse cumprir o decreto de 24 de dezembro de 1764. Neste determinava-se que as mulas entradas no Continente oriundas dos Domínios de Espanha fossem degoladas, eliminando dessa forma a concorrência com os animais dos criadores do Continente. A preocupação com o combate ao contrabando era também uma forma de conquistar a simpatia real através da demonstração de responsabilidade para com os interesses metropolitanos. Datada de 23 de setembro de 1771 esta carta também era assinada por Manuel Bento da Rocha e José Francisco da Silveira Casado.

O combate ao contrabando, efetuado por agentes do poder central e do poder local, fundia interesses e posições distintas. Francisco José da Rocha, o enviado do vice-rei, preocupava-se em defender as prerrogativas régias e denunciar irregularidades da administração do Rio Grande de São Pedro. Os camaristas, enquanto cabeças da república, expressavam essas mesmas preocupações, mas por possuírem interesses econômicos na região procuravam com o combate ao contrabando eliminar a concorrência às suas próprias criações de animais muares. Manuel Bento da Rocha e seus associados estavam entre os desalojados pela invasão espanhola à vila do Rio Grande e viam na Câmara um modo de expressar suas demandas e resguardar seus interesses. Aproximando-se do espião de Lavradio adquiriam um aliado valioso em sua busca por recompor seu patrimônio, visto que encontravam uma maneira de influenciar o poder central.

A resposta do vice-rei ao caos administrativo do Continente de São Pedro, contudo, não foi favorável à Câmara. A negativa do marquês vice-rei em atender às aspirações concelhias de compor o governo da capitania apontava já para um desentendimento entre as duas autoridades, mas viria a piorar com os eventos de 1772. Dauril Alden menciona que nesse ano a Câmara enviara ao vice-rei uma representação na qual expressava descontentamento quanto às medidas defensivas do governador Veiga Andrade.[14] Não nos foi possível localizar o documento original da representação, mas o termo de vereança de 22 de abril de 1772 nos ajuda a decifrar seu teor. Nessa data consta que se escreveram duas cartas ao marquês vice-rei. A primeira pedia o envio de um destacamento de tropas para o Continente visto se retirar por uma ordem o

[14] ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1968. Pg. 420.

que cá se achava. A segunda missiva objetivava evitar as Ladroreiras que deste Continente se vão fazer aos Domínios Espanhóis[15], uma alusão direta às corridas de gado anteriormente denunciadas.

Considerando a informação contida no livro da Câmara e as cartas anteriores sobre Veiga Andrade podemos supor que se tratava de outra ofensiva contra o governador, desta vez acusando-o de imprudência na defesa do território, um assunto particularmente sensível em tempos de guerra como os que se viviam. Simultaneamente, o conselho denunciava as ações de contrabando ocorridas na região fronteiriça e é possível que envolvesse o nome do governador nas mesmas, reiterando as acusações de Francisco José da Rocha, o enviado de Lavradio. O vice-rei interpretou a ação da Câmara como uma ameaça à hierarquia dos poderes estabelecidos e ao que tudo indica à sua própria autoridade, visto ter sido Lavradio quem nomeara o governador interino. Com uma resposta enérgica, Lavradio ordenou a prisão dos camaristas e seu envio sob ferros ao Rio de Janeiro. O vice-rei pretendia, assim, eliminar as ambições camaristas de controle sobre o Continente. Algum tempo depois, Lavradio perdoou os "amotinados" e ordenou sua soltura, mas deu instruções a Veiga Andrade de investigar os mentores do "atentado".[17] Ainda que houvesse punido os oficias concelhios, Lavradio reconhecia que a maior parte da culpa recaía sobre Veiga Andrade por haver facilitado tanto com aquela gente *(...) e de todo o acontecimento infausto que suceder, me é Vmce. responsável pela má execução que dá as minhas ordens.*[18]

As reiteradas investidas da Câmara contra Veiga Andrade e as acusações levantadas por Francisco José da Rocha contra o governador interino obrigaram o vice-rei a tomar uma atitude em relação ao Continente. Voltando atrás em sua decisão, Lavradio reimpossava José Marcelino de Figueiredo no governo da capitania do Rio Grande de São Pedro. Apesar de manter uma postura altamente crítica em relação a esse oficial, Lavradio reconhecia suas competências administrativas e militares e a limpeza de mãos de Marcelino, bem como sua indisposição em tramar alianças com os potentados locais. Marcelino de Figueiredo voltava com certo crédito junto ao vice-rei devido a sua predisposi-

---

[15] Termo de vereança de 22 de abril de 1772, in. Boletim Municipal, vol. IV, nº 12, set/dez 1942.
[16] ANRJ. Carta do vice-rei Marquês do Lavradio a Antônio da Veiga Andrade, 22 de maio de 1772, cód. 70, vol. 6, fl. 124v-126.
[17] ALDEN, Dauril. Op. Cit. 420.
[18] ANRJ. Carta do vice-rei Marquês do Lavradio a Antônio da Veiga Andrade, 22 de maio de 1772, Op. Cit.

ção em evitar alianças com a elite local. Sintomático desse entendimento entre os oficiais foi o fato de que passados poucos meses do retorno do governador ele anunciava sua mudança para Porto Alegre. A transferência da capital logo após a volta de Marcelino indica uma concordância do vice-rei em mudar o aparato administrativo para um território neutro, ainda não apropriado por nenhuma das facções em choque. Os conturbados anos do governo interino de Veiga Andrade chegavam ao fim. Os oficiais da Câmara haviam ousado assumir o controle do Continente, mas fracassaram. Como parte de sua punição eram novamente desalojados de sua sede e teriam de mais uma vez lidar com o irascível José Marcelino de Figueiredo.

Os acontecimentos que precederam a transferência da capital e da Câmara de Viamão para Porto Alegre foram permeados de interesses políticos e econômicos, tanto locais quanto imperiais, na medida que envolviam a guerra entre Portugal e Espanha no sul do Brasil. A troca de acusações entre autoridades, a tentativa camarista de assumir o controle da capitania e a intervenção do vice-rei nos permitem perceber que a política do Rio Grande de São Pedro estava permeada por parcialidades diversas, que lutavam por supremacia econômica e política, utilizando-se para tanto de aparelhos oficiais, como a Câmara e o governo da capitania.

Uma dessas parcialidades era aquela integrada por Manuel Bento da Rocha, que se manifestou com mais vigor dentro da Câmara, inclusive na tentativa de assumir o governo do Continente. Outra parcialidade era a de Rafael Pinto Bandeira que contava com o auxílio do governador interino Antônio da Veiga Andrade e sobre a qual pesavam duras acusações de contrabando. Obviamente, estes dois partidos não eram os únicos e nem permaneceram hegemônicos no Rio Grande de São Pedro durante todo o século XVIII. É preciso destacar que não se trata simplesmente de uma luta pela supremacia dentro da Câmara, mas antes sim de uma disputa mais abrangente que envolvia a hegemonia sobre toda a capitania, seja através da aliança com o governador, seja através da tentativa de derrubá-lo. Assim, não apenas a transferência da capital, mas toda o desenvolvimento político do Rio Grande do Sul setecentista deve ser entendido a partir da óptica dos bandos.

Referências Documentais

Fontes Impressas

Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, v. 5, Porto Alegre, Secretaria Municipal da Cultura 1992. Pg. 25.

"As "Vereanças" das Câmaras de Viamão e Pôrto Alegre (janeiro de 1772 a agosto de 1773)", in. Boletim Municipal, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, vol. IV, nº 12, pp. 392-416, set-dez de 1942.

Fontes Manuscritas

AHCMPA. Rol de Confessados da Freguesia de Porto Alegre, 1782.

AHU. Manuscritos Avulsos da Capitania do Rio Grande do Sul 1732-1825 (CD-ROM do Projeto Resgate Barão do Rio Branco). Cx. 2, docs. 167, 169 e 176.

ANRJ. Fundo Marquês do Lavradio, micro-filme 024-97.

ANRJ. Códice 70. Vice-reinado. Correspondência com diversas autoridades. Vol. 6.

ANRJ. Registro Geral das Ordens Régias. Códice 64, Vol. 17.

Referências bibliográficas

ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1968.

COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*, Niterói, Dissertação de Mestrado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 2006.

FRAGOSO, João. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)", in FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime*

nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*, 3 ed., Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

MIRANDA, Márcia Eckert, *Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial*, Porto Alegre, Assembléia Legislativa do estado do RS/Ministério público do Estado do RS/CORAG, 2000.

Exploração da mulher operária e solidariedade de classe na Primeira República no Rio Grande do Sul

*Ailana Cristina de Amorim**

Resumo: Este texto aborda a exploração sofrida pela classe operária e analisa as relações de solidariedade que se criavam como resposta a esta condição. Nestas relações envolviam-se homens e mulheres, atuantes no interior da classe e que sofriam a exploração, mas também agiam sobre ela. O recorte feito abarca os primeiros anos da República no Rio Grande do Sul, tendo-se em vista que neste momento encontrava-se em curso o processo de formação da classe operária no estado. Buscou-se compreender como as relações de solidariedade entre trabalhadores de diferentes sexos auxiliaram na constituição da própria classe, bem como nas suas formas de luta e união frente à classe que os explorava.
Palavras-chave: classe operária; solidariedade; exploração.

Um dos grandes desafios do historiador que se dedica hoje à temática da classe operária é a compreensão das suas relações internas. Neste sentido, buscamos através do presente texto analisar as relações de solidariedade operária que foram resultantes ou motivadas pelas condições de exploração vividas pelo conjunto da classe trabalhadora.

A exploração foi uma experiência definitiva dentre as que marcaram a vida dos operários, suas formas de se colocar na sociedade e de estabelecer quem eram seus inimigos e seus companheiros. De certa forma, a exploração foi o fator central nas características de vida e trabalho desta classe, independentemente dos locais, circunstâncias e momentos históricos nos quais ela surgiu. Thompson afirma que "para a maioria dos trabalhadores, a experiência crucial da Revolução Industrial foi percebida como uma alteração na natureza e na intensidade da exploração", uma exploração que era mais do que a soma das injustiças e antagonismos mútuos, pois se relacionava também a formas correspondentes de propriedade e poder estatal.[1]

A exploração tanto física quanto material fez parte da vida dos trabalhadores e foi responsável pela geração das condições necessárias à eclosão de

*Mestranda pelo PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora da SMED em São Leopoldo.
[1]Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.2, p. 23 e 28.

greves, manifestações, organização partidária, aproximação e colaboração entre indivíduos com vistas à ajuda coletiva e à prestação de auxílios diversos. Deve-se, portanto, reconhecer nesta experiência um elemento propulsor de organização, mobilização e construção de laços e relações entre estes trabalhadores.

A exploração sobre o trabalho da classe operária esteve atrelada a uma série de mecanismos através dos quais se expropriou e subjugou o trabalhador. Os acidentes, as doenças, a ampliação da jornada, a imposição de horários de entrada e saída, as multas, a falta de regulamentação por parte do Estado, a mecanização, caracterizaram esta exploração e derivaram do avanço do sistema capitalista e suas relações sociais. A exploração proporcionou uma experiência comum aos trabalhadores quanto mais estas práticas se desenvolveram e disseminaram. As diferenças e heterogeneidade da classe contaram para existência também de conflitos e oposições internas, mas, certamente a comunhão de uma experiência tão marcante como a de exploração auxiliou na ampliação dos interesses próprios dos trabalhadores e opostos aos de seus exploradores.

A solidariedade operária alicerçou-se, portanto, nas condições de exploração da classe e também no desamparo deste trabalhador pelo Estado e pela burguesia. A ausência de leis que regulassem e legislassem sobre as relações e o regime de trabalho assalariado, permitindo as arbitrariedades das quais tantas vantagens e benefícios a classe patronal extraía.

A condição de penúria geral e marginalização dos trabalhadores decorriam justamente da forma como se configuravam as relações de classe e as características da estrutura produtiva e do poder na sociedade. Portanto, não é procedente responsabilizar unicamente o poder público pela condição na qual se encontrava o trabalhador – ausente de proteção e leis trabalhistas – pois as características da vida e trabalho desses indivíduos decorriam principalmente das formas como eram travadas as relações entre classes, ou seja, das ações e opções feitas pela burguesia e pelo proletariado.

Este quadro de vulnerabilidade e insegurança no qual os trabalhadores viviam foi propício para construção de relações entre seus pares, buscando driblar os revezes e dificuldades cotidianas e construindo alternativas a partir de suas próprias condições e aprendizado. Se as opções dos trabalhadores na luta contra a exploração eram bastante limitadas e os resultados incertos, as atividades e campanhas propagadas pelas páginas dos jornais operários incentivando a sua união e engajamento nestes projetos e lutas coletivas eram permanentes e em grande profusão. É em meio a esta quantidade de informações que os

jornais operários nos oferecem que encontraremos menções à exploração e às relações estabelecidas entre homens e mulheres trabalhadoras.

A figura da mulher operária faz-se importante nesta análise, pois não se pode falar da formação desta classe sem levar em conta a participação da força de trabalho feminina neste contexto. Além de sua superioridade numérica em algumas atividades – como era o caso do ramo de costura e têxtil – as mulheres também tiveram importante participação em ações do movimento operário.[2]

A mulher operária sofreu as formas de exploração que atingiam também os homens. Os baixos salários que recebiam deixam refletir a pouca valorização da mão-de-obra, além da concorrência que se fazia presente entre homens, mulheres e crianças. Um jornal de Rio Grande, intitulado Echo Operário, informava que quanto à mulher "o seu pesado labor [é] pago com um terço do que se dá ao homem".[3] Assim, esta concorrência entre homens e mulheres operária não se dava em termos iguais, pois patrões aproveitavam-se da oferta de mão-de-obra feminina para empregar mulheres por salários inferiores aos que se pagavam aos homens, prejudicando a ambos.

Alguns abusos e arbitrariedades que recaíam sobre a mulher eram, contudo, específicos da sua condição de mulher. Tais arbitrariedades envolviam muitas vezes casos de assédio contra operárias, como o relatado pelo Echo Operário ao informar que "vieram-nos trazer uma notícia d'um safado ordinário e patife diretor de uma fábrica que deu um beijo em uma operária contra a vontade desta!".[4]

Devemos nos lembrar que as mulheres da sociedade oitocentista eram cidadãs de segunda categoria por razões diversas, a falta de direitos políticos, a subordinação social, as regras normatizadoras do comportamento, a tutela masculina. Elas eram cercadas de cuidados por sua pretensa incapacidade em lidar com situações importantes da vida e, por outro lado, sobrecarregadas de responsabilidades referentes àqueles deveres que se lhe atribuíam enquanto mulher-esposa-mãe. Recebiam salários inferiores para execução das mesmas atividades que os homens na produção fabril.

---

[2] Um exemplo desse tipo de participação e engajamento pode-se obter nos acontecimentos da greve geral de 1906 em Porto Alegre, na qual muitas mulheres operárias participaram de maneira muito ativa, saindo às ruas e carregando bandeiras e emblemas da luta operária. Para mais informações ver: Bak, Joan. "Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906, em Porto Alegre". *Metis: história e cultura*. Caxias do Sul: Educs, v.2, n.4, jul-dez, 2003.

[3] *Echo Operário*. Rio Grande, 17/10/1897, p.1.

[4] *Echo Operário*. Rio Grande, 26/09/1897, p.2.

A discriminação sexista vigente no período também ocorria dentro da própria classe, uma vez que as características deste tipo de relação eram de base cultural. As mulheres sofriam o preconceito por serem operárias em um universo predominantemente masculino de trabalho, cuja repercussão destes valores pode ser evidenciada nas relações que se estabeleciam entre aqueles homens e mulheres.

> A burguesia, as classes dominantes, a sociedade enfim [...] deve estar orgulhosa d'essa conquista – arrancar as filhas do povo, do lar doméstico, onde sua missão era toda candura e amor, criando e educando a prole, preparando a frugal refeição à sua família, lavando, compondo e fabricando o vestuário de todos, vivendo, enfim, na família e para a família, arrancá-la dizíamos a essa missão, toda candura e amor, e metê-la na oficina, na fábrica, a fazer concorrência com o trabalho do esposo, expulsando-o do seu posto no trabalho, reduzindo-o, e com ele a todos, à miséria, à degradação [...].[5]

A despeito destas dificuldades enfrentadas por homens e mulheres operárias na concorrência para conquista do "pão de cada dia", abalando a união e as ações coletivas no interior da classe, analisaremos como a solidariedade operária se fazia presente nesse meio – seja na sua propaganda, seja nas ações efetivas. Buscaremos mostrar que estes mesmos homens e mulheres também procuravam o apoio dos seus "companheiros de infortúnio" nos momentos das agruras e emergências da vida. Perguntamos, então, quais seriam aquelas ações mais comumente empregadas pelos trabalhadores para lidarem com a exploração existente?

Das muitas maneiras desenvolvidas pelas militâncias para atuar contra a exploração temos aquelas ações de denúncia realizadas constantemente pela sua imprensa. Lideranças do movimento preocupavam-se em informar através das páginas de seus jornais as inúmeras situações de abuso de poder e descumprimento de acertos e conquistas dos trabalhadores por parte da classe patronal. As denúncias não tinham poder de ação retroativa sobre as explorações ocorridas, mas serviam para ensinar os trabalhadores através do exemplo do outro, buscando por este meio conscientizá-los dos perigos e engodos pelos quais eram ludibriados.

Além da participação da imprensa contra a exploração operária, os trabalhadores também costumavam realizar campanhas em auxílio a causas específicas. Estas campanhas podiam envolver doações, quermesses, peças teatrais

---

[5] *Echo Operário*, Rio Grande, 17/10/1897, p.1.

ou outras festividades que possibilitavam a arrecadação de recursos para causa determinada. Estas ajudas podiam destinar-se a qualquer membro da classe dentre seus homens, mulheres e crianças.

As ações que mais nos interessam, portanto, são aquelas que envolveram relações de solidariedade entre trabalhadores baseadas numa experiência coletiva tal como era a da exploração. Acreditamos que a classe não se forma somente nos momentos de embate aberto contra seus antagonistas, mas, inclusive, em momentos de identificação, solidariedade e união entre os próprios trabalhadores. Até mesmo o processo de conscientização sobre a força do coletivo e suas possibilidades de vitória nas ações empregadas forjava-se através destas relações entre indivíduos e não pode ser resumido às determinações estruturais ou ao sistema produtivo para ser entendido.

Os operários naquele período estavam construindo um conhecimento acerca da exploração à medida que viviam e experimentavam suas formas e alcances. Pelo fato da exploração de classe ter-se caracterizado por um ineditismo quanto às formas de organização do trabalho fabril nos seus principais componentes – o tempo e o espaço – os trabalhadores, tanto homens quanto mulheres, sofreram um processo de disciplinarização para o trabalho fabril.

Novas regras se implementavam gradualmente nas oficinas e indústrias e puniam os trabalhadores por aquelas faltas que prejudicassem a produtividade. Temos como um claro exemplo destas normas e regulamentações que se introduziam nos espaços de trabalho o relato no jornal operário A Democracia no qual dizia que "as costureiras [da fábrica dos Srs. Julio Silva & C.] que por qualquer circunstância faltarem um dia à fábrica, são multadas em três mil réis".[6] Outros exemplos também atestam este tipo de prática introduzida nas empresas:

> Entrando cinco minutos depois da hora marcada (quase todo o trabalho é por peça), 100 réis de multa; faltando até a hora de almoço, 300; até meio-dia, 500; sendo encontrados operários conversando, de 500 a 1$000 de multa cada um; quem levar para a fábrica algum livro, folheto ou jornal, é multado em 500 réis; subir uma escada, que existe na fábrica, calçado de tamancos, o operário ou operária é multado em 1$000.[7]

---

[6] *Democracia Social*. Pelotas, 19/11/1893, p.1. Na fábrica em questão os empregados trabalhavam conforme rígido regulamento interno, como pode ser evidenciado em alguns trechos sobre penalidades.
[7] *A Luta*. Porto Alegre, 15/02/1906, p.1.

Na mesma matéria da notícia acima, o jornal também afirmava que "as mulheres e as crianças, como é de praxe, ganham uma diária mesquinha", dado que somado às exigências e cobranças de multas causava indignação por parte das lideranças operárias. Mulheres e crianças eram "vítimas", seguindo as palavras de muitos destes jornais, das explorações mais atrozes pela sua própria fragilidade ou, como em muitos casos, pela pouca instrução e conhecimento sobre os prejuízos decorrentes da estrutura produtiva e das relações entre operários e burguesia.

> Na fábrica de escovas, em dias da semana passada, cinco moças viram-se na contingência de abandonar o trabalho, devido às prepotências dos patrões que, depois de as explorarem a vontade, não querem dar mais trabalho às enérgicas moças que não se deixam aviltar, nem prostituir. Então eles, para obrigá-las a irem embora, não só servem-se de todos os meios ignóbeis, que lhes são peculiares, mas até de moças tolas e incautas, que por qualquer circunstância foram escravizadas.[1]

O desconhecimento dos perigos e prejuízos representados pela exploração patronal podia agravar as já difíceis condições da classe, uma vez que, como coloca o Echo Operário, a exploração da mulher operária acabava por corromper a sociedade como um todo, na sua geração presente bem como nas gerações futuras. Na notícia que segue os redatores indicavam que a concorrência de homens, mulheres e crianças era um problema crônico da sociedade capitalista em que viviam.

> O moderno maquinismo, fazendo tão apta a mulher como o homem para certos trabalhos industriais, permitiu que seja arrancada ao lar doméstico para arrojá-la à oficina. Não foi a falta de braços masculinos o que produziu esta industrialização da mulher, que a obriga ao mesmo tempo a fabricar produtores e a fabricar produtos [sic]. Se os capitalistas têm utilizado de preferência os braços femininos, é porque encontram neles – como nos braços das crianças – instrumentos humanos de trabalho por menor preço [...]. Pelo mesmo preço que deveria comprar-se a única força de trabalho do homem, do chefe de família, se a mulher não estivesse na oficina, o capitalista compra atualmente a tripla força de trabalho: do homem, da mulher e do menino.[2]

A exploração da classe, portanto, envolvia questões como disciplina do trabalho (controle do tempo e do espaço) e introdução de novas tecnologias (para ritmar e/ou substituir o trabalhador). Os trabalhadores experimentavam como

---

[1] *A Luta*, Porto Alegre, 29/09/1906, p.2.
[2] *Echo Operário*, Rio Grande, 24/10/1897, p.2.

decorrência destas novas técnicas e ritmos os acidentes e as doenças adquiridas através da execução de suas atividades profissionais. Uma descrição bastante refletida sobre estas circunstâncias pode ser lida no trecho que segue:

> Os operários, em sua maior parte, vivem como que seqüestrados do mundo, dos movimentos livres, adstritos a movimentos rítmicos reiterados; em algumas indústrias, principalmente, as condições sedentárias da vida reunidas às circunstâncias deletérias do meio ambiente e a privação do exercício necessário ao gozo de uma saúde perfeita, constituem um atentado à vida dos infelizes trabalhadores. Os alfaiates, costureiras e tecelões são os que estão mais sujeitos a esses esgotamentos de vida pelas circunstâncias acima citadas, cujas conseqüências são o aumento das estatísticas dos anêmicos, tísicos escrofulosos, porque está plenamente provado que a monotonia de muitos gêneros de trabalho origina o aborrecimento e, consequentemente, como o tédio provoca a anemia [sic] as mais claras manifestações dela.[10]

Enfermidades diversas bem como acidentes estavam geralmente relacionados ao exercício das atividades laborais e traduziam em danos físicos os excessos que o novo sistema produtivo lhes impunha. A exploração através do intenso ritmo de trabalho, da ampliação das horas, da jornada noturna, da insalubridade dos locais em que permaneciam às vezes por 12 ou 15 horas, infligia-lhes inúmeros males à saúde, causando em certos casos, sérias complicações, chegando até mesmo a provocar a morte.

> Reside na Rua Santa Bárbara nº 6 uma pobre mulher de nome Maria Madalena, que se acha afetada de gravíssima enfermidade. [...]
> Se não fossem os socorros de alguns vizinhos compassivos, a enferma já teria sucumbido à mingua.
> Os recursos de que dispõe esta vítima da sociedade de hoje, advindos do trabalho da mesma filha e de outra que está alugada, mal chegará para os remédios, que assim mesmo são insuficientes, como atesta o próprio médico, Sr. Dr. Francisco Araújo, que tem sido de uma solicitude digna dos maiores encômios.
> Para atenuar as precárias condições em que se acha essa infeliz, cujo estado é devido ao excesso de trabalho e a natureza insalubre deste, resolvemos abrir uma subscrição, o que fazemos dirigindo um apelo a todos os trabalhadores, cujo apoio esperamos não nos faltará para a realização desta obra de humanidade.[11]

Os redatores do jornal operário Democracia Social de Pelotas, ao rela-

[10] *A Voz do Operário*. Porto Alegre, 01/04/1899, p.?
[11] *Democracia Social*. Pelotas: 03/09/1893, p.3-4.

tarem o caso da trabalhadora Maria Madalena, nos oferecem elementos para reflexão tanto sobre as condições de esgotamento físico às quais chegavam alguns indivíduos, quanto pelas ações que se promoviam para auxiliar e combater estas condições. A solidariedade pedida e incentivada pelos jornais operários ao publicarem casos como este demonstrava quão frágil era a condição do trabalhador individualmente e, mais ainda, em situações tão críticas e emergenciais. Defendia-se, portanto, a solidariedade de classe como uma das armas das quais dispunha o operariado para luta contra a exploração e contra uma classe patronal defensora exclusivamente dos seus próprios interesses.

São estas situações muito pontuais e mais dificilmente captadas na documentação, mas não menos importantes para o entendimento das relações entre operários, que tanto contribuíam para o sucesso de projetos mais amplos de interesse dos trabalhadores. As situações selecionadas aqui para análise são algumas de um leque muito vasto de momentos que compõem de maneira muito fragmentária a vida operária e suas experiências de conscientização e formação de classe. Portanto, analisar como esta classe surgiu e se constituiu vai muito além de explicar os conflitos e enfrentamentos entre operários e burgueses.

É importante, ainda antes de encerrarmos este texto, fazermos algumas ressalvas sobre as relações internas da classe operária. Ao mesmo tempo em que muitas experiências vividas pelos trabalhadores puderam desenvolver relações de solidariedade, fornecendo mecanismos de enfrentamento contra a exploração, ocorreram situações cujos resultados não formam tão positivos em termos de união e ajuda entre operários. É necessário, como sempre nas análises históricas, relativizarmos regras, normas e características. Assim, as próprias conseqüências da exploração no desenvolvimento de relações entre trabalhadores devem ser também observadas sob este prisma.

As ações realizadas pelos operários para o combate ou a minimização dos efeitos da exploração envolveram fundamentalmente as relações de solidariedade, reciprocidade e união. A identificação de interesses resultantes de experiências comuns mobilizou esforços coletivos no desenvolvimento de modos de luta e mecanismos de defesa. Se não podemos afirmar que todas as relações estabelecidas entre trabalhadores foram de solidariedade, podemos ao menos dizer com certa propriedade que, muitas das vezes, tais indivíduos – sejam homens ou mulheres, estrangeiros ou nacionais – incentivaram e investiram neste caminho ao longo do processo de lutas e embates que caracterizaram a formação da classe operária.

O interesse deste breve texto ao tratar da exploração de classe nas diferentes esferas da vida do trabalhador e das relações entre homens e mulheres operárias repousou não tanto na exploração em si, mas nas formas utilizadas pelos trabalhadores para lidarem com tais situações e condições. As ajudas coletivas estiveram presentes através da participação de operários, redações de jornais, associações, partidos de classe, etc. As condições que dificultavam a vida do operariado, como moradia, alimentação, baixos salários, regime de trabalho, altos impostos, foram motivadoras para as ações empreendidas por esta classe, seja individualmente, seja no seu coletivo, e buscaram por meio da solidariedade e união a ampliação das forças de uma classe que não gozava de quaisquer privilégios ou outras prerrogativas sociais.

Para que ocorresse a formação da classe operária e o reconhecimento dos indivíduos como fazendo parte dela, fazia-se necessário mais do que uma simples reunião objetiva destes através das mesmas relações de produção. Este é, portanto, um processo que depende tanto da consciência de uma experiência e interesses comuns, quanto da disposição em agir sobre eles.[12] E isto foi o que tentamos demonstrar ao abordarmos as relações entre homens e mulheres trabalhadoras neste contexto de experiências de exploração e de criação de relações de classe entre eles.

Para finalizar, defendemos que um entendimento mais completo e, portanto, complexo, da classe trabalhadora deve ser feito a partir das ações que se articulavam no interior da própria classe e que indicam esse processo de aprendizado, de acertos e erros, avanços e recuos e mesmo de conflito e solidariedade entre indivíduos. Esta é a riqueza que devemos tentar resgatar ao analisarmos a classe operária seja qual for sua nacionalidade, temporalidade ou repercussão.

Fontes:

Democracia Social, Pelotas. Microfilme Rolo nº 02. Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS. (Campus do Vale)

A Voz do Operário, Porto Alegre. Microfilme Rolo nº02. Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS. (Campus do Vale)

[12] Wood. Ellen. "Classe como processo e como relação". In. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 77-79.

A Luta, Porto Alegre. Microfilme Rolo nº02. Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS. (Campus do Vale)

Echo Operário, Rio Grande. Microfilme Rolo nº02. Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS. (Campus do Vale)

Bibliografia:

BAK, Joan. "Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906, em Porto Alegre". *Metis: história e cultura*. Caxias do Sul: Educs, v.2, n.4, jul-dez., 2003.

CATTANI, Antônio David. *A ação coletiva dos trabalhadores*. Porto Alegre: SMCultura – Palmarinca, 1991.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *El proletariado urbano en Rio Grande do Sul – 1888-1919*. México-UNAM, 1977.

_____. "A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX". *Revista de História*. Porto Alegre: Ed., n.1, 1986/87.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1987. v.2

WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Getúlio Vargas promotor

*Alvaro Bischoff e Cíntia Vieira Souto**

Resumo: O presente estudo tem por objetivo estudar o período em que Getúlio Vargas atuou como Promotor Público entre 1908 e 1909. Trata-se de uma lacuna na biografia do estadista. As inúmeras biografias de Vargas, quando muito, apenas mencionam sua passagem pelo Ministério Público. Para recuperar sua atuação utilizamos como fonte processos da época consultados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Getúlio Vargas – História do Ministério Público – História do Rio Grande do Sul – História Institucional – Processo Penal

A despeito do muito que se escreveu a respeito de Getúlio Vargas, ainda não há um estudo biográfico completo, baseado em fontes seguras e cujo escopo não seja laudatório ou, ao contrário, crítica mordaz. Nesse sentido, Thomas Skidmore, conhecido brasilianista, considerou a elaboração desse trabalho uma tarefa gigantesca que "exigirá quase toda a vida de um eventual biógrafo".[1] Todavia, há muitos textos a respeito de Getúlio Vargas que cobrem, em sua imensa maioria, desde o período em que se tornou deputado estadual em 1909 até a sua trágica morte em 1954. O presente texto tem por objetivo cobrir uma lacuna na biografia de Vargas: o curto período, entre 1908 e 1909, que atuou como Promotor Público em Porto Alegre. Dentre as biografias consultadas as que, ao menos sinteticamente, comentam a passagem de Getúlio Vargas pelo Ministério Público têm caráter laudatório. Salientamos as de André Carrazoni, Paul Frischauer e Queiroz Júnior[2]. Todas são carregadas de linguagem apologética e, detalhe importante, as duas primeiras foram escritas quando Getúlio ainda era vivo e estava no poder. André Carrazoni foi secretário de Getúlio Vargas; Paul Frischauer foi acusado de ser um "austríaco aventureiro pago pelo DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda] especialmente para escrever essa biografia".[3]

---

*Os autores são historiadores do Memorial do Ministério Público do RS.

[1] Citado por: FREITAS, Décio; LARANGEIRA, Álvaro. *A Serpente e o Dragão*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003, p. 13.

[2] CARAZZONI, André. Getúlio Vargas. Rio de Janeiro : Editora José Olympio, 1939; FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1944; JUNIOR, Queiroz. Memórias sobre Getúlio. Editora Copac, 1957

[3] HENRIQUES, Affonso. *Vargas, o Maquiavélico*. São Paulo : Palácio do Livro, p. 10.

Buscando estabelecer o perfil de Getúlio Vargas promotor procedemos a análise das fontes, quais sejam: os processos judiciais em que Getúlio Vargas atuou, textos de provas realizadas por ele na faculdade de Direito, notícias nos jornais *A Federação* e *Correio do Povo;* matérias jornalísticas escritas por Getúlio Vargas no jornal *O Debate*; subsidiariamente usamos relatos biográficos sobre Getúlio Vargas e de seus contemporâneos.

É improvável pensar ou analisar Getúlio Vargas sem idéias pré-concebidas. Mesmo o historiador não está livre dessa influência, já que, como indivíduo, "(...) é também um produto da história e da sociedade".[4] Entretanto, no presente estudo, esforçamo-nos para evitar a busca do estadista onde havia um jovem promotor, ainda que, possamos afirmar, muito da visão de mundo do político Vargas já estava presente no segundo promotor da Comarca de Porto Alegre.

Getúlio Vargas Promotor (1908 – 1909)

Uma das faces menos estudadas de Getúlio Vargas foi sua atuação como Promotor Público em Porto Alegre. De fato, significativa parcela dos trabalhos biográficos sobre o ex-Presidente apenas alude a sua passagem pelo Ministério Público, tratando-a como um degrau de iniciação em sua carreira política[5]; outra parcela, simplesmente nada comenta.

Getúlio Vargas foi Promotor Público em um período de consolidação do domínio político do Partido Republicando Rio-Grandense (PRR). Em 1898, Borges de Medeiros assumiu, pela primeira vez, a presidência do Estado, sob os auspícios de Julio de Castilhos, chefe do PRR. Com o precoce falecimento do "Patriarca", em outubro de 1903, Borges de Medeiros passou a acumular as funções de chefe do Partido e do Estado. Até 1907, Borges de Medeiros não havia enfrentado nenhuma oposição articulada eleitoralmente. Nesse ano, contudo, iniciou-se a disputa eleitoral com vistas a sua sucessão entre Carlos Barbosa Gonçalves, representando a situação, e Fernando Abbott[6], dissidente republicano.

---

[4] CARR, Edward. *O que é História.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985, p.79.

[5] Ver, por exemplo: SILVA, Hélio. *O Pensamento Político de Vargas.* Porto Alegre: LPM, 1980; MENDES, Oswaldo. *Getúlio Vargas: Coleção Biografias.* São Paulo: Moderna, 1986; BRITO, José Domingos de (org.). *O Pensamento Vivo de Getúlio Vargas.* São Paulo: Martin Claret, 1989; AITA, Carmen, AXT, Gunter. *Getúlio Vargas : discursos (1903-1929).* Série Perfis Parlamentares. Porto Alegre: AL/RS, 1999; ABREU, Alzira Alves de Abreu et al.(org). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930.* Rio de Janeiro : Editora FGV; CPDOC, 2001.

[6] Fernando Abbott, republicano histórico, com grandes serviços prestados ao PRR. Fora ele, por exemplo, na condição de vice-presidente do Estado em exercício que, em junho de 1891, apresentou à Assembléia Constituinte o projeto de Constituição política do Rio Grande do Sul, elaborada por Júlio de Castilhos, juntamente com a exposição de motivos.

Foi nesse contexto que surgiu um movimento de jovens acadêmicos, denominado por Joseph Love, "Geração de 1907"[7], no qual destacou-se Getúlio Vargas, então no quinto ano da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Várias foram as contribuições desses jovens em prol da candidatura Carlos Barbosa: atuaram como redatores do jornal **O Debate**, participaram de caravanas políticas ao interior do Estado, e, antes disso, como signatários do **Manifesto Político – Os Acadêmicos Castilhistas ao Rio Grande do Sul** publicado pelo jornal **A Federação**, em 27/04/1907.

Em novembro de 1907, Carlos Barbosa venceu a eleição com ampla margem de votos.

Concluída, assim, a sua participação no processo eleitoral Getúlio Vargas retomou sua atenção aos estudos e, em 25/12/1907, formou-se bacharel em Direito. Logo após, foi nomeado Promotor Público, indicado ainda por Borges de Medeiros, em 24/01/1908.

O Ministério Público, cuja chefia era atribuída ao Procurador-Geral[8], conforme o art. 60 da Constituição Estadual de 14/07/1891, estava vinculado e subordinado ao Presidente do Estado.

A nomeação de Getúlio Vargas efetuou-se num contexto em que os promotores eram tidos como serventuários da justiça e "verdadeiros agentes do poder central nos fóruns e nas cidades". Segundo Axt, as nomeações para o Ministério Público ocorriam em uma

> (...) realidade institucional marcada pelo coronelismo e conduzida pelo guante de um partido único permanentemente dilacerado pela guerra intestina de facções, [assim] esperava-se desses promotores não apenas fidelidade, mas também a militância político-partidária em prol das facções palacianas nos municípios.[9]

Ainda que o Código de Organização Judiciária do Estado determinasse que a demissão do promotor somente poderia ocorrer a pedido do próprio ou com sentença judicial[10], as nomeações interinas indicavam a subordina-

---

[7] Joseph Love denominou "geração de 1907" o grupo de jovens com formação e experiências comuns que desempenhou papel de destaque na vida política regional e nacional a partir da década de 1920. Além de Getúlio Vargas, integraram a "geração de 1907" José Antônio Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Joaquim Maurício Cardoso e Firmino Paim Filho. LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975, p. 234.

[8] Na época o Desembargador André da Rocha, Procurador-Geral do Estado no período de 18.11.1904 – 31.05.1921.

[9] AXT, Gunter. *O Ministério Público do Rio Grande do Sul Evolução Histórica*. 2001, p. 74.

[10] Lei n. 10 de 10 de dezembro de 1895.

ção dos promotores ao executivo, já que nesta condição eram demissíveis *ad nutum* pelo Presidente do Estado[11]. Não encontramos, contudo, na atuação do promotor Getúlio Vargas, quaisquer evidências que indicassem uma subordinação a interesses político-partidários, como, por exemplo, perseguição a adversários políticos. Por outro lado, a nomeação para o cargo de promotor poderia ser vista como o primeiro passo para ingressar na vida política. Nesse sentido, diversos signatários da Manifesto Acadêmico Castilhista, onze de um total de trinta e sete, foram nomeados promotores. João Neves da Fontoura, que sucedeu Getúlio Vargas como 2º Promotor de Porto Alegre, destacou: "A Promotoria Pública de Porto Alegre vinha sendo um lugar, que os governos caprichavam em preencher com valores comprovados".[12]

Getúlio Vargas foi nomeado promotor em 17 de janeiro de 1908, tendo, no dia 20 do mesmo mês entrado em exercício. Sua estréia no júri deu-se em 6 de fevereiro, tendo sido noticiada pelo Correio do Povo[13]. Assim comentou João Neves da Fontoura a assunção de Getúlio Vargas:

> Getúlio aceitou sua nomeação para o segunda promotoria de Porto Alegre, vaga com a morte de Tomás Malheiros. Ali começou sua carreira forense. (...) Um promotor ganhava, à época, 330$000 réis. E vivia bem![14]

A maior parte dos processos em que atuou Getúlio Vargas referiam-se a lesões corporais, crime de defloração, alguns poucos homicídios, tipificados no Código Penal criado pelo Decreto 847 de 11/10/1890, do Presidente Deodoro da Fonseca. Os crimes refletiam, nostalgicamente, a Porto Alegre do início do século XX.

Durante o período em que foi promotor da Comarca da Porto Alegre, Getúlio Vargas atuou em cerca de 48 processos. Desses, 25 estão preservados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. O processo penal, no início do século XX, funcionava de forma bastante diversa do processo atual. Em primeiro lugar, a Constituição Federal de 1891 permitia que os Estados legislassem em matéria processual. Assim, o processo penal no Rio Grande do Sul foi regulado pela Lei nº 24 de 15 de agosto de 1898, conhecido como Có-

---

[11] AXT, Gunter. Op. cit. p.74.

[12] FONTOURA, João Neves. Memórias: Borges de Medeiros e seu Tempo, v. I, Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, p. 116.

[13] Correio do Povo, 7 de fevereiro de 1908. Os réus do processo eram Paschoal Donato e Nino Felippe. O resultado não foi registrado na imprensa e o processo não foi localizado no Arquivo Público.

[14] FONTOURA, João Neves da. Op. cit., p. 109.

digo de Irapuá, referindo-se à fazenda de Borges Medeiros, a quem fora dado a incumbência de redigir o diploma. De acordo com o Código, o processo penal possuía duas fases: a fase preparatória, denominada indagação policial e a fase judicial. A indagação policial era secreta e não se admitia defesa. A fase preparatória envolvia, em regra, um relatório feito na delegacia de polícia pelo agente que procedeu à prisão do acusado, contendo a inquirição das testemunhas, o auto de prisão em flagrante (quando era o caso), e o auto de corpo de delito. Veja-se, por exemplo, o relatório de 24 de julho de 1908:

> Na noite de 25 do corrente, às 10 horas aproximadamente, Cândido José da Silva, mais conhecido pelo diminutivo, Candinho, Praxedes José da Silva, Otacília Alves de Oliveira, Célia Guimarães, Delfina Guimarães e Hermina Guimarães achavam-se reunidos no quarto da frente do número 81 da Rua Luiz Afonso, residência de todos eles e falavam sobre um casaco que Célia fizera por encomenda de Otacília, nascendo aí forte discussão entre ambas. Cândido, amásio da última, tomou parte na contenda e deu uma bofetada em Célia. Praxedes vendo sua amásia castigada, interveio em sua defesa tomando parte no conflito e Cândido, de canivete em punho, tentou feri-lo. Praxedes, então, sacou da faca que trazia consigo e vibrou certeiro golpe no ventre de Cândido (...).[15]

O relatório vinha acompanhado do auto do corpo de delito da vítima de agressão, que consistia em quesitos respondidos por peritos médicos. De conformidade com o Código de Processo Penal, a indagação policial deveria ser feita até cinco dias da data de prisão do acusado. No caso acima, o crime ocorreu em 25 de julho e o relatório datava de 27. Esse devia ser entregue ao agente do Ministério Público ou a quem devesse promover a ação penal.

A denúncia ou queixa são as peças processuais formais que iniciavam o processo penal.[16] Veja-se essa denúncia apresentada por Getúlio Vargas em 19 de junho de 1908:

> O 2º Promotor vem denunciar a Octávio da Silveira Peixoto, músico da Escola de Guerra, pelo seguinte fato: a 25 do mês próximo findo, o denunciado, penetrando na casa de Maria Isabel de Oliveira, às 11 horas do dia, na Rua da Azenha nº 53, produziu na vítima, com instrumento contundente os ferimentos descritos no auto do corpo de delito de fls. (sic.), que a impossibilitaram do serviço por espaço de 12 horas. O denunciado incorreu, pois, na sanção do art. 303 do Código Penal e, para que seja punido, requer-se-lhe a formação

[15] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Maço 101, número do processo 2238. Réu: Praxedes e José da Silva, 1908.
[16] Na verdade, o processo penal tem início com o recebimento da denúncia ou queixa por parte do juiz.

> da culpa com citação do denunciado e intimação das testemunhas notificadas para virem a juízo, em dia e hora previamente designados, no lugar de costume, prestar os seus depoimentos, tudo sob as penas e na forma da lei. Requer exame de sanidade da vítima. Testemunhas: Anna Luiza Gonçalves – Azenha n º 53; Zenobia Felippe dos Santos – Azenha n º 53. **Getúlio Vargas – 2º Promotor.**[17]

As denúncias apresentavam um caráter bastante formal, só diferindo em relação aos crimes cometidos. A exceção foi a denúncia contra José Maria de Carvalho em 15 de outubro de 1908. Nesse caso, o promotor Getúlio Vargas afastou-se um pouco do formalismo, emitindo um juízo de valor:

> A 16 do mês próximo findo achava-se o denunciado na casa de Aurélio Dias do Nascimento (...) juntamente com Bento Joaquim Rodrigues (...). Após a recusa de José Maria à intimativa de lhe pagar bebidas feita por Bento, este vibrou dois relhaços naquele. A esta agressão revidou José Maria com um canivete de que se achava armado (...). *Parece que por uma singular inversão da lógica jurídica a verdadeira vítima é quem comparece como réu* e para que se lhe apure a responsabilidade esta promotoria oferece a presente denúncia contra José Maria de Carvalho, por incurso nas penas do art. 303 do Código Penal (...).[18]

Tal comentário não era usual em uma denúncia. Nesse caso, o promotor, antes de acusar o réu, estava afirmando a injustiça presente no processo. Essa interferência relaciona-se à filiação de Getúlio Vargas à Escola Positiva de Criminologia, cuja preocupação era maior com a responsabilidade social do que com a pessoal.[19] Tal ilação é corroborada a partir da análise de suas dissertações sobre Direito Criminal na Faculdade de Direito de Porto Alegre.[20]

De resto, esse tipo de processo crime era muito comum na época: lesões corporais por uma agressão que resultava da defesa de prévia agressão. Muitas vezes, o ofendido no processo havia provocado o crime.

Uma vez recebida a denúncia ou a queixa, tinha início a formação de culpa, dividida em duas fases, uma secreta e outra pública, surgindo, assim, o processo penal propriamente dito. Essa foi uma das inovações mais impor-

---

[17] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Maço 100, número do processo 2224. Réu: Octávio da Silveira Peixoto. 1908.

[18] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Maço 102, número do processo 2255. Réu: José Maria de Carvalho. 1908. Grifo nosso.

[19] Ver DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia – O Homem Delinqüente e a Sociedade Criminógena*. Reimpressão. Coimbra : Coimbra Editora, 1992. p. 19.

[20] VARGAS, Getúlio. *A Serpente e o Dragão*. Op. cit. p. 81.

tantes introduzidas pelo Código Rio-Grandense no sistema penal brasileiro. Através desta disposição, o legislador rio-grandense criou um processo penal misto, ao mesmo tempo inquisitório e acusatório[21].

A fase secreta do processo tinha como pressuposto, ao menos em tese, de que o juiz,[22] de forma imparcial, coligia elementos de instrução, favoráveis ou contrários ao indiciado, sem a presença das partes. Já na fase pública, o indiciado fiscalizava os atos do juiz de instrução, confrontado-os com os atos da fase secreta e podendo impugná-los. Na fase secreta, ocorria o interrogatório do réu (art. 339) e era feita a inquirição das testemunhas (art. 340). O número de testemunhas não era limitado, podendo o juiz, contudo, reduzir o rol ao número que considerasse suficiente (art. 341). O caráter inquisitório dessa fase fica evidente no artigo 342. De acordo com ele, o juiz estava autorizado a proceder investigações de ofício.

O crime de ferimentos leves praticado por Laurentino Lopez Cardozo em 20 de março de 1908 e denunciado por Getúlio Vargas em 28 desse mês, teve a fase secreta da formação da culpa iniciada em 31 de março com o interrogatório do acusado. Estiveram presentes somente o juiz Aurélio Bittencourt Júnior e o escrivão. Essa fase prosseguiu em 14 e 20 de abril com o interrogatório das testemunhas. No dia 14, depuseram Nabor da Silva Chitão e José Flach. O primeiro havia deposto na delegacia de polícia e afirmou ter 42 anos, ser casado, ser empregado do armazém Nunes e Azambuja e ter visto o denunciado (Laurentino Lopez Cardozo) perseguindo a vítima (Pedro Januário) que, voltou-se e desferiu tiros. Já José Flach, 42 anos, casado, natural da Áustria, declarou que estava em sua oficina, quando ouviu tiros e viu pessoas correndo. Flach não depusera na delegacia. No dia 20, foi interrogado Jorge Elias, 51 anos, casado, natural da Áustria, que não havia comparecido à delegacia. Elias corroborou o depoimento de Flach. Nesse processo, a testemunha

---

[21] "O sistema acusatório preocupa-se principalmente do interesse individual lesado pelo processo: o sistema inquisitório preocupa-se principalmente do interesse público lesado pelo delito". João Mendes Júnior. Apud: ABREU E SILVA, Florencio Carlos de. Código do Processo Penal do Estado do Rio Grande do Sul: estudo crítico e comparativo. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1909, p. 152.

[22] Dois tipos de juízes envolviam-se nos processos: o juiz distrital, que era nomeado pelo Presidente do Estado por quatro anos e tinha como atribuição preparar os processos criminais da competência do júri até a pronúncia exclusive (Constituição Estadual de 1891 art. 59 § 2º); o juiz de comarca, que era nomeado mediante concurso, e tinham as mesmas atribuições dos juízes de direito da antiga organização (Constituição Estadual de 1891 art. 54 e 55 § 2º). De acordo com a antiga organização (Código de Processo Criminal de 1832 art. 42) os juízes de direito procediam a pronúncia e presidiam a sessão do júri.

que forneceu mais detalhes na delegacia, o dr. Gabriel Azambuja Fortuna, não foi encontrado para a fase secreta. Ele depôs novamente em 1º de maio de 1908, já na fase pública.[23]

A fase pública iniciava-se com uma audiência para novo interrogatório do réu, com prévia citação das partes (art. 318). Nessa ocasião, o réu era interrogado na presença de seu advogado, do promotor público ou do queixoso e de seu advogado (art. 350). O imputado, bem como a acusação, podiam arrolar novas testemunhas ou propor novos meios de prova. Nessa fase, havia um limite de cinco testemunhas para cada parte (art. 351), que depunham, podendo as partes interrogá-las para maiores esclarecimentos.

O processo respondido pelos réus Jeronymo de Souza Machado e Alexandre Félix de Silva por crime de lesões corporais, denunciado por Getúlio Vargas em 8 de abril de 1908, teve sua fase pública iniciada em 15 de maio com o termo de leitura do processo e novo interrogatório dos denunciados.[24] Concluída a fase pública da instrução, as partes tinham vinte e quatro horas para apresentar alegações escritas (art. 357). Findo esse prazo, o juiz preparador elaborava relatório e o remetia para o juiz responsável pela pronúncia (art. 358). O juiz da pronúncia, após receber o relatório, tinha cinco dias para pronunciar ou não o réu em despacho motivado (art. 361). Após, iniciava a fase em que o processo era julgado em plenário pelo Tribunal do Júri. O juiz, recebendo os autos conclusos, dava vistas ao promotor que tinha três dias para apresentar o libelo. O libelo, assim como a denúncia, é uma peça formal, com requisitos definidos em lei: O crime de lesões corporais praticado por Bento Joaquim Rodrigues em 14 de fevereiro de 1908 e denunciado por Getúlio Vargas em 29 do mesmo mês, teve seu libelo apresentado em 3 de abril de 1908:

> Por libelo crime acusatório diz a Justiça Pública, como a (sic) por seu 2 º Promotor, contra o réu ausente Bento Joaquim Rodrigues, por esta e melhor forma de direito o seguinte:
> Provará:
> 1º que o réu Bento Joaquim Rodrigues, na noite de 13 de fevereiro do corrente ano, em uma armazém à rua Azenha n º 53, de propriedade de Eduardo Costa, fez neste o ferimento constante do auto do corpo de delito de fls.
> 2º que ditos ferimentos inabilitaram o ofendido de seu serviço por mais de trinta dias;

[23] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Maço 100, número do processo 2220, Réu: Laurentino Lopez Cardozo, 1908.
[24] Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Maço 100, número do processo 2228, Réu: Jeronymo de Souza Machado e outro, 1908.

> 3º que o réu entrou em casa do ofendido com intenção de perpetrar o crime;
> Espera o recebimento do presente libelo para, julgado provado, ser o réu condenado nas penas do grau médio do art. 304 § único do Código Penal.
> Requer mais todas as diligências legais necessárias ao julgamento, intimação das testemunhas para, sob as penas da lei, comparecem em juízo.
> Testemunhas: Gasparino Leão, Maria Joana de Conceição e Aurélio Ângelo de Brito.
> **Getúlio Dornelles Vargas** – 2 º Promotor .[25]

Os processos analisados não apresentavam contra-libelo. Isso evidenciava a fragilidade da defesa, já que os réus, via de regra, eram defendidos por advogados nomeados na audiência que iniciava a fase pública de formação da culpa. Findo o prazo, ocorria a formação do Tribunal do Júri.

No Tribunal do Júri, havia, em primeiro lugar o sorteio de cinco jurados entre quinze e a tomada de compromisso. Ato seguinte, ocorria o interrogatório do réu (art. 421), ao fim do qual o escrivão procedia a leitura do processo (art. 422). Nesse momento iniciava o debate. O Correio do Povo, em 9 de agosto de 1908, noticiou o júri de Patrício Chaves, pronunciado por tentativa de estupro da sexagenária Rufina Fagundes:

> O escrivão Guedes Pinto procedeu a leitura do processo e, finda essa, teve a palavra o dr. Getúlio Vargas, 2º promotor público, que leu o libelo lançando o debate e declarou aguardar a palavra da defesa. Dada à palavra ao dr. Teixeira de Andrade [assistente da acusação], esse advogado também declarou aguardar a defesa.

Após, havia a manifestação da defesa (art. 424).[26] Veja-se o júri de Patrício Chaves:

> Falou, então, o dr. Moraes Fernandes, advogado do réu, que analisou, peça por peça, o processo, procurando destruir a acusação que pesava sobre seu constituinte. Aquele advogado travou longo diálogo com o dr. Joaquim Birnfeld quando procurou criticar o despacho da pronúncia do réu, exarado por esse magistrado. Entre a defesa e os drs. Teixeira de Andrade e Getúlio Vargas foram trocados apartes, alguns dos quais pessoais.(...) Quinze minutos depois, foi reaberta a sessão, ocupando a tribuna o dr. 2º promotor. Por longo espaço de tempo, o dr. Getúlio Vargas trouxe presa a atenção do tribunal, estudando o processo e os precedentes do réu. O 2º promotor, que foi muito aparteado, terminou pedindo a condenação do delinqüente. Teve, então, a palavra o dr.

[25] Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Maço 100, número do processo 2222, Réu: Bento Joaquim Rodriguez, 1908.
[26] De acordo com o Código de Processo Penal, após a manifestação do promotor eram chamadas as testemunhas de acusação para inquirição e, após a defesa, eram questionadas as testemunhas de defesa (art. 423, 425). Na prática, as partes requeriam que os depoimentos fossem por escritos, conforme o art. 426.

> Teixeira de Andrade, que secundou a promotoria pública, rebatendo a defesa. Na peroração do seu discurso, o ilustrado advogado explicou os motivos de sua intervenção no debate: "Não era a falta de confiança no moço ilustre que representava o Ministério Público, mas sim o cumprimento de um dever que lhe impunha a recordação de que a sua meninice passara ao colo da vítima do atentado.(...)Novamente o dr. Moraes Fernandes assomou à tribuna, replicando [art. 428] e pedindo que o júri negasse a autoria do crime e absolvesse seu constituinte.

Encerrados os debates, o juiz realizava um resumo da matéria da acusação e da defesa e, após, a leitura dos quesitos (art. 430-439). Os jurados proferiam seus votos oralmente, na ordem em que haviam sido sorteados, podendo fundamentar seus motivos (art. 440). Após, o julgamento era reduzido a termo nos autos, assinado pelo presidente do tribunal e pelos jurados e datado (art. 445).No caso, Patrício Chaves foi condenado à pena máxima, 4 anos e 8 meses de prisão.[27]

Era esse o contexto jurídico em que atuou o promotor Getúlio Vargas. Por fim, mencionamos o interessante júri de Antônio Paixão, futuramente citado por biógrafos de Vargas. Vejamos o Relatório policial que consta nos autos do processo:

> Na noite de 22 do corrente achavam-se reunidos em casa de Fortunato de Barros, na rua 3 de Novembro, antigo Beco do oitavo, muitos indivíduos, entre eles Antônio Paixão, Benjamim Ozório e Serapião Fernandes. As 10 horas e pouco, quando já todos se retiraram Fortunato dirigiu-se a Serapião e o repreendeu por estar de namoro com uma rapariga amasia de um seu amigo: este não se conformando com a repreensão insultou Fortunato que o agrediu não conseguindo feri-lo. Estavam os dois na luta quando tomou parte nela Antônio Paixão que, já depois de Serapião retirar-se, vibrou com um formão, profundo golpe em Fortunato, na altura do pente. O agressor em seguida evadiu-se, sendo minutos depois preso por um agente do 7º posto que, pelos apitos de socorro, acudira ao local [28].

Agora, observemos a notícia publicada dias após o episódio, no jornal Echo do Povo:

> Subindo à tribuna para acusar um réu não o fez por ter reconhecido que este havia cometido o crime em legítima defesa, mostrando assim que a sua posição, como advogado da justiça, era outra e não a de acusador sistemático, manietado ao cargo para, deixando de parte o código, os autos e as provas,

---

[27] Correio do Povo, 9 de agosto de 1908. Essas anotações foram-nos gentilmente cedidas pelo dr. Miguel do Espírito Santo.
[28] Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Maço 100, número do processo 2229, Réu: Antônio Paixão, 1908.

> pedir condenações injustas, iníquas, absurdas. (...) Desejamos, portanto, que o nosso ilustrado patrício permaneça duradouramente nesse cargo que com tanta probidade está exercendo, para o bem da sociedade e honra do Ministério público[29].

Finalmente Carazzoni relata o episódio em 1939, durante o Estado Novo:

> Getúlio Vargas empossara-se, recentemente, no cargo de promotor público. Precisamente, naqueles dias, um boêmio turbulento, serenatista dos subúrbios, atacou e agrediu, à noite, um operário, que se recolhia ao lar. Em revide à agressão, o operário desferiu no desordeiro um golpe de formão, ferramenta do seu trabalho. Instaurou-se processo contra o operário, por crime de ferimentos leves. (...) Um rábula, que farejava todas as oportunidades de se fazer ouvir da tribuna judiciária, correu a dar a sua assistência ao réu. (...) No dia do julgamento, lá estava o chicaneiro, a ocupar a tribuna da defesa, solene e importante, ao lado de um montão de livros, torre babélica de erudição, ameaçando desabar sobre o bacharel noviço. (...) O promotor público subiu à tribuna, placidamente. Fez o histórico do caso, num resumo lapidar, para pedir logo aos jurados a absolvição do réu, no interesse da própria justiça. Descendo da tribuna, com a mesma tranqüilidade de minutos antes, lançou olhar furtivo ao seu confuso antagonista: a torre babélica dos criminalistas como que desmoronava, sepultando, nas suas ruínas de textos, a miragem do discursador [30].

Antônio Paixão encontrava-se com amigos, em plena "farra", quando deu-se o incidente. Transformou-se em um "operário" que "recolhia-se ao lar" e que foi atacado por "um boêmio turbulento, serenatista dos subúrbios". O formão, arma do crime, tornou-se "ferramenta de trabalho". De fato, tratava-se de legítima defesa, situação que foi reconhecida por Getúlio Vargas. Segundo Florencio Carlos de Abreu e Silva, o promotor não estava obrigado a pedir a condenação. Ele citou os penalistas autríacos Lyon Caen e Bertrand segundo os quais "o ministério público é não somente um acusador, mas também o representante do interesse público, e como tal obrigado a impedir que um inocente seja condenado"[31]. Getúlio Vargas, portando, estava afinado com essa orientação. A situação foi, contudo, romanceada para destacar o senso de justiça do jovem promotor, agora estadista.

A carreira de Getúlio Vargas durou pouco mais de um ano no Ministério Público. Em dezembro de 1908, Getúlio pediu licença pelo período de três meses e viajou para São Borja[32]. Regressou a Porto Alegre no final de fevereiro

---

[29] Jornal *Echo do Povo*, Porto Alegre, 07/05/1908.
[30] CARAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro : Editora José Olympio, 1939, p. 78.
[31] ABREU E SILVA, Florencio Carlos de. Op. cit., 191.
[32] *A Federação*, 1 de dezembro de 1908, p. 2; 7 de dezembro de 1908, p. 2.

e, em março, após uma curta viagem a Vacaria, foi proclamado candidato a deputado pelo Partido Republicano [33].

Em 20 de março de 1909 lhe foi concedida a exoneração por Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado. Em março de 1909[34], Getúlio Vargas foi eleito deputado estadual para a sexta legislatura, 1909 a 1912, com 10152 votos. É difícil precisar o quanto a breve passagem de Getúlio Vargas no Ministério Público exerceu influência em sua atuação política. Tudo indica, porém, que o trabalho de promotor ofereceu ao jovem Getúlio Vargas um primeiro contato com os setores mais humildes da sociedade.

Fontes pesquisadas:

A Federação (1907 – 1909)

O Debate (1907)

Petit Journal (1907)

Echo do Povo (1908)

Processos Criminais do Arquivo Público do Estado do RS

Referências Bibliográficas

ABREU E SILVA, Florencio Carlos de. *Código do Processo Penal do Estado do Rio Grande do Sul: estudo crítico e comparativo.* Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1909.

AXT, Gunter. *O Ministério Público no Rio Grande do Sul: evolução histórica.* Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2001

[33] *A Federação*, 27 de fevereiro de 1909, p. 2; 17 de março de 1909, p. 2; 18 de março de 1909, p. 2.
[34] *A Federação*, 29 de março de 1909.

CARAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro : Editora José Olympio, 1939.

CARR, Edward H. *O que é História*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia – O Homem Delinqüente e a Sociedade Criminógena*. Reimpressão. Coimbra : Coimbra Editora, 1992

FONTOURA, João Neves. *Memórias: Borges de Medeiros e seu Tempo*. v. I. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outro ensaios*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1998.

FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1944.

HENRIQUES, Affonso. *Vargas, o Maquiavélico*. São Paulo : Palácio do Livro.

JUNIOR, Queiroz. *Memórias sobre Getúlio*. Editora Copac, 1957.

LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.

VARGAS, Getúlio. *A Serpente e o Dragão:* Dissertações Acadêmicas. Org. FREITAS, Décio, LARANGEIRA, Alvaro. Porto Alegre : Sulina, 2003.

A política imperial brasileira e a imprensa ilustrada no século XIX – Rio de Janeiro e Pelotas*

*Aristeu Elisandro Machado Lopes***

Resumo: O artigo visa traçar considerações sobre dois periódicos ilustrados e humorísticos que circularam no Brasil no século XIX. Um deles – *Revista Illustrada* – é proveniente da imprensa ilustrada que circulou no Rio de Janeiro e o outro – *A Ventarola* – circulou na cidade de Pelotas, localizada na Província do Rio Grande do Sul. São objetivos do trabalho: esboçar comparações entre esses dois periódicos, averiguando como o primeiro serviu de modelo para o segundo e o tratamento disp ensado a política do tempo através do humor e da crítica social presente na produção artística e textual dos periódicos.

Palavras-chave: Rio de Janeiro – Pelotas – Imprensa ilustrada – Política – Século XIX

Introdução

Os anos 1830 marcaram o início da imprensa ilustrada no Brasil com as primeiras caricaturas de Manoel de Araújo Porto Alegre publicadas em folhas soltas dentro do *Jornal do Comércio*[1]. Contudo, foi na segunda metade do século que os periódicos ilustrados se desenvolveram, através do surgimento de vários periódicos e revistas com imagens de humor, impulsionados pelo melhoramento das técnicas de impressão:

> O século XIX foi aquele que viu nascer as revistas humorísticas, estimuladas pelos avanços nas técnicas de impressão e reprodução que possibilitaram o aumento das tiragens e o conseqüente aumento do público leitor. Esta associação entre humor e imprensa, especialmente destacada nos países europeus, também ocorreu nos principais centros urbanos brasileiros, embora tenha sido um pouco mais tardia, já que os processos de modernização da imprensa no Brasil foram lentos e concentraram-se nas três últimas décadas do século XIX[2].

---

* Este artigo constitui parte de minha Dissertação de Mestrado em História "Traços da Política: representações do mundo político na imprensa ilustrada e humorística pelotense do século XIX" defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O trabalhou contou com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

** Doutorando em História-PPG/UFRGS. Bolsista CNPq.

[1] PESAVENTO, Sandra. *Porto Alegre Caricata*. Porto Alegre: UE/Secretaria Municipal de Cultura, 1993. p.22.

[2] SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.38.

A Corte, centro político do Império, concentrava uma população significativa alcançando no final dos anos 1880 a cifra de 522.651 habitantes[3] reunindo também o maior número de periódicos ilustrados. Já Pelotas, que ao lado da capital Porto Alegre e de Rio Grande eram os maiores centros urbanos da Província do Rio Grande do Sul, possuía no mesmo período uma população de 41.591 habitantes[4]. O desenvolvimento da vida urbana estava em amplo crescimento em ambas as cidades, o que possibilitava o aumento das atividades culturais ligadas à imprensa, como o jornal e o livro[5].

Nesse sentido, a Corte exercia um fascínio sobre Pelotas que a considerava um modelo a ser seguido. O processo de desenvolvimento da imprensa ilustrada não diferiu. Os periódicos fluminenses chegavam à Pelotas através dos navios, trazidos por particulares ou então distribuídos pelas livrarias da cidade[6] servindo, assim, de modelo à confecção dos periódicos pelotenses. Para os responsáveis por esses hebdomadários, tudo e todos eram passíveis de suas críticas mordazes, de tal modo que a política do tempo não passou despercebida, servindo à construção da sátira estampada nas páginas. O presente artigo utilizará como fonte dois jornais ilustrados – *Revista Illustrada* e *A Ventarola* – o primeiro circulou na Corte e tornou-se conhecido, servindo de modelo ao segundo, veiculado em Pelotas. Através de uma série publicada nos dois jornais pretende-se evidenciar algumas características comuns, como a apresentação física e as atitudes políticas[7].

***

[3] Conforme: População das capitaes dos estados do Brazil (1872, 1890, 1900 e 1910) Extraído de: www.ibge.gov.br Capturado em 08/05/2005.

[4] PEREIRA, Othon Ferreira et. al. *A evolução urbana de Pelotas: um estudo metodológico*. História em Revista. Pelotas: UFPel, nº 01, set. de 1994, p.27.

[5] SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.206. O autor refere-se aqui a Corte, no entanto a mesma condição pode ser aplicada a Pelotas: O aumento da população urbana dotou a cidade de um público leitor, para o qual o livro e o jornal eram os principais atrativos. Os jornais do século XIX, por exemplo, traziam anúncios das principais livrarias, como a Americana e a Universal, as quais ofereciam aos leitores uma gama variada de obras da literatura nacional e internacional. Sobre o desenvolvimento da cidade no período imperial ver: MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da universidade/UFPel, Livraria Mundial, 1993.

[6] Uma das distribuidoras no Rio Grande do Sul era a Livraria Echenique com sede em Pelotas e filial em Porto Alegre. Isso foi constatado em vários exemplares da Revista Illustrada que pertencem ao acervo do Museu Hipólito Jose da Costa que trazem o carimbo da livraria. O periódico Cabrion, às vezes salientava que a Livraria Americana "se lembrou de nós", enviando um exemplar da Revista (Cabrion, 18/07/1880).

[7] O periódico A Ventarola foi pesquisado nos acervos da Biblioteca Pública Pelotense – Pelotas/RS e Biblioteca Pública Rio-Grandense – Rio Grande/RS. A pesquisa serviu para o desenvolvimento da minha dissertação de mestrado citada na primeira nota. Já o periódico Revista Illustrada faz parte da pesquisa em andamento para minha tese de doutorado que está numa fase inicial. Portanto, neste momento, utilizo outros autores que trabalharam com o jornal. Vale destacar que a pesquisa é realizada nas seguintes instituições: Biblioteca Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa, Real Gabinete Português de Leitura, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro todos localizados no Rio de Janeiro/RJ; Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre/RS e Arquivo Edgard Leuenrouth – Campinas/SP.

A *Revista Illustrada* foi uma iniciativa de um imigrante italiano, Angelo Agostini. Logo após sua chegada ao Brasil, em meados dos anos 1860, se instalou em São Paulo e fundou dois periódicos ilustrados: *Diabo Coxo* em 1864 e *O Cabrião* em 1866[8]. Em 1867, Agostini chegou ao Rio de Janeiro e em seguida iniciou sua promissora carreira de caricaturista. Ainda nesse ano, executou trabalhos litográficos no periódico *O Arlequim*. No ano seguinte, já estava trabalhando num outro periódico, *A Vida Fluminense*, que sucedeu o anterior. Sobre sua atuação nesse periódico, Herman Lima assinala que suas caricaturas são desde o início "excelentes charges (...) ainda no verdor dos anos, porém já na maneira que o imortalizaria depois"[9]. Em *A Vida Fluminense*, Agostini criou a primeira história em quadrinhos, em seqüência e com um personagem fixo, no Brasil; dividida em nove capítulos sua história chamava-se "As Aventuras de Nhô Quim ou Impressões de Uma Viagem à Corte"[10]. Colaborou ainda em *O Mosquito* lançado em 1875. Contudo, foi com a fundação da *Revista Illustrada* em 1876 que sua carreira ascendeu tornando-o o principal caricaturista do século XIX e a *Revista* no periódico de maior destaque no país. Lima enfatiza a importância de Agostini e do seu periódico na

> [...] fixação da vida política do Brasil justamente no mais vivo período de transição da Monarquia para a República, assim como pela imensa repercussão que teve no desenvolvimento da nova geração de caricaturistas nacionais, de norte a sul do país, nenhuma publicação se equipara à *Revista Illustrada*, como nenhum mestre estrangeiro foi mais decisivo do que Angelo Agostini[11].

O mestre estrangeiro provavelmente entusiasmou outro imigrante: o francês Eduardo Chapon, responsável pelo periódico *A Ventarola*[12]. Ele Exercia o ofício de litógrafo e era proprietário da Litografia Parisiense que, além de produzir o jornal,

---

[8] Sobre a vida de Angelo Agostini e sua atuação na imprensa ilustrada de São Paulo e da Corte ver a tese de Doutorado de Marcelo Balaban: *Poeta do Lápis: A trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-1888*. (tese de doutorado) Campinas: Universidade Estadual de Campinas, dezembro de 2005.

[9] LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, v.1, p. 101.

10 Essa produção do caricaturista foi organizada e publicada: AGOSTINI, Angelo. *As aventuras de Nhô-Quim e Zé caipora*. Os primeiros quadrinhos brasileiros 1869-1883. Brasília: Senado Federal, 2002.

[11] LIMA, Herman. História da Caricatura Op. Cit., v.1, p.119.

[12] Em 1879, Eduardo Chapon, ao lado do caricaturista Eduardo Guerra, participou de outro periódico ilustrado em Pelotas, o Cabrion. Ele permaneceu até julho de 1880 na confecção do periódico que encerrou a circulação em junho de 1881. O nome do periódico, derivado do congênere paulistano, também exemplifica o modelo adotado em Pelotas a partir de Angelo Agostini. Cabrião ou Cabrion é o nome de um personagem do romance Mistérios de Paris de Eugène Sue. No enredo, ele é um pintor travesso que perturba o personagem Pipelet. Conforme: MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: Imprensa e práticas culturais em tempo de República*. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Imprensa Oficial, 2001, p.78.

desempenhava outros trabalhos relacionados à arte litográfica, como retratos, cartões de visitas, diplomas etc; os quais eram sempre anunciados no periódico[13].

Tanto a *Revista Illustrada* como *A Ventarola* eram semelhantes na apresentação física: 4 páginas de texto e 4 páginas de ilustrações. Apresentavam, na primeira página, um frontispício bem trabalhado e a figura de alguém de destaque para aquela edição. O recurso era uma forma de homenagear uma pessoa, que poderia ser um comerciante, fazendeiro ou poeta, bem como atores, políticos, músicos, com inserção local ou nacional. Nestes casos, essas ilustrações conhecidas como *portrait-charge*, sempre destacavam a cabeça da figura, aproximando-se mais do retrato do que de uma caricatura propriamente dita, podendo ser consideradas, em grande parte, como autênticos retratos[14]. Embora estes representem a maioria das primeiras páginas, os periódicos também a usavam para dar ênfase a determinado assunto criticando-o, como o descaso da administração pública para com a cidade e questões relacionadas à política. A segunda e terceira páginas eram preenchidas com o editorial, notícias, cartas recebidas, artigos e crônicas; a sexta e a sétima páginas concentravam a parte literária do jornal. Já as ilustrações ocupavam metade do jornal; eram destinadas a elas a quarta, quinta e oitava páginas.

As ilustrações dos periódicos fluminenses criadas por Agostini se notabilizaram pela "pluralidade de quadros e abundância de textos (...) Agostini 'quadriniza' definitivamente a charge, isto é, sistematiza essa narrativa permanentemente seqüenciada, sincronizada no tempo e ordenada no espaço"[15]. Concepção semelhante foi averiguada no periódico pelotense. Nele, a grande maioria dos assuntos aparecia numa "história em quadrinhos", ou seja, a temática era apresentada em quadros preenchidos por ilustrações acompanhadas de legendas. Em outros casos, eram apresentados vários quadros cada um com um assunto diferente. Em grande parte, a quarta e a quinta páginas eram divididas em dois quadros cada uma e a oitava em três.

Os últimos anos do Império nos quais *A Ventarola* circulou e a *Revista Illustrada* já possuía um prestígio considerável foram marcados também pelas crises do governo imperial que se estendiam desde o fim da Guerra do Paraguai e que atingiam seu ápice com o fortalecimento das campanhas Abolicionista e

[13] A propaganda de sua litografia no periódico foi constante a partir do exemplar do dia 1º de maio de 1887.
[14] LIMA, Herman. *História da Caricatura* Op. Cit., v.1, p.110.
[15] TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001, p.17.

Republicana. Tanto Agostini como Chapon estavam atualizados com os acontecimentos de seu tempo e não deixavam determinados assuntos relacionados à política imperial brasileira passar despercebidos, dedicando grande parte do espaço dos jornais a eles.

Agostini sempre marcou posição favorável a ambas as campanhas, colocando seu traço "a serviço das principais questões que dilaceram a sociedade da época"[16]. A atuação do caricaturista em prol da libertação dos escravos fez com que Joaquim Nabuco, um dos principais propagadores da Abolição, intitulasse a *Revista* de "Bíblia da Abolição dos que não sabem ler"[17]. Já *A Ventarola* pautou-se não tanto em defesa da Abolição[18], dirigiu-se à campanha republicana.

O periódico pelotense defendeu a causa republicana através da veiculação de ilustrações, artigos, crônicas e notícias das atividades do clube e do partido republicanos. Num dos artigos, revelou sua posição favorável à campanha dos republicanos: "A Ventarola inda uma vez declara não ser monarquista: quer abertamente a república [...] e confia que ela será em breve uma realidade" (*A Ventarola*, 16/06/1889)[19]. Apesar de não se posicionar francamente adepta da abolição, foi a partir da Lei Áurea que as discussões se ampliaram e o periódico passou a enfatizar a questão republicana, destacando que estavam perto de "aplaudir uma grande transformação no nosso regime governamental", sendo a mudança ocasionada pelo 13 de maio: "O público despertou da criminosa apatia em que permaneceu por longos anos, e agita-se em busca de novos horizontes..." (*A Ventarola*, 01/07/1888).

A forma principal encontrada pelos caricaturistas dos dois jornais para propagar seus ideais abolicionistas, no caso específico da *Revista*, e republicanos foi dirigir suas sátiras ao governo imperial contrastando-as com os ideais republicanos, os "novos horizontes". Assim, podem ser considerados ao mesmo tempo como noticiosos e emissores de opiniões contudo, não descuidavam da função primordial do jornal: provocar o riso do leitor através

[16] Idem Ibidem, p.16.

[17] LIMA, Herman. *História da Caricatura* Op. Cit., v.1, p.120.

[18] A posição do periódico em relação à causa abolicionista não foi clara. No entanto, em dezembro de 1887 uma contratada (ex-escrava) foi assassinada na cidade e fez com que o periódico se posicionasse contrário ao ocorrido, exigindo a punição dos culpados. Sobre esse assassinato e a posição do periódico ver: LOPES, Aristeu E. M., *Representações da Escravidão e da Abolição nas caricaturas da imprensa ilustrada e humorística pelotense do século XIX*. Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. [recurso eletrônico] Porto Alegre: UFRGS/ANPUH-RS, 2005, p. 01-12.

[19] A grafia das citações do periódico foi atualizada.

de uma apresentação humorística da realidade. Devido a grande liberdade de imprensa gozada no período, o Imperador Dom Pedro II tornou-se uma das figuras mais caricaturadas. Um dos desenhos humorísticos que envolviam o Imperador será, doravante, o cerne que guiará o presente artigo. As ilustrações evidenciam o padrão de quadrinização acima referido, o posicionamento político dos dois periódicos e exemplificam como a *Revista Illustrada* serviu de modelo a *A Ventarola*. Trata-se de uma narração cômica da viagem realizada por Dom Pedro II em 1887 à Europa. A imagem foi produzida por Angelo Agostini e veiculada na *Revista Illustrada*[20]; mais tarde foi copiada e publicada em *A Ventarola*[21] em 11 de setembro de 1887. (Figura 1 e seguintes)

Na primeira ilustração da série d'*A Ventarola*, o Imperador está no navio *Gironde* que o levou para a Europa; naquela da *Revista* ele já está na Europa sentado num banco com sua lira (figura 2). No entanto, a imagem e o sentido da sátira são iguais: criticavam o gosto apurado do imperador por música e literatura. A legenda da imagem do periódico pelotense refere-se somente ao "rei poeta tangendo a lira", na ilustração original: "Nas horas vagas, deita poesia, empunha lira e, qual trovador, canta a Pátria ausente". A composição, além de satirizar a viagem, criticava a busca de erudição do imperador, como o interesse por línguas, astronomia e literatura que na opinião de muitos "não se adaptavam à política ou à vida cotidiana"[22].

O segundo quadro trata da vontade do imperador de visitar lugares. A legenda em Pelotas foi menor: "apesar da resistência dos médicos S. M. não deixa do seu sistema de andar a galope por toda a parte". No original outra frase completava a legenda: "Pobre comitiva e pobres repórteres!".(figura 3) A sátira do segundo quadro remete às várias visitas realizadas pelo imperador, que aportou em Portugal e depois seguiu para a França. O Imperador realizou a viagem com a finalidade de tratar de sua saúde e por recomendação dos médicos, tanto daquele que o assistia desde o Brasil como dos franceses, foi encaminhado à estação de cura de Baden-Baden, assunto abordado no terceiro quadro da imagem d'*A Ventarola* e nas figuras 4 e 5 da *Revista Illustrada*.

---

[20] As imagens da Revista Illustrada foram publicadas em TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e seu mundo através da caricatura*. Rio de Janeiro: Documentário, 1976, p.98-100. O autor não colocou as referências sobre a ilustração, apenas sabe-se que foram veiculadas no periódico.

[21] Outra seqüência de caricaturas que tratava de uma fuga de escravos publicada na Revista Illustrada em 30/09/1887 foi reproduzida no jornal pelotense em 30/10/1887, nº 30, p. 04.

[22] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador. Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.419.

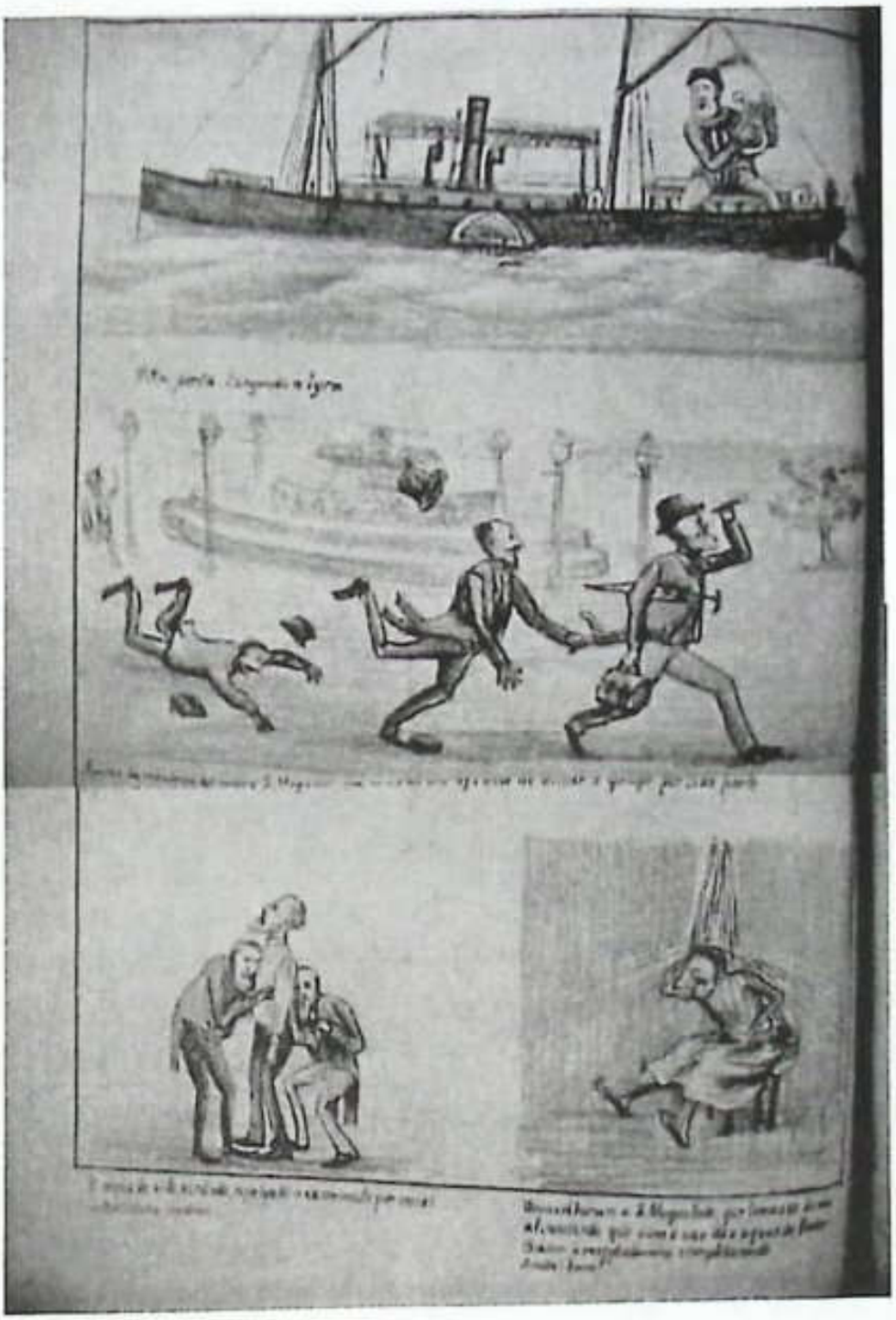


Figura 1: A viagem de Dom Pedro II em *A Ventarola*.

Figura 2: A viagem de Dom Pedro II na *Revista Illustrada*

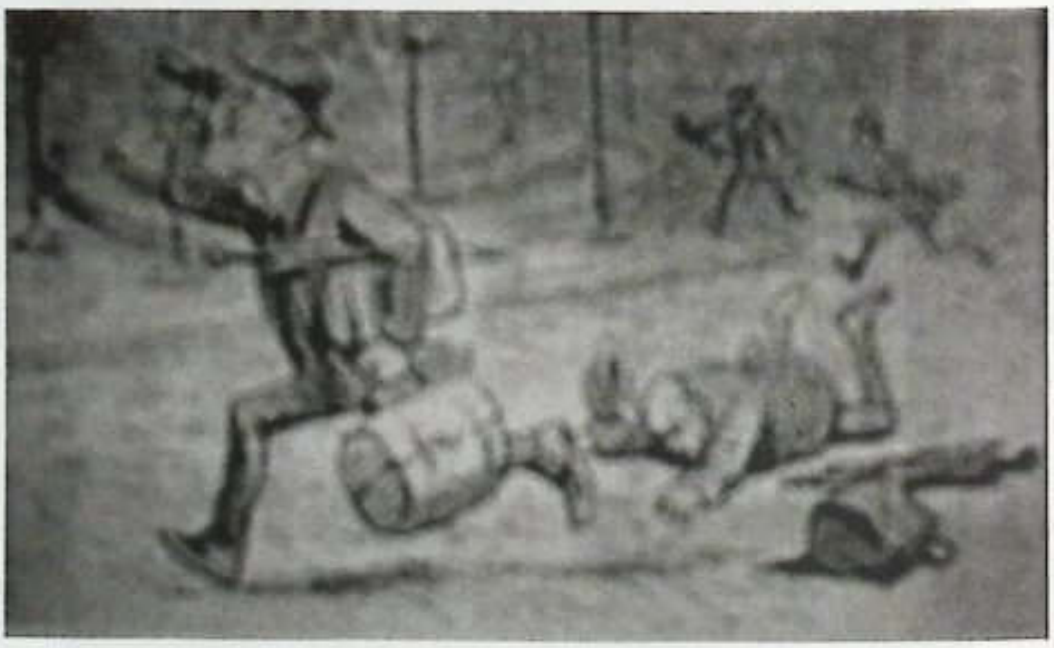
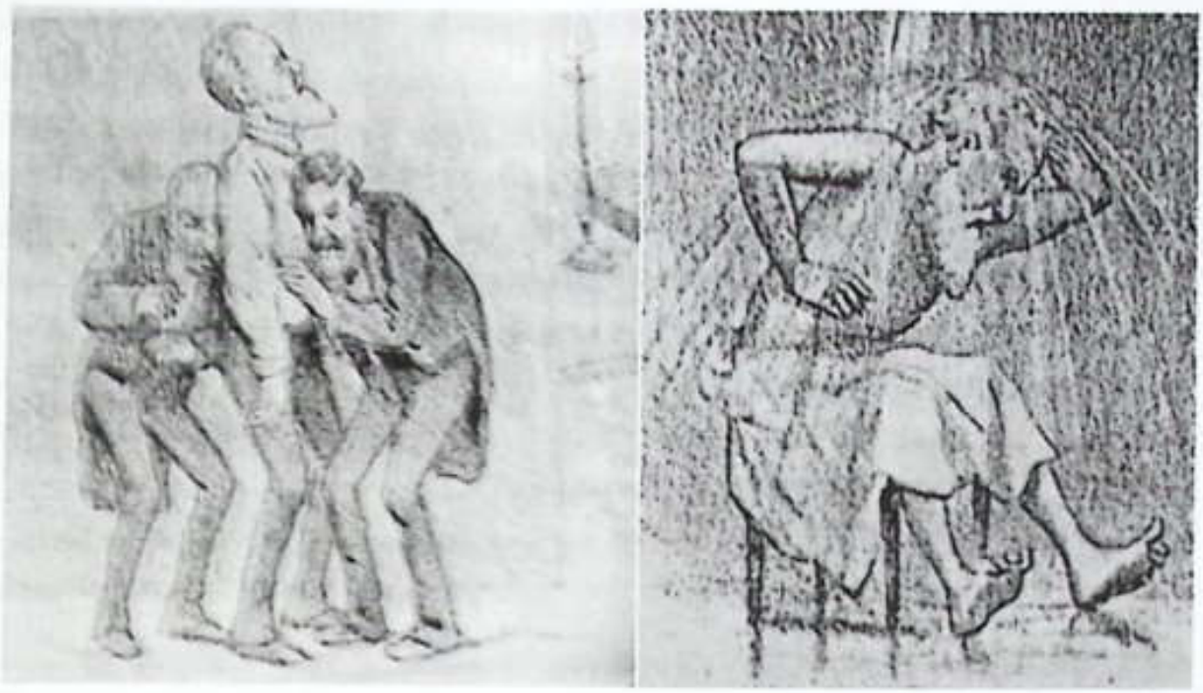


Figura 3: A viagem de Dom Pedro II na *Revista Illustrada*



Figuras 4 e 5: A viagem de Dom Pedro II na *Revista Illustrada*

A notícia, contudo, foi oferecida com humor nos dois periódicos, como exemplifica as legendas do periódico pelotense, semelhantes ao original: "E depois de visto, escutado, apalpado e examinado por várias notabilidades médicas... Aconselharam a Sua Majestade que tomasse ducha afiançando que o uso das águas de Baden-Baden o restabelecerá completamente".

Provavelmente, não era objetivo do jornal pelotense apenas copiar a imagem da congênere fluminense mas, assim como ela, criticar o império num momento de tensão representado pela doença do imperador e pela iminência do terceiro reinado:

> Sobre a saúde física de S. M. Dom Pedro II, diz o telégrafo que é lisonjeira; quanto a mental, diz o mesmo que não é boa, isto é, que agravam-se os antigos sofrimentos daquele respeitável monarca, o que sinceramente lamento.
> Falou ainda o telégrafo em abdicação, fato este que, ao que se nota, não tardará a ser consumado.
> Resta que S. A. I.[Sua Alteza Imperial] procure por todos os meios, um meio de encetar o terceiro reinado de forma que se torne simpática à causa pública. Urge que quem governa se identifique com as aspirações dos governados, para poder governar. (*A Ventarola*, 06/11/1887).

As ilustrações de Dom Pedro II denotam a existência de idéias equivalentes defendidas pelos dois caricaturistas embora estivessem atuando em cidades diferentes. Demonstram também que suas produções artísticas, além de passar

ao leitor uma apresentação cômica da realidade, eram concebidas de acordo com as suas posições e os seus interesses, ou seja, além de servir para noticiar a viagem ela também foi usada para satirizar o Império e apresentar aos leitores um rei decrépito, doente e mais preocupado com assuntos relacionados à música e passeios do que com a política do país. Nesse sentido, esses adjetivos associados ao Imperador podem ser considerados, implicitamente, como uma forma de propagar os ideais republicanos defendidos nos dois jornais. *A Ventarola*, ao contrastar as duas formas de governo associava a Monarquia com um rei velho e cabisbaixo e a República com uma jovial alegoria feminina da República que logo substituiria o primeiro[23].

Ainda é necessário uma última consideração sobre as ilustrações: as técnicas de concepção e reprodução das imagens no século XIX, representadas pela litografia. Esse processo

> baseia-se na repulsão que a água tem pela gordura e vice-versa. Numa pedra calcárea, o desenho é feito por lápis gorduroso (o chamado *crayon litográfico*) ou tinta, também gordurosa, aplicada a pincel ou caneta. Uma solução ácida fixa a gordura à pedra. A impressão é planográfica, realizada numa prensa litográfica que, assim como a prensa calcográfica, se compõe de uma 'cama' com movimentos de vai-e-vem, onde se coloca a pedra. Sobre a pedra entintada é colocado o papel, bem liso, a receber a impressão e, por cima, um cartão de proteção. Antes de se proceder à entintagem, a pedra é molhada. A parte sem gordura absorve a água, ficando úmida, enquanto a parte engordurada repele-a. Nas áreas da pedra sem desenho, que permanecem úmidas, a tinta é recusada. Embora as litografias sejam facilmente reconhecidas pela granulação característica – efeito causado pelo lápis desenhado sobre a pedra – é possível também imprimir chapadas, em traços ou planos, bastando para isso aplicar a tinta sobre a pedra, com pincel ou caneta, para obstruir completamente os orifícios da mesma. Já o *crayon*, dependendo da força com que é usado, penetrará mais ou menos na granulação da pedra, de forma que, ao se fazer a impressão, esta fica visível[24].

[23] O emprego da alegoria feminina da República foi freqüente nos dois periódicos para se referir às atividades republicanas. Essa relação, no caso pelotense, foi estudada por mim em minha dissertação de mestrado já citada; no caso da Revista Illustrada a pesquisa está em andamento. Um trabalho mais abrangente sobre a simbologia republicana foi realizado por José Murilo de Carvalho: *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

[24] ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *História da fotorreportagem no Brasil. A fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus/Edições Biblioteca Nacional, 2004, p.84.

Essa metodologia foi freqüente na composição das ilustrações dos periódicos sendo usado tanto por Angelo Agostini[25], como por Eduardo Chapon. Conforme Raul Pederneiras os desenhos eram concebidos "sobre pesadas pedras, ás avessas, para que, na impressão, o resultado aparecesse natural"[26]. Retornando às imagens da viagem de Dom Pedro II é possível verificar que as reproduções publicadas em *A Ventarola* foram realizadas "ás avessas", isto é, a concepção dos desenhos do periódico pelotense utilizou como referência aqueles concebidos por Agostini, no entanto, quando impressos, saíram ao contrário.

As imagens evidenciam que o artista pelotense copiou os desenhos de Agostini e "esqueceu" de indicar a fonte da qual se baseou para a reprodução. Provavelmente, isso foi um descuido pois, nos números seguintes, as reproduções apareciam com informações que indicavam a origem da fonte, como "extraída da Revista Illustrada" no caso das ilustrações sobre a fuga de escravos citado na nota 21. Contudo, vale salientar a originalidade dos desenhos humorísticos e caricaturas veiculados no periódico pelotense; a parte ilustrada não foi elaborada somente através de reproduções, mas ela foi concebida, em sua maioria, a partir de notícias ou acontecimentos nacionais ou locais. É mister considerar também o talento do artista na re-apresentação do mesmo desenho, a qual reproduz, não tão fielmente mas com a mesma naturalidade, os traços do mestre Angelo Agostini.

Referências Bibliográficas

AGOSTINI, Angelo. *As aventuras de Nhô-Quim e Zé caipora. Os primeiros quadrinhos brasileiros 1869-1883.* Brasília: Senado Federal, 2002.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *História da fotorreportagem no Brasil. A fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900.* Rio de Janeiro: Elsevier/Campus/Edições Biblioteca Nacional, 2004.

---

[25] Nelson Werneck Sodré afirma que Agostini e outros artistas conheceram "as duas fases da técnica da gravura, penosas para eles, particularmente a primeira a da pedra litográfica". SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa*...Op. Cit., p. 221. A outra técnica era a zincografia que substituiu as pedras litográficas por chapas de zinco. Esse processo foi introduzido na imprensa ilustrada em 1895 e consistia na reprodução de desenhos como se fossem fotografias. BAHIA, Juarez. *História, jornal e técnica.* História da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990, 124.

[26] PEDERNEIRAS, Raul. "A Gravura." In: *O Imparcial.* Rio de Janeiro, 19 fev. 1922. Citado por SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa...Op. Cit., p.220.

BAHIA, Juarez. *História, jornal e técnica. Historia da imprensa brasileira.* São Paulo: Ática, 1990.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: A trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-1888.* (tese de doutorado) Campinas: Universidade Estadual de Campinas, dezembro de 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil.* São Paulo: Companhia das letras, 1990.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil.* 4 vols, Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Representações da Escravidão e da Abolição nas caricaturas da imprensa ilustrada e humorística pelotense do século XIX. *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.* [recurso eletrônico] Porto Alegre: UFRGS/ANPUH-RS, 2005, p. 01-12.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890).* Pelotas: Editora da universidade/UFPel, Livraria Mundial, 1993.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: Imprensa e práticas culturais em tempo de República. São Paulo (1890-1922).* São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

PEREIRA, Óthon Ferreira et. al. A evolução urbana de Pelotas: um estudo metodológico. *História em Revista.* Pelotas: UFPel, nº 01, set. de 1994, p.21-34.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Porto Alegre Caricata.* Porto Alegre: UE/Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador. Dom Pedro II, um monarca nos trópicos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e seu mundo através da caricatura.* Rio de Janeiro: Documentário, 1976.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001. (Coleção Papéis Avulsos, nº 38)

Marginais e desviantes: criminalidade e controle social na Porto Alegre dos anos de 1890 e 1900.

*Carlos Eduardo Millen Grosso**

Resumo: O artigo trata da criminalidade e do controle social na cidade de Porto Alegre entre 1890 e 1900, através da análise de processos criminais. Relacionando os crimes com a modernização da cidade, pretende-se apontar algumas tendências criminais em vista das campanhas moralizantes em Porto Alegre.

Palavras-chave: processos criminais, criminalidade, controle social.

Com o término da Revolução Farroupilha (1835-1845), a cidade de Porto Alegre encontrava-se empobrecida de recursos econômicos e de serviços público. Os esforços de guerra de ambos os lados exauriram os cofres provinciais, que atendiam apenas às necessidades de guerra. Após os intermináveis 10 anos, a cidade pode respirar aliviada dos dias de cerco e de incerteza. Uma das primeiras providências foi a transferência do cemitério, antes localizado nos fundos da Igreja Matriz, para o distante Morro da Azenha (1850). Outra obra que merece destaque foi à construção do 2º Mercado Público (1869), que daria maior dinamismo para as atividades comerciais. Por fim, a implantação do 1º transporte coletivo sobre os trilhos representou o início do prolongamento da cidade. (OLIVEIRA, 1993: 121-123).

Nos anos 1890, a cidade intensificou o processo de urbanização. Iniciou-se uma nova fase do fenômeno urbano. Por exemplo, a abolição da escravidão, a instalação da ordem republicana, o crescimento dos grupos médios urbanos e a imigração maciça acarretaram, a curto prazo, uma nova dinâmica social. (MONTEIRO, 1995: 21-38).

Em 1872, a população do município de Porto Alegre era de 43.998 mil habitantes (FEE, 1891:81) e, em 1890, de 52.421 mil habitantes (FEE, 1981:94)[1]. A cidade realmente crescia. As reformas iniciadas nos longínquos

*Mestrando do pós-graduação em história da PUCRS. Bolsista CNPq.

[1]No censo do ano de 1872, o critério utilizado foi o número de casas e de pessoas livres e escravas, segundo municípios e paróquias do RS. Já a população recenseada do ano de 1890, o critério adotado foi a divisão por sexo, segundo os municípios do RS.

anos 1850 atendiam, de certa forma, ao aumento populacional e, sobretudo, ao fortalecimento dos grupos médios que estavam sedentos pela modernização da cidade. Através dos emergentes valores burgueses, começava um processo, denominado por Nicolau Sevcenko, de "metamorfose da cidade". O autor define quatro princípios decisivos para tal empreendimento na cidade do Rio de Janeiro:

> (...) a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. (SEVCENKO, 1999:30).

No caso de Porto Alegre, o processo de modernização acarretou, como na capital do Brasil, a segmentação e o distanciamento espacial entre grupos da população. Os grupos de populares, moradores do centro da cidade, destacavam-se como modelo de comportamento desviante. As mulheres de família assustavam-se com tamanha vulgaridade dos populares na frente e no interior de bares e casas de moradia. "O domínio público parecia particularmente perigoso, atentatório aos padrões morais da família burguesa, ameaçadora aos bons costumes." (PESAVENTO, 1994:84). Eles inviabilizavam o florescimento aqui nos trópicos da *belle-époque* européia. A intenção do Poder Público, portanto, era de varrer, para os limites urbanos, a presença de traços populares.

Além disso, ganhou força no meio jornalístico uma campanha moralizante contra os hábitos culturais dos populares. Cláudia Mauch, por exemplo, constatou, a partir da análise de jornais do século XIX, a freqüência e o destaque conferido aos temas de desordem e imoralidade. A utilização de expressões como "saneamento moral" e "doença social" revelam a preocupação por parte dos jornalistas com a "saúde" da sociedade. (MAUCH, 1994:9-11).

Esta linguagem médica estava em voga na época para interpretar o vício e o crime como doenças contagiosas que ameaçavam a saúde da sociedade. Os médico-intelectuais começaram a chamar de "doença" qualquer coisa que pudesse detectar sinal de mau funcionamento na sociedade. Percebe-se, então, – através da revisão de literatura –, pelo menos, dois tipos de acusações dirigidas aos grupos populares: moral e higienista.

O indivíduo desviante era encarado a partir de uma perspectiva moral em que os hábitos torpes e promíscuos dos populares corrompiam os valores

burgueses. Botequins, tavernas e/ou bordéis eram, invariavelmente, considerados como antros suspeitos, freqüentados por sujeitos degenerados, propícios para o crime e para a desordem. De acordo com o cientificismo imperante na época, a família representava o núcleo mestre para uma sociedade que se pretendia burguesa. O reduto familiar tornava-se totalmente voltado para a educação e preservação dos valores da época. Famílias que viviam próximas aos lugares habitados por integrantes do "Zé povinho" temiam pelo contágio dos comportamentos desregrados pelos seus filhos. Se identificava nos populares o resultado da mau formação familiar. Um caso específico era o problema da prostituição. A prostituição era vista como forte elemento desagregador das relações sociais. As prostituas eram acusadas de servirem de exemplo negativo para as famílias aburguesadas.

A outra acusação feita aos populares parte de uma perspectiva higienista. Os lugares de convívio social dos populares eram temidos pelos grupos aburguesados. Os pobres habitavam em lugares insalubres e infectos. Casebres sem ar e sem luz, seus moradores não tinham dinheiro para servirem dos cubos do asseio público, fazendo despejos de lixo nas proximidades. Tais lugares eram vistos como férteis para a procriação de doenças. O discurso higienista ganhava força entre os grupos médios que esperavam do poder público a varredura dos populares para os arrabaldes de Porto Alegre.

É importante ressaltar a Teoria Interacionista do Desvio que focaliza, especialmente através de Howard Becker, o problema da acusação de desvio como forma de conflito político[2]. Ou seja, no interior dos grupos sociais ocorre, por mecanismos de poder, a negociação da realidade. Dessa forma, os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui o desvio e ao aplicar essas regras a pessoas particulares. "Deste ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma conseqüência da aplicação por outras pessoas de regras e sanções a um 'transgressor'." (BECKER, 1977:60)

Assim, pode-se sugerir, ainda que o período considerado seja demasiado curto, correlações entre a atividade policial – como indicador de preocupações repressivas dos grupos dominantes – e a conjuntura social em seus diferentes aspectos. Mas tais correlações devem ser matizadas por conta dos riscos de um ajustamento automático entre o nível da atividade policial e as alternâncias da conjuntura.

---

[2] Ver também Gilberto Velho (1974), em que trata o comportamento desviante sob uma perspectiva em que acaba com a ruptura indivíduo/social, tenta integrar as diferentes dimensões do real.

As prisões contravencionais, bem como as efetuadas para "averiguações", revelam uma estrita preocupação com a ordem pública, aparentemente ameaçada por infratores das normas do trabalho, do bem-viver ou simplesmente pela indefinida figura dos "suspeitos". Dentre as três contravenções principais – embriaguez, desordens, vadiagem –, a segunda aparece como única motivadora do número de prisões. Convém não afastar a fluidez da distinção, pois com muita freqüência os desordeiros estão bêbados.

Tabela 1

Contravenções	Prisões	%
Embriaguez	-	-
Desordens	12	60,0
Vadiagem	-	-
Outros	8	40,0
Total	20	100,0

Enfim, a década de 1890-1900, caracterizada pelo crescimento populacional, poder ser vista como momento dramático de passagem de Porto Alegre à maioridade, quando muitos problemas surgem e outros ganham intensidade. Em diferentes planos, desenvolve a preocupação de controlar, de classificar, ligada aos interesses dos grupos médios e dominantes de instaurar uma ordem urbana.

Crimes sexuais

O Código Penal de 1890 em sua redação original, o artigo 266 definia como delito "atentar contra o pudor de pessoas de um ou de outro sexo, por meio de violência ou ameaça com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral". O texto abrangia todo tipo de relação sexual não consentida, com exceção das "relações normais", ou seja, o coito vaginal, objeto específico dos crimes de defloramento e estupro.

Tabela 2

Gatunagem	Sexuais	Homicídios	Vadiagem	Embriaguez	Desordens	Outros
12,1%	12,1%	6,0%	-	-	36,3%	30,3%

Dos 33 processos criminais analisados apenas 5 casos tratam de delitos sexuais. Embora a quantificação não seja expressiva, pode-se perceber nos 5 casos a tendência para dois tipos de crimes: defloramento e prostituição.

A preocupação central da proteção legislativa era, entretanto, a honra, corporificada na mulher, através da definição dos crimes de estupro (artigo 269) – ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não e de defloramento (artigo 267), consistente em deflorar mulher de menor idade, utilizando da sedução e do engano. Mas, como bem aponta Boris Fausto, não se trata de proteger a honra individual da mulher e sim como apanágio do marido ou da família (FAUSTO, 2001:193-247). Pressuposto de que a honra da mulher é o instrumento mediador da estabilidade de instituições sociais elementares: o casamento e a família.

Um caso expressivo de que a honra da mulher é um atributo que não só lhe é imposto como não lhe pertence se encontra em um processo de defloramento em que a vítima foi enganada pelo noivo, que a convencera em transar, mediante a promessa de casamento. No entanto, com o desaparecimento do noivo, a vítima resolveu contar a seu pai que, em vista do acontecido, encaminhara a denuncia ao ministério público[1]. Convém lembrar, que os delitos sexuais caracterizam-se pela enorme diferença entre criminalidade real e criminalidade apurada, em conseqüência de fatores como a resignação, as composições entre as partes, que vão da indenização em dinheiro ao casamento, a tendência da vítima a evitar vexames tornando pública a perda de virgindade.

O problema da prostituição, também, mereceu destaque na pauta das iniciativas reformadoras do Poder Público. A prostituta afrontava no seu comportamento desregrado não apenas as famílias da elite que se viam obrigadas a transitar por entre a "imundície", mas, sobretudo o trabalhador que poderia ser desvirtuado pelo "mau exemplo".

[1] Confira processo criminal (júri-sumário) entre Lidia Pereira da Costa e Antonio da Silva Santos, nº1797, maço 73, Arquivo Público do RS (APERS), 1893.

No processo criminal cujo réu foi acusado de promover a imoralidade na rua Sete de Setembro fica patente a idéia de que os hábitos promíscuo e torpes das prostitutas corrompiam os valores burgueses. O subintendente informa ao promotor público a denúncia feita pelos moradores/vizinhos do botequim "A Flôr de Porto Alegre", cujo proprietário "entrega-se aos mais escandaloso comércio de prostituição as infelizes mulheres da vida pública. Induzido-as (ilegível) de suas misérias a empregarem-se no tráfico da prostituição." A rua parecia particularmente perigosa, ameaçadora aos bons costumes, na afirmação de uma das testemunhas: "chegando a imoralidade ao ponto de chamarem os transeuntes para com elas terem relações sexuais. Disse finalmente, que os fatos acima expostos reproduzem –se diariamente, (ilegível) quase impossível a freqüência de famílias n'aquele ponto, (...)."[4]

Dessa forma, o desviante funciona como um delimitador de certos padrões ou convenções que definem a sociedade por contraste. Em outras palavras, a sociedade se percebe pelo que não é ou pelo que não quer ser. É claro que não é possível deixar de problematizar essa ordem moral porque ela é sempre resultado de um processo de negociação entre forças desiguais. Entretanto, não há como negar a existência de certas conjunturas ou períodos em que determinadas crenças e princípios têm maior aceitação.

O texto lida com gente cujo elemento unificador é quase sempre a pobreza. Não se trata de uma opção pelos pobres, mas do fato de quem estuda formas repressivas de controle social e a criminalidade invariavelmente refere-se às pessoas destituídas. Mas, para além do fator pobreza, cada grupo ganha contornos próprios: as mulheres, em geral, submetidas a dominação da família e do casamento, bem como da construção de identidades sociais.

A definição do crime sexual contra mulher assenta-se em alguns pressupostos básicos. Dentre eles, a desigualdade entre os sexos e o controle da sexualidade feminina pelas instituições do casamento e da família. Mas não se pode ver em toda legislação repressiva na esfera sexual o reflexo do controle da sexualidade da mulher, sujeita ao assalto masculino, cujos limites a lei vem traçar.

Percebe-se, finalmente, a coesão ideológica e cultural imposta pelos grupos aburguesados da sociedade que detêm colocações sociais mais poderosas. Isso decorre, em parte, da própria naturez a da sociedade complexa moderna que caracteriza-se pela especialização e divisão social do trabalho e pela heterogeneidade cultural. Daí surge o seu grande paradoxo, pois, ao mesmo tempo que gera a diferenciação, não consegue conviver com as diferenças a não ser através de mecanismos discriminatórios.

Confira processo criminal (sumário) entre Felice Hiotti e Justiça, nº39, maço 2, Arquivo Público do RS (APERS), 1898.

Fontes consultadas

Processos criminais 1890-1900. Arquivo Público do RS (APERS).

Publicações Oficiais

Textos legais

Código Penal de 1890

Recenseamentos

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro do Estado do Rio Grande do Sul.* Censos do RS:1803-1950. Porto Alegre, 1981.

Referências bibliográficas

BECKER, Howard S. *Uma Teoria da Ação Coletiva.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano. São Paulo: EDUSP, 2001.

MAUCH, Claudia et alli.. *Porto Alegre na virada do século 19; cultura e sociedade.* Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade; a construção social do espaço urbano.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação.* Porto Alegre: Metrópole, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade (vida e trabalho - 1880-1920).* Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.* São Paulo: Brasiliense, 1999.

VELHO, Gilberto. *Desvio e Divergência; uma crítica da patologia social.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.

Correspondência de Jayme Alves de Castro: um olhar sobre o Estado Novo

*Carmem G. Burgert Schiavon**

Resumo: o texto analisa a correspondência do integralista Jayme Alves de Castro e a mudança de posicionamento da Ação Integralista Brasileira (AIB) frente ao Estado Novo no Brasil, tendo em vista que, inicialmente, ela constituiu-se num partido de apoio à implantação do estadonovismo brasileiro e, posteriormente, tornou-se um órgão de combate ao governo de Getúlio Vargas.
Palavras-chave: correspondência; Estado Novo; integralismo.

Passou o tempo em que a história, fundamentada nos preceitos positivistas, baseava-se somente em textos ditos oficiais, aqueles que visavam o registro de acontecimentos políticos, militares e jurídicos notadamente. Hoje, cada vez mais, esta noção inicial vem sendo ampliada, tanto que se privilegia o uso de outras fontes e formas de trabalho com a história. Neste sentido, a escrita epistolar vem ocupando um lugar de destaque e, paulatinamente, surgem publicações que focalizam cartas, diários, bilhetinhos, memórias, entre outros, na perspectiva do detalhamento de um novo espaço de investigação da história.[1]

Dentro deste contexto chama-se a atenção para a correspondência de Jayme Alves de Castro; a mesma está localizada na série 2, da seção de correspondências do Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (CD-AIB/PRP).[2]

O pernambucano Jayme Alves de Castro foi um integralista[3] muito atuante no Rio Grande do Sul, tendo sido o fundador do Núcleo da Azenha.

---

*Doutoranda em História Ibero-Americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Professora da Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

[1] Destaca-se a obra organizada por Ângela Castro Gomes. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

[2] O CD-AIB/PRP localiza-se na rua Cel. Vicente, nº 520 cj. 02, em Porto Alegre. O mesmo caracteriza-se por ser uma entidade privada, com caráter apolítico, que visa a preservação e a conservação de documentos históricos referentes ao processo político-social do Rio Grande do Sul. O acervo do Centro de Documentação dispõe de aproximadamente 100.000 documentos para pesquisa e está subdividido em: jornais, folhetos, panfletos, cartazes, livros, revistas e documentação partidária.

[3] "O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era mais cultural do que econômico. Sem dúvida, combatia o capitalismo financeiro e pretendia estabelecer o controle do Estado sobre a economia. Mas sua ênfase maior se encontrava na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentado em princípios unificadores: 'Deus, pátria e família'. Era o lema do movimento". FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991, T. III: O Brasil Republicano, v. 3: Sociedade e Política 1930-1964, p. 353

Castro foi diretor do jornal *A Nação*, em 1940 e foi o autor da famosa poesia "A noite dos tambores silenciosos", a qual tornou-se uma espécie de hino indispensável aos protocolos e rituais da Ação Integralista Brasileira (AIB).

A correspondência de Castro, aquela localizada no arquivo do CD-AIB/PRP, é constituída de quatro cartas, sendo que destas, duas apresentam-se datadas. Ressalta-se que as cartas, datilografadas, estão em perfeito estado de conservação e armazenamento.

A primeira carta de Jayme Alves de Castro foi direcionada ao redator do jornal *Correio da Manhã*, em seis de janeiro de 1931, nesta o autor mostra todo o seu descontentamento com os rumos da Revolução de 1930, da qual ele havia participado, pois

> os revolucionários anonymos, os que não apparecem no palco da 'Republica Nova' os que emprestaram seu concurso á revolução, unicamente porque aspiravam um Brasil melhor, soffrem neste momento, sem direito de protesto, a desillusão, ou antes o arrependimento sem remédio, deante da realidade de que tudo 'continuará como dantes'. Continuara, porque a revolução que fizemos, com prejuiso dos próprios interesses, tem, como esteios principaes, homens cuja consciência é uma esterqueira.[4]

A segunda carta, datada de nove de janeiro de 1935, foi direcionada ao integralista Esteves Barbosa, ela representa uma tentativa de anular a ordem de "repreensão pública" a ele imposta pelo Sr. Chefe Provincial. O conteúdo da carta expressa, claramente, o desejo de Jayme Castro no sentido de que sua "*fé de officio integralista seja a mais limpa possível*", para isto ele recorre a Barbosa solicitando uma declaração na qual conste o seu parecer pessoal formulado no conselho de secretários e relativo ao desempenho de Castro como diretor do semanário "A Lucta".

A terceira carta de Jayme Alves de Castro, sem data, foi direcionada ao Secretário de Educação do Rio Grande do Sul, o Sr. Mariano Beck, seu pequeno conteúdo pode ser traduzido pela "*contribuição aos festejos centenários da Fundação de S. Paulo*" através do oferecimento de um conjunto de livros de arte e "*de uma recolta de autores riograndenses*".

Por fim, a última carta, endereçada ao Dr. Marcondes Filho, também sem data, apresenta um conteúdo bem mais denso e passível de um estudo mais pormenorizado. O trabalho com esta correspondência torna-se instigan-

[4] Carta de Jayme Alves de Castro ao jornal Correio da Manhã

te à medida que proporciona uma série de análises do período compreendido entre 1930-37 e, até mesmo, a compreensão do porquê da mudança de posicionamento da AIB frente ao Estado Novo, tendo em vista que, inicialmente, foi um partido de apoio à implantação do estadonovismo brasileiro e, posteriormente, tornou-se um órgão de combate ao governo de Getúlio Vargas. Neste ponto, concorda-se com Antonio Tota, pois

> O sonho, acalentado por Plínio Salgado e seus seguidores, de participar do poder de um estado autoritário não era compartilhado por Getúlio. Os aliados integralistas eram, depois de concluído o golpe, incômodos parceiros que deveriam ser eliminados oportunamente, pois os 'camisas verdes' continuavam a agitar a vida política das grandes cidades com suas marchas e manifestações.[5]

Desta forma, para a compreensão do conteúdo da carta de Jayme Alves de Castro e a alteração de posicionamento da AIB frente à política do Estado Novo, uma rápida historicização da trajetória do integralismo, no Brasil, torna-se necessária.

A AIB foi fundada por Plínio Salgado,[6] em outubro de 1932, representava os setores conservadores da sociedade brasileira que almejavam um executivo forte capaz de liquidar com os resquícios do Estado Liberal, que ainda se faziam presentes através da Constituição de 1934.[7] Sobre a AIB, Stanley Hilton afirma que

> a Ação Integralista Brasileira nasceu no período de fluidez política e social que seguiu a Revolução de 1930. Fundada em outubro de 1932, por Plínio Salgado, o partido floresceria num clima de nacionalismo cultural e ansiedade da classe média face ao comunismo. Vestindo camisas verdes, usando o sigma como símbolo e o braço esticado como saudação, os integralistas apregoavam soluções nacionalistas para os problemas brasileiros.[8]

---

[5] TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 2. ed. Sao Paulo: Brasiliense, 1989, p. 25.

[6] Plínio Salgado nasceu em Sao Bento do Sapucaí (Sao Paulo), em 22 de janeiro de 1895. Já no ano de 1918, iniciou suas atividades ligadas à política quando participou da fundação do Partido Municipalista, o qual reunia 16 líderes do Vale do Paraíba: nessa época, realizava conferências em nome da autonomia municipal. No ano de 1920, começou a trabalhar no Correio Paulistano, órgao oficial do Partido Republicano Paulista (PRP), neste momento, Salgado fez amizade com Menotti del Picchia (redator-chefe do jornal) e em companhia deste e de Cassiano Ricardo e Cândido Mota Filho, passou a fazer parte do movimento Verde - Amarelo, uma vertente nacionalista do modernismo. Em 1925, com os mesmos companheiros, lançou o movimento da Anta, que exaltava o elemento indígena, especialmente, o tupi, como o portador das origens nacionais mais autênticas. Em 1926, Plínio Salgado, publicou seu primeiro romance intitulado O Estrangeiro, obra que discutia a questao da identidade nacional brasileira e que o tornou conceituado no meio modernista, posteriormente, tornou-se o grande chefe nacional da AIB.

[7] TOTA, Antonio Pedro. Op. cit., p. 16.

[8] HILTON, Stanley. "A ação integralista brasileira: o fascismo no Brasil", *1932-1938*. In: *O Brasil e a crise internacional*. Rio de Janeiro: Cultura Brasileira, 1977, p. 24.

Em fevereiro de 1934, ocorreu o Congresso de Vitória, onde foram traçadas as diretrizes integralistas e elaborados os estatutos da AIB, na ocasião, também foi criado um plano de ação e os Departamentos de Doutrina, de Propaganda, de Milícia, de Cultura Artística, de Finanças e de Organização Política. Plínio Salgado confirmou sua autoridade ao conseguir a aprovação dos artigos que definiam as atribuições do "chefe nacional da AIB".

No ano de 1935, a AIB aprovou a repressão à Intentona Comunista e, em 1937, converteu-se em partido político e lançou o nome de Plínio Salgado à Presidência da República para as eleições que estavam previstas para janeiro de 1938, mas diante da percepção de que Getúlio Vargas continuaria no poder, da promessa de que Salgado receberia o Ministério da Educação e do seu desejo de fazer do integralismo a doutrina do novo regime, ele retirou sua candidatura e em seguida, apoiou a implantação do Estado Novo (em 10 de novembro de 1937). Após a decretação deste, os partidos políticos foram extintos e o espaço de atuação da AIB ficou reduzido.

Em represália à extinção dos partidos políticos, alguns líderes integralistas, desiludidos com a política adotada pelo presidente Getúlio Vargas, julgando contar com o apoio do exército e da opinião pública, promoveram um assalto ao Palácio Presidencial, em maio de 1938. O movimento fracassou, pois Vargas contou com o apoio da cúpula militar. A partir deste momento, intensificou-se a perseguição aos líderes integralistas[9] e foi dentro desta conjectura que Jayme Alves de Castro aproveitou o conteúdo de uma conferência do Dr. Marcondes Filho,[10] para tecer inúmeras críticas ao governo de Vargas.

Muito embora a carta analisada não se encontre datada, ela oferece fortes indícios que possibilitam a sua historicização, como o seu conteúdo, propriamente dito, pode ser traduzido como uma crítica à personalidade e forma de governo de Getúlio Vargas, conclui-se que ela tenha sido escrita no momento posterior à extinção dos partidos políticos no Brasil (3 de dezembro de 1937), tendo em vista que, a partir deste momento, a AIB não mais configurava como um partido de massas e sim, uma agremiação cultural. A carta apresen-

[9] Foi dentro desse contexto que o principal líder do movimento, Plínio Salgado, em maio de 1939, foi preso e um mês depois enviado ao exílio, em Portugal.

[10] Alexandre Marcondes Machado Filho iniciou sua carreira política em 1926, quando elegeu-se vereador em São Paulo pelo Partido Republicano Paulista (PRP); passado alguns anos, em 1932, apoiou o movimento constitucionalista paulista, contrário ao governo de Getúlio Vargas, após a derrota deste movimento retirou-se da política por um período e, após o decreto do Estado Novo, em 1937, foi nomeado vice-presidente do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo (DAESP). Em 1941, foi nomeado ministro do Trabalho por Getúlio Vargas e, em 1942, acumulou também, a Pasta da Justiça. Em 1945, foi encarregado pelo próprio presidente Vargas de formular um projeto que viabilizasse o retorno às instituições democráticas ao país.

ta, ainda, outra referência à indicação do período de sua construção como um momento de perseguição e "caça" aos integralistas, tanto que o próprio autor, o integralista Jayme Alves de Castro, assina-a com o pseudônimo de J. Pimentel. Ele próprio chama a atenção para este fato argumentando que "*esta carta vai sobre pseudonimo. Antes eu poderia assinal-a e até publical-a*".[11]

Uma outra informação interessante para a análise desta carta aparece quando o autor faz referência ao período de 1930-37 como um momento de "*tapeações, negaças, recúos, zig-zags, agachamento*", um período em que, segundo ele, "*a indisciplina avassalou o exército, onde os tenentes passaram a comandar os generais*", enfim, ele argumenta que a "*confusão reinou*" e que foi "*essa desordem das coisas que possibilitou ao ditador fazer-se constitucional*".[12]

Interessante, ainda, é a relação e a crítica que o autor estabelece entre o estadonovismo brasileiro e os Estados Novos europeus, pois, para ele, "*o Estado Novo é uma caricatura dos Estados Novos europeus, mas uma caricatura monstruosa*", tendo em vista que o presidente Getúlio Vargas, no Brasil, "*governa sosinho enquanto que na europa os chefes têm os seus 'Conselhos' e o povo organisado em partido*". Este seu último comentário, certamente, constitui-se uma crítica ao fato da extinção dos partidos políticos no Brasil (e neste ponto é a clandestinidade da AIB que está em voga).

Jayme Castro ainda concebe o prenúncio das eleições, marcadas para janeiro de 1938, como uma espécie de reação do povo brasileiro aos mandos do Presidente, o autor acredita que o Estado Novo foi uma grande jogada de Vargas já que este "*preparado com muita perfidia e traição afastou definitivamente um substituto*".

O autor ainda reclama do oportunismo de Vargas em relação à adoção da prática nacionalista, tendo em vista que "*depois do golpe de 10 de Novembro, foram mandadas apreender inumeras edições de obras nacionalistas em que se pregavam as ideas que neste momento o Presidente tenta assimilar*". Na mesma direção do nacionalismo da AIB, Castro critica o comunismo e a forma como o Sete de Setembro estava sendo festejado no Rio Grande do Sul, para ele

> as escolas são tomadas pelos comunistas que desenvolvem teses dessa doutrina em plena aula, do que posso das testemunho, numa instituição de centenas

[11] Grifo nosso. Para não tornar o texto cansativo, optou-se em utilizar trechos da correspondência citada sem constantes indicações de página.
[12] Trechos retirados da referida carta.

> de alunos. O ensino cívico neste estado se reduz ás paradas carnavalescas da chamada Semana da Pátria, de que as creanças regressam esfalcadas sem ter ouvido direito o que aquilo significa.

Em outros momentos, Jayme Castro também critica o governo de Vargas - aquele mesmo que o integralismo havia colaborado para sua implantação - mas, para não tornar o texto cansativo, optou-se por destacar, somente, uma última citação, esta faz referência, diretamente, à pessoa de Getúlio Vargas:

> Aquele publico que atento ouvia vossa palavra, é conhecedor de todas as manhas do Presidente e sabe que ele tem um passado político vergonhoso, do ponto de vista de honra e probidade. Aquele povo sabe que S. Excia. jamais cometeu um acto que não tivesse no seu fundo oculto, um interesse subalterno ou vilania.

E, realmente, o mundo realmente dá voltas, pois na primeira carta de Castro, aquela destacada no início deste ensaio – que foi direcionada ao chefe da redação do jornal *Diário da Manhã*, o integralista Jayme Castro, que agora enlameia o Presidente, enaltece a figura de Vargas afirmando que "*ele não merecia sofrer com os rumos que tomou a Revolução de 1930*", desta forma, percebe-se o quanto as cartas são testemunhos dos momentos históricos e o quanto elas podem contribuir para a investigação dos mesmos.

Referências bibliográficas

GOMES, Ângela Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991, T. III: O Brasil Republicano. v. 3: Sociedade e Política 1930-1964.

HILTON, Stanley. A ação integralista brasileira: o fascismo no Brasil, 1932-1938. In: *O Brasil e a crise internacional*. Rio de Janeiro: Cultura Brasileira, 1977.

TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Terrorismo de Estado e ação de polícia política: a atuação do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar brasileira

*Caroline Silveira Bauer**

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) como práticas de terrorismo de Estado.[1] Desta forma, serão analisados os processos de produção de informações pelo órgão, assim como a atividade repressiva propriamente dita (seqüestro, tortura, morte, desaparição, etc.), tanto na atuação desse departamento dentro das fronteiras brasileiras como em colaboração e cooperação com os demais regimes de segurança nacional. Para o entendimento destas práticas, será utilizado o referencial teórico-conceitual de "terrorismo de Estado", trabalhado de forma incipiente pela historiografia brasileira sobre a ditadura militar.

Palavras-chave: Ditadura militar. Repressão Política. Terrorismo de Estado. DOPS/RS.

Introdução

Durante as décadas de 1960 a 1980, vigoraram no Cone Sul da América Latina regimes de terrorismo de Estado, sustentados ideologicamente pela Doutrina de Segurança Nacional, instaurados através de golpes contra-insurgentes e mantidos por ditaduras civil-militares. A ditadura brasileira, instituída com o golpe de 31 de março de 1964, inaugurou a sucessão de regimes que se estabeleceram naquela região, provendo e qualificando-os em suas práticas repressivas através de sua experiência. Pode-se afirmar que a ditadura brasileira serviu como *laboratório* para os regimes que foram instaurados na Argentina (em 1966 e, posteriormente, em 1976), no Chile (1973) e no Uruguai (1973).

*Professora de História e historiadora. Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[1] Este artigo é um breve resumo das principais idéias contidas na dissertação de Mestrado intitulada "Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do DOPS/RS", defendida em abril de 2006 no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Esses regimes caracterizaram-se em sua forma repressiva pela imposição do medo e do terror, que acabaram por configurar uma "cultura do medo", originária das práticas repressivas e da lógica da suspeição. No exercício da coerção física e psicológica, utilizaram-se, de forma institucional e racionalizada, de práticas como o seqüestro, como forma de detenção; a tortura física e psicológica, como disseminadoras do medo; e a morte e a desaparição, como políticas de extermínio. Além disso, a atuação do aparato repressivo de tais regimes não ficou circunscrita às fronteiras políticas de cada país, evidenciando a colaboração e cooperação desses aparatos no combate ao "inimigo interno", estipulado pela "fronteira ideológica".

Para a implementação dessa metodologia repressiva, a ditadura brasileira criou um sofisticado aparato repressivo, que se configurou como a maior e mais detalhada organização repressiva do Cone Sul.[2] A montagem desse aparato repressivo foi feita através da criação de novos órgãos que congregaram-se aos existentes antes do golpe, como os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), que foram criados subordinados às Secretarias de Segurança Pública (SSP) dos Estados brasileiros durante às décadas de 1920 e 1930.

Este breve artigo tem como objetivo analisar a ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) como práticas de terrorismo de Estado. Desta forma, serão analisados os processos de produção de informações pelo órgão, assim como a atividade repressiva propriamente dita (seqüestro, tortura, morte, desaparição, etc.), tanto na atuação desse departamento dentro das fronteiras brasileiras como em colaboração e cooperação com os demais regimes de segurança nacional. Para o entendimento destas práticas, será utilizado o referencial teórico-conceitual de "terrorismo de Estado", trabalhado de forma incipiente pela historiografia brasileira sobre a ditadura militar.

O DOPS/RS E A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES

A produção de informações foi central para a ação repressiva dos regimes de segurança nacional, pois foi através desses registros que se organizaram as

[2] STEPAN apud QUADRAT, Samantha Viz. "Muito além das fronteiras". In: REIS FILHO, Daniel Aarao; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 318.

operações repressivas dos órgãos de segurança, possuindo um caráter preventivo, na medida em que acumulava uma enorme quantidade de informações sobre a vida pública e privada de indivíduos e organizações considerados potencialmente perigosos. Essa metodologia de ação configurou uma "lógica de suspeição", alimentando a "cultura do medo", na medida em que, ao se duvidar de tudo e de todos, induzia a sociedade ao medo fazendo-o multiplicar-se e configurando o processo de produção de informações como um processo de terror.[3]

O DOPS/RS, a partir de 1969, passou a possuir em sua estrutura organizacional a Divisão de Busca e Coleta de Informações (DBCI), cuja atribuição era a "busca e coleta de informes" além do seu "processamento rápido e difusão imediata no âmbito da Secretaria [de Segurança Pública] e, excepcionalmente, a outros órgãos de informações federais e estaduais, quando a urgência justificar tal procedimento."[4] Deveria, ainda, "realizar as investigações sigilosas necessárias, em torno de atividades ou fatos suspeitos, relacionados com a ordem política e social, bem como executar levantamento de dados que se fizerem necessários aos estudos dos diversos campos de atividades, e em particular no político e psico-social."[5]

O processo da produção de informações iniciava-se com o trabalho sob a "matéria-prima" da informação, que é o informe. O informe era oriundo de informações prestadas por agentes infiltrados, "dedo-duros", recortes de jornais, notícias de rádios, etc. Ainda, poderia haver as chamadas "operações especiais" de busca de informes sendo que, "por 'operações especiais' se entende, certas atividades de desenvolvimento na busca de informações, que se caracterizam por processos sub-reptícios e por vezes, mesmo ilegais."[6] Ao chegarem no órgão de informações do DOPS/RS, os informes recebiam a seguinte classificação: quanto à idoneidade, em completamente idôneo, geralmente idôneo, bastante idôneo, geralmente inidôneo, totalmente inidôneo e a idoneidade não pode ser julgada; quanto à precisão, confirmado, provavelmente verdadeiro, possivelmente verdadeiro, duvidoso, improvável e não pode ser avaliado.[7]

---

[3] CORRADI, Juan E. "El método de destrucción: el terror en la Argentina". In: QUIROGA, Hugo; TCACH, César (comps.). *A veinte años del golpe: con memoria democrática*. Rosario: Homo Sapiens, [s. d.], p. 89-90.

[4] RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 19.998 de 1º de dezembro de 1969. Estabelece a estrutura e o Regulamento Geral da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ano XXVIII, n. 132, p. 1, 17 dez. 1969. Biblioteca Borges de Medeiros – Solar dos Câmara.

[5] Idem.

[6] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. Classificação dos informes na fonte. Elaborado pelas seções de difusão e processamento – DBCI-DOPS-RS. Sem data, p. 26. SOPS/SA –4.-.137.12.1. Acervo da Luta contra a Ditadura/ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

[7] Idem.

A produção de informações era dividida em quatro fases distintas: a busca de informes, o processamento dos informes obtidos para a produção da informação, a utilização das informações e a orientação da busca de informes. Para a coleta dos informes e para o processo de elaboração da informação, era feita uma seleção de pessoal através de um conjunto rigoroso de critérios cuidadosamente elaborados, já a informação era a base de ação do DOPS/RS. Existiam quatro tipos de funcionários responsáveis pela atividade de busca e coleta de informações: os agentes, os agentes especiais, os colaboradores e os informantes.

O resultado do processo de produção de informações, ou seja, a informação em si, deveria receber, como medida de segurança, um grau de classificação de sigilo. Essa classificação era amparada pelo Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos, que determinava o grau de sigilo do documento, as pessoas que estavam aptas a conferir esse sigilo e aquelas que estavam autorizadas a tomar conhecimento do conteúdo do documento. Segundo esse regulamento, as informações deveriam ser classificadas, em ordem crescente de sigilo, como reservadas, confidenciais, secretas e ultra-secretas. Para o cumprimento dessas normas que estabeleciam a segurança da documentação, o DOPS/RS determinava: "'CADA UM SÓ DEVE CONHECER O QUE LHE É NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO DE SUAS ATRIBUIÇÕES OU TAREFAS'; O manuseio da documentação deve ficar restrito aos elementos credenciados para tal."[8]

A partir das informações conseguidas através das operações de informações e do intercâmbio realizado entre os órgãos do aparato repressivo eram realizadas as ações de polícia política do DOPS/RS, que serão analisadas no próximo item.

Ações de polícia política do DOPS/RS

As práticas de terrorismo de Estado aplicadas pelo DOPS/RS começavam no momento da prisão da vítima, já que, na maioria das vezes, este era um procedimento realizado sem um mandato de prisão expedido por um juiz do Tribunal Militar, sem a comunicação da prisão ser feita à Justiça e sem nenhuma informação transmitida ao advogado do preso, em uma prática de desrespeito com as próprias normas criadas pela ditadura militar.[9] Nesta perspectiva, as prisões passam a ser consideradas como seqüestros, tanto pela

[8] Ibid., p. 2

[9] CARVALHO, Annina Alcântara de. "A lei, ora, a lei..." In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes: um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997. p. 409.

ilegalidade de ação repressiva, quanto pela condição de "desaparecido" que a vítima é submetida. A utilização massiva do seqüestro como procedimento inicial das detenções de pessoas supostamente relacionadas com a "subversão", dissidência ou militância em organização de esquerda, tiveram uma série de vantagens, incluindo o terror, a eficiência e a impunidade.

As torturas físicas e psicológicas iniciavam-se no momento do seqüestro. Socos, pontapés, além do encapuzamento, eram práticas comuns no translado do indivíduo do local do seqüestro até o Palácio da Polícia, configurando-se como uma técnica psicofísica de destruição do indivíduo, o primeiro impacto traumático.[10]

Ao chegarem ao DOPS/RS, os presos passavam pelos processos conhecidos como "chá de banco", "amaciamento" ou "esquentamento", todos com os mesmos objetivos: a quebra da resistência e desestruturação emocional do indivíduo. No primeiro caso, a espera para o interrogatório ou para que fosse tomada qualquer providência, servia para criar um clima de expectativa, de tensão pelo inesperado. Já o "amaciamento" e o "aquecimento" eram práticas aplicadas para a quebra da resistência e desestruturação emocional do preso. Consistia em fazê-lo assistir a sessões de tortura, ou ver seus companheiros depois de torturados, ou então em sofrer tapas, socos, etc.

Frei Betto relatou em seu livro de memórias o "amaciamento" a que foi submetido quando preso pelo DOPS/RS:

> "Entraram dois guardas arrastando um rapaz vestido apenas de calção. [...] [O Guarda] virou-se para mim e falou com sua voz rouca, cavernosa:
> – Vá tirando a roupa que em seguida é você.
> Passaram a lanhar o corpo do rapaz. Seu corpo rodopiava saltitando entre o trio de algozes, a pele abria-se em finos e alongados vergões vermelhos. Gritando, ele chorava aos pulmões, manchando de sangue as mãos que tentavam segurá-lo. [...]
> Mais tarde eu saberia que se tratava de um preso comum escolhido ao acaso para que me 'amaciassem'."[11]

Carlos Alberto Tejera de Ré sofreu o "esquentamento", tendo sido retiradas todas as suas roupas e sendo aplicados "socos, pontapés e 'telefone' nos

[10] DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado terrorista argentino: quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999. p. 314.
[11] BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982. p. 132-133.

ouvidos (tapas com as mãos em conchas, de modo a provocar dor intensa e muitas vezes o rompimento dos tímpanos)."[12]

Logo após essa primeira etapa, a vítima era levada para seu interrogatório, onde iniciavam outras práticas de tortura, como o "pau-de-arara", choques elétricos dados com telefones de campanha, conhecido como "maricota" e espancamentos, com os mais diversos instrumentos, como o "Pirelli", como era conhecido um açoite feito de pneus.

Paulo Roberto Telles Franck, que havia expropriado a agência do Banco do Brasil em Viamão no dia 13 de março de 1970, foi preso pelo DOPS/RS no dia 5 de abril de 1970.[13] Enquanto esteve preso no DOPS/RS, Paulo foi torturado juntamente com outros companheiros de militância:

> "[...] fui preso às 11h15min da manhã de 5 de abril de 1970, em um posto de gasolina no centro de Porto Alegre. No trajeto para o DOPS fui já espancado no interior da viatura policial, socos, tapas. No interior da Secretaria de Segurança, fui levado a uma sala no primeiro andar, onde fui interrogado por um delegado, negando mesmo admitir meu nome. Fui severamente espancado por um grupo de cerca de oito policiais: bofetadas, pontapés, telefonaços, etc. Não sei por quanto tempo me torturaram, pois paravam e recomeçavam. À tardinha, fui levado para uma sala no andar térreo, espancado e pendurado no pau-de-arara, espancado, golpes nas solas dos pés com grossos relhos feitos com tiras de pneu de automóvel; acompanhavam afogamentos e golpes com relhos nos testículos."[14]

Não somente torturas físicas eram aplicadas aos prisioneiros do DOPS/RS, mas também foram aplicadas torturas psicológicas. Existiam na sede do DOPS/RS, localizada no Palácio da Polícia, em Porto Alegre, três celas especiais para a tortura psicológica, reconhecidas até mesmo pelo superintendente do DOPS/RS que explicou que "a escuridão das celas se destina à ação psicológica sobre os detentos e o 'engenho' de sua montagem foi resultante de orientação traçada por técnicos do *Federal Bureau of Investigation*, o famoso FBI."[15]

Outra forma de tortura psicológica foi a constante presença da morte a que os presos no DOPS/RS eram submetidos. Além das constantes ameaças de morte e do interrogatório feito sobre a mira de revólveres, a própria negativa de atendimento médico submetia o preso a um estado de abandono e

---

[12] RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Relatório Azul: garantias e violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul (1999-2000). Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1999. p. 338-339.

[13] RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Relatório Azul: garantias e violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul (1998-1999). Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1999. p. 309.

[14] Ibid., p. 310-311.

[15] PODER JUDICIÁRIO. Justiça Federal. Despacho. 11 dez. 2000. In: PODER JUDICIÁRIO. Justiça Federal. Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Circunscrição Porto Alegre. 5ª Vara Federal. Ação ordinária 88.0009436-8 (Processo de indenização à Elizabeth Chaupp Soares pela morte de Manoel Raimundo Soares), p. 2009. Acervo da Luta contra a Ditadura.

morte iminente. Hilário Gonçalves Pinha, dirigente do PCB no Rio Grande do Sul, por exemplo, foi preso e levado ao DOPS/RS em 1975, onde sofreu sessões de afogamento, choque e pau-de-arara. Depois disso, os torturadores pisotearam sua barriga, quebrando suas costelas e rompendo seu intestino em diversas partes. Sem receber assistência médica, Pinha ainda foi encaminhado para o DOI-CODI do II Exército em São Paulo. Lá chegando, os próprios militares reconheceram "o estado físico deplorável que o preso foi entregue pela polícia gaúcha ao DOI-CODI, em abril de 1975."[16] Pinha precisou realizar nove cirurgias, tendo perdido 80% do seu intestino.

Não somente a ruptura com o mundo exterior fazia com que os presos políticos perdessem a noção espacial e temporal. Durante muito tempo na cadeia, a vítima permanecia encapuzada ou com os olhos vendados – o que configurava a perda da visão – ou com os membros algemados ou atados. Miguel Marques e Adão Domingos dos Santos, enquanto permaneceram no DOPS/RS, estiveram de olhos fechados, num período superior a quatro dias consecutivos.[17]

Em se tratando de presas, a tortura também assumia a forma de humilhação e violência sexual. Dois casos são exemplares para demonstrar a prática de violência sexual como tortura pelo pessoal do DOPS/RS: trata-se dos casos de Eny Taliah Tosca de Freitas que foi estuprada por policiais do DOPS/RS, em 1964, e Nilce Azevedo Cardoso, que sofreu choques elétricos na região genital até entrar em coma, em sua prisão em 1972.

O DOPS/RS E A REPRESSÃO EXTRAFRONTEIRIÇA

A colaboração entre os regimes de segurança nacional do Cone Sul iniciou-se logo após o golpe contra-insurgente de 31 de março de 1964 no Brasil, com a troca de informações sobre "subversivos" entre os países do Cone Sul. É importante lembrar que, neste primeiro momento, o intercâmbio de informações deu-se entre um regime autoritário-ditatorial (Brasil) com regimes constitucionalmente democráticos (Argentina, Chile e Uruguai). A colaboração extrapolou os limites do fornecimento de informações e de instrução e treinamento e passou ao colaboracionismo nas ações repressivas dos regimes. Os aparatos repressivos argentino e uruguaio puderam agir impunemente em

[16] *COOjornal*, Porto Alegre, ano IV, n. 39, mar. 1979, p. 7.
[17] Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria. Miguel Marques. Brasil: Nunca mais, tomo V, volume 3, p. 224.

território brasileiro, assim como o aparato repressivo brasileiro pode atuar fora das fronteiras do país. Ainda, o colaboracionismo com as operações dos aparatos repressivos da Argentina e Uruguai deu-se com a repressão brasileira prendendo militantes argentinos e uruguaios e enviando-os aos seus países de origem, assim como brasileiros sendo presos no exterior e entregues aos órgãos repressivos do Brasil. Outro tipo de colaboracionismo, foi a instrução e o treinamento oferecidos pela polícia e Forças Armadas brasileiras em técnicas de interrogatório e torturas para policiais e militares argentinos, chilenos e uruguaios. É importante ressaltar que a colaboração brasileira com os demais regimes de segurança nacional do Cone Sul não se limitou às atividades repressivas desses regimes.

O DOPS/RS, juntamente com o aparato repressivo da ditadura civil-militar de segurança nacional brasileira atuou além das fronteiras do Brasil controlando, espionando, perseguindo e reprimindo brasileiros que se encontravam banidos, exilados ou simplesmente fora do país. Além disso, agiu em colaboração com os demais regimes de segurança nacional do Cone Sul, fornecendo informações, instalações e pessoal para as operações repressivas dos mesmos.

Uma série de ordens de busca, pedidos de informações, informes e de prisão foram enviados pelo órgão às delegacias regionais de polícia do interior do Estado do Rio Grande do Sul, além de outros órgãos do sistema de informações brasileiro, para o controle desses indivíduos. Além disso, o DOPS/RS elaborou uma série de estudos sobre as pessoas que faziam contato com os exilados, as rotas de entrada e saída do país, a infra-estrutura de apoio na zona da fronteira, etc.[18] Um exemplo dessa constante vigilância é as informações constantes nas fichas nominais de alguns banidos constantes no DOPS/RS: "ROLANDO FRATTI – 11 ago 71 – OB/293/DBCI/DOPS/RS/71 – Encontra-se em vias de retornar ao país pelo sul entre ago. set. 71 – Solicita-se localização e detenção."[19]

A Informação nº 319, produzida pela Divisão de Ingresso e Registro (DIR) do DOPS/RS em 1969, listava Gregório Bezerra, Rolando Fratti, José Ibraim, Onofre Pinto, Wladimir Pereira, João Leonardo da Silva Rocha e outros, dava as seguintes instruções: "O nominado é preso político banido pelo Governo Brasileiro, [...]. Consta que muitos desses elementos retornarão ao Brasil para

[18] PADRÓS, Enrique Serra. "Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar." Porto Alegre: UFRGS, 2005. 850 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. p. 681.

[19] Rolando Fratti. Ficha nominal. DOPS – 1.1370.5. Acervo da Luta contra a Ditadura/Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

darem continuidade ao processo subversivo contra o regime. É solicitado vigiar e informar a presença, de qualquer deles, em território brasileiro."[20]

Um exemplo da preocupação das autoridades brasileiras com os exilados no Uruguai e da atividade conjunta entre as forças repressivas dos dois países foi o caso de Cláudio Antonio Weyne Gutierrez, que saiu do Brasil no final de outubro de 1969, exilando-se no Uruguai, depois de ser condenado a seis meses de prisão por tentativa de reabertura de entidade ilegal, o Grêmio Estudantil do Colégio Julio de Castilhos. Através da prisão de Frei Betto, que coordenava para a Ação Libertadora Nacional (ALN) um esquema de fronteiras, para atravessar para território uruguaio pessoas que estavam sendo perseguidas pela ditadura, em 9 de novembro de 1969 em Porto Alegre, o DOPS/RS identificou, através de um bilhete do dominicano e das investigações realizadas, que Gutierrez também havia sido "passado" para o Uruguai.[21]

Gutierrez foi seqüestrado no Uruguai dez dias depois. Ele e outro brasileiro preso na mesma ocasião conseguiram tornar pública a prisão denunciando e relatando o seqüestro em uma cédula de dinheiro. Em uma tentativa de evitar a deportação e entrega ao DOPS/RS, Gutierrez cortou os pulsos, para forçar uma internação hospitalar em solo uruguaio: "Sabia a sorte que me aguardava no retorno as masmorras da repressão brasileira, ademais das torturas sistemáticas aos presos haviam iniciado a série de assassinatos e desaparecimentos. Não tive dúvida, com um pedaço de vidro, provoquei profundos cortes no braço esquerdo. [...] Levado para o Hospital Militar, o fato já de pleno conhecimento da opinião pública, fiquei três meses preso."[22]

Desde os anos 1960 existiam relações de cooperação entre os militares dos países do cone sul da América Latina, que haviam recebido juntos especialização contra-insurgente nas academias militares estadunidenses, onde forjaram laços de solidariedade. "Esta especialización se enmarcó dentro de la 'Doctrina de Seguridad Nacional', cuya esencia era la de lograr el 'orden' en la sociedad civil y la eliminación física de los disidentes."[23] Assim, a coordenação e a cooperação entre os países latino-americanos iniciaram-se bem antes da

---

[20] Gregório Bezerra. Ficha nominal. DOPS – 1.039.2. Acervo da Luta contra a Ditadura/Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
[21] Para estas informações, assim como o relato do esquema de fronteira de Frei Betto e da ALN, assim como a prisão do clérigo, cf. BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982. p. 129-158.
[22] RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. *Relatório Azul: garantias e violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul (1999-2000)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1999. p. 341.
[23] Gutiérrez Contreras, J.C. y Villegas Díaz, Myrna *Derechos Humanos y Desaparecidos en Dictaduras Militares* , KO'AGA ROÑE'ETA se.vii (1999) - http://www.derechos.org/koaga/vii/contreras.html

implementação da Operação Condor. O intercâmbio preexistente entre esses países se dava de diferentes formas, entre elas, cursos para formação de oficiais, conferências bilaterais entre as forças armadas, auxílio nas ações golpistas, circulação de material impresso como manuais e dicionários bem como na própria circulação de informações sobre elementos considerados "subversivos".[24]

A Operação Condor foi uma organização conjunta das forças repressivas de alguns países latino-americanos que firmaram um acordo de cooperação entre os serviços de informações e repressão da Argentina, Bolívia, do Chile, Brasil, Paraguai, e Peru, cujo objetivo foi o intercâmbio de informações sobre "subversivos" e a colaboração na perseguição e extermínio dessas pessoas, visando a consecução de metas políticas e econômicas das ditaduras e a neutralização ou eliminação da oposição política e outras pessoas por motivos ideológicos. A operação concebeu, desenvolveu e executou um plano sistemático de detenções ilegais seguidas de seqüestros prolongados que derivaram em desaparições forçadas de pessoas ou em assassinados, precedidos de torturas na maioria dos casos. Essas ações afetaram cidadãos argentinos, espanhóis, ingleses, estadunidenses, chilenos, suíços, franceses e outros. A Operação permitiu aos órgãos de informações e às forças armadas desses países a entrarem livremente seus territórios para seqüestrar, desaparecer e assassinar aos inimigos.

A documentação referente à atuação do DOPS/RS durante o período de vigência da Operação Condor fornece muitos indícios da colaboração e cooperação do órgão no operativo. Dentre esses documentos, o Pedido de Busca n. 52/76 S/2, datado de 15 de outubro de 1976, expedido para a comunidade de informações (incluindo o DOPS/RS) pela Segunda Sessão do III Exército, classificado como confidencial, explicita as práticas de colaboração e cooperação entre os aparatos repressivos brasileiro e uruguaio: "Os abaixo relacionados, cidadãos uruguaios processados e procurados pela prática de atividades subversivas no URUGUAI, para cuja captura as autoridades do país estão solicitando colaboração."[25] Outro documento que comprova a conexão repressiva é o Pedido de Busca n. 016/76/DBCI/DOPS/RS, datado de 6 de janeiro de 1976, expedido para a comunidade de informações do Estado e do país pela Divisão de Busca e Coleta de Informações do DOPS/RS, classificado

[24] QUADRAT, Samantha Viz. *Operação Condor: o "Mercosul" do terror*. Estudos Ibero-americanos, PUCRS, v. XXVIII, n. 1, jun. 2002. p. 171.
[25] Apud PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay*... Op. cit., p. 700.

como confidencial. Esse Pedido referia-se a Oscar Perez, cidadão uruguaio, e solicitava os seguintes dados "informar se o nominado está preso na área; atendimento com brevidade; outros dados considerados úteis". A resposta a este Pedido de Busca demorou exatos 20 dias, e veio através da Informação 03/76, emitida para o DOPS/RS pela Delegacia Regional de Rio Grande, com a classificação de reservado. Dizia a informação: "Em atenção ao PB [Pedido de Busca] da Referência, transcrevemos o Radiograma n. 50/76, recebido da D. P. de Santa Vitória do Palmar, como segue: 'INFORMAMOS QUE OSCAR PEREZ FOI PRESO PELO EXÉRCITO A CERCA DE DOIS MESES ATRÁS VG E ENTREGUE MEDIANTE RECIBO LOGO EM SEGUIDA A POLÍCIA URUGUAIA PT SDS [...]."[26]

O caso em que se evidenciou a participação brasileira nos operativos do Condor, e mais especificamente do DOPS/RS, foi o seqüestro dos uruguaios Lílian Celiberti Rosas de Casariego e seus filhos, Camilo e Francesca, de oito e três anos de idade, respectivamente e Universindo Rodríguez Díaz, em Porto Alegre, em 12 de novembro de 1978, numa operação chamada de "Zapato Roto", operativo destinado a prender membros do PVP que estivessem em território brasileiro. O principal alvo da operação "Zapato Roto" era Hugo Cores, liderança do PVP que se encontrava, na época, em São Paulo. Cores tinha por hábito usar sapatos bastante gastos, fato que deu origem ao nome da operação.

Lílian e seus filhos, Camilo e Francesca, juntamente com Universindo Dias, haviam retornado da Europa, onde haviam se exilado e residiam em Porto Alegre na Rua Botafogo, 621, apartamento 110, bloco 3. Lílian era líder da Associação dos Estudantes do Magistério e da Resistência Obreira-Estudantil no Uruguai, tendo sido presa e torturada em 1972 e deportada para a Itália em 1974. Os dois eram ligados ao PVP e estavam em Porto Alegre há alguns meses, elaborando um dossiê sobre violações aos direitos humanos no Uruguai.[27] Lílian assim descrevia a escolha de Porto Alegre para realizar o trabalho de denúncia: "Cuando fuimos hacia Porto Alegre, teníamos cierta noción de que había cooperación entre las fuerzas policiales del Cono Sur. Pero no teníamos muy claro que el Brasil estuviese

[26] Ibid., p. 701-702.
[27] Ibid., p. 728.
[28] MARIANO, Nilson. *Operación Condor: terrorismo de Estado en el Cono Sur. Una investigación sobre cómo las dictaduras de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay montaron una acción conjunta para aniquilar adversarios políticos en la década del setenta*. Buenos Aires: Lohlé Lumen, 1998. p. 68-69.

como la Argentina, donde había una guerra de exterminio. Pensábamos que había mayor limitación para que los policiales uruguayos actuaran en Brasil."[28]

Na noite do dia 12, Camilo e Francesca foram levados às dependências do DOPS/RS, onde foram postos à disposição da polícia do Uruguai. Nesta mesma noite, foram levados de Porto Alegre à fronteira uruguaia por policiais brasileiros e uruguaios, onde mudaram de automóvel e seguiram em território uruguaio sob a custódia de pessoal do país. As duas crianças ficaram detidas e incomunicáveis em dois diferentes locais, do dia 12 ao dia 25 de novembro de 1978, onde havia outras crianças. No dia 25, as crianças "reapareceram" em Montevidéu, onde passaram a guarda de sua avó materna.

Lílian e Universindo permaneceram detidos no DOPS/RS, onde foram torturados, do dia 12 ao dia 17 de novembro, quando em algum momento entre os dias 18 e 24 de novembro, Lílian e Universindo foram clandestinamente entregues às forças repressivas uruguaias.

Considerações finais

Através da análise dos informes, pedidos de busca e de prisão, relatórios e fichas nominais produzidos pelo próprio DOPS/RS, assim como a documentação proveniente dos demais órgãos da comunidade de informações, somados aos depoimentos de ex-presos e perseguidos políticos, foi possível encontrar uma série de indícios que corroboraram com a idéia de que a ação de polícia política do DOPS/RS evidencia práticas de terrorismo de Estado.

Pesquisar temáticas que trabalham com a perspectiva do tempo presente impõe ao historiador uma série de desafios, como trabalhar com eventos inconclusos, com a dificuldade no acesso à documentação; somado a esses desafios, o trabalho de pesquisa de situações traumáticas se apresenta como algo delicado. Ainda hoje, pesquisadores são constrangidos ao pesquisar em arquivos que se encontram em poder das forças policiais; citar nomes e atribuir-lhes os qualificativos "ditador" ou "torturador" pode não somente gerar um mal-estar na academia, quanto pode resultar num processo por calúnia e difamação e, ainda, pode criar situações de constrangimento, insegurança e receio em função da impunidade que protege os responsáveis por aquelas práticas repressivas. Efetivamente, a política de esquecimento, traduzida nesses infortúnios, não são ocasionais, eles possuem uma explicação. Tratam-se dos resquícios do efeito do terrorismo de Estado e da cultura do medo na

sociedade brasileira, dentre eles, a impunidade e imunidade a que os agentes da repressão gozam até os dias de hoje.

Referências bibliográficas

BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

BONA GARCIA, João Carlos. *Verás que um filho teu não foge a luta*. 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado terrorista argentino: quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes: um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

Gutiérrez Contreras, J.C. y Villegas Díaz, Myrna *Derechos Humanos y Desaparecidos en Dictaduras Militares* , KO'AGA ROÑE'ETA se.vii (1999) - http://www.derechos.org/koaga/vii/contreras.html

MARIANO, Nilson. *Operación Condor: terrorismo de Estado en el Cono Sur. Una investigación sobre cómo las dictaduras de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay montaron una acción conjunta para aniquilar adversarios políticos en la década del setenta*. Buenos Aires: Lohlé Lumen, 1998. p. 68-69.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 850 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

QUADRAT, Samantha Viz. *Operação Condor: o "Mercosul" do terror*. Estudos Ibero-americanos, PUCRS, v. XXVIII, n. 1, jun. 2002.

QUIROGA, Hugo; TCACH, César (comps.). *A veinte años del golpe: con memoria democrática*. Rosario: Homo Sapiens, [s. d.].

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004).* Bauru: Edusc, 2004.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. *Relatório Azul: garantias e violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul (1999-2000).* Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. *Relatório Azul: garantias e violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul (1998-1999).* Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1999.

Cilon Cunha Brum: um menino de São Sepé

*Deusa Maria de Sousa**

Resumo: Este artigo discute, a partir da pesquisa em arquivos públicos e privados, a trajetória do líder estudantil e comunista sepeense Cilon Cunha Brum, que é um dos quatro guerrilheiros gaúchos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, entre os anos de 1972-1975.
Palavras-chave: Cilon, trajetória, Guerrilha do Araguaia, desaparecimento, memória.

Aos três dias do mês de fevereiro de 1946 nasceu em São Sepé mais um filho do casal Eloah Cunha Brum e Lino Brum, Cilon Cunha Brum. Os primeiros anos de Cilon foram vividos no Distrito de Tupancy junto aos pais e outros sete irmãos. Parte da infância e da adolescência viveu na Vila Tatsch. Foi uma infância alegre e de muitos amigos. Numa família grande, era difícil permanecer sozinho.

Na Vila Tatsch, fez muitos amigos e ficou conhecido pela liderança estudantil no Ginásio Tiaraju. Lá organizou campeonatos de futebol, sua grande paixão, e nestes, em algumas ocasiões, sagrou-se campeão.[1] Tanto nos jogos do Ginásio, quanto no futebol de várzea da Vila, sua escalação era sempre a mesma: goleiro. Seu porte físico, um pouco mais alto que os demais, ajudavam a convencê-lo de que naquela posição atuaria melhor do que na lateral.[2] Nesta época, apresentava uma pequena gagueira, não ignorada pelos amigos que o apelidavam de "gaguinho" a qual ele dava pouca importância. Nos "Gre-nais" realizados pelos meninos da Vila, Cilon era um dos poucos do time azul que tinha a camisa do seu time de coração, o Grêmio.[3]

A vida escolar de Cilon começou no Ginásio Estadual Tiaraju, onde concluiu o antigo ginásio aos 17 anos, em 1963. Logo depois foi residir em Porto Alegre junto com um irmão. Neste período retomou os estudos no segundo grau em uma escola da rede municipal.[4] Recém chegado do interior sentiu

---

*Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Este artigo é um recorte de uma discussão mais ampla, de minha dissertação de mestrado em História intitulada: Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia, defendida em 12/04 /06.

[1] Em uma foto, vê-se Cilon junto ao time do Ginásio Tiaraju com faixa de campeão no ano de 1963. In: CONY, Jussara. Para não esquecer Araguaia: em memória do gaúcho Cilon 1973-2003.

[2] Relato de Zauri Leão Melo no texto Somos da Vila Tatsch. In: CONY, Jussara. *Para não esquecer Araguaia: em memória do gaúcho Cilon 1973-2003*. Pág. 22.

[3] Relato de José Martin Leão no texto Um jovem que participava ativamente na Vila. In: CONY, Jussara. *Para não esquecer Araguaia: em memória do gaúcho Cilon 1973-2003*. AL/RS. 2003. Pág. 14.

[4] Escola Municipal Emílio Mayer.

as dificuldades da nova vida, e não obteve êxito no primeiro ano escolar na capital. Ingressou, então, no Colégio Rosário para freqüentar o curso técnico em Ciências Contábeis – onde repetiu o primeiro e cursou o segundo ano do segundo grau - e trabalhou numa empresa de publicidade que estava em expansão no mercado, e que era dirigida por um conhecido da família.[5]

Inicialmente moraram – ele, o irmão e um amigo - numa pensão localizada no bairro Cidade Baixa e, depois, resolveram alugar uma sala comercial e montar uma república. Foram bons os anos vividos em Porto Alegre na "república" – como assim chamaram a casa comercial adaptada para apartamento em que viveram os três – inicialmente Cilon, o irmão e um amigo, tendo este último sido substituído depois pelo primo *Cid*.[6] Ele, Cid, relatou recentemente sobre esse breve tempo de vida em comum: "*Durante esse período Cilon revelou seu companheirismo e lealdade. Mostrou-se um idealista, com personalidade marcante, nunca deixando de mostrar seu lado sonhador e brincalhão* (...). *Faz parte da minha memória e da minha vida.*"[7]

No ambiente de muita liberdade e brincadeiras as conversas sobre política raramente apareciam, quando surgiam eram apenas comentários corriqueiros do primo Cid que se queixava do excesso de Atos Institucionais baixados pelo regime ditatorial de então. Sem uma formação ideológica definida, e imbuído do conservadorismo interiorano da época Cilon, que já possuía uma personalidade contestadora, não viu com maus olhos o regime militar que se instalou em 31 de março de 1964.[8] Todavia, não supunha que pelo excesso de arbitrariedades daquele regime iria lutar contra ele até a morte.

Foi um tempo feliz para os três rapazes! Um tempo em que se vestia terno para ir aos clubes e se saía às tardes para o cinema. Vivia-se praticamente para o estudo e para o trabalho. Durante a semana Cid – que trabalhava apenas no turno da tarde na Prefeitura Municipal de Porto Alegre – preparava o almoço e Cilon e seu irmão se revesavam na limpeza da louça e da cozinha. Aos sábados não havia almoço em casa. Todos iam para um conhecido bar no centro e lá almoçavam e bebiam para comemorar a semana que se encerrava. Neste período surgiu uma oportunidade para que Cid pudesse ser efetivado como

[5] A empresa era MPM Propaganda, e Petrônio Cunha Correa era diretor da mesma, segundo ordem de busca do DOPS/RS Nº 77/74 de 5/03/1974.
[6] Apelido, transformado praticamente em nome, do primo Valter Pontes Brum.
[7] Depoimento de Valter Pontes Brum a Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre, setembro de 2005.
[8] Idem.

funcionário público municipal, porém era necessário que ele fizesse um teste de habilitação para o serviço que já exercia há algum tempo. Foi apresentado a ele um programa de estudos incluindo conhecimentos específicos de sua área de atuação além de conteúdos da língua portuguesa e de matemática. Estes últimos conteúdos pareceram assustadores para Cid. Ele pediu auxílio aos dois primos; ao mais velho que se destacava muito bem em língua portuguesa e a Cilon em matemática. Foram quinze noites de estudos sistemáticos e alternados. A cada noite, depois de chegar do trabalho e das escolas tinham mais esta tarefa, como comentou Cid tempos depois: (...) *O resultado? Fui aprovado com destaque na matemática. Este foi apenas um exemplo da boa vontade e do incentivo que tive de um amigo.*"[9]

Em 1967 a empresa de publicidade trabalhava em que Cilon vivia uma fase de franca expansão e "*dada a sua dedicação ao trabalho e incontido entusiasmo*"[10] tal empresa o transferiu para a filial de São Paulo, onde foi morar num apartamento alugado com ajuda do tio.[11] Em 1969 obteve aprovação no vestibular em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e logo depois foi eleito presidente do Diretório Acadêmico do curso de Economia e do Diretório Central de Estudantes (DCE) da mesma universidade.

Foi provavelmente neste período que ocorreu sua aproximação com organismos políticos. Desde o ano em que passou a residir em São Paulo sempre manteve contato, principalmente através de cartas, e visitas ao irmão em Porto Alegre e ao restante da família em São Sepé. Em dezembro de 1968 fez a primeira visita à família no Rio Grande do Sul, ocasião em que passou as festas de fim de ano. No início do ano de 1969, fez nova visita, foi uma visita rápida a trabalho, mas aproveitou para rever os amigos e a família. Porém, em sua penúltima visita à capital gaúcha - no final do ano de 1969 e ano novo de 1970 - seu irmão que morou com ele na república desconfiou de seu comportamento, pois: "*Ele estava meio esquisito. Senti que estava meio estranho. Guardei aquilo comigo. Não comentei com ninguém. Tempos depois fiquei sabendo que, neste período, o DOPS vigiou o apartamento em que moramos*".[12] Soube-se, depois, que numa destas

---

[9] Idem.

[10] Relato de Lino Brum Filho a Deusa Maria de Sousa em setembro de 2005.

[11] Segundo pedido de busca nº 77/74 DOPS/RS - de 05/03/1974 - Petrônio Cunha Correa e sua esposa Elsa Barberena Correa foram os fiadores para o aluguel do apartamento 34, situado à Alameda Nothan nº 1041, local em que o mesmo morou entre 01/10/68 e abril/70, mudando-se então para local ignorado.

[12] Segundo o depoimento de Lino Brum Filho a Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre, setembro de 2005.

vistas ele veio fazer contatos com militantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ocasião em que trouxe um fardo de panfletos considerados subversivos.[13]

A última visita de Cilon Brum foi para batizar a afilhada, primogênita do irmão, em início de junho de 1971. Nesta viagem, percebeu-se a situação clandestina que ele já estava vivendo. Foi nítido seu descuido com a aparência – antes tão apreciado - e sua preocupação em permanecer dentro de casa. Durante todo o período em que esteve em Porto Alegre, com o irmão, a cunhada e os pais, quase não saiu. Nas poucas vezes em que precisou sair, fez questão de usar o serviço de táxi.

O irmão que conviveu com ele na república em Porto Alegre e sua esposa, viram na oportunidade criada pela ocasião uma maneira de interceder, junto a Cilon, para que ele não voltasse a São Paulo e abandonasse aquelas idéias consideradas "subversivas" na época. Foi uma longa e dura conversa a três, que durou algumas horas à portas fechadas. Houve uma relutância inicial de Cilon em abrir-se para o irmão e a cunhada, mas aos poucos ele demonstrou que estava convicto da luta que travava e que "*do jeito que estava* – a situação nacional diante do regime ditatorial – *não dava para continuar e se morresse, morreria feliz.*"[14]

Cartas à família

Durante o tempo, de quase cinco anos, em que morou em São Paulo Cilon manteve sempre a comunicação com o irmão em Porto Alegre e, através dele, com o restante da família, pais e irmãos, em São Sepé. O malote da empresa que seguiam rotineiramente para a capital gaúcha facilitou, durante algum tempo, a correspondência. Era muito freqüente chegar as pequenas cartas - quase bilhetes – que Cilon escreveu durante este período. Nestas cartas escrevia sobre pequenas e corriqueiras coisas da vida ou recados para os pais e, principalmente, para uma irmã que com ele mantinha uma lojinha de roupas em São Sepé.[15] Foram muitas as cartas em que mandava recados ou orientava sua irmã em como gerir os recursos da loja. Algumas delas chamam a atenção.

---

[13] Idem.
[14] Idem.
[15] Uma de suas irmãs mantinha uma loja em São Sepé, chamada Luanda, de roupas masculinas e femininas.

Na carta de 22/03/71 enviada a Lino Brum Cilon, seu irmão, escreveu ao final da mesma:

> São Paulo, 22 de março de 1971.
> P.S: Estou com alguns problemas aqui de natureza política. Quando for alguém aí mando uma carta em mãos explicando melhor.[16]

As poucas, porém esclarecedoras, palavras de Cilon permite vislumbrar a situação de "natureza política" na qual o mesmo estava envolvido. Essa declaração veio confirmar as suspeitas do irmão que morava em Porto Alegre e que embasaram a conversa que teriam em junho daquele mesmo ano. Muitas evidências foram acrescidas a este pequeno *post scriptum* do final da carta de março.

Longe do contato de qualquer membro da família – cortado em início do ano de 1970 - e sem trabalhar ou estudar, Cilon levou uma vida clandestina em São Paulo de quase dois anos. Pouco se sabe sobre este período de sua vida, tampouco com quem morou. Sabe-se, porém, que naquele momento o Partido Comunista do Brasil – PC do B – a qual pertencia, criou condições, alugando apartamentos, para que aqueles militantes que se encontravam em situação de perigo pudessem "morar" até "subir", – termo usado para a saída para a região onde se organizava a Guerrilha do Araguaia. Uma depoente que morou, nesta época, com três militantes que ingressaram na Guerrilha do Araguaia – Helenira Rezende, Suely Yumiko Kanayama, e Rioko Kayano - fez um relato sobre período de preparação do Partido para algo que iria acontecer:

> A gente tinha reunião permanente com os camaradas do Partido. Eu era estudante da USP e não consegui me identificar com o curso que fazia. Neste período tivemos uma reunião com a fração dos estudantes da USP e lá fui comunicada de que nós – as mulheres – deveríamos fazer vestibular para o curso de enfermagem. Era preciso. Então eu e outras o fizemos.[17]

É provável que Cilon tenha morado em algum apartamento custeado pelo Partido até a resolução de sua retirada de São Paulo para a região do Araguaia. Antes disso, ele foi visto nas ruas de São Paulo em início de 1971 em duas últimas ocasiões. Na primeira destas, por uma prima – filha do diretor da MPM Petrônio Cunha Correa – e segunda por uma militante do Partido no

[16] Trecho final da carta de Cilon Cunha Brum ao irmão Lino Brum Filho.
[17] Depoimento de Carmem Lopes a Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre, em setembro de 2005.

movimento estudantil. Na primeira ocasião, a prima vendo-o de longe correu para abraçá-lo e o gritou pelo nome. A reação dele foi de disfarçar e depois que a moça aproximou-se lhe disse: "*Saia daqui. Não repita meu nome. Saia de perto de mim! Não se comprometa por minha causa!*"[18] Esta reação foi encarada como a certeza de que Cilon estava profundamente comprometido com a militância política considerada "subversiva" para o regime militar. Na outra aparição de Cilon, uma militante do movimento estudantil o viu a uma distancia de dez metros, quando um outro militante mostrou a ela que se tratava do gaúcho Cilon Brum.

Mesmo desligado do local em que trabalhou em 1970, ele aparecia esporadicamente para enviar as costumeiras "cartinhas" para a família através do malote da empresa. Em outra destas cartas, datada de três de maio de 1971, Cilon respondeu ao irmão sobre o convite que recebera para apadrinhar o filho que a cunhada esperava. Usou novamente o espaço do *post scriptum* para relembrar um assunto que ainda o afligia.[19]

> São Paulo, 03 de maio de 1971.
> (...) Quando o bebê nascer me avisa que em seguida eu vou. Só espero o "parto daí" que "parto daqui". Um abração,
> Cilon.
> P.S: Sobre o outro assunto a gente fala aí.

Dez dias após o nascimento da filha do irmão, Cilon desembarcou em Porto Alegre, antecipadamente ao dia designado para chegar. Aquele fato chamou a atenção do irmão que já estava o observando. O comportamento estranho e aquelas palavras nas entrelinhas das cartas levaram o irmão e a cunhada a "intimarem" Cilon – como foi referido anteriormente – sobre suas atividades políticas. Mesmo sob protestos ele admitiu ter compromisso com sua organização política e que estava disposto a dar a vida, se preciso fosse, por uma grande mudança no país.

Sua última carta foi também o último contato com seus familiares. Esta carta foi endereçada ao irmão que residia em Porto Alegre. Nela, deixou transparecer que iria se ausentar por algum tempo de Porto Alegre, porém não precisou a data de sua partida, nem o local em que iria ficar neste período. Todavia, pela última vez usou o espaço final da carta para enviar um recado, uma carta fechada aos pais e que deveria ser entregue aos mesmos. O irmão es-

[18] Segundo o relato do Lino Brum Filho, a Deusa Maria de Sousa, em setembro de 2005.
[19] Carta de Cilon Cunha Brum ao irmão e a cunhada – Lino Brum Filho e Jane Claudete Haag Brum. São Paulo 3 de maio de 1971.

tranhou aquele procedimento, pois o malote sempre trazia as cartas de Cilon, que comumente eram abertas e lidas por vários membros da família.

> São Paulo, 27 de julho de 1971.
> (...) No mais tudo bem. Devo ficar algum tempo fora de São Paulo. Escrevo pra vocês. Um abração com saudades pra afilhada.
> Cilon
>
> P.S: vai uma carta p/ Leni – a irmã – e junto uma carta para os velhos – os pais.[20]

A carta que Cilon enviou aos pais foi entregue ao patriarca da família, poucos dias depois. A mãe de Cilon – e os irmãos – nunca souberam do conteúdo da mesma. O pai de Cilon a manteve em segredo até o túmulo. Tempos depois, em fins de 1971, o pai perguntou ao filho, que residia em Porto Alegre, se ele sabia alguma notícia de Cilon. Esta indagação leva a crer que talvez, Cilon tenha confessado ao pai suas atividades políticas e o explicado a necessidade do seu afastamento e que, talvez, tenha feito a promessa de escrever outra carta de algum outro lugar. Nunca se soube o que tratava a incógnita carta, tampouco qual o destino dado à mesma pelo pai de Cilon. Provavelmente, logo após este período, Cilon tenha partido em direção ao Araguaia.

A AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO E A CONTRA-INFORMAÇÃO

Depois disso, não mais se soube do paradeiro de Cilon. Muitas "histórias" envolveram o mistério do desaparecimento dele, mas a família manteve a esperança de que ele pudesse estar vivo em algum lugar, talvez incomunicável. O assunto das atividades políticas de Cilon, mesmo tratado como sigilo na família, espalhou-se repentinamente em São Sepé. Houve algumas ocasiões em que isso pareceu muito concreto. Uma destas foi por ocasião de um AVC – acidente vascular cerebral – que acometeu a mãe de Cilon. Naquela ocasião, soube-se depois, que a casa da família foi vigiada pela polícia por diversos dias na tentativa de aprisionar Cilon que – segundo acreditava o DOPS – poderia visitar a enferma. Em 1976, o pai de Cilon faleceu e levou consigo o segredo da carta. O filho que residia em Porto Alegre revirou todos a mobília da casa e do

[20] Carta de Cilon Cunha Brum ao irmão – Lino Brum Filho. São Paulo 27/07 de 1971.

quarto do casal à procura da carta de Cilon. Foi em vão! Ele, o pai, ou a destruiu ou a colocou em algum lugar praticamente impossível de ser encontrado. Essa atitude leva à concluir que o conteúdo da carta foi demasiadamente forte para ele, o pai, que - temeroso que os outros filhos soubessem da intenção de Cilon – resolvera guardar consigo as confidências que lhe fizera o filho caçula.

Em outra ocasião notou-se a ação da contra informação sobre o paradeiro de Cilon. Em 1978 o irmão mais próximo de Cilon recebeu um telefonema do diretor - e tio Petrônio Cunha Correa - da empresa de publicidade em que Cilon trabalhou até o início do ano de 1970, comunicando-lhe sua chegada a Porto Alegre no dia seguinte e advertindo que não o esperasse no aeroporto. A conversa que ambos teriam deveria ser no escritório da Empresa na capital gaúcha. O irmão de Cilon se dirigiu à agência de publicidade no horário determinado pelo diretor e ouviu do mesmo: "*o que vocês*– a família – *vão fazer para buscar o Cilon em Paris? Soube, o que vocês já sabem, que ele está lá paraplégico e sem condições financeiras para retornar. Se for isso me digam que eu dou o dinheiro*".[21] A surpresa do irmão, ao perceber o equívoco do tio, só não foi maior que a do diretor que pensava que faltava à família apenas o dinheiro. Faltava-lhe também a verdade sobre o paradeiro de Cilon. Ambos perceberam que a notícia sobre Cilon era uma informação plantada.[22]

A esperança da família tomou novo fôlego a partir da Anistia em 1979. Houve um processo de renovação das esperanças. Porém, a agonia da incerteza do que havia acontecido com Cilon teve fim a partir de um documento emitido pela OAB, em 1982, apontando os desaparecidos políticos durante o regime ditatorial e no qual constava o nome de Cilon Cunha Brum.[23] A reação da família diante do documento foi imediata: "*Foi um misto de alívio e dor. Pelo menos não iríamos mais alimentar a ilusão de que ele voltaria*". A mãe de Cilon viveu, ainda, depois da emissão deste documento, por mais sete anos. Ela nunca deixou de acreditar que o filho iria voltar para casa. "*Minha mãe, até o final da vida esperou por Cilon. Eu não tive coragem de lhe falar a verdade. Aos irmãos e parentes mais próximos contei, mas a mãe... faltou-me coragem! Me doía vê-la olhando para a rua à espera de Cilon*".[24]

---

[21] Depoimento de Lino Brum Filho, a Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre, em setembro de 2005.
[22] Idem.
[23] Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado do Rio De Janeiro – "RELAÇÃO DE PESSOAS DADAS COMO MORTAS E/OU DESAPARECIDAS DEVIDO ÀS SUAS ATIVIDADES POLÍTICAS," Rio de Janeiro de 1982. Pág. 10. Lê-se na relação de pessoas desaparecidas na Guerrilha do Araguaia Cilon da Costa Brum.
[24] Depoimento de Lino Brum Filho, a Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre, em setembro de 2005.

Arquivos pesquisados

Acervo da Luta Contra a Ditadura – Porto Alegre

Arquivo do Departamento de Ordem e Política do Estado do Paraná - DOPS/PR

Arquivo do Ginásio Estadual Tiarajú – São Sepé/RS

Arquivo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul/MJDH/ Porto Alegre/RS

Arquivo Pessoal de Deusa Maria de Sousa – NH/RS

Arquivo Pessoal de Lino Brum Filho – Porto Alegre/ RS

Bibliografia

AMAZONAS, João. *Marxismos X Revisionismo: 30 anos de confronto ideológicos*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

ARANTES, Aldo e LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1984.

ARNS, D. Paulo Evaristo. *Brasil Nunca Mais : O perfil dos atingidos*. São Paulo: Vozes, 1985.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembrança de velhos*. São Paulo. T.A. Queiroz/ Edusp, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. SP: Ed. FGV, 2002 (5 ed). P.183-192.

CABRAL, Pedro Correa. *Xambioá: guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiania: Editora da UFG, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1982.

CONY, Jussara. *Para não esquecer Araguaia: em memória do gaúcho Cilon 1973-2003*. AL/RS. 2003.

GASPARI, Élio. *A Ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das letras, 2002.

GOMES, Angela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história*. RJ: ed. FGV, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Edusp, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos tribunais, 1990.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo: Boitempo editorial, 1999.

MORAIS, Tais e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silencio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: brasiliense, 1989.

RICOEUR, Paul. *Teoria e Interpretação*. São Paulo: Ed. Brasil LTDA, 1976.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Edusp, 1993.

SCHIMDT, Benito Bisso. *Grafia da Vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. História - Unisinos*. São Leopoldo: Unisinos, v.8 , n.10. p.131-142. 2004.

O PODER JUDICIÁRIO NOS CONFINS DO IMPÉRIO: UM RELATO DO HISTORIADOR EM BUSCA DE FONTES

Elaine Sodré

Resumo: O presente artigo resulta da junção de dois enfoques: a pesquisa histórica e a atuação do historiador. Num primeiro momento, apresenta características gerais sobre o poder judiciário no Brasil Império. Remonta as origens da formação do Estado e apresenta a inserção do Rio Grande do Sul através das práticas jurídicas no contexto imperial. Após, passa para uma descrição do "fazer do historiador". Talvez esta não seja a parte maior, mas ela tem a intenção de ser a principal, pois busca mostrar como é atuação do pesquisador. Através de uma narrativa, relata fatos que mostram que o acesso às fontes nem sempre é fácil, mas que o trabalho de pesquisa requer investigação e essa insistência.

Palavras-chave: Justiça – Império – Rio Grande do Sul – historiador – fontes históricas

Quando falamos em confins do Império, estamos nos referindo ao Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX, mais precisamente ao período monárquico de 1822 a 1889. Este artigo pretende ser um diálogo entre o passado e o presente; ao primeiro, destinamos um olhar histórico/teórico e, ao segundo, um tom narrativo para demonstrar a prática do historiador no seu ofício, para tal o poder judiciário será o norte a nos guiar, comecemos por ele então.

O simbólico "independência ou morte" do 7 de setembro de 1822, "às margens do Ipiranga", é apenas isso: simbolismo. Estudar história, ou "fazer história" requer uma análise ampla em torno de um determinado ponto de ruptura, mesmo que haja uma mudança há também uma linha de continuidade que normalmente leva muito tempo para ser totalmente modificada. A história político-administrativa do Brasil é uma linha de permanências marcada por pequenas mudanças. Naquele 1822, também era assim, a partir de 8 de setembro os administradores teriam que observar o que era o Brasil, o que permaneceria e o que mudaria. Um Estado independente não poderia viger sob a orientação metropolitana, mesmo porque teria que se sepultar as nomenclaturas colônia/metrópole.

*Doutoranda em História – PUCRS/Cnpq.

Lembremos que havia no Brasil uma estrutura administrativa aos moldes de Portugal, menos pelos séculos de colonização e mais pelos anos de presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro. E lembremos também que o "libertador" era um Bragança, herdeiro do "trono dominador". O Estado brasileiro nascia tendo por base esses antagonismos e não poderia esperar-se uma máquina estatal coerente e funcional, como de fato não foi. O que se percebe é que se sabe pouco sobre as práticas do estado imperial, a historiografia dedicou-se por algum tempo há estudar dualismos, tais como: escravidão/liberalismo; centralização/descentralização; conservador/liberal entre outros, alguns desses estudos tão importantes que se tornaram conceitos referenciais[1]. Mas há um desconhecimento da aplicabilidade desses conceitos clássicos. Essa carência de estudos evidencia a existência de muitas lacunas na "história política" brasileira.

Uma dessas lacunas diz respeito ao poder judiciário. Poucos historiadores brasileiros dedicam-se a estudar o assunto, há bons trabalhos de cunho histórico, mas via de regra são pesquisas de estudiosos do direito[2]. Esses trabalhos servem para fazer compreender "o que" era o poder judiciário, quais as determinações legais, quais as influências das diferentes teorias do direito. A grande ausência está em "como se faz", ver a aplicabilidade, entender como funciona um dos poderes do Estado, aquele que teoricamente, deveria ser o responsável pela manutenção da ordem, a instância da força legítima. É isso que falta. Nossa proposta de trabalho é essa analisar as práticas jurídicas e a partir delas poder correlacionar o poder judiciário com as administrações locais, provincial e imperial.

Este texto está sendo redigido baseado mais no aspecto empírico do que no teórico. Ou seja, pretendemos principalmente mostrar o "fazer do historiador", a metodologia empregada na tentativa de reconstituir as práticas do poder judiciário. Por esse motivo, abordaremos apenas rapidamente o contexto histórico do tema. A carência de uma legislação já era evidente antes da independência política. Tanto que D. Pedro I, por decreto de 3 de junho de 1822, havia convocado a Assembléia Constituinte que ficaria encarregada de organizar a Constituição. Seguindo caminho um tanto tortuoso, no ano seguinte o imperador dissolveu a Assembléia e, em 1824, outorgou a Carta

[1] Citamos principalmente: Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Nelson Werneck Sodré, as obras estão ao final do artigo nas referências bibliográficas.

[2] Citamos: Carlos Antônio Wollkmer, José Reinaldo de Lima Lopes, Lenine Nequete, as obras estão ao final do artigo nas referências bibliográficas.

Constitucional. Sobre o judiciário, determinava que era o "poder judicial independente" e que os seus membros atuariam "nos casos e pelo modo que os códigos determinarem"[3]. Apesar de o texto ser claro, há nele, dois aspectos limitadores: político e legislativo. Por um lado, a independência do poder judiciário era restrita, pois havia acima dele a atuação do próprio imperador, ou através do poder moderador, ou através do Conselho de Estado. E por outro lado, os códigos estavam por ser redigidos, visto que até aquele momento, excluindo-se alguns decretos, a legislação que vigorava no Brasil era ainda a portuguesa.

A Constituição não dava conta da demanda legislativa aliás, nela estava previsto a necessidade de novos códigos e leis. O que se veria nos anos subseqüentes mostraria que a tarefa de tal elaboração não seria simples. O principal problema foram as divergências políticas, os grupos opositores objetivavam estruturas diferentes e poucos estavam dispostos a ceder. O embate extrapolou as casas legislativas e afetou a própria estabilidade do imperador de tal forma que ele abdicou do poder em 1831.

Nesse clima de instabilidade surgiu a legislação normatizadora do sistema judicial. O Código Criminal foi apresentado em 1826 e votado em 1830. Em 1828 iniciou-se a elaboração do Código de Processo Criminal, aprovado em 1832. O Código Criminal de 1830 passou incólume pela turbulência política das primeiras décadas do Império. Na verdade, assim passou por todo o período. Foi o primeiro código penal brasileiro criado por juristas coimbrãos. Em linhas gerais, mantinha as garantias individuais e de propriedade, o destaque era a proporcionalidade entre crime e penas, estas consideradas brandas em comparação com as anteriores impostas pelas ordenações portuguesas.

Já o Código de Processo Criminal em vigor a partir de 1832 foi alvo de muitas críticas. Foi esse código que organizou o sistema judiciário, criando uma hierarquia diferente daquela colonial. No topo estava o Supremo Tribunal, na segunda instância os Tribunais de Relação, que eram quatro naquele momento, mas, segundo a Constituição, seriam tantas quantas "necessárias para a comodidade dos povos"[4]. Nessas duas esferas, os cargos eram preenchidos por magistrados de carreira: os ministros e os desembargadores, respectivamente. Na base da hierarquia, a primeira instância, estavam os juízes de direito, municipal e de órfãos, promotor público e juiz de paz. O primeiro

[3] Art. 151 da Constituição do Império do Brasil.
[4] Art. 158 da Constituição do Império do Brasil.

cargo, nomeado pelo governo imperial, o último eleito; e os demais escolhidos pelas administrações locais. Também se determinou a criação do Tribunal do Júri, a formação de um corpo de jurados que era composto por "civis" o que configurou ao Código características do liberalismo constitucional, ascendente na Europa desde a pioneira espanhola Constituição de Cádiz, de 1812.

As bases legais estavam dadas, restava executar as novas leis. Voltemos nosso olhar para a província de São Pedro do Rio Grande. Em 1833, dando providência a determinação do Código de Processo Criminal, o Conselho Administrativo deliberou a nova organização judiciária, agrupando os quatorze municípios existentes em cinco comarcas, a saber: Porto Alegre, Piratini, Rio Grande, Rio Pardo e Missões. Cada uma das comarcas foi dividida em termos e estes, em distritos. O mais alto funcionário do poder judiciário na comarca era o juiz de direito, bacharel em direito e nomeado pelo governo imperial. As demais jurisdições eram ocupadas por magistrados leigos, geralmente sem formação acadêmica. Os distritos, ficavam a cargo dos promotores, juízes municipais e de órfãos e os termos dos juízes de paz.

Os primeiros tempos foram de grandes dificuldades, especialmente para a ocupação dos novos cargos. O governo provincial em vários e diferentes momentos viu-se em apuros para tentar completar os quadros judiciários locais, pois ele ficava entre os clamores das câmaras municipais e impotência do poder central. O problema mais grave era com os magistrados togados, pois encontrar bacharéis em direito capacitados e desejando deslocar-se para longínquas comarcas do império, não era tarefa fácil. Nessa situação, estavam praticamente todas as comarcas sul-riograndenses, mas quanto mais afastadas, mais grave eram os problemas. Na comarca de Missões estes eram constantes. Em janeiro de 1847, a Câmara Municipal de São Borja enviou correspondência a presidência da província:

> "A Câmara Municipal de São Francisco de Borja, faltaria com um dever seu, se indiferente ao bem ou mal estar de seus munícipes, continuasse a ser muda espectadora, dos males que os mesmos sofrem pela falta de uma regular administração da justiça, falta que resulta de estarem os cargos de Juiz Municipal, Órfãos e Delegado de Polícia sendo exercidos pelos suplentes de que trata o art. 19 da Lei de 3 de dezembro de 1841. Ora Exmo. Snr. sendo este Município composto de estancieiros, e negociantes que nenhum conhecimento tem de jurisprudência, e sendo aqueles suplentes tirados do número destes mesmos estancieiros e negociantes, é fora de dúvida que os cargos referidos recaem em indivíduos, que, embora dotados dos mais puros desejos, e das melhores intenções, não podem deixar de cometer faltas, erros, e mesmo crimes; por isso que, como fica dito, lhes falecem os mais triviais princípios de direito, acrescendo

> mais, que não tem a quem se recorrem, para os aconselhar, e dirigir, mesmo a custa de dispêndios, e sacrifícios.
> Vossa Exª. muito melhor, que esta Câmara sabe que as muitas e complicadas atribuições que a Lei citada conferiu aos cargos de Juiz Municipal, e Delegado de Polícia não podem ser bem desempenhadas, se não por homens profissionais em matéria da Legislação, por isso esta Câmara vem rogar a V. Exª. se digne prover o lugar de Juiz Municipal, Órfãos e Delegado de Polícia deste termo, em um Bacharel formado, único meio no entender da Câmara de cessar, ou ao menos minorarem os males que afligem a este município, cuja enumeração a Câmara deixa de fazer, a fim de não fatigar a paciência de V.Exª.
> Esta Câmara bem convencida do quanto V. Exª. se interessa pela prosperidade da província, que tem a fortuna de possuir por seu administrador, conta certo que sua suplica será acolhida. Deus guarde Vossa Excelência"[5].

Em 10 de janeiro, a presidência da província envia ofício ao Ministério da Justiça, onde se diz ciente da: "dificuldade de achar Bacharéis formados, que aceitem nomeações de juízes para lugares fora da sua residência", mas ainda assim remete cópia do pedido feito pela câmara municipal São Borja. Em 15 de março o Ministério da Justiça responde:

> "se há dificuldade em encontrar, nessa província, Bacharéis que aceitem os cargos de Juízes Municipais e de Órfãos de alguns dos seus termos, muito mais sensível se torna ela nessa Corte, não havendo, portanto nenhuma outra providência a dar além de continuar-se na diligência de descobrir pessoas idôneas e habilitadas para semelhantes lugares: o que o Governo Imperial não perderá de vista devendo V. Exª. entretanto, também diligenciar encontrar nessa província, bacharéis que queiram servir tais cargos"[6].

O caso citado nos permite algumas análises. Observemos dois aspectos: o jurídico e o burocrático. É inegável a dificuldade de suprir a demanda de magistrados com bacharéis formados em direito. Essa ausência, não rara no mínimo até meados do século XIX, teve como resultado o precário funcionamento da justiça, se não havia juízes habilitados, os processos poderiam não ser corretamente sentenciados. Por outro lado, fica evidente a frágil organização burocrática. Os magistrados deveriam ser o braço do Estado nas longínquas regiões, já que teoricamente seriam leais ao poder administrativo mantido pelo Estado e não por facções locais, nem por intempéries políticas. Frizemos: teoricamente. Diante dessa situação ideal o Estado seria o maior interessado em fortalece esses funcionários.

---

[5] AHRS - Correspondências da Câmara Municipal de São Borja de 14-1-1847. AMU, maço 231.
[6] AHRS - Aviso do Ministério da Justiça de 15-3-1847. B1-108.

Contudo, a situação real era outra, o Estado não estava capacitado para gerenciar todo o seu *corpus* funcional. Talvez fosse uma falha da tão controversa centralização política. Conforme a seqüência dos documentos apresentados a câmara municipal apenas detectou o problema, visto que lhe faltava competência para mais que isso. O governo provincial foi mero ouvinte, ele também era desprovido de autoridade para interferir. O Ministério da Justiça "solenemente" desobriga-se de solucionar o caso. Podemos perguntar: Afinal de quem era a responsabilidade? Quem teria que dar providência ao problema?

Na ocasião dessa troca de correspondências, o responsável pela nomeação era o Ministério da Justiça. Mas aí temos outro aspecto para analisar: a longa distância entre o costume e a lei. O Código de Processo Criminal de 1832 determinava que os juízes municipais fossem nomeados pela presidência da província, depois de ter recebido uma lista com no mínimo três candidatos indicados pela câmara municipal. Porém, a Reforma de 1841, atendendo aos anseios conservadores converteu essa função ao governo central. Pelo que se lê das correspondências parece que os administradores estão em fase de adaptação. E nenhuma das esferas administrativas tomou para si a responsabilidade, ficando implícita a isenção geral, numa espécie de "alguém tem que fazer", ou "somos todos responsáveis", e o resultado é que ninguém tomava as providências.

A situação apresentada serve para exemplificar qual era o quadro da justiça no Rio Grande do sul, no século XIX. Sem dúvida, quanto mais aproximado estava o final do século, menos problemas surgiam, contudo, esse "menos" não significa pouco, apenas quantidade menor que as dos tempos iniciais. As próprias características sócio-econômicas contribuíram para esse melhoramento, aumento da população, bem como da produtividade e também gradativamente surgia um maior número de funcionários capacitados para ocupar os cargos judiciários.

Tendo apresentado um contexto da história da justiça no Brasil e na província de São Pedro, nos resta partir para o segundo objetivo deste artigo que é apresentar o fazer do historiador. Esse resumo apresentado foi em parte construído com diferentes referências bibliográficas, mas também, pela análise de fontes primárias. Num primeiro momento, os Relatórios e os Avisos do Ministério da Justiça. Com o estudo desses documentos alguns esclarecimentos surgiram, porém outras tantas dúvidas, também. A principal e mais inquietante era: "Como é a prática no interior de uma comarca?". Essa pergunta levava a dois problemas, um era o seu próprio questionamento, e outro, selecionar uma comarca. Na ocasião da primeira divisão judiciária (1833),

existiam apenas cinco comarcas, mas no final do império, em 1889 esse número tinha setuplicado. Como escolher?

A metodologia foi utilizar como base a primeira divisão judiciária da província; olhar diretamente para aquelas cinco comarcas iniciais e entre elas escolher uma para aprofundar os estudos. Veio então outra interrogação: Qual eleger como o espaço de análise micro? Voltamos mais uma vez o olhar para o material que tínhamos, nesse ponto, o referencial teórico pouco contribuiu. Analisamos mais atentamente então as fontes, em busca de algum indício. Era nítido um quadro de dificuldade para administrar a justiça, mas as dificuldades eram maiores na comarca de Missões. Tendo por base essa especificidade, escolhemos então como delimitação espacial para uma análise pormenorizada da administração e das práticas da justiça, aquela comarca. Um dos problemas que se apresenta ao historiador que pretende um estudo como esse é encontrar fontes.

O fato de estar pesquisando um período, dito monárquico e organizado como tal, dificulta o encontro de determinado tipo de documentos. Especialmente aqueles produzidos por órgãos administrativos que não tinham uma representação local. Diferente, por exemplo, do que ocorre com o poder executivo, que além da administração imperial da corte tinha sua representação na presidência da província e nas câmaras municipais. O que dizer do poder judiciário, que era administrado desde o Ministério da Justiça no Rio de Janeiro? É lógico pensar que as fontes estariam lá, porém, custa crer que não houvesse nem uma instância local que administrasse ou prestasse auxílio aos tramites jurídicos. Eis que chegamos na segunda etapa da pesquisa (atual), que é procurar saber o que cada localidade produziu e de que forma, através das administrações legislativa e executiva, poderíamos encontrar material para "reconstruir" o poder judiciário.

A coleta de fontes começou com o centro do poder executivo, ou seja, a presidência da província, especificamente as correspondências que as câmaras municipais enviam para lá. Porém, não qualquer, nem todas as câmaras municipais, apenas aquelas que estavam dentro do território da comarca de Missões. Ao passo que íamos conhecendo cada vez mais aquele material, ia aumentando a necessidade de saber o que estava "na outra ponta" daquela linha de comunicação. Depois de concluído o levantamento de toda a correspondência enviada pelas nove câmaras municipais surgiu a necessidade de visitar "os confins do império".

A narrativa que iremos apresentar é resultado de pesquisas realizadas em instituições de sete municípios da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, entre

março e abril de 2006. O objetivo é indicar a existência de instituições arquivísticas no interior do estado, locais que os historiadores podem ver como guardiãs de fragmentos de história, mas que muitas vezes a população local não tem noção da importância. Por esse motivo, a partir daqui o texto destinará importância menor ao conhecimento histórico, em detrimento de um relato do historiador, pois o propósito é sociabilizar a existência de fontes, algumas vezes de acesso difícil, ou pela dificuldade de conseguir manuseá-las, ou pela pouca probabilidade de estarem em determinadas instituições.

A comarca de Missões criada em 11 de março de 1833, compreendia as vilas de São Borja, Alegrete e Cruz Alta, sendo a primeira cabeça da comarca. Por esse motivo, comecemos nosso relato por ela. Na cidade de São Borja, não há arquivo, nossa investigação iniciou pela Biblioteca e Museu Municipal, ler na fachada "Museu", dá certo alento. Porém, após as devidas apresentações e explicação dos propósitos, (aliás, esses em muitos momentos não compreendidos). Surge a explicação do que significa o propagandeado "Museu", corresponde a um acervo de arte missioneira, pouco organizado e em fase de mudança. Mais alguns minutos de conversa e vem a tão esperada notícia: "Sim, temos uma documentação antiga." Naquele momento, já tínhamos noção de poder ser essa uma fase ilusória, pois o conceito de antigo é bastante flexível. Enfim, descobrir o significado daquele antigo era o mais urgente. Aquela prática comum do historiador de chegar aos arquivos e solicitar: "por favor o catálogo", tornou-se obsoleta há mais quinhentos quilômetros de Porto Alegre.

Numa sala secundária da biblioteca, diante de dois armários sem nenhuma organização, vivi um dos momentos mais gratificantes daqueles dias. Lá havia uma grande quantidade de documentos do século XIX, por uma dessas situações que ninguém sabe explicar, todos encadernados e identificados em suas respectivas lombadas. Eu que já estava incrédula recusei-me a acreditar que aquelas inscrições remetessem ao que diziam: "Atas de 1851 a 1861", "Correspondências 1859 a 1875"; "Expediente 1857 a 1864"; "Juramentos 1861 a 1864", e muitos outros, a grata surpresa é que remetiam sim. Se não foi possível descobrir qual o critério de divisão temporal, ela de alguma forma existe, pois os documentos foram selecionados por temática e esta dividida em espaço de tempo, não linear, nem uniforme.

Após alguns dias de pesquisa na cidade, descobrir que havia na câmara municipal atas "antigas". Realmente há, inclusive ao que parece todas as atas de 1851 até a última redigida lá estão arquivadas. O ponto positivo dos

são-borjenses é que são muito atenciosos, entretanto na câmara o acesso à documentação, não é tão fácil quanto na biblioteca, é necessário fazer uma requisição, explicando o motivo da pesquisa e enviar a presidente da Casa. Burocracia! Mas um dos funcionários se encarregou de redigir o ofício, o qual foi prontamente assinado e logo eu já estava pesquisando nas atas.

Em 1850, pela Lei provincial nº 185 de 22 de outubro foi criada a comarca de Alegrete e a de Missões passou a ser denominada de São Borja, que abrangia a vila do mesmo nome, a de Cruz Alta e a de Santo Antônio (essa por pouco tempo); sob a jurisdição de Alegrete, além da vila do próprio nome estava também a de Uruguaiana. Partimos então para narrar a situação em Alegrete. Ao chegar à cidade, "a voz do povo" informa que há dois arquivos e três museus. Grande expectativa! De fato, a informação é correta. O Museu Municipal, localizado aos arredores da cidade, tem um razoável acervo de fontes primárias e material bibliográfico, porém não há documentação do século XIX. A outra instituição arquivistica, o Cepal (Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete) abriga um variado acervo, especialmente material bibliográfico, há documentações dos séculos XIX e XX, por exemplo, duas Atas da Câmara (1859-1863 e 1863-1873), termos de juramento, mas são "fragmentos", inexiste uma seqüência.

Em 1858, a Lei provincial nº 419 de 6 de dezembro dividiu a comarca de São Borja em duas: a de São Borja e a de Cruz Alta, a nova comarca tendo os termos de Cruz Alta e Passo Fundo. Assim o próximo local de pesquisa é o Museu Municipal de Cruz Alta, localizado na estação férrea. Os funcionários chamam de Museu e Arquivo Histórico Municipal, e de fato, ambos estão sediados numa das partes da antiga viação férrea. O acervo está numa espécie de sótão acima do museu, mas não é uma questão de hierarquia. A surpresa no arquivo de Cruz Alta foi a existência de catálogo, a decepção foi que não conseguimos descobrir ao que remete o mesmo[7]. Se o pesquisador tiver tempo e paciência, é possível que encontre os documentos que procura, infelizmente, não é possível fazermos uma descrição geral do acervo. Temos certeza de que as atas da câmara municipal do século XIX, praticamente, toda seqüência cronologia, algumas atas de eleições e livros de rendas estão arquivados lá. Há também um espaço separado onde segundo informações existe grande

[7] Nos acervos de Cruz Alta e Passo Fundo pesquisou comigo o mestrando Jonas Moreira Vargas.

número de documentos referentes a viação férrea. A câmara de vereadores e o arquivo da prefeitura foram visitados, mas não há fontes históricas.

A década de 1870 alterou significativamente a configuração das três comarcas que existiam até aquele momento. Em 1872, a comarca de São Borja foi extinta, e a lei nº 799 criou a de Itaqui, com os termos de Itaqui e São Borja. No ano seguinte, pela lei nº 877 de 29 de abril foi criada a comarca de Passo Fundo, desmembrada da de Cruz Alta. Em 1875, pela lei nº 965 de 29 de março, foram criadas as comarcas de Uruguaiana e Santo Ângelo, esta desmembrada de Cruz Alta e aquela de Alegrete.

Na cidade de Itaqui, há um arquivo localizado na prefeitura, no qual a funcionária responsável mantém um "domínio feudal" sobre os documentos lá abrigados. Alguém que queira acessar a documentação do arquivo deve proceder como um que deseje registrar marca ou outro que queira comprar um terreno no cemitério. A solicitação de qualquer dos "serviços" citados requer como primeiro passo a ida ao protocolo da prefeitura, lá preencher uma requisição, pagá-la (em outro local), depois voltar no protocolo e esperar, dentro de uma semana o pedido será deferido ou não. Devido a essa acirrada guarda é impossível ter acesso ao conjunto do acervo. No que se refere ao século XIX, há uma grande quantidade, precisamente seis caixas, tipo box, com ofícios, requerimentos, correspondências, ou seja, documentos referentes à administração em suas diferentes instâncias. Outro local possível de encontrar fontes, mas não sistematizadas, nem com seqüência cronológica é na câmara municipal, lá ninguém se confia o título de proprietário dos documentos. Há uma burocracia semelhante àquela da câmara de São Borja, um requerimento apresentando-se e dizendo a finalidade do uso da documentação.

Em Passo Fundo, a situação é singular, há um arquivo que é administrado pela Universidade de Passo Fundo, apesar de ainda estar em fase de organização é possível pesquisar e há uma consciência da importância e da função de um arquivo. O acervo é variado, há documentos a partir do século XIX, que estão catalogados por temática. A parte que está em fase de organização é a dos processos, estes são ações diversas, de posse de terra a crime, dos séculos XIX e XX.

Uruguaiana e Santo Ângelo são opostos, neste município existe arquivo, que funciona no Centro Cultural, porém também carece de organização, a qual garantem está em processo. No que se refere ao século XIX há um livro de juramento dos empregados, um de requerimentos de terrenos e um livro da junta e mesa paroquial. Em Uruguaiana a situação é diferente, o arquivo

histórico fica localizado no Centro Cultural Dr. Pedro Marini. Lá há um atendimento especial ao público, no mesmo local funcionam bibliotecas e museu, assim há uma disponibilidade e profissionalismo a ser destacado. Já o acervo apesar de em ótimo estado de conservação não está organizado, há muitos e variados documentos, mas não foram catalogados sendo inviável saber ao que se refere o todo. Entre os que pesquisamos estão as Atas da câmara municipal, todas de 1857 a 1889, livros de correspondência de 1849 a 1889; livros de juramentos e de títulos.

Na década de 1880 foram criadas outras comarcas na região da antiga Missões. Em 1880, Soledade; e, 1884, Palmeira; estas não fizeram parte do roteiro em busca de fontes. A primeira porque a documentação existente está no arquivo de Passo Fundo, e a segunda por não possuir acervo referente ao século XIX. Em 1888, foi criada a comarca de São Vicente. Essa foi excluída do objeto de pesquisa, pois o marco temporal acaba em 1889, muitas comarcas levavam mais que um ano para serem instaladas e por conseqüência para dar início ao julgamento dos feitos.

Assim acaba a narrativa do historiador em busca de suas fontes. Concluímos destacando a dupla importância que teve essa "empreitada". Por um lado, pela aquisição de novas e inéditas fontes muito importantes para a construção da tese. E por outro, pela possibilidade de conhecer o espaço que é objeto da pesquisa. Citações como "as margens do Ibirapuitã" ou "na rua da igreja matriz" passaram a remeter a imagens concretas.

Outro aspecto a destacar é a possibilidade de poder observar que em alguns daquelas localidades ainda é possível identificar características do século XIX, confirmando que a construção da história é um processo de longa duração que mescla mudanças e permanências. Encerramos com o melhor exemplo que encontramos: "*Temos que saber os lugares do juiz e do delegado são eles que mandam*". Com certeza, poderíamos ter lido essa frase nas correspondências do século XIX, mas ouvimos da Cristina, funcionária da câmara municipal em Itaqui, no dia 10 de abril de 2006[8].

[8] Naquele dia, ao entardecer, haveria uma cerimônia na câmara municipal, o objetivo era homenagear serviços prestados pela polícia local. No final do expediente (13 horas) as funcionárias estavam marcando os lugares das autoridades e dos convidados de honra, foi nesse contexto que uma delas disse a frase citada, numa clara sugestão que entre as autoridades que ocupariam a mesa o "poder de mando" era dividido entre o delegado e o juiz de direito.

Referências bibliográficas:

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder:* formação do patronato político brasileiro. 3ª ed., São Paulo: Globo, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e Senzala:* Formação da família brasileira sobre o regime. patriarcal, 49ª ed., São Paulo: Global Editora, 2004.

_____. *Sobrados e mocambos:* decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano, 15ª ed., São Paulo: Global Editora, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *O direito na história* – Lições introdutórias. 2ª ed., São Paulo: Editora Max Limonad, 2002.

NEQUETE, Lenine. *O Poder Judiciário no Rio Grande do Sul.* Livro comemorativo do Centenário do Tribunal da Relação de Porto Alegre – Tribunal de Justiça do Estado. Porto Alegre: Edição da Diretoria da Revista de Jurisprudência e Outros Impressos do Tribunal de Justiça, 1974. 1.v e 2.v.

_____. *O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência:* I. Império. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000.

_____. *O poder judiciário no Brasil:* crônica dos tempos coloniais. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000. 1.v e 2.v.

PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil.* 12ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1980.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil.* 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1970.

WOLKMER, Antonio Carlos. *História do Direito no Brasil.* 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

Conexões externas da ditadura uruguaia: a coordenação repressiva[1]

Enrique Serra Padrós[*]

Resumo: O presente artigo traz algumas reflexões sobre as conexões externas entre os regimes de Segurança Nacional do Cone Sul latino-americano durante as décadas de 1960 a 80, particularmente o uruguaio, quando foram aplicadas políticas de Terror de Estado amparadas nas premissas da Doutrina de Segurança Nacional. O Uruguai é visto aqui desde o período imediatamente anterior à deflagração do golpe de Estado (1973), na administração autoritária de Pacheco Areco, a qual antecipou a posterior ditadura Civil-Militar. A Operação Condor não foi o início da colaboração efetiva dos sistemas repressivos do Cone Sul. Em realidade foi mecanismo de continuidade montado sobre longa tradição de cooperação subterrânea policial e militar regional. As ditaduras de Segurança Nacional aplicaram metodologia repressiva ilegal extrapolando fronteiras, praticando monitoramento, espionagem, seguimento e perseguição com o auxílio de organismos de segurança dos países limítrofes. A colaboração e a reciprocidade de "favores" foram características comuns a todas elas.

Palavras-chave: Autoritarismo - Terror de Estado - Operação Condor - Coordenação Repressiva – Ditaduras de Segurança Nacional

Introdução

O estudo sobre os regimes de SN mantém vigência diante da divulgação de novos depoimentos de antigos quadros dos aparatos repressivos dos diversos países, do debate sobre a abertura dos arquivos oficiais, da visibilidade obtida pelas crescentes denúncias relacionadas com o *Caso Pinochet* e a Operação Condor, assim como pela confirmação, nos documentos da CIA e do Departamento de Estado desclassificados pelos EUA,[2] de conexões entre os

* Professor de História Contemporânea no Departamento de História/UFRGS.

[1] O presente texto está vinculado à tese "Como el Uruguay no hay. Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar" defendida junto ao PPG-História/UFRGS, em 2005, sob orientação do professor Cesar A. B. Guazzelli.

[2] Os primeiros documentos específicos à ditadura uruguaia (uns 860 documentos sobre acontecimentos envolvendo uruguaios na Argentina) começaram a ser divulgados a partir de meados do ano 2002.

aparatos repressivos do Cone Sul e destes com organismos de informação e repressão dos EUA. Cabe salientar que boa parte da documentação que embasa este texto foi pesquisada junto ao Acervo da Luta contra a Ditadura-RS.

Inicialmente deve destacar-se que desde a instauração da ditadura no Brasil houve troca de informação sobre os exilados brasileiros entre Brasília e os países vizinhos, mesmo onde estava vigente o Estado de direito, como no caso uruguaio. Na fase do governo Pacheco Areco o intercâmbio se intensificou e mudou de perfil; a partir desse momento também começa a haver significativa demanda das autoridades uruguaias, principalmente a respeito de supostos integrantes do *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaro* e de outras organizações consideradas ilegais que poderiam estar circulando e agindo a partir do território brasileiro.[3]

A REPRESSÃO EXTRATERRITORIAL

Nos anos 60, o intercâmbio de informação e os procedimentos de vigilância dos potenciais "inimigos internos" e das comunidades exiladas espalhadas pelo Cone Sul se intensificaram. A pressão das ditaduras brasileira e paraguaia levou o governo uruguaio a limitar a mobilidade dos exilados, fato sintetizado no confinamento de Leonel Brizola, em 1965, na cidade balneária de Atlântida, onde, em tese, lhe eram reduzidas as possibilidades de contatos com os denominados "pombos correios"[4] e tornava-se mais fácil vigiá-lo.

Com o advento dos golpes de Estado no Uruguai e no Chile, em 1973, houve espaço para a realização de operações repressivas com forças de segurança dos governos dos países vizinhos com os quais existia afinidade política. Direta ou indiretamente, unidades repressivas de um país passaram a agir em território vizinho. À medida que cresceu o mosaico de ditaduras, foi se definindo

[3] A documentação sobre a Secretaria de Segurança Pública existente no Acervo da Luta Contra a Ditadura confirma a existência de importante fluxo de informação entre tais países nos anos 60 e 70. O corpo documental, apesar das lacunas temporais/espaciais e da fragmentação das séries existentes, expressa, quanto à informação solicitada, padrões de colheita, codificação, organização e divulgação do material, áreas de atuação e de interesse da comunidade de informação brasileira e traços da rede internacional. Entre os documentos, há relatórios sobre entrada ou possibilidades de presença de estrangeiros procurados pelos serviços de inteligência dos seus países. Há também uma gama de pedidos de informação, busca e localização, informações sobre expulsão de estrangeiros, divulgação de brasileiros exilados e informações sobre suas atividades no exterior, etc. Portanto, antes da existência formal da Operação Condor, já funcionava, entre os serviços de informação, uma rede de contatos e controle no âmbito estatal, contando com a participação de países que ainda viviam sob regimes democráticos, embora em franco processo de deterioração, caso do Uruguai até 1973 Ver, especialmente, no Acervo da Luta Contra a Ditadura, o Fundo Documental: Secretaria de Segurança Pública – Sub-fundo: Polícia Civil / Departamento de Polícia do Interior / Delegacias Regionais / SOPS. Série nº 1 Coleta e Processamento de Informações, Sub-séries nº 1 e nº 2.

[4] Nome dado às pessoas que levavam informação do Brasil a Brizola e que retornavam com orientações para seus simpatizantes.

um enorme espaço sem fronteiras e sem proteção legal para aquelas pessoas que, pensando estar protegidas da perseguição repressiva sofrida nos países de origem, continuaram sofrendo verdadeiras "caçadas humanas" (como no caso do seqüestro dos uruguaios Lílian Celiberti e Universindo Dias e as crianças Camilo e Francesa em Porto Alegre, em 1978).[5] Ações ilegais foram produzidas pelo inter-relacionamento de grupos anti-subversivos, os do país onde ocorriam tais arbítrios e os do país de origem dos exilados visados. A clandestinidade dessas ações foi condição para sua eficiência, deflagrando o terror entre os coletivos atingidos e tornando muito difícil toda e qualquer denúncia, pois, a priori, a denúncia de comandos estrangeiros agindo com toda liberdade no interior de um país era peremptoriamente negada pelos governos, os quais enfatizavam que sob nenhuma hipótese permitiriam agressões à soberania nacional.

O uso do seqüestro, da detenção clandestina e da tortura das vítimas nos procedimentos dos comandos repressivos reproduziu o que já ocorria no interior das ditaduras da região. A articulação repressiva, que já funcionava entre alguns países, foi formalizada em novembro de 1975, durante a XI Reunião de Chefes de Estado Maior dos exércitos latino-americanos (com exceção de Cuba), em Montevidéu (na mesma época, já se estava desenhando a Operação Condor). A posterior incorporação da Argentina ao sistema repressivo multinacional fechou o cerco. Não só os perseguidos políticos ficaram mais ilhados no interior dos seus respectivos países com o fechamento de fronteiras e de rotas de fuga diante da impossibilidade concreta de acessar "terras livres" contíguas, como também o cerco crescente comprimiu o exílio latino-americano na Argentina, produzindo efeitos devastadores a partir de março de 1976. Neste país, a coordenação repressiva viabilizou condições para a expulsão de enormes levas de opositores e para a eliminação física de todo aquele que se fizesse necessário.[6]

No caso uruguaio, desde que se consolidou o golpe de estado promovido por Bordaberry, em 1973, intensificaram-se as realizações de operações repres-

[5] Para este caso é de fundamental importância o Arquivo Pessoal Omar Ferri (APOF) existente no Acervo da Luta contra a Ditadura. É constituído de centenas de documentos e notas de jornais centralizados no seqüestro e no debate político-jurídico gerado ao seu respeito. Na modalidade da Operação Condor, o fato gerou forte impacto na sociedade porto-alegrense. Nesse fundo documental há depoimentos, correspondência, inquéritos administrativos contra os funcionários gaúchos envolvidos, material da imprensa internacional, registro das campanhas de denúncia do seqüestro e de libertação das vítimas, anotações pessoas do advogado Ferri, etc. Além da documentação específica, há material sobre a repressão geral da ditadura uruguaia, particularmente sobre desaparecimentos, seqüestro de crianças assim como de casos semelhantes em países vizinhos. São informações muito ricas para montar o painel do funcionamento do sistema repressivo e o esforço por encobri-lo. A documentação extrapola o caso pontual e permite visualizar o fenômeno e suas implicações no cenário ampliado do Cone Sul.

[6] CELS. *Uruguay-Argentina: Coordinación represiva*. Buenos Aires, s. d., p. 19.

sivas nos países vizinhos onde existiam condições de acobertamento. Policiais e militares agiram, direta ou indiretamente, em território argentino, chileno, brasileiro e paraguaio; é importante registrar que o fator reciprocidade foi respeitado sempre que solicitado, fato constatado com a detenção e devolução de cidadãos argentinos que estavam no Uruguai. Aliás, o Centro de Estudios Legales (CELS), nas análises sobre a perseguição de estrangeiros por parte da ditadura argentina, lembra que os uruguaios que lá desapareceram possuíam estatuto de refugiados (sob a proteção do ACNUR) e alguns estavam legalmente radicados. A decisão de realizar ações conjuntas com a ditadura uruguaia, eliminando opositores que haviam buscado refúgio (direito constitucionalmente garantido até então) e que não intervinham na vida política argentina, desmente os argumentos sobre a necessidade e a inevitabilidade da "guerra suja" ou da "salvação nacional". A justificativa de que a repressão foi o efeito de "conspiradores", "combates" ou "movimentos subversivos" cai por terra diante do fato concreto de que a maior parte das vítimas uruguaias, assim como de outros latino-americanos que sofreram o mesmo destino, viviam legalmente em território argentino, o que certamente facilitou a repressão dos comandos locais e estrangeiros sobre eles.[7]

Com a mesma impunidade que as Forças Armadas uruguaias agiam na Argentina, forças argentinas faziam o mesmo no Uruguai. Houve analogia na metodologia de ação das unidades de segurança dos dois países platinos. Essa unidade de ação também se verificou na colaboração com agentes repressivos do Brasil, do Chile e do Paraguai. Por exemplo, diversos exilados chilenos seqüestrados na Argentina foram vistos, posteriormente, em campos de detenção clandestina no Chile. Igualmente, a ditadura Stroessner seqüestrou e trasladou para a Argentina diversos fugitivos daquele país. Dois deles eram uruguaios que, embora aguardando em Buenos Aires instruções do governo sueco - que já havia decidido pela sua acolhida como refugiados -, haviam ido para o Paraguai, provavelmente tentando obter documentos falsos para a retirada de outros companheiros em situação crítica na Argentina. Ambos, em maio de 1977, foram devolvidos clandestinamente através de um avião militar argentino. Considera-se que um deles, Gustavo Inzaurralde, posteriormente, foi entregue aos militares uruguaios.

Idem, p. 3.

Diversas fontes corroboram a existência dessa colaboração, tanto no que se refere à transmissão de informação quanto à detenção de pessoas requeridas. O ex-marinheiro uruguaio Daniel Rey Piuma confirmou que os serviços de inteligência do Uruguai tinham listas de cidadãos brasileiros, argentinos e paraguaios procurados nos seus respectivos países, assim como estes recebiam as listas de requeridos no Uruguai.[8] Da mesma forma, o general Otto Paladino, Secretário de Informações do Estado argentino de destacada atuação no centro clandestino *Automotores Orletti*, informou que oficiais uruguaios, bolivianos, brasileiros, paraguaios e peruanos procuravam informações sobre cidadãos perseguidos nos seus países.[9]

Refletindo indignação diante do caso Lílian-Universindo, em Porto Alegre, o semanário brasileiro *Movimento* manifestava que:

> Uma verdadeira rede de vergonha e crimes, hoje flagrada em plena ação no Brasil, que se autodenomina de "Internacional de Polícias" e não respeita fronteiras, não reconhece os mínimos direitos humanos, se tornou no mais vivo elo entre as nações, principalmente nos últimos seis anos.[10]

Tais fatos são expressão dessa internacionalização do TDE que se resguardou sob a afinidade de interesses econômicos e na identidade de modelos políticos. A concretização da coordenação repressiva foi possível a partir do momento em que as Forças Armadas da região extrapolaram a função de proteção das fronteiras territoriais e passaram a incorporar a idéia de fronteiras ideológicas ventiladas através dos diversos mecanismos de "pentagonização" dos exércitos latino-americanos. Foi a assimilação dessa idéia que promoveu a percepção de um território único visto como campo de batalha produzido pela agressão do comunismo internacional.

A coordenação repressiva se inseriu no interior de um plano aprovado por cúpulas militares; em alguns casos, mesmo antes da tomada do poder político. A principal característica do sistema adotado foi a clandestinidade das ações. O seqüestro, a detenção de pessoas, seu desaparecimento e a rejeição de qualquer responsabilidade dos organismos envolvidos constituem o

---

[8] Rey Piuma completa a informação: "Havia listas de aproximadamente 2.600 requeridos dos 'oficiais' uruguaios, e uma lista 'confidencial' de requeridos cujo pedido de captura não foi dado a conhecer à opinião pública (como têm o costume de fazer as Forças Armadas uruguaias). [...] Quando o fato tem uma cruz vermelha é porque a pessoa está morta. [...] Quando tem um círculo azul é porque já está detida". BAUMGARTNER, José Luis; DURAN MATOS, Jorge; MAZZEO, Mario. *Os desaparecidos. A história da repressão no Uruguai*. Porto Alegre: Tchê, 1987, p. 211.

[9] Idem, p. 337.

[10] "Brasil também ajudou a prender e bater lá fora". Movimento, 5 a 11 fevereiro de 1979.

instrumento chave do método concebido para gerar o pânico entre as comunidades exiladas. No fundo, tratou-se da exportação dos métodos repressivos que o TDE aplicava internamente, como o uso da tortura, o ocultamento da informação, a criação de um clima de medo, a marginalização ou submissão do Poder Judiciário, a incerteza das famílias e a indução à confusão deliberada da opinião pública mediante mecanismos diversionistas. A extrapolação dessas ações além-fronteiras gerou a necessidade de estabelecer relações mais complexas, coordenadas com as autoridades e os grupos de tarefas.

Na prática, a coordenação repressiva foi muito mais do que obter conivência ou liberdade de ação ("carta branca") do Poder Executivo local. No caso da ação da repressão uruguaia na Argentina, foram estabelecidas diretrizes comuns que pautaram a produção e o uso comum de informação (o que é muito mais complexo do que o simples intercâmbio), a formação de unidades conjuntas, a definição de elementos de ligação e a utilização de centros clandestinos de detenção específicos onde desapareceram inúmeras vítimas (*chupaderos*).

Conexões repressivas: ditadura brasileira-*democracia* uruguaia de Pacheco Areco

O estabelecimento de centenas de exilados brasileiros no Uruguai, após o golpe que derrubou o presidente do Brasil, João Goulart, em 1964, iniciou uma política de aproximação da repressão brasileira com alguns setores das forças de segurança uruguaia. A presença de destacadas figuras da política brasileira como Leonel Brizola ou o próprio presidente deposto, tornou a cidade de Montevidéu um verdadeiro santuário da resistência à ditadura. Encontros públicos, manifestações de apoio, contatos com os setores democráticos uruguaios e a intensificação das viagens dos "pombos-correio" de Brizola atraíram a atenção do serviço de inteligência e de espionagem brasileiras. Através de esquemas de controle e monitoramento dos exilados, inúmeros informes foram elaborados pela comunidade de informações. Assim, levantaram-se informações sobre cidadãos brasileiros que contatavam os exilados, a detecção de rotas utilizadas por esses contatos, a infra-estrutura de apoio na zona de fronteira, a provável volta de "subversivos" ao Brasil, etc., como se pode observar nos documentos a seguir:

SSP/RS - SCI
06/04/67
Assunto: Atividades Subversivas no Brasil - GUALTER de Castro Mello
ORDEM DE BUSCA Nº 26/67 - SCI/RS
SECRETO
1. DADOS CONHECIDOS
a. O asilado brasileiro no Uruguai, GUALTER DE CASTRO MELLO, reingressou em território Nacional à 1º Mar 67.
b. O marginado viajou dentro de um esquema terrorista comandado por LEONEL BRIZOLA.
2. PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS:
a. Verificar a presença de GUALTER no setor das Regionais. [...][11]

.....

SSP/RS - SCI
24/04/67
Assunto: Asilado Brasileiro - PAULO MELO BASTOS
ORDEM DE BUSCA Nº 35/67 - SCI/RS
SECRETO
1. INFORME
- Há vários dias que o asilado PAULO MELO BASTOS não é visto circulando na cidade de MONTEVIDÉU (ROU).
- Acredita-se que MELO BASTOS tenha viajado clandestinamente para o Brasil ou para algum país da órbita socialista.
2. PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS:
Observar e informar qualquer movimento de asilados no interior do RGS, assim como qualquer assunto relativo aos mesmos, que por ventura seja comentado nas áreas regionais.[12]

.....

Secretaria de Segurança Pública do RGS - Serviço Centralizado de Informações
26/10/67
Assunto: Asilados Brasileiros No Uruguai - ARTUR PAULO DE SOUZA GIACOMINI
ORDEM DE BUSCA Nº 307/67 - SCI/RS
1. DADOS CONHECIDOS
"a) Encontra-se no Estado do RIO GRANDE DO SUL o elemento ARTUR PAULO DE SOUZA GIACOMINI, vinculado ao grupo de asilados que, no URUGUAI, segue a orientação do asilado LEONEL BRIZOLA.
b) O marginado, que pode estar em PORTO ALEGRE, abandonou o URUGUAI para cumprir missão que lhe foi confiada por BRIZOLA".
2. PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS:
- Detenção de ARTUR, informando a este serviço.[13]

---

[11] Acervo da Luta Contra a Ditadura / Fundo: Secretaria da Segurança Pública / Subfundo: Polícia Civil / Departamento de Polícia do Interior / 15ª Região Policial / Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/SOPS / SOPS/LV - 1.2.891.10.4
[12] Acervo da Luta Contra a Ditadura / Fundo: Secretaria da Segurança Pública / Subfundo: Polícia Civil / Departamento de Polícia do Interior / 15ª Região Policial / Delegacia Regional de Rio Grande/SOPS / SOPS/RG - 1.2.894.10.4
[13] Acervo da Luta Contra a Ditadura / Fundo: Secretaria da Segurança Pública / Subfundo: Polícia Civil / Departamento de Polícia do Interior / 15ª Região Policial / Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/SOPS / SOPS/LV - 1.2.922.10.4

Nos três documentos acima, a informação de que as pessoas citadas teriam entrado no Brasil não parte de nenhum controle policial fronteiriço, até porque se tratam de ações clandestinas ou encobertas com documentação falsa. Mas é informação recebida do governo do Uruguai, produto da atividade de monitoramento. Na prática, tal monitoramento podia resultar da ação de vigilância de unidades de inteligência brasileiras que agiam com a conivência das autoridades policiais do país vizinho ou, então, tratava-se de informação fornecida pelo próprio Uruguai. De uma ou de outra forma, a fluidez de informação confirma a existência concreta de conexão. Para citar um exemplo, o coronel Pedro Alvarez procurou proteção em Montevidéu logo após o golpe de Estado que derrubou João Goulart. Ele lembra que, junto com outros exilados, eram ostensivamente vigiados pela polícia uruguaia. Segundo ele, o chefe da Polícia de Montevidéu, Alejandro Otero (denunciado como agente da CIA por Philip Agee), obrigava-os a apresentar-se às autoridades quase que diariamente (em vez de a cada quinze dias, como era de praxe nessas situações). As informações colhidas eram retransmitidas a oficiais brasileiros que periodicamente se reuniam com Otero.[14]

O colaboracionismo com a ditadura brasileira também registra a "entrega" de exilados no Uruguai, durante o governo de Pacheco Areco, como nos casos do jornalista Jorge de Miranda Jordão[15] e do professor Wilson Barboza do Nascimento. Também a diplomacia incidiu nesse processo de colaboração repressiva. Ferreira Aldunate lembrava que, desde o golpe de 1964, o Brasil pressionava o governo uruguaio para que limitasse a mobilidade de Brizola e Goulart dentro do seu território. A tal ponto isso ocorreu que chegou a utilizar mecanismos de pressão comercial. Foi assim que o embaixador Manoel Pio Correia condicionou a compra de trigo uruguaio à tomada de alguma atitude contra os notórios exilados porque, segundo interpretação do Itamaraty, estes desenvolviam intensa agenda política no país vizinho. Finalmente, a pressão se mostrou bem sucedida: como já foi dito, Brizola acabou confinado na cidade de Atlântida, em 1965.[16]

[14] Depoimento do coronel Pedro Alvarez, 15/08/03, Projeto Memória Digital, Acervo da Luta Contra a Ditadura.
[15] Segundo Flávio Tavares, Nascimento foi seqüestrado em Montevidéu pelo mesmo delegado Otero que constrangia o coronel Alvarez: levado à fronteira foi oficialmente "solto" na ponte divisória sobre o rio Jaguarão e, ao chegar ao lado brasileiro, foi imediatamente preso. TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999, p. 112.
[16] "Tortura tipo exportação", IstoÉ, 14/02/79, p. 28-34.

Os documentos do DOPS registram que, em 1967, parte das preocupações da ditadura brasileira referente aos exilados relacionava-se com a preparação de um provável foco guerrilheiro no entorno do Marechal Aragão e de Emanuel Nicoll, sob orientação das diretrizes emanadas da Conferência da OLAS e com o envolvimento de remanescentes do antigo movimento dos marinheiros que se haviam aproximado de Goulart durante seu governo. Marcado por essas preocupações, em maio de 1967 circulou, entre os organismos de segurança do Brasil, extenso documento sobre uma ofensiva de três mil guerrilheiros treinados em Cuba que deveriam convulsionar a América Latina a partir de uma nova estratégia liderada por Ernesto Che Guevara.[17] Como curiosidade, informa-se que a operação estaria sendo financiada, entre outros, por Perón e Juscelino Kubitscheck, em troca de acordos políticos posteriores. O sul do Brasil seria uma das zonas visadas:

> Os líderes comunistas brasileiros que se encontram exilados no URUGUAI, também participam desse amplo movimento subversivo. Segundo foi informado, o Quartel-General desses líderes é o Sanatório de SAN JOSÉ DE CANELONES, no URUGUAI.[18]

A fonte desse documento veiculado pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul é assinalado como sendo ONDA e, provavelmente, refere-se a algum informante que operava no interior da extinta empresa estatal de transporte terrestre de passageiros uruguaia, que durante décadas operou a linha Uruguai-Brasil. Anos depois, instalada a ditadura no Uruguai, foi comum a utilização de empresas públicas para dar suporte e cobertura às ações repressivas, o que permite pensar que talvez, em 1967, já estivesse havendo algum processo de infiltração.

Com a escalada repressiva promovida no Brasil a partir da imposição do Ato Institucional N° 5 (AI-5), a cooperação entre as forças de segurança brasileira e a polícia uruguaia aumentou. Novas levas de cidadãos brasileiros procuraram refúgio no Uruguai. No 23 de novembro de 1969, refletindo a preocupação com a persistência de boatos sobre a presença de agentes estrangeiros no país, o semanário *Marcha* publicava uma matéria intitulada *Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales*, onde denunciava o recrudescimento da repressão no Brasil e informava que doze brasileiros haviam solicitado asilo político no Uruguai.[19] Tamanha era a preocupação que o Secretário de Segurança do Rio

---

[17] Assunto: Guerrilhas na América Latina. Acervo da Luta Contra a Ditadura / Fundo: Secretaria da Segurança Pública / Subfundo: Polícia Civil / Departamento de Polícia do Interior / 15ª Região Policial / Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/SOPS / SOPS/LV - 1.1.528.6.3

[18] Idem.

[19] "Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales". Matéria publicada no semanário Marcha em 23/11/69. Citada por Paulo Schilling na obra *El Expansionismo brasileño* (México: El Cid Editor, 1978).

Grande do Sul, coronel Jaime Mariath, informou aos generais uruguaios que guerrilheiros brasileiros, interessados em desestabilizar o sul do Brasil, conspiravam no Uruguai e pediu ainda a captura de Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez, vinculado a um grupo dissidente do Partido Comunista Brasileiro[20].

Gutiérrez, no seu livro A Guerrilha Brancaleone, lembra que a situação dos brasileiros que se encontravam no Uruguai, em 1969, não era nada confortável. A administração Pacheco Areco, marcada por forte espiral autoritária, não lhes reconhecia o estatuto de asilado. Vários brasileiros haviam sido detidos pelos órgãos de segurança. Filho de pai uruguaio, Gutiérrez havia solicitado a cidadania uruguaia. Entretanto, em 19 de novembro daquele ano, foi detido junto com o paulista Euclides Garcia Paes. Num pequeno texto escrito em um bilhete (dinheiro), conseguiram denunciar sua prisão ilegal, tornando pública sua história. Durante esse périplo, Gutiérrez e Paes souberam de outro brasileiro que também estava preso e de outro que tinha sido deportado.[21] A prisão de Gutiérrez foi associada às quedas da Ação Libertadora Nacional (ALN) no Brasil, provavelmente a de Frei Betto (em Porto Alegre). O próprio Fleury (da Operação Bandeirantes) teria se deslocado para Montevidéu para acompanhar a implosão do esquema no Uruguai.[22] Apesar de que, nesse momento, a imprensa uruguaia repercutia as prisões dos brasileiros, Gutiérrez, temendo uma imediata deportação, cortou profundamente o braço esquerdo, sendo levado urgentemente a uma clínica do *Sindicato Médico del Uruguay*, de onde conseguiu contatar seu advogado. A tentativa de deportação de um cidadão uruguaio teve grande recepção na imprensa de esquerda do país, abortando sua devolução à ditadura brasileira. Posteriormente confinado no Hospital Militar (onde ficaria perto de 50 dias), Gutiérrez percebeu que era observado por pessoas que "não conseguiam disfarçar um sofrível portunhol. Sem dúvida, eram policiais ou militares brasileiros. Para seu desespero, a caça lhes escapara das mãos".[23] Gutiérrez avalia que a exposição pública da sua situação implodiu o acordo de devolução de perseguidos políticos entre os governos da região, tornando desconfortável sua residência no Uruguai.

---

[20] GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Editora Proleta, 1999, p. 93.

[21] Refere-se, respectivamente, a Caio Venâncio Martins, estudante paulista, e ao professor de História carioca Wilson Barbosa do Nascimento, ligado à Ação Libertadora Nacional (ALN). Idem.

[22] Idem, p. 92-95. Embora existam rumores ou versões de depoentes que afirmam ser verdadeira a informação sobre a presença do delegado Sérgio Paranhos Fleury em Montevidéu, não consegui confirmar tal fato. O Jornal do Brasil de 06/02/79 informa, na página 6, que "a polícia brasileira participou das torturas no Uruguai, esteve presente nas salas de interrogatório há algum tempo. O delegado Sérgio Fleury participou, junto com militares uruguaios, da invasão da Universidade de Montevidéu em 1968".

[23] GUTIÉRREZ, op. cit., p. 95.

Um importante elemento para a compreensão do grau de intercâmbio e de colaboracionismo entre o Uruguai de Pacheco Areco e a ditadura brasileira foi a presença e trajetória, na região, do agente estadunidense Dan Mitrione. No Brasil, Mitrione passou por várias cidades instruindo na aplicação de novas técnicas de "interrogatório". Particularmente, desenvolveu métodos para rápida obtenção de informação trabalhando em ambientes assépticos e procurando não perder o "paciente". Sua passagem pelo Brasil foi registrada pelo importante trabalho do jornalista Langguth.[24] Percival de Souza informa que havia um certo desconforto entre alguns policiais do DOPS paulista, entre os quais estava o delegado Fleury, por serem obrigados a passar por esses cursos de "atualização", que consideraram irrelevantes.[25] Simultaneamente, a partir de 1969, o Brasil recebia militares de todo o Cone Sul para realização de cursos teóricos e de instrução. Segundo o ex-agente do serviço de inteligência de São Paulo e do Comando Militar do Planalto, Marival Chaves,

> [...] muitos guerrilheiros brasileiros, sem sabê-lo, eram seguidos por equipes conjuntas de militares brasileiros e estrangeiros no Rio de Janeiro e São Paulo. Essas equipes acompanhavam seus movimentos e contatos, vigiavam suas casas e recolhiam dados que depois se utilizavam na repressão.[26]

A transferência de Mitrione para o Uruguai, em 1969, possibilitou a ida a Montevidéu de integrantes dos "Esquadrões da Morte" brasileiros para colaborar no treinamento que o agente do FBI promovia junto às forças de segurança uruguaias. Assim, paralelamente e sob a cobertura invisível dos EUA, criavam-se as condições para a conexão e futura coordenação entre os grupos militares, policiais e parapoliciais da região.[27] Além disso, o governo Pacheco Areco, além de manter programas de cooperação anti-subversiva com o Brasil de Costa e Silva e de Médici, também estabeleceu conexões semelhantes com a Argentina de Levingston e de Lanusse. Cabe sempre lembrar que, apesar do crescente autoritarismo assumido por aquele governo, o Uruguai ainda era uma democracia.

A partir do final dos anos 60 e início dos 70, a documentação do DOPS pesquisada registra significativo crescimento de informes que dizem respeito

---

[24] LANGGUTH, A. J. *A face oculta do terror*. São Paulo: Círculo do Livro, s. d.
[25] SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000, p. 481.
[26] BOCCIA PAZ., Alfredo et al. En los sótanos de los generales. *Los documentos ocultos del operativo Condor*. Asunción: Expolibro/Servilibro, 2002, p. 61.
[27] Idem, p. 74.

às organizações de esquerda uruguaias, tanto da Frente Ampla como, sobretudo, das organizações armadas, particularmente dos tupamaros. Os sistemas repressivos de ambos os países começam a assinalar com maior intensidade os pontos de contato entre os "subversivos" de cada país. Talvez o documento que melhor reflete isto seja o seguinte radiograma:

> RADIOGRAMA
> PROCEDÊNCIA P. ALEGRE RS Nº 400 PLS 40 DATA 07/12/70 HRS 13.30
> RESERVADO URGENTE
> [...] MANTER RIGOROSO CONTROLE FRONTEIRA VIRTUDE CARLOS LAMARCA TER SE DESLOCADO URUGUAI FINALIDADE TRAZER BRAZIL COMO REFÉM VG CONSUL GOMIDE PT MANTENHA DOPS ET DCI INFORMADO QUALQUER INFORME SOBRE O ASSUNTO [...][28]

Sem ter como questionar a plausibilidade da informação, chama a atenção o alerta feito da conexão mais concreta entre o grupo de Lamarca e os tupamaros, justamente no que diz respeito a um dos acontecimentos que melhor desnudam a participação brasileira no apoio à luta contra-insurgente nos países vizinhos: o seqüestro, como represália, do cônsul brasileiro em Montevidéu, Dias Gomide. Aliás, sobre esse fato, há um outro radiograma anterior, de 15/08/70, encaminhado aos Delegados Regionais e Polícia do Interior do RS:

> [...] INFORMO EXERCITO EXPEDIU SUAS UNIDADES SUBORDINADAS SEGUINTE RD MINISTRO DETERMINA QUE OS RADIOS VG TV VG ET JORNAIS VG SUSPENDAM QUAISQUER COMENTARIOS ALARMANTES REFERENTES AO URUGUAI PT AS NOTICIAS DEVEM SER SUMARIAS ET SEM COMENTARIOS PT JORNAIS DEVEM ELIMINAR MANCHETES ESCANDALOSAS PT PARA O CUMPRIMENTO DESSAS DETERMINAÇÕES DEVE SER EMPREGADA A MAXIMA ENERGIA PT DE ORDEM DO SR PRESIDENTE DEVE SER EVITADA A MINIMA PERTURBAÇÃO DA ORDEM PT MIN EX RECOMENDA AINDA NÃO DEVE SER NOTICIADO QUALQUER PRONUNCIAMENTO DE ASILADOS SOBRE PROBLEMA DE LIBERAÇÃO NOSSO CONSUL NO URUGUAI PT VG FATO SE PRENDE INFORMAÇÕES GOVERNO DAQUELE PAIS DE BRIZOLA TENTOU TAL PROCEDIMENTO PT GEN MILTON RESP CH GAB MIN EX PT SR SECRETARIO ESCLARECE QUE TAL INTERVENÇÃO DEVE CABER VG EM PRINCIPIO VG AUTORIDADE FEDERAL MILITAR OU POLICIA FEDERAL VG SO INTERVINDO A POLICIA CIVIL ESTADUAL PARA CUMPRIR TAL DECISÃO QUANDO NÃO HOUVER AQUELAS AUTORIDADES SUA AREA JURISDIÇÃO[29]

---

[28] Acervo da Luta Contra a Ditadura / Fundo: Secretaria da Segurança Pública / Subfundo: Polícia Civil / Departamento de Polícia do Interior / 15ª Região Policial / Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/SOPS / SOPS/LV - 1.2.1009.11.4

[29] Acervo da Luta Contra a Ditadura / Fundo: Secretaria da Segurança Pública / Subfundo: Polícia Civil / Departamento de Polícia do Interior / 15ª Região Policial / Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/SOPS / SOPS/LV - 1.-102.1.1

A orientação do governo brasileiro é de impedir que os exilados utilizem o fato para questionarem tanto a colaboração desse governo com o de Pacheco Areco, assim como a situação interna de cada um dos países. Veja-se também que é dito que é o governo uruguaio quem alerta para o uso político que do seqüestro estariam tirando figuras como Brizola.

Uma outra conexão existente entre o Brasil e o Uruguai se estabeleceu a partir de 1971, quando a recém criada Escola Nacional de Informações (ESNI) desenvolveu um *know-how* assimilado pelos órgãos de informação das Forças Armadas e polícias e passou a exportá-lo para os demais países do Cone Sul. Agentes de informações desses países cursaram a ESNI, em Brasília, tendo aulas ministradas por alunos de cursos de guerrilha em Cuba e ex-integrantes de organizações de esquerda. O cabo Anselmo (ex-Vanguarda Popular Revolucionária-VPR), convertido em espião dos seus ex-companheiros, teria sido um dos instrutores desses cursos, onde alunos e professores sempre usavam capuz. Através de tais cursos, o Serviço Nacional de Informações (SNI) conseguiu acumular e compilar importantíssima informação para destruir as iniciativas das organizações que pretendiam retornar à luta armada contra a ditadura brasileira.[30]

Portanto, a guisa de conclusão, constata-se que o intercâmbio de informações e de colaboração entre as forças de segurança regional antecipou a disseminação de regimes de exceção no Cone Sul; efetivamente, no Uruguai, tais práticas iniciaram durante um regime formalmente (ainda) democrático mas em acelerado processo de deterioração.

Referências bibliográficas complementares

Documentos, Depoimentos e Testemunhos Impressos

BUTAZZONI, Fernando. *Seregni-Rosencof. Mano a mano.* 3ª ed. Montevideo: Aguilar, 2003.

CAPITANI, Avelino. *A rebelião dos Marinheiros.* Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002.

CONADEP. *Nunca Mais.* Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina. Porto Alegre: L&PM, s. d.

[30] SOUZA, op. cit., p. 477.

INFORME DE MADRES Y FAMILIARES DE URUGUAYOS DETENIDOS-DESAPARECIDOS. *A todos ellos.* Montevideo: 2004.

SERPAJ. *Uruguay Nunca Más. Informe Sobre la Violación a los Derechos Humanos (1972-1985).* Montevideo: SERPAJ, 1989.

SILVA, Alberto. *Perdidos en el Bosque.* Montevideo: Familiares de Detenidos-Desaparecidos, 1989.

Obras Gerais

ALFARO, Milita. *El derrumbe de la Suiza de América. El Pachequismo y el Golpe Militar.* Montevideo: Las Bases, s. d.

BRUSCHERA, Oscar H. *Las décadas infames. Análisis político 1967-1985.* Montevideo: Lunardi y Risso, 1986.

CALLONI, Stella. *Operación Condor: los años del lobo.* Buenos Aires: Pena Lillo y Ediciones Continente, 1999.

DEMASI, Carlos. (Coord.). *La caída de la Democracia. Cronología comparada de la historia reciente del Uruguay (1967-1973).* Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, 1996.

DUHALDE, Eduardo Luís. *El estado terrorista argentino. Quince años después, una mirada crítica.* Buenos Aires: EUDEBA, 1997.

FERRI, Omar. *Seqüestro no Cone Sul.* Porto Alegre: mercado Aberto, 1981.

MYERS, Scott. *Los Años Oscuros 1967-1987.* Montevideo: Editorial Latina, 1997.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar A. B. (org.). *Ditaduras Militares na América Latina.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Modernidade e capitalismo na Porto Alegre oitocentista: a inserção de idéias, valores e práticas europeizantes e suas manifestações na cultura material

Fabiano Aiub Branchelli.[1]

Resumo: A presente pesquisa trabalha com a análise e interpretação das práticas de consumo de segmentos da população porto-alegrense na segunda metade do século XIX, compreendendo o período que vai de 1850 a 1889, a partir da aquisição e uso da cultura material, expressa em fontes escritas e materiais. Nesta perspectiva a pesquisa contemplará práticas de consumo, venda de produtos importados da Europa, assim como o mapeamento das principais redes de importação e distribuição destes artigos, em especial no que se refere as louças, até seu destino final, o descarte dos bens consumidos nas lixeiras. Objetivo em linhas gerais interpretar as práticas de consumo, relativas à esfera das relações econômicas e sociais, inseridas num contexto de transformação da sociedade escravista para uma capitalista, abordando especificamente a cidade de Porto Alegre.
Palavras-chave: Arqueologia Histórica, Consumo, cultura material, Porto Alegre.

Este breve artigo tem por objetivo apresentar meu projeto de dissertação de mestrado e seu desenvolvimento, mesmo que de forma parcial, no intuito de socializar minhas problemáticas de investigação. Irei trabalhar com a análise e interpretação das práticas de consumo de segmentos da população porto-alegrense durante a segunda metade do século XIX, compreendendo o período que vai de 1850 a 1889. A investigação parte da aquisição, uso e descarte da cultura material, expressos em diferentes categorias materiais, ou seja, através de fontes escritas e materiais provenientes de testemunhos voluntários e involuntários. Esta pesquisa contemplará além do estudo sobre práticas de consumo, um levantamento sobre a venda de produtos importados da Europa que chegam ao mercado consumidor de Porto Alegre (principais lojas), assim como o mapeamento das principais redes de importação e distribuição destes artigos, até chegarmos ao destino final dos produtos, o descarte, num estudo das lixeiras que materializam todo esse processo de consumo e revelando formas, tipos de objetos, motivos decorativos, marcas, fabricantes e diferentes origens, etc.

[1]Mestrando em História pela PUCRS vinculado ao PPGH com área de concentração em Arqueologia, bolsista CNPQ, orientando do Prof. Dr. Arno Alvarez Kern; pesquisador vinculado a linha de pesquisa do PROPRATA.

O foco de interesse passa a ser a busca e análise de aspectos e manifestações sócio-culturais da Porto Alegre oitocentista. Uma das minhas principais preocupações neste projeto gira em torno da questão da análise do processo de inserção de Porto Alegre no sistema capitalista, buscando entender de como se deu este processo, levando em consideração os reflexos visíveis desta inserção através da cultura material, bem como o contexto de produção de novas formas de trabalho[2] e de representações sociais, o que se torna relevante uma vez que vivemos suas conseqüências e desdobramentos nos dias de hoje.

Em vista disto, surge a demanda pela elaboração de novos conceitos e abordagens da história de Porto Alegre, que flexibilizem abordagens mais tradicionais que, ao construírem balizas temporais rígidas, por vezes acabam por engessar e descaracterizar alguns fenômenos dentro de processos históricos determinados, relegando certos fatos e problemáticas a um segundo plano. Esta perspectiva de estudo é o que busco resgatar através da Arqueologia Histórica, a partir de uma leitura da cultura material e de seu contexto que é o que lhe atribui significados[3].

Tendo em vista então a preocupação de comprovar a existência e antecipação de práticas que se aproximam do ideário capitalista em uma sociedade também escravista e imperial (enquanto estrutura em transformação, ou melhor, em declínio), busco entender a existência deste dualismo a partir de uma leitura interdisciplinar, trabalhando com o cruzamento dos diferentes registros materiais históricos, visando traçar o caminho tomado como alternativa por segmentos da sociedade porto-alegrense.

Pressuponho que seja indiscutível a chegada de produtos importados da Europa em Porto Alegre no século XIX, porém estes produtos possuíam variadas origens e encontraram diferentes caminhos até a chegada ao seu destino final, o mercado consumidor de porto-alegrense, até o seu posterior descarte. Acredito que realizando uma pesquisa exaustiva nas rotas de comércio, das documentações alfandegárias, efetuando o mapeamento dos principais comerciantes, lojistas e considerando também a atuação de possíveis atravessadores e contrabandistas, possamos esclarecer alguns pontos deste longo processo comercial e entendermos suas conseqüentes mudanças no campo sócio-cultural. Reveladas através de um modelo desigual (ou sobre-posição de sistemas) onde teremos uma sociedade escravista e imperial em processo de transição para

---

[2] Ver Pesavento, Sandra. *A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS/FAPERGS, 1989. p. 7 - 35.

[3] HODDER, Ian. *Interpretación en Arqueología: Corrientes Actuales*. Barcelona: Crítica, 1994.

a República, constituindo um atrativo mercado consumidor que entra em contato e estabelece estreitas relações com o sistema capitalista industrial que se encontra em contínua expansão[4], promovendo assim a internacionalização não só de mercadorias como também de idéias.

Os itens materiais (arqueológicos e dados obtidos na documentação escrita) ligados às relações comerciais, somadas às representações sociais identificadas na Porto Alegre oitocentista, revelam a existência de práticas que aproximaram parcelas da população porto-alegrense das classes burguesas européias, o que vem a corresponder ao que chamo de processo de inserção do ideário modernizante, capitalista europeu. Para chegar a tal afirmação irei trabalhar as relações entre as disciplinas Arqueologia e História, empregando conceitos próprios da Arqueologia Histórica e ferramentas da chamada História Cultural, que considero como ferramentas fundamentais para a compreensão e execução deste estudo. Nos trabalhos realizados atualmente (a partir da década de 90) no campo da Arqueologia Histórica, a relação entre as disciplinas História e Arqueologia é uma grande via, que visa o desenvolvimento de análises centradas no estudo combinado da cultura material e dos documentos históricos[5].

A Arqueologia Histórica, segundo Orser (1992:23) corresponde ao "estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje". Utilizo esta definição sabendo que a mesma não pode ser aplicada a todos os contextos arqueológicos (em nível mundial e mesmo nacional como é o caso das Missões por exemplo), mas que para este estudo em específico pode ser certamente utilizado. Muitos dos trabalhos na área da Arqueologia Histórica referem-se a questões ligadas ao colonialismo, ao imperialismo, a temas históricos, culturais e sociais. Tenho como foco de atenção o passado recente ou moderno que incorporou muitos processos, perspectivas e objetos materiais. Na perspectiva de Orser (idem) a Arqueologia Histórica refere-se às manifestações materiais do mundo em rápida transformação, devendo ser compreendida não somente como história, e sim como um campo muito diverso de investigação que combina um grande número de abordagens (ibidem).

---

[4]Em relação a expansão do sistema capitalista ver: WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial III: La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850*. México: Siglo veintiuno editores, 1998.2ed.

[5]Kern, Arno. Apresentação. In: Symanski, Luis Cláudio Pereira. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre : EDIPUCRS,1998:6.

Neste projeto os documentos escritos são tão importantes quanto os registros arqueológicos. Esta é uma das características mais marcantes da Arqueologia Histórica - o documento escrito é uma importante informação e o arqueólogo deve saber como integrar a informação proveniente desta fonte com registros arqueológicos (ORSER, 1992). Devemos seguir o exame crítico dos vestígios do passado como um todo, somente visualizado com as informações advindas de diferentes categorias documentais.

Abordando então o estudo da inserção do culto do consumo em sua fase inicial (SYMANSKI, 2002), procuro entender mais profundamente seus efeitos sobre o ideário consumista e globalizante dos dias de hoje, este fenômeno de mundialização do sistema capitalista ao longo do tempo (WALLERSTEIN, 1998), num processo de longa duração. Neste trabalho conjunto entre Arqueologia e História, conseqüentemente com diferentes categorias documentais, busco chegar a um terceiro nível de informação, que não é propriamente histórico, nem mesmo arqueológico (LIMA, 2002), e sim um resultado das relações e confrontos entre estas categorias documentais. A idéia de relações e confronto é gerada através do trabalho com fontes históricas escritas e arqueológicas, resultando em uma nova construção. Trabalhando cada categoria material isoladamente enquanto testemunhos distintos que são (idem), passando posteriormente às relações e ao confronto das fontes históricas entre si, e o mesmo é feito com a cultura material, para por fim fazer o cruzamento final entre as duas categorias. No processo final de relações e confronto entre as fontes, produz-se um conhecimento que abrange além de simples relações, semelhanças e contradições entre os artefatos e os textos, criando a possibilidade de visualizarmos e explorarmos as ambigüidades, um campo de interdependência e complementaridade, de contrariedades e questionamentos (REIS, 2000). Quanto aos registros documentais, refiro-me a processos de inventários *post-mortem*; os periódicos de época (em especial o Jornal do Comércio); as Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, os Livros de Registros de compra e venda de propriedades (amostragens por década 1850-1889), assim como dos relatos de viajantes europeus. É também de fundamental importância o conhecimento da legislação da época em relação à indústria e ao comércio, principalmente as questões relativas a contratos de importação (licenças e restrições, por exemplo), rastrear a chegada dos bens de consumo através da documentação das Alfândegas (de Porto Alegre e Rio Grande e Buenos Aires), além de verificar a adoção e práticas ligadas à incorporação do pensamento

liberal no meio político do Império, assim como a gestação da idéia de Estado e, posteriormente, de República, entendidas aqui como as bases da modernidade, ou melhor do nosso processo de modernização.

Em relação a construção do conceito de modernidade é uma grande discussão que procuro vincular ao estudo de nosso consumo. Este processo de modernização no Brasil é marcado por singularidades, advindas de profundas transformações de ordem política, econômica, social e cultural. Um conjunto de mudanças que, segundo Souza[6], passam a ser percebidas a partir de 1808 (data de abertura dos portos brasileiros às nações "amigas" assim como a vinda da família real). Por conseqüência destes eventos deu-se início a formação de um incipiente mercado capitalista, paralelamente a constituição de um aparelho de Estado. É a partir daí, que se dá a entrada de determinados valores modernos (universalistas e individualistas), ou seja, a partir das condições propiciadas com a constituição das duas instituições mais importantes do mundo moderno – o mercado e o Estado. Segundo Souza (idem), devemos considerar duas questões fundamentais na caracterização da modernidade brasileira - a institucionalização dos valores através da constituição de um incipiente Estado nacional e de um mercado capitalista, explica assim a influência dos novos valores na vida dos indivíduos, assim como a questão da estratificação social que está relacionada à seletividade do processo de transformação valorativa.

Com o individualismo como valor moral e parte de um discurso modernizador, tornando-se dominante e legítimo na conformação dos comportamentos, leis, projetos coletivos e normas, a incorporação dos novos valores passou a ser elemento constituidor da identidade de grupos sociais, a base para uma segmentação, devido ao acesso diferencial aos bens culturais. Surgem como palco as cidades, como o foco do processo modernizador, irradiadoras de uma nova concepção de mundo em favor dos valores impessoais da modernidade, contrapondo-os ao conjunto de valores tradicionais (ibidem).

Sabemos também que as questões relativas ao estudo do consumo são fundamentais para entendermos e refletirmos sobre o que foi este processo de modernização em Porto Alegre, trabalhando com o comportamento humano e questões relativas a necessidades (ou falsas necessidades), formação e afirma-

[6] Souza, Jessé. A modernização seletiva. Brasília: Editora da UnB, 2000.

ção de identidades, escolhas, discursos e representações, com o individualismo, o porque das pessoas querem os bens e o que estes representam para os grupos sociais que os consomem, seus ritos e significados[7].

Voltando à questão das fontes, o trato com os registros históricos, trabalhei mais até o momento com os inventários e jornais, na forma de amostragem por ter à disposição um grande universo de documentos. Até o momento um conjunto de documentos já foram analisados. A escolha destes deu-se inicialmente de forma aleatória em vista de que uma classificação só seria possível a partir das primeiras análises. No caso dos periódicos a quase totalidade das informações são úteis, porém priorizo os anúncios de chegada e venda de produtos europeus, os índices econômicos presentes, os estabelecimentos de comércio destes bens de consumo. Já os inventários fornecem indicativos econômicos como os montes de riqueza e os itens que os compõem, dando acesso à estrutura familiar do inventariado, possibilitando verificar a representatividade e uso destes bens quando do confronto com outras fontes. No interior do processo do inventário pode-se contar com a ocorrência de notas fiscais, recibos de empréstimos e dívidas, que revelam a esfera do consumo e acesso a bens materiais. A pesquisa realizada até o momento compreende uma mostra de inventários da cidade de Porto Alegre ao longo do século XIX, registrados nos Cartórios 1º, 2º e 3º de Órfãos, 1º e 3º do Cível e Comércio, os quais foram pesquisados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS). A mostra conta até o momento com aproximadamente 90 documentos levantados e analisados (para um ideal de 200 a 400), onde procuro por diferentes representações sócio- econômicas e descrições ligadas aos bens de consumo e a posse de bens de raiz (no caso lojas). Os processos de inventário são um dos testemunhos materiais de parte da vida e morte dos agentes históricos, enfim um documento com um alto potencial informativo.

Através da análise destes documentos procurei dividir o universo de inventariados em quatro estratos sociais: favorecidos ou muito ricos, ricos, medianos e pouco favorecidos, esta separação só foi realizada de modo proporcionar uma sistematização que vem facilitar a interpretação dos dados. Esta divisão respeita os seguintes critérios: monte de riqueza e os itens que os compõem. Nos inventários identificados como favorecidos encontra-se um maior número de bens de raiz (casa, chácaras, terrenos, todos com grandes extensões

[7] Em relação ao estudo do consumo ver: Slater, Don. *Cultura do Consumo e modernidade*. Tradução Dinah de A. Azevedo. São Paulo: Nobel, 2002; e também: Douglas, Mary e Isherwood, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

e de altos valores), escravaria em bom número e de alto valor, itens de mesa, móveis, ações de companhias, dividas a receber, muitos itens de prata e ouro; no nível dos ricos encontra-se bens de raiz em menor quantidade, valor e extensão, móveis e poucos itens de mesa, alguns escravos, poucos objetos de ouro e prata; no patamar dos medianos encontra-se um ou dois bens de raiz na maioria dos casos, raros escravos, alguns móveis e muito poucos itens de mesa; no nível dos desfavorecidos encontra-se, em geral, apenas alguns bens pessoais como roupas, móveis de baixo valor e alguns itens de uso pessoal. Buscarei, na ampliação da amostragem, distribuir numa média ideal aproximada de 50 documentos por estrato.

Neste projeto faço o uso de alguns pressupostos apresentados por diferentes autores (MATTOSO,1997 e SYMANSKI, 1998) em relação ao estudo e interpretação de processos de inventário, por entender que a forma como os mesmos trabalharam com as informações contidas no corpo dos documentos, me ajudando de certa forma a ter uma clareza no trato com esta fonte.

Já em relação ao trato com a cultura material, parto do princípio que esta pode informar sobre práticas e rituais de socialização, elementos ligados ao consumo de determinados itens de uso doméstico/pessoais, indicativos do *status* sócio-econômico, de hábitos alimentares, de comportamentos à mesa e seu conteúdo simbólico. Trabalharei com o material arqueológico já processado das unidades domésticas - rurais e urbanas da cidade de Porto Alegre (sítios arqueológicos: Solar Lopo Gonçalves, Solar da Travessa Paraíso, Casa da Riachuelo e Sítio da Figueira) e das lixeiras coletivas do centro histórico da cidade (Paço Municipal, Mercado Público, Praça Rui Barbosa -já analisados, Praça Parobé, Parque da Redenção- ainda não analisados). Muitos dos elementos da numerosa cultura material não constam nas mesmas proporções nos documentos escritos ou, quando aparecem, é de forma geral (não específica e descritiva) dificultando a identificação de muitas destas mercadorias (louças, bebidas, roupas, perfumes, remédios, etc), o que vem a reforçar a necessidade de uma investigação mais detalhada. Através dos vestígios arqueológicos é possível se aproximar com maior fidelidade das práticas de consumo e da acessibilidade a bens, além de trabalhar questões ainda não exploradas pela História e ainda não respondidas pela Arqueologia da e na cidade.

Estas são fontes reveladoras do comércio internacional de bens materiais industrializados importados da Europa, que vieram a dominar o nosso mercado e criar uma demanda de bens materiais, as bases da cultura do consumo (SYMANSKI, 2002). Por conseqüência, tais bens materiais contribuíram na

adoção de um grande número de práticas e ações sociais que revelam a existência de uma tensão entre parcelas da população porto-alegrense, de um lado uma parcela ligada à nobreza decadente e de outro uma parcela ligada a um ideário moderno e capitalista.

Este projeto trabalha, assim, com o comportamento humano de um passado recente (ORSER, 1992), através de aspectos conscientes e não conscientes (testemunhos voluntários e involuntários), das práticas, dos discursos e das representações (CHATIER 2002). Um estudo interdisciplinar das unidades domésticas e das lixeiras coletivas do centro histórico[8] da cidade, aliado à interpretação dos registros escritos, sendo beneficiado pela possibilidade de relacionar agentes históricos aos materiais exumados dos sítios arqueológicos. O estudo dos conglomerados urbanos, como Porto Alegre, é responsabilidade de disciplinas profundamente articuladas, entre elas: a história, a antropologia, a geografia, a arqueologia, o urbanismo, etc. As fontes históricas fornecem as informações necessárias à reconstrução geográfica, urbanística e arquitetônica da época (SCHÁVELZON,1999). Os documentos indicam, assim, o contexto dos artefatos arqueológicos ou permitem a elaboração de hipóteses quando podem ser contrastados.

Verifica-se que a integração do registro documental com o arqueológico, que é fundamental para a produção das interpretações em Arqueologia Histórica, envolve uma busca por registros documentais e a relação e confronto destes com as informações obtidas dos artefatos exumados ao longo das escavações, formando um contexto. Posso dizer então que a Arqueologia Histórica é também contextual, porque o contexto em que estão inseridos os registros arqueológicos é fundamental para podermos inferir significados culturais de um passado e que, "em certo sentido, a Arqueologia se define pela importância que outorga ao contexto" (HODDER,1994:135).

Funari (1998) traz a certeza da grande importância do debate da questão interdisciplinar. Coloca que a Arqueologia é uma disciplina independente, porém intimamente relacionada com a História e com outras ciências sociais e que, um diálogo entre as esferas científicas tornou-se imperativo. A cooperação interdisciplinar é defendida por uma enorme gama de especialistas, com um caráter

[8]Em relação aos sítios do centro histórico de Porto Alegre, em especial sobre a categoria funcional das louças em faiança fina encontradas em lixeiras coletivas, ver em: TOCCHETTO, Fernanda B.; SYMANSKI, Luis C. P.; OZÓRIO, Sérgio R.; OLIVEIRA, Alberto T. D.; CAPPELLETTI, Ângela M. *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre, EU/SMC, 2001.

crítico fundamental (KERN, 1985). Existe a necessidade gritante de transpormos as barreiras ainda existentes entre as disciplinas, pois esta será a ferramenta para a superação da especialização, ou de uma oposição entre elas (FUNARI, 1998).

A aproximação das ciências torna-se mais visível na medida em que surge uma História Cultural que tem por principal objeto identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é constituída ou pensada (CHARTIER, 1988). É através do estudo das representações culturais e da apropriação de práticas e discursos, que procuro escapar de uma análise e classificação da sociedade a partir dos modos de produção e visualizar não somente as implicações sócio-econômicas - que podem nos levar a leituras estáticas, não condizentes com a realidade social do período estudado. Busco observar os campos de representações econômicas, sociais e culturais enquanto dinâmicos, no âmbito das especificidades culturais (CHARTIER, 2002), visando não somente o registro dos dados escritos e materiais, mas também procurando, na interpretação, as ambigüidades, a visualização do imaterial, do representativo. Chartier (1988) considera que as representações estão colocadas em um campo de concorrência, de disputas, chamadas de lutas de representação, que são mecanismos pelos quais um grupo impõe sua concepção de mundo social, os seus valores. Dentro desta idéia pode-se compreender melhor que as percepções do social produzem estratégias e práticas que tendem a impor um projeto (idem), neste caso o projeto modernizante, capitalista pelo qual segmentos sociais da Porto Alegre oitocentista passaram a dar sentido ao seu mundo.

Para entender melhor este conceito de representação torna-se necessário trabalhar o conceito de apropriação, que "visa uma história do social, dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas que os produzem" (CHARTIER, 2002:68). Este conceito é fundamental para o entendimento de como se dá o processo de absorção de bens e idéias capitalistas modernas, através das "práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição" (idem, 2002:73).

Sendo assim, este projeto incorpora os pressupostos teóricos de uma História Cultural a partir de Chartier (1988, 2002, 2004), fazendo uso da sociologia, na busca pela flexibilização dos conceitos de classe e modernização (SOUZA, 2000) e completa-se com um viés antropológico de análise do consumo (DOUGLAS & ISHERWOOD, 2004). Aliando-se a esta perspectiva, ao tratar da análise e interpretação da cultura material dos sítios históricos oitocentistas, utilizarei a corrente teórica da Arqueologia denominada Pós-

Processual, por não acreditar que o comportamento humano é padronizado e que a cultura material é reveladora de um padrão[9]. A vertente teórica Pós-Processual e Contextual apresentada por Hodder (1994) em *Interpretación em arqueologia: corrientes actuales*, enfoca, dentre outros aspectos, as relações entre sistemas funcionais, o conteúdo das idéias e símbolos, a questão da atribuição de significados por parte dos arqueólogos que se dispõem a interpretar os significados da cultura material. Auxilia na compreensão da dinâmica existente entre a cultura material, as expressões sócio-culturais, e sua diversidade. Esta perspectiva é propícia ao trabalho dentro de contextos históricos específicos, com leituras de caráter sócio-cultural, amplamente utilizada para interpretação de contextos arqueológicos históricos no Brasil e no mundo.

O objetivo deste projeto é chegar a uma leitura interdisciplinar, que considere a aproximação das ciências histórica e arqueológica para obter a visualização da dinâmica do capital e suas manifestações no material e no representativo, nas relações sociais e principalmente na investigação das ambigüidades e informações que conduzam à identificação de agentes que assimilam idéias e valores, práticas europeizantes e modernizantes de diferentes formas e em diferentes níveis.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. MICELI, Sergio (organizador). São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

BRANCHELLI, Fabiano A. O potencial do uso de inventários na pesquisa arqueológica urbana: *Revista do CEPA*. Vol. 27, nº 38 (jul./dez. 2003). Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2004:7 - 17.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004. 173-260.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Roger Chartier, tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusora Editorial lda, 1988.

[9] Como discute Symanski em seu artigo: A Louça na pesquisa arqueológica: análises e interpretações processuais e pós-processuais: *Revista do CEPA*. Vol. 20, nº 23. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1996: 59- 76.

_____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude.* Roger Chartier, tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DOUGLAS, Mary e ISHERWOOD, Baron. *O Mundo dos Bens*: para uma antropologia do Consumo.Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia histórica e cultura material.* Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

HODDER, Ian. *Interpretación em arqueologia: corrientes actuales.* Barcelona: Crítica, 1994.

KERN, Arno Alvarez. "O papel das teorias como instrumental heurístico para a reconstituição do passado". *Revista Histórica.* Porto Alegre (APGH-PPGH-PUCRS), 1996:7-22.

_____. A importância da pesquisa arqueológica na universidade. *Revista do CEPA.* Vol. 12. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1985. 5-11.

_____. As tendências atuais da ciência histórica. *Revista Ciências e Letras.* Nº 2 (março/82). Porto Alegre: Gráfica Metrópole,1982. 61-68.

LIMA, Tânia Andrade. El Huevo de la Serpente: Una Arqueologia del Capitalismo embrionário en el Rio de Janeiro del Siglo XIX. *Sed non Satiata: Teoría Social en la Arqueologia Latinoamericana Contemporánea.* ZARANKIN, A.;ACUTO,F.A. (editores). Buenos Aires: Ediciones del Tridente (Coleccion Científica), 1999:189-238.

_____. Os marcos teóricos da arqueologia histórica,suas possibilidades e limites. *Estudos Ibero-Americanos.* n.2, v. XXVIII, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002: 7-23.

_____. O papel da Arqueologia Histórica no mundo Globalizado: *Arqueologia da sociedade moderna na América do sul: cultura, material*

discursos e práticas. ZARANKIN, Andrés e SENATORE, Maria Ximena (organizadores). Buenos Aires: Ediciones del tridente, nº 44 colleción científica. 2002:117-127.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. A opulência na província da Bahia. "História da Vida Privada no Brasil Império". *ALENCASTRO, Luiz Felipe de (organizador). São Paulo: Companhia das Letras. 1997: 143-179.*

ORSER, Charles E. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte. Ed. Oficina de Livros. 1992. 142p.

SCHÁVELZON, Daniel. *Arqueologia de Buenos Aires*. Buenos Aires: Emecé editores, 1999.

SLATER, Don. *Cultura do Consumo e modernidade*. Tradução Dinah de A. Azevedo. São Paulo:Nobel, 2002.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora UnB, 2000.

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

_____. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil: *Arqueologia da sociedade moderna na América do sul: cultura, material discursos e práticas*. ZARANKIN, Andrés e SENATORE, Maria Ximena (organizadores), Buenos Aires: Ediciones del tridente, nº 44 collección científica. 2002: 31-62.

_____. A Louça na pesquisa arqueológica: análises e interpretações processuais e pós-processuais: *Revista do CEPA*. Vol. 20, nº 23 (mar. 1996). Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1996: 59- 76.

TOCCHETTO, Fernanda. *Fica dentro ou joga fora?* Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista: PUCRS / FFCH. Porto Alegre, 2004 (Tese).

TOCCHETTO, Fernanda B. ; SYMANSKI, Luis C. P. ; OZÓRIO, Sérgio R.; OLIVEIRA, Alberto T. D. ; CAPPELLETTI, Ângela M. A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade. Porto Alegre, EU/ SMC, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial III: La segunda era de gran expansión de la economia-mundo capitalista, 1730-1850.* México: Siglo ventiuno editores, 1998.2ed.

Na teia dos registros paroquiais de terras: indícios de ocupação em Soledade

Helen Scorsatto Ortiz[1]

Resumo: O presente artigo trata da implantação e aplicação dos registros paroquiais de terras, decorrência da Lei de Terras de 1850, no norte do Rio Grande do Sul. A região em estudo corresponde às fronteiras do antigo município de Soledade – extenso território localizado entre os rios Taquari e Jacuí. Sinteticamente, analisamos as possibilidades e os limites dados à pesquisa histórica através dos registros do vigário. Discutimos, também, o porquê de muitas pessoas terem deixado de fazer suas declarações, descumprindo um quesito da lei.
Palavras-chave: terra; registro paroquial; vigário; Lei de Terras.

Em decorrência da Lei de Terras de 1850 e do decreto que mandou executá-la, a partir de 1854, determinou-se que, para regularizar as terras já possuídas, todos os proprietários e posseiros seriam obrigados a fazer o registro de suas possessões, respeitando trâmites e prazos, sob pena de pagamento de multas. O registro consistia em fazer uma declaração ao vigário de sua freguesia que contivesse o nome do possuidor da terra e o nome particular da situação, assim como sua localização. Eram facultativas informações sobre a forma como a terra fora adquirida, sua extensão e limites.

Sendo os vigários das freguesias responsáveis por proceder e receber as declarações para o registro das terras, o ato passou à história como Registro Paroquial de Terras, ou Registro do Vigário. Sobretudo durante as missas, os padres deveriam informar a comunidade acerca da existência da lei, seus prazos e suas penas. As declarações por eles recebidas seriam lançadas em livros numerados e rubricados, que, após encerrados os prazos, seriam remetidos ao Delegado do Diretor Geral das terras públicas da província respectiva, visando execução do registro geral das terras possuídas na região. Também os arquivos das paróquias armazenariam cópias das declarações.

As declarações prestadas não formam fontes homogêneas, sendo umas mais completas em informações, outras nem tanto, e outras extremamente

[1] Graduada em História pela UFRGS. Especialista em História Contemporânea pela FAPA. Mestranda do PPGH da UPF. E-mail: helen.ortiz@bol.com.br

imprecisas. "Decidir registrar sua terra podia implicar ou não uma opção por uma declaração detalhada da área ocupada ou apenas um rápido e sucinto registro, capaz de salvaguardar o domínio de sua fazenda [...]."[2] O fato de não ser obrigatório informar extensão e limites, por exemplo, contribuiu negativamente no intuito de organizar a situação da terra e discriminar possessões particulares das terras públicas e também entre si, como previa a legislação. Além disso, muitas das informações dadas a registro sequer eram verdadeiras, já que não havia necessidade de provar nada ao fazê-lo.

Apesar da obrigatoriedade, muitos proprietários sequer fizeram o registro paroquial. Em *Nas fronteiras do poder,* a autora Márcia Motta discute o porquê dessa resistência dos *posseiros* em cumprir a legislação. Aponta que *posseiros* não registravam as terras temendo limitar o seu poder e a extensão das terras; eventualmente temiam não ser reconhecido pelos seus vizinhos; achavam que, sendo reconhecido por todos, não havia necessidade da declaração, etc. Muitos alegaram morar longe da sede da paróquia, falta de conhecimento da legislação ou de recursos, já que o registro deveria ser pago por letra, o que tendia a acrescer o seu caráter suscinto.[3]

No decreto nº. 1318 de 30 de janeiro de 1854, o artigo 103 determinava que os vigários e seus escreventes lançariam nos livros competentes "as declarações que lhes forem apresentadas, e por esse registro cobrarão do declarante o emolumento correspondente ao número de letras que contiver um exemplar, à razão de dois reais por letra, e do que receberem farão notar em ambos os exemplares."[4] Ainda que o valor não fosse elevado, era um obstáculo principalmente aos pequenos e médios posseiros.

A imprecisão do registro paroquial mostra que ele não buscava efetivamente organizar a situação da terra no Brasil. Dificilmente, através daqueles registros, conseguiria-se conhecer a situação das *posses* em determinada região e dificilmente a sua aplicação poria fim aos litígios de terra. Na prática, vê-se que a Lei de Terras de 1850 não discriminou o público do privado como previa em seu texto.

O fato de que o registro paroquial não significava propriedade garantida e legitimada também contribuiu para o descaso dos detentores de terras. Em

---

[2] MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p. 167.

[3] Id. ib. p.p. 166-169.

[4] Coletânea da legislação das terras públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Governo do RS/Secretaria da Agricultura/Diretoria de Terras e Colonização, 1961. p. 20.

seus artigos 93 e 94, o regulamento de 1854 estabelecia que as "declarações para o registro serão feitas pelos possuidores, que as escreverão, ou farão escrever por outrem em dois exemplares iguais, assinando-os ambos, fazendo-os assinar pelo indivíduo que houver escrito, se os possuidores não souberem escrever".[5] E as "declarações para o registro das terras possuídas por menores, índios, ou quaisquer corporações, serão feitas por seus pais, tutores, curadores, diretores, ou encarregados da administração de seus bens e terras."[6] Entretanto, para os dois casos ficava explícito que as declarações "não conferem algum direito aos possuidores".[7]

Márcia Motta reafirma que "os registros paroquiais inauguravam o processo de legitimação das posses e revalidação das sesmarias em situação de comisso, mas, em ambos os casos, ele não significava que o mero registro tornar-se-ia prova de domínio – não era ainda um título de propriedade."[8] Na prática, também não significava que os reais ou possíveis confrontantes reconhecessem automaticamente o domínio pretendido pelo declarante.

Consultando os livros de registros paroquiais de Cruz Alta, município a que Soledade pertencia quando se iniciou a obrigatoriedade daquele registro, levantamos dados acerca das declarações de 184 pessoas e 260 posses para a localidade de Botucaraí (como era conhecida a região de Soledade), entre os anos de 1855 a 1858. Esses registros fornecem alguns indícios da apropriação da terra no local, sem contudo representar retrato fiel da realidade.

Como assinalado, a declaração ao vigário deveria conter o nome do possuidor da terra e o nome particular da situação, assim como sua localização, estando o declarante desobrigado de prestar informações sobre a forma de aquisição, extensão e limites da suposta propriedade. Assim, há registros com maior ou menor quantidade de informações, opção que variava de acordo com os objetivos, necessidades e recursos do declarante.

Vejamos algumas declarações bastante sucintas: "Ignácio Vicente dos Santos possui no distrito de Botucaraí uns campos que houve por posse em 1844 os quais se dividem ao oeste e norte com Frederico Elman [sic], ao sul com Florêncio Ribeiro, e ao leste com Felipe Santiago."[9] "O abaixo assinado possui neste terceiro distrito da Vila da Cruz Alta uns terrenos lavradios na

---

[5] Id. artigo 93 - p. 19.
[6] Id. artigo 94 – p. 19.
[7] Loc.cit.
[8] MOTTA. Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder* [...].Ob. cit. p. 171.
[9] APERS - livro de registro de terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta: registro nº. 626.

serra geral por posse que fez no ano de 1842 divide-se ao norte com a mesma serra, ao sul com Francisco Borges, ao leste com Manoel Antônio do Coito, e ao oeste com José P. Soledade, quatorze de fevereiro de mil oitocentos e cinqüenta e sete. José Borges."[10] "O abaixo assinado morador na Restinga Seca distrito da Soledade, possui um rincão de campo no, digo, possui ali uma posse na serra geral a qual divide-se ao norte com Manoel de Chaves, ao sul, leste e oeste com a mesma serra – adquirida por direito de posse. Distrito da Soledade, quatorze de maio de mil oitocentos e cinqüenta e sete. Salvador de Chaves."[11]

Além de suscintas, muitas declarações eram imprecisas, sobretudo quanto às divisas e extensões. Em declaração de fevereiro de 1857, João Martins Vieira relatou que possuía "por compra que fez a João Garcia da Rosa no ano de 1856 um pedaço de campo no lugar denominado Cerca Velha, com as confrontações seguintes: pelo lado do norte confronta com campos de Santa Cruz, deixando de mencionar as outras divisas, por não estarem bem extremadas".[12] Quatro meses mais tarde, outro morador da Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Botucaraí daria uma de suas posses a registro. Antônio Dias Furtado declarou que possuía um pedaço de campo "o qual foi havido por compra em o qual o declarante reside, o qual tem as confrontações seguintes: pelo sul com campos de Dona Anna Portela, pelo leste com os campos de José Rodrigues de França, pelo norte também com campos de Francisco José Bicudo e pelo oeste vai também com campos de Francisco José Nunes. O declarante em virtude do artigo cem do regulamento de trinta de janeiro de mil oitocentos e cinqüenta e quatro vem declarar seu campo, devendo-se notar que deixa de declarar sua extensão por ser pouco conhecida".[13]

Através da leitura dos poucos exemplos expostos, é perceptível a dificuldade de determinar a proveniência e a localização das terras a que se referem. Da mesma forma, não há qualquer referência à extensão dos ditos campos ou terras lavradias. Essa lacuna pode ser creditada à ignorância ou interesse dos declarantes, com vistas a expandir seus domínios ou livrar-se de possíveis contestações. Mesmo para aqueles registros que continham a extensão declarada, a dificuldade em localizá-los espacialmente permanece devido à imprecisão das medidas, já que eram apresentadas "tudo mais ou menos" ou referiam-se apenas à metragem da frente da posse, deixando de mencionar o fundo e as laterais.

[10] Id. registro nº. 754.
[11] Id. registro nº. 808.
[12] APERS - livro de registro de terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta: registro nº. 760.
[13] Id. registro nº. 884.

Em inícios de 1857, Maria Margarida Pereira deu a registro uma sua posse de terras lavradias possuída na serra geral do Jacuí, terceiro distrito de Cruz Alta. Segundo ela, dita posse "se divide ao norte e oeste com a serra geral, sul com campos de Joaquim José da Fonseca e ao leste com Manoel da Rosa, tendo de frente um quarto de légua e meia légua de fundo, mais ou menos".[14] No transcurso do mesmo ano, José Nunes de Oliveira declarou ter na serra geral "seus fabricados em direito de posse edificada em 1850 cujo lugar é conhecido por Serro Alto tendo de frente um quarto e meia légua de fundo tudo mais ou menos".[15] O rincão de campo dado a registro em 1857 por Agostinha de Souza Figueiró localizava-se no lugar denominado Resvalador e dizia ela que "se divide ao norte com Elesbão Alves Machado, ao sul com Dona Florinda, ao leste com Floriano Machado e ao oeste com Francisco Salinet. Sua extensão é de seis quadras mais ou menos".[16]

Coincidentemente ou não, entre as declarações que analisamos da região de Soledade, as mais extensas referem-se a figuras bastante conhecidas e influentes na sociedade local da época. É possível que importantes figuras soledadenses tenham feito registros com maiores informações por possuírem mais recursos, visto que as declarações eram cobradas pelo número de letras que continham, conforme referimos anteriormente. Podemos também supor que assim o fizeram por serem figuras suficientemente reconhecidas e poderosas para manter as divisas declaradas. Ou ainda, usaram do registro paroquial como meio de garantir um domínio, afastando-se de possíveis contestações.

Atente-se que mesmo algumas das declarações teoricamente mais completas deixam de mencionar a extensão e as divisas. Portanto, pelas informações que apresentam, permanece a dificuldade de localizar espacialmente as sesmarias, terras ou campos a que se referem. Outro problema que se apresenta com relação aos registros paroquiais é a dúvida sobre a veracidade das informações apresentadas, já que as declarações prescindiam de qualquer comprovação, conforme já assinalado. De forma geral, é impossível discernir entre os relatos verdadeiros e os falsos.

Por exemplo, na declaração prestada por José Inácio do Canto Landin, datada de junho de 1855, consta que a sesmaria de sua família confrontava-se a leste com os campos da viúva de Miguel Joaquim Borges, "achando-se em

[14] APERS - livro de registro de terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta: registro nº. 762.
[15] Id. registro nº. 810.
[16] Id. registro nº. 750.

litígio com a mesma senhora sob um pedaço de campo".[17] Em julho de 1856, a dita viúva, Theresa Maria de Jesus, registrou possuir "uma sesmaria de campo em cima da serra de Botucaraí no lugar denominado São Thomé [...] [com] uma légua de frente e três de fundos mais ou menos por posse que fez no ano de 1823 com permissão do Excelentíssimo Presidente da Província, divide-se ao norte com Antônio Joaquim de Oliveira, ao sul com a viúva do finado Landim, ao leste com a serra geral e ao oeste com a estrada geral".[18] Na sua declaração não faz qualquer menção a litígios. Ou essa pendência havia se resolvido no transcurso de um ano, ou uma das declarações falseava ou ocultava informações.

Importante informação que dá a dimensão do cuidado que é preciso ter ao trabalhar com os dados dos registros paroquiais é o fato de que comumente os indivíduos citados como confrontantes não se reconheciam enquanto tais. Em Soledade, dentre as 184 pessoas que prestaram declarações ao vigário, apenas quatro delas são reconhecidas por todos os seus confrontantes! Nos demais casos, apenas um ou dois vizinhos se reconhecem, ou há falta de comprovação visto que muitas pessoas citadas deixaram de fazer o registro. Há também sete casos declarados em que todos os limites são dados por divisas naturais ou pelos próprios declarantes, o que impede confrontação.

Além disso, interessa destacar o fato de haver declarações de 46 posses em que sequer um dos supostos confrontantes reconhece o declarante! Essa informação dá a medida do complicado jogo de forças e interesses atrelados à obrigatoriedade do registro. Segundo Márcia Motta, "muitas vezes a decisão pelo registro podia significar abrir brecha para o questionamento dos limites de sua terra, pelo simples fato de outrem ao registrar suas terras não reconhecê-lo como seu confrontante, ignorando-o enquanto tal".[19] Para a autora, era preciso "muito prestígio, poder e talvez um pouco de sorte para que o registro de suas terras fosse reconhecido como fiel à realidade da área ocupada, ou seja, que todos os confrontantes citados também registrassem suas respectivas terras e o reconhecessem como *senhor e possuidor* de toda a extensão anotada e delimitada no registro".[20]

Interessante observar que entre as 260 posses presentes nos registros paroquiais que analisamos, apenas em sete delas os declarantes citam como

[17] APERS - livro de registro de terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta: registro nº. 25.
[18] Id. registro nº. 645.
[19] MOTTA, Márcia Maria Menendes. Nas fronteiras do poder [...]. Ob. cit. p. 171.
[20] Id. ib. p. 172.

confrontantes terras e/ou matos devolutos. Certamente, é um número muito baixo para a realidade soledadense na década de 1850, sobretudo em virtude de sua tardia ocupação, oficialmente iniciada na década de 1820. O fato de não mencionar a existência de terras devolutas visava convencer o governo e demais moradores locais de que elas não existiam e de que em toda a região as terras já estavam legitimamente ocupadas. Em estudo sobre a província do Rio de Janeiro, Márcia Motta explica: "Em cada cantão do território fluminense e quiçá do nacional, se criava a ficção da inexistência de terrenos devolutos, ao mesmo tempo que fazendeiros e lavradores continuaram a expandir suas terras pelas portas dos fundos de suas fazendas e sítios."[21]

Além disso, apesar da obrigação, muitos proprietários nem fizeram o registro paroquial. Consultando os autos de legitimação de posses da Lei de 1850 correspondentes a Soledade, verifica-se que a maioria das pessoas que legitimou possessões não havia feito o registro, pois quase todos foram multados na quantia de duzentos mil-réis por descumprir tal obrigação. Tentando justificar essa falha, alguns alegaram ter obtido a terra após o fim daquela obrigatoriedade; outros, como Candido dos Santos Prates, Francisco Salinet, Lucio da Silva Portela, Manoel Thomaz dos Santos Vaz, Miguel Vaz Pinheiro e Nicolau Falkemback foram citados como confrontantes, o que mostra que já possuíam as terras ao tempo do registro, e ainda assim não fizeram a declaração ao vigário. Já comentamos que a resistência em fazer o registro paroquial estaria ligada a diversos motivos, quais sejam, receio por parte dos declarantes de sofrerem limites ao seu poder ou limites à extensão de suas terras, receio de não serem reconhecidos pelos ditos confrontantes, crença de que o registro não era essencial, falta de conhecimento da lei, falta de recursos ou distância da paróquia. Por diferentes motivos, tanto pequenos quanto grandes proprietários deixaram de registrar suas terras.

Vários são os exemplos de pessoas que recorreram da cobrança da multa por não terem feito o registro paroquial. Nos processos referentes a Soledade, a maioria alegou ignorância, estado de pobreza ou falta de culpa, já que muitos não possuíam a terra quando do período estabelecido para os registros, vindo a adquiri-la posteriormente.

Como assinalado, o registro paroquial não significava propriedade garantida e legitimada. Era apenas o primeiro passo no caminho burocrático em direção

[21] Id. ib. p. 166.

ao título. Na prática, o registro paroquial garantia pouco. Aliás, isso figurou como outro motivo inibidor à ação de registro das pretensas propriedades. Afinal, era desanimador arcar com os custos da estadia e viagem até a paróquia e da própria declaração – paga por letra – e ainda não ter a propriedade garantida.

Cremos ter dito e mostrado o suficiente para explicar por que os registros paroquiais só dão indícios de ocupação no local, não representando retrato fiel da realidade agrária vivida. Da mesma forma, parece-nos evidente que a obrigatoriedade das declarações, pela forma como foram feitas/exigidas, seria incapaz de "organizar" a situação da terra e dirimir possíveis conflitos, ainda que esses não tenham sido objetivos das autoridades. Feitas todas as ressalvas anteriores, veja-se a realidade declarada nos registros paroquiais para a região de Soledade. Afinal, como esclarece Márcia Motta, "se por uma lado, os registros não são títulos de propriedade, por outro, isso não significa que eles não podem ser utilizados como indícios de ocupação irregular no passado, tornando-se, juntamente com outros documentos de época, fontes importantes [...]".[22]

Tabela 1: Tipo de cobertura vegetal segundo as declarações apresentadas nos Registros Paroquiais de Terras para o Distrito de Botucaraí – entre 1855 e 1858.

Tipo de cobertura	Número de posses	Porcentagem
Campo	96	37%
Campo e mato	10	4%
Terreno lavradio ou mato	137	52,5%
Sem referência	17	6,5%
TOTAL	260	100%

Fonte: Livros (nº 5 e 6) de Registro de Terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta /APRS

Pela análise da Tabela 1, percebemos que não houve diferença crucial entre o número de registros efetivados para áreas de campo – em torno de 40% - e áreas de matas – 52,5%. Atente-se que a tabela não exemplifica o número de proprietários, tampouco o grau de concentração fundiária, visto que muitos dos terrenos lavradios foram dados a registro por pessoas que também decla-

[22] MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder* [...]. Ob. cit.

raram possuir áreas de campo e que optaram por fazer registros separados das duas (ou demais) áreas. Como referimos, para o Distrito de Botucaraí, analisamos registros paroquiais de 184 pessoas e 260 posses. Contudo, o dado mais importante da referida tabela é indicar a efetiva ocupação das áreas florestais da região de Soledade. No final do século 19, quando os colonos camponeses europeus chegaram ao local, não foi sobre *espaços vazios* que se estabeleceram.

Na Tabela 2, procuramos apontar os anos de ocupação das terras de acordo com sua cobertura vegetal. Como nem todas as declarações continham essas duas informações, nesta tabela trabalhamos com os dados referentes a 112 das 260 posses registradas pelos vigários competentes. Esse percentual corresponde a 43,5% do total de registros.

Tabela 2: *Período de ocupação das terras de acordo com o tipo de cobertura vegetal segundo as declarações apresentadas nos Registros Paroquiais de Terras para o Distrito de Botucaraí – entre 1855 e 1858.*

Décadas	Campo	Terreno lavradio ou mato	Porcentagem
1821-1830	6	3	8%
1831-1840	4	12	14,5%
1841-1850	10	63	65%
1851-1860	5	9	12,5%
TOTAL	25	87	100%

Fonte: Livros (nº 5 e 6) de Registro de Terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta/APRS

De acordo com a Tabela 2, a apropriação das terras na região de Soledade deu-se no desenrolar de quarenta anos - 1821-1860. Os números indicam que nas duas primeiras décadas desse período, a ocupação territorial foi mais lenta, independente do tipo de cobertura vegetal. Tanto nas áreas de campos como de matas/terrenos agrícolas, o pico de ocupação localizou-se na década de 1840, totalizando 65% de todas as terras representadas na tabela. É possível perceber que houve diferentes ritmos de apropriação de acordo com o tipo de paisagem. Até o ano de 1840, 40% dos campos haviam sido apropriados, contra 17% das matas. Esses percentuais ratificam a idéia de que as áreas de campo foram primeiramente apropriadas, seja na metade sul ou na metade norte do Rio Grande do Sul.

A Tabela 2 indica uma ocupação recente para a região de Soledade. A primeira área de campo declarada nos 112 registros paroquiais em análise re-

fere-se ao ano de 1823. À essa época, a concessão de sesmarias já havia sido interrompida, o que leva a crer que a maioria dos campos na região não foram apropriados dessa forma. Das 260 posses dos registros paroquiais do Distrito de Botucaraí, há referência a apenas cinco sesmarias, sendo quatro delas adquiridas através da compra e não da concessão.

Tabela 3: Formas de aquisição das terras no então Distrito de Botucaraí segundo as declarações apresentadas nos Registros Paroquiais de Terras – entre 1855 e 1858.

Forma de aquisição	Número de possessões	Porcentagem
Compra	109	42%
Posse	76	29,2%
Herança	18	7%
Doação	7	2,7%
Concessão	3	1%
Compra e herança	2	0,8%
Sem informação /indefinido	45	17,3%
TOTAL	260	100%

Fonte: Livros (nº 5 e 6) de Registro de Terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta/APRS

Conforme as declarações, interessa-nos ressaltar que a forma predominante de aquisição de terras seria a compra. Tal constatação nos evidencia a disparidade entre a teoria e a prática relacionadas ao comércio de terras. Vemos que as transações monetárias envolvendo posses eram efetivamente realizadas em grande quantidade, ainda que essa possibilidade legalmente fosse inexistente até a promulgação da lei de terras de 1850. Em segundo lugar, parece-nos que a ocupação pela posse seria mais difícil de provar posteriormente se pensarmos na necessidade de contar com o apoio de testemunhas. Talvez, a aquisição pela compra permitisse mais facilidade e/ou oportunidade de garantir a propriedade, ainda que usando de meios ilícitos.

Indicada na Tabela 3, a existência de significativo número de apossamentos mostra que a fronteira agrícola estava aberta e que este foi o meio de aquisição mais usado em direção às terras florestais. De todas as parcelas de terras declaradas como adquiridas por posse, 75% referiam-se a áreas de matas, enquanto apenas 9,2% aos campos. Os demais 15,7% não especificaram a cobertura vegetal do lugar. O baixo número de aquisições através de heranças parece demonstrar uma ocupação extremamente recente. Em torno de 85% das terras adquiridas por esse meio tinham a cobertura vegetal de campos. Isso

leva a crer que a apropriação territorial na região teve início em áreas propícias à criação de gado. Os campos foram apropriados mais rapidamente e depois somente passíveis de serem adquiridos através da compra, diferentemente das áreas florestais com fronteira aberta. De todas as áreas de pastagens declaradas nos registros paroquiais e que continham a forma de aquisição, 71% acusou a compra, 17% a herança, 8,5% a pose e 3,5% a doação.

No Gráfico 1, verificamos que a maior parte das posses dadas a registro ao vigário não vinha acompanhada da extensão correspondente. Vimos que isso se devia à ignorância ou interesses dos próprios declarantes. Vimos também como tal fato colaborava para impedir o conhecimento da real situação das terras na região. Destaque-se que tal fato não é especificidade soledadense. Paulo Zarth assinalou que "o número de registros sem indicação precisa da área representam de 23% em São Leopoldo a 66% em Rio Pardo".[23] Lembremos ainda que muitas das extensões declaradas eram imprecisas, por vezes referindo-se apenas à testada – frente da posse.

Gráfico 1: Situação das aquisições declaradas nos Registros Paroquiais de Terras com relação à extensão – distrito de Botucaraí – 1855-1858

Fonte: Livros (nº 5 e 6) de Registro de Terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta /APRS

[23] ZARTH, Paulo Afonso. Do arcaico ao moderno. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. p. 63.

Em torno de 46% das declarações que apontaram a extensão das posses, ela era de ¼ de légua de frente por ½ légua de fundo, ou seja, em torno de 544 hectares. Cerca de 16,5% dos 109 registros com extensão declarada referiam-se a posses entre 51 e quinhentos hectares e somente 3,6% daquele universo representavam propriedades inferiores a 50 hectares. Ou seja, 80% dos registros paroquiais que traziam consigo a extensão das posses marcavam mais de 500 hectares. Verídicos ou não, a princípio esses dados corroboram a realidade da concentração fundiária delineada posteriormente na região. Através dos autos de medição e legitimação de terras percebemos que era pequeno o número de posses legalizadas com menos de 500 hectares e nenhuma delas teve menos de 100 hectares. É certo também que caboclos e pequenos agricultores, em geral, realmente não fizeram declarações ao vigário. Era comum entre eles "o uso das terras florestais sem a formalidade jurídica da posse; além disso, praticavam uma agricultura que exigia grande mobilidade para aproveitar os recursos naturais do solo, através do pousio longo".[24]

Em Soledade, há alguns poucos registros paroquiais relativos a posses com extensões diminutas, o que permite concluir que alguns pequenos posseiros aproveitaram aquele trâmite legal, visualizando nele uma forma de garantir sua posse. Contudo, seus nomes não constam dos autos de medição e de nenhuma outra fonte documental da região que pesquisamos. O fato é que, na prática, em raríssimos casos essas posses foram confirmadas pelos vizinhos e efetivamente legitimadas. Uma vez mais, reforça-se a idéia de que proceder ao registro paroquial não significava propriedade garantida e legitimada.

Referências bibliográficas

Coletânea da legislação das terras públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Governo do RS/Secretaria da Agricultura/Diretoria de Terras e Colonização, 1961.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder:* conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

[24] ZARTH, Paulo Afonso. História agrária do planalto gaúcho 1850-1920. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. p. 50-51.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno.* O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920.* Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

Fontes manuscritas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS):
Livros número 5 e 6 de registro de terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta.

A utilização de novas fontes documentais para o estudo das eleições e das facções políticas no Brasil Imperial

Jonas Moreira Vargas[*]

Resumo: O presente artigo pretende oferecer um tratamento mais complexo do processo eleitoral no Brasil Império. A partir da utilização de duas fontes documentais que envolveram a micro-política nos municípios de Alegrete e Camaquã, na década de 1880, buscou-se analisar este fenômeno não apenas pelos seus aspectos políticos, mas também pelo seu dinamismo social, ensaiando o que se poderia chamar de uma "história social do político". O resultado observado envolve novas conclusões sobre os partidos políticos sul-rio-grandenses, onde havia espaço para a atuação de inúmeras facções e famílias, assim como a participação de setores médios e populares, e das autoridades públicas envolvidas nos pleitos.

Palavras-chave: partidos políticos, eleições, Brasil império, história social, Rio Grande do Sul

As eleições no Brasil Império já foram objeto de diversas análises históricas. No entanto, cremos que da maneira como o tema foi e ainda vem sendo trabalhado, não é possível apreender toda a dinâmica social que tais eventos políticos refletiam. Alguns autores trataram apenas da importância das eleições na manutenção dos gabinetes ministeriais evidenciando, de maneiras diversas, a interferência do Estado no processo eleitoral brasileiro e concedendo pouco espaço para o papel dos agentes que de fato votavam e organizavam os pleitos nas paróquias.[1]

Um outro grupo de historiadores voltou-se com maior interesse para a observação dos votantes e eleitores enquanto coletividade. Seja na busca de uma análise do perfil social destes indivíduos (visando um tratamento mais quantitativo)[2], seja na demonstração do seu papel dentro do mundo social do

---

*Mestrando do PPG em História/ UFRGS.

[1] Enquadram-se neste tipo de abordagem os seguintes estudos: MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990; CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/ Relume-Dumará, 1996; FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro* - Vol. 1 e 2. 2ª edição, Porto Alegre: Globo/São Paulo: Editora da USP, 1975; URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: A burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978. Existem outras obras não menos importantes, mas refiro-me aqui a estas por concederem maior espaço ao período imperial.

[2] KLEIN, Herbert S. "A Participação Política no Brasil do Século XIX: os votantes de São Paulo em 1880". In: DADOS - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: ANPOCS, Vol. 38, nº 3, 1995, p. 527-544.

trabalho[3] ou da própria prática política[4], suas contribuições ajudam a confirmar que o tema ainda merece estudos mais aprofundados.

Avançando no debate e buscando uma maior aproximação com a antropologia, o trabalho de Richard Graham trouxe conclusões bastante significativas.[5] A sua maior contribuição, ao nosso ver, foi demonstrar como as relações sociais nos municípios (entre fazendeiros e trabalhadores) refletiam-se nas relações políticas e eram fundamentais para a manutenção dos governos centrais, pois estes dependiam daqueles para vencer as eleições e garantir uma maioria parlamentar na Câmara. Este tipo de relação "não conflitava com o crescimento do poder central, pois as autoridades local e central coexistiam numa relação recíproca".[6] Graham acabou concluindo que, ao contrário do que a historiografia até então argumentava, uma ampla parcela da sociedade participava das eleições e que para os votantes – homens de menor condição social – era importante qualificar-se, pois esta ação lhes rendia prestígio junto aos fazendeiros e cabos eleitorais, reforçando alianças clientelísticas do cotidiano e garantindo um protetor nas disputas locais.

Qualificação, portanto, era a palavra-chave do processo de alistamento. Conforme os dicionários do período, "qualificar a pessoa" significava "dar-lhe um ser, predicamento ou qualidade civil, e autorizá-la". Qualificar era prerrogativa de "homens de bem" que já haviam passado por estas instâncias de afirmação e que poderiam então, por sua vez, atribuir qualidades àqueles que requeressem tais privilégios. Vemos assim que a qualificação localizava o indivíduo, atribuindo suas posses materiais e simbólicas, emergindo-o do povo anônimo ao reputar-lhe uma determinada ação política, vedada a maioria.[7]

Esta expressão nos faz raciocinar sobre a importância de ser considerado *votante* e *eleitor* como forma de distinção social. A estrutura social imperial caracterizava-se por uma rede classificatória que localizava os indivíduos, atribuindo-lhes poderes e competências. Principalmente nos meios urbanos, toda uma complexa taxionomia social identificava os indivíduos, de certa forma demarcando suas redes de relações pessoais e políticas. Podemos mesmo dizer

---

[3] DIAS, Maria Odila Leite da. "Sociabilidades sem História: Votantes pobres no Império, 1824 – 1881". In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998, p. 57-72.

[4] CARVALHO, José Murilo de. "Dimensiones de la Ciudadanía en el Brasil del Siglo XIX". In: SABATO, Hilda. *Ciudadanía Política y Formación de las Naciones: Perspectivas Políticas de América Latina*. México: Fondo de Cultura Economica, 1997, p. 321-344.

[5] GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

[6] GRAHAM, Richard. Op. Cit. 2001, p. 41.

[7] Qualificar, no período colonial, era atividade do "qualificador", que era o "censor dos livros, o que notava a qualidade das proposições de seus autores, se eram heréticas, erróneas, malsonantes, etc". SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Tomo 2, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813.

que a existência social só se confirmava através da inserção dos indivíduos nestas várias instâncias.

Neste sentido, a lei eleitoral de 9 de janeiro de 1881, conhecida como Lei Saraiva, foi uma das reformas políticas mais importantes do século XIX. Ela tornou as eleições diretas, entregando a qualificação dos eleitores aos magistrados. Também concedeu o direito de voto e elegibilidade aos acatólicos e naturalizados, mas, em contrapartida, vedou a participação dos analfabetos e dobrou a renda mínima, que deveria ser provada com maior rigor.[8] Estes dois últimos fatores fizeram com que, nas eleições de 1881, fossem alistados apenas 150.000 eleitores em todo o Brasil, reduzindo o índice de 13% para 1% da população.[9]

É na esteira de algumas contribuições de Graham que o presente texto se insere, buscando evidenciar como se desenrolava esta política paroquial. O município era o local onde grandes famílias e facções políticas se interpenetravam numa infinita luta por cargos e favores. Ao contrário do que pensam alguns autores, não cremos que este mundo estava descolado do mundo da Corte e dos Gabinetes Ministeriais.[10] Eles se inter-relacionavam através de muitos vínculos, no qual o familiar era um dos mais significativos. Desta forma, diversas vezes os seus interesses se confundiam numa enorme rede clientelística, muito embora a política feita na Corte podia entrar em divergência com o paroquialismo destes chefes locais.[11]

O presente texto busca, portanto, contribuir com este tema, investindo numa *história social do político*, onde o processo eleitoral, desde a sua qualificação até a apuração dos votos, seria um espaço privilegiado de análise neste

---

[8] Até 1881 as eleições eram indiretas, necessitando de uma primeira qualificação que escolheria os aptos a atuarem como votantes. Estes votantes - eleitores de primeiro grau -, elegiam diretamente os vereadores municipais, juiz de paz local e os eleitores. Estes últimos, por sua vez, estavam aptos a votarem nos deputados e senadores. Segundo a lei de 1º de agosto de 1846, as juntas de qualificação deveriam ser organizadas por paróquia, presidida pelo Juiz de Paz mais votado nas eleições e seriam responsáveis pela organização de uma lista que deveria ser tornada pública. O voto era censitário, exigindo a comprovação de uma renda – não muito alta – de 100$000 réis para os votantes e 200$000 para os eleitores. Apesar das restrições aos assalariados (que não eram considerados – com exceção de algumas profissões –, portadores de renda) e da exclusão de mulheres e escravos, nas eleições de 1872 foram qualificados votantes cerca de 13 % da população livre (perto de um milhão de pessoas).

[9] GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997, p. 242. Para entender a reforma eleitoral, ver: Lei Saraiva (Decreto 3029 de 9 de janeiro de 1881), Regulamento em 13 de agosto de 1881 (Decreto 8213) e o Decreto 7981 de 29 de janeiro de 1881 (AHRS - CL-149). O índice de 13% da população participando das eleições foi recuperado somente em 1945.

[10] É o caso, principalmente, dos já citados Raymundo Faoro (1975), José Murilo de Carvalho (1996) e Ilmar R. de Mattos (1990).

[11] É como pensam o próprio Richard Graham (1997) e mais recentemente MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Tese de Doutorado apresentada ao PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2005.

sentido. Para que esta aproximação fosse possível, foi necessário recorrer a duas fontes documentais que não mereceram tratamento algum. Ambas encontram-se no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e são os processos de alistamento eleitoral, em Camaquã, e os registros das atas de apuração dos votos, em Alegrete. Buscaremos, portanto, uma exposição mais clara sobre o conteúdo destas fontes documentais e como elas vêm contribuindo para o nosso trabalho.[12]

a) Registros das atas de apuração eleitoral

Muito antes da Lei Saraiva entrar em vigor, já era regra os tabeliães registrarem nos seus livros as atas de apuração. No entanto, é bastante difícil localizar tais documentos onde o registros estejam devidamente transcritos num período de tempo que favoreça uma comparação.[13] Até agora, encontramos a relação completa destes pleitos apenas nos livros de Registros Diversos de Alegrete, entre 1881 e 1888.[14] Durante este período de tempo, estão anotadas 24 eleições (reunindo votações para senadores, deputados, vereadores e juízes de paz com primeiro e segundo escrutínios), resultando numa média de três pleitos por ano, ou um a cada quatro meses. Este número é bastante significativo se considerarmos que durante muito tempo se insistiu na idéia de que a participação política era ínfima. Os registros seguem uma organização simples: arrolam o nome dos eleitores presentes e dos ausentes, a apuração final dos votos, os membros da mesa e as reclamações, protestos ou observações que porventura acontecessem.

Nesta época, Alegrete era a sede do terceiro distrito ou círculo eleitoral e uma das principais cidades da campanha.[15] A primeira constatação que se faz na leitura das atas é a de que, eleitoralmente, os conservadores foram hegemônicos no município e no círculo durante este período. O chefe deste Partido, o advogado Severino Ribeiro Carneiro Monteiro[16], venceu as 3 eleições que

---

[12] Referimo-nos à nossa pesquisa de Mestrado. Os parágrafos a seguir continuam a buscar um exercício de reflexão sobre este tema e fazem parte do estágio atual do nosso trabalho.

[13] Esta busca por fontes semelhantes e em condições iguais de comparação será feita em outros municípios também. No geral, algumas eleições eram registradas em períodos esporádicos, sendo que outras deixavam de ser anotadas nos mesmos livros.

[14] Registros Diversos, Primeiro Tabelionato de Alegrete, Fundo 2, Estante 24, Livros 9 ao 12 (APERS). Alegrete era o maior município da região da campanha, próximo a fronteira com o Uruguai e Argentina.

[15] Os distritos eleitorais, nos últimos anos do Império, eram seis e cada um fornecia um deputado geral e cinco deputados provinciais. No terceiro distrito encontravam-se também São Vicente, Santiago, Quaraí, Santo Ângelo, Itaqui, Rosário, São Gabriel, Uruguaiana, São Francisco, São Borja e São Luiz.

[16] Filho de Vicente Ribeiro Carneiro Monteiro, Barão de São Borja, e neto de Bento Manoel Ribeiro. Após a morte do pai, em 1877, "atingiu o posto de chefe mais prestigioso e popular do terceiro círculo eleitoral, ao qual pertencia o Alegrete" (PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS, 1976, p. 233).

disputou para deputado geral entre 1882 e 1886.[17] Entre 1882 e 1888 os conservadores também venceram as eleições para deputado provincial.[18] Isto inverte completamente o que boa parte da historiografia defende, ou seja, a idéia de que o Partido Liberal representava os interesses da campanha, onde seria hegemônico.[19] Nas eleições de 1877, 1882 e 1885, nos seis distritos eleitorais existentes, os conservadores venceram em apenas um: exatamente o da campanha. A força deste partido nesta região deveu-se, entre outros fatores, ao poder acumulado pela família dos Ribeiro – todos herdeiros do abastado estancieiro Bento Manoel Ribeiro.[20] Acumulando postos-chave e articulando diversas alianças, esta família exerceu forte influência na política alegretense e nos seus arredores.[21]

Ao contrário dos Ribeiro, a família dos Nunes, onde Vasco Alves Pereira (Barão de Santana de Livramento) era o patriarca, reunia elementos ligados ao Partido Liberal. Eles participaram em massa das eleições de 1881 e 1882.[22]

---

[17] Em 1885, Severino venceu as eleições, mas os liberais, que detinham o poder na Corte, parecem ter cassado seu mandato para favorecer o partido no Rio Grande do Sul. Severino já havia sido deputado geral em 1877-1878.

[18] A lista dos deputados que assumiram seus mandatos pode ser encontrada em AITA, Carmen & AXT, Gunter. *Parlamentares gaúchos nas Cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

[19] Entre outros autores, este ponto de vista é defendido por GUTFREIND, Ieda. *Rio Grande do Sul: 1889-1896. A Proclamação da República e a reação liberal através da sua imprensa*. Dissertação de mestrado defendida junto ao Curso de Pós-graduação em História da PUCRS, 1979; ISAIA, Arthur. *A imprensa liberal rio-grandense e o regime eleitoral do Império. 1878-1889*. Dissertação de mestrado defendida junto ao Curso de Pós-graduação em História da PUCRS, 1988; CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000; TARGA, Luiz Roberto. Violência revolucionária e fundação do Estado burguês. In: TARGA, Luiz R. (org.). *Gaúchos e Paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1996, p. 81-92; KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. RS: Terra & Poder. *História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986; PINTO, Celi Regina Jardim. *Contribuição ao Estudo do Partido Republicano Rio-Grandense*. Dissertação de mestrado defendida na UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 1978; TRINDADE, Helgio & NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: EDUFRGS/Sulina, 1991. PESAVENTO, Sandra. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, 8.a edição; FONSECA, Pedro Dutra. *Economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983; FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, Borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. PICCOLO, Helga. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, 3.ª edição. Com isto não se quer negar a força e hegemonia do Partido Liberal no Rio Grande do Sul. Em nossa dissertação de mestrado pretendemos demonstrar que a campanha não era somente um reduto liberal e que este partido era mais forte em outras regiões. Muitos estancieiros da campanha (e entre 1882 e 1888 nos parece que a maioria) sentiam-se muito bem representados pelo Partido Conservador e, de fato, não encontrados nada que inviabilizasse tal aliança política.

[20] Apenas para citar os principais exemplos: Vitorino Ribeiro (Barão de São Borja) foi Comandante das Armas da Província; Feliciano Ribeiro de Almeida e Severino Ribeiro de Almeida comandaram as Guardas Nacionais de Quarai, Alegrete, Livramento e Uruguaiana; Antônio Mancio Ribeiro e Severino Ribeiro foram deputados provinciais (e o último deputado geral) – todos na década de 1870. O cargo de comandante da guarda nacional e de comandante das Armas certamente possibilitava a multiplicação das redes clientelísticas e oferecia aos postulantes um poder bastante significativo. Para o uso clientelístico dos cargos da guarda ver FERTIG, André Atila. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPG-História, UFRGS, 2003.

[21] A nossa análise acerca das estratégias familiares de reprodução social buscam aproximar-se do tipo de análise realizada por LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Uma análise bastante aprofundada sobre as estratégias da família dos Ribeiro, entre outras, assim como as suas relações com outros setores sociais em Alegrete (nas décadas precedentes) está sendo realizada por Luis Augusto Farinatti (Doutorando em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro), que vem utilizando muitas fontes documentais do acervo do APERS.

[22] É possível observar pelas listas de eleitores a presença do próprio Barão, assim como o de sua parentela: Olinto Nunes Pereira e Vasco Nunes Pereira (seus filhos), José Nunes de Miranda, Joaquim Nunes de Miranda, Sebastião Nunes de Miranda, Vasco Nunes de Miranda e Olinto Nunes de Miranda, provavelmente seus sobrinhos e cunhados.

Um dos filhos do Barão, Álvaro Nunes Pereira, outro sobrinho seu, Francisco Nunes de Miranda, e seu genro, Augusto Guanabara Ferreira da Silva, todos ex-alunos da Escola Militar na Corte, foram os membros da família que conseguiram eleger-se a deputado provincial.[23]

A observação seqüencial das listas de presença nos fez perceber que alguns dos Nunes deixam de ir votar por meados de 1882, desaparecendo completamente da lista entre 1883 e 1886, ano em que retornam às urnas. Que tipo de motivações faziam estes eleitores e estas famílias participarem dos pleitos é uma indagação que pede investigações maiores. Pesquisando a vida dos dois líderes (na década de 1880) de ambas as famílias, percebe-se que o Barão faleceu em 1883 e Severino Ribeiro em 1886. Estes vestígios nos induzem a pensar que com a morte do patriarca da família liberal sua parentela viu-se enfraquecida e desmobilizada, uma vez que o Barão era um líder militar de prestígio nacional, e tenha deixado de participar dos pleitos, abrindo espaço para as vitórias dos conservadores.[24] A morte de Severino também teria provocado conseqüências semelhantes, já que o seu eleitorado foi facilmente derrotado nas eleições após o seu falecimento e o liberal Francisco Antunes Maciel acabou elegendo-se deputado geral naquele distrito.[25]

Parece-nos, portanto, que havia um espaço onde a liderança pessoal e familiar mobilizava eleitores e facções influenciando no resultado dos pleitos. Em fevereiro de 1884, na eleição para um deputado provincial, foram votar somente 53 eleitores, quando a média sempre ficava entre 160 e 180 eleitores. A explicação para tamanha ausência provavelmente deve-se ao fato de que o conservador Severino Ribeiro e o liberal Egídio Itaqui (candidatos que captavam o maior número de votos nesta época) não estavam concorrendo.

Completando esta análise do comportamento deste eleitorado, rastreamos a atuação de dois eleitores, entre 1882 e 1888: Manoel de Freitas Valle

---

[23] Em 1884, no intervalo de algumas eleições, Álvaro Nunes Pereira passou uma procuração aos seus dois irmãos mais novos, Vasco e Olinto, para negociarem quaisquer bens de sua sociedade, o que demonstra que estes vínculos também se davam no âmbito econômico (Livro 10, p. 66v). Adriano Nunes Ribeiro e Demétrio Nunes Ribeiro, sobrinhos do Barão, também foram homens políticos de destaque. O segundo foi o primeiro Ministro da Agricultura do Brasil Republicano.

[24] Sobre o Barão de Santana do Livramento ver CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário Sul-riograndense*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, p. 220 e PORTO ALEGRE, Aquiles. Op. Cit., p. 199-201.

[25] No entanto, para as eleições a deputado provincial os conservadores continuaram elegendo seus candidatos e inclusive o republicano Joaquim Francisco de Assis Brasil, do qual se sabe, recebeu o apoio de muitos conservadores, principalmente em São Gabriel. Também é interessante perceber que quando Antunes Maciel (Advogado em Pelotas) escolhe este distrito para concorrer à deputado, aparecem frequentemente nas listas Cezar Antunes Maciel e José Desidério Antunes Maciel – certamente seus eleitores e parentes.

e Luís de Freitas Valle.[26] Enquanto Severino Ribeiro era vivo, Manoel jamais esteve presente em nenhuma das 6 eleições para deputado geral em que o mesmo foi candidato, e Luís só foi votar em uma. Na primeira eleição (para o mesmo cargo) após o falecimento de Severino, ambos compareceram às urnas. Entretanto, nas duas eleições para vereadores e juízes de paz que houveram no período (1882 e 1886), Manoel esteve presente em ambas e Luís em uma (1886). Contudo, motivos maiores devem ter provocado a ausência de Luís, pois ele se elegeu vereador nas duas ocasiões demonstrando que seus interesses no cargo ultrapassavam os de um simples eleitor.[27]

Estas evidências podem indicar uma certa indiferença da família com relação aos altos postos parlamentares ou talvez uma divergência com a orientação do líder de seu partido. Mas o fato é que as eleições para juiz de paz e vereadores atraíam tantos eleitores quanto uma eleição para deputado geral ou senador.[28] Isto demonstra que estas famílias e facções também buscavam interferir nos cargos municipais e paroquiais. Descobrimos que entre todos os deputados provinciais e gerais de Alegrete havia um familiar que ocupava o cargo de vereador, o que ajuda a revelar uma estratégia familiar de ocupação desses cargos, onde os mais qualificados (geralmente com um diploma de curso superior) elegiam-se deputados, enquanto os de menor formação permaneciam reservados nos seus municípios. Por exemplo, Dr. Severino Ribeiro (deputado, 1877)/ Bento Manoel Ribeiro (vereador, 1870); Dr. Francisco Nunes de Miranda (deputado, 1873-74)/ Vasco Nunes de Miranda (vereador, 1873) , Dr. Álvaro Nunes Pereira (deputado, 1875-76)/ Olinto Nunes Pereira (secretário da Câmara, 1873/74).[29]

Tal comportamento pode ser explicado pela importância destes cargos. Os juízes de paz, juntamente com os delegados de polícia, eram os responsáveis por fornecer os comprovantes de domicílio aos indivíduos que pretendiam

---

[26] Manoel era "homem abastado, possuindo as fazendas de 'São Gonçalo' e 'São Luís' e a invernada de 'Mato Alto' no Município de Alegrete, além de diversas casas na Vila do Alegrete e a importante firma Vale & Cia". Luís era seu filho e foi agraciado em 1888 com o título de Barão de Ibirocaí. (CARVALHO, Mário Teixeira de. Op. Cit., p. 116-119).

[27] O seu pai já havia sido vereador e presidente da Câmara nas décadas anteriores, assim como o seu avô Luís Inácio Jacques. (ARAÚJO FILHO, Luís. *O Município de Alegrete*. Alegrete: Irmãos Drunes & Livraria O Coqueiro, 1907). O autor também destaca a importância dos conservadores no município. Parece-nos, pelo menos através da leitura destes documentos, que esta família se interessava mais em intervir nos negócios municipais. Tal comportamento podia ser reflexo de um outro tipo de estratégia política voltado mais para o preenchimento de cargos locais, o que os difere dos Nunes e dos Ribeiro, por exemplo. Entre os Freitas Valle também não identificamos ninguém com curso superior – o que facilitava o acesso a altos cargos políticos.

[28] Pelo menos no caso de Alegrete. Em 1882, 163 pessoas foram votar para vereador e juiz de paz – número maior que o de muitas eleições para deputado geral e provincial.

[29] Os vereadores foram identificados nas leituras das correspondências da Câmara Municipal de Alegrete, nos respectivos períodos (Fundo Correspondências das Câmaras Municipais - AHRS).

qualificarem-se como eleitores. Também era de sua responsabilidade organizar as eleições e servir de mesário no dia dos pleitos – algo que podia decidir uma eleição.[30] Ter um juiz de paz na própria família, portanto, podia oferecer uma maior segurança nas pretensões políticas de uma facção. Isto ajuda a explicar porque os Nunes empenharam-se em eleger juízes de paz Vasco Nunes de Miranda, em 1882, e os Ribeiro apostarem em Francisco Ribeiro de Almeida para este mesmo cargo e no mesmo ano. Conforme a ata da apuração dos votos para deputados gerais, em 28 de janeiro de 1885, o advogado Egídio Barbosa teria assumido como mesário em Itaqui, após ter expulso um outro componente da mesa. Egídio era o quarto suplente de juiz de paz e ocupou o cargo após todos os outros ausentarem-se de maneira bastante suspeita. O mais interessante é que ele próprio era um dos candidatos à deputado e parece ter feito de tudo para ser eleito naquela sessão. Egídio era um advogado respeitado, com doutorado defendido em São Paulo e acabou ocupando uma cadeira de deputado na Corte. Utilizamos este exemplo para demonstrar que ele podia dominar tanto as práticas políticas paroquiais agindo diretamente nas violências e fraudes, como comportar-se nas altas redes sociais que levavam até o ambiente refinado da Corte. Ou seja, as fronteiras entre as elites paroquiais e as elites dirigentes da Corte não eram tão bem definidas e um indivíduo podia perfeitamente fazer parte destes dois mundos.[31]

b) Processos de alistamento eleitoral

Como vimos, a Lei Saraiva implementou uma série de mudanças no processo eleitoral brasileiro. Um deles foi exigir que todos os indivíduos se alistassem novamente como eleitores para continuar votando. Os responsáveis pelo alistamento seriam os juízes municipais e os juízes de direito – cabendo aos tribunais de segunda instância julgar os recursos. Entre 1881 e 1889, encontramos 57 processos de alistamento eleitoral, envolvendo 53 requerentes.[32]

[30] Ver por exemplo as atas da apuração geral para deputados gerais em 28.01.1885 (Livro 11), quando os juízes de paz acabaram decidindo sobre a validade de algumas reclamações e interferiram diretamente no resultado das eleições, onde Severino acaba sendo considerado o eleito.

[31] Severino Ribeiro também foi vereador (em 1875) e deputado geral (1877) também transitando pelos dois espaços.

[32] Foram vistos os maços 1 ao 9 do Cartório do Cível e Crime de Camaquã. Também não encontramos um número significativo destes processos em outros municípios pesquisados até aqui.

Portanto, trata-se de uma amostragem, já que de acordo com o Relatório do Presidente da Província de 1882, Camaquã possuía 257 eleitores.[33]

Esta inclusão dos magistrados na qualificação foi uma precaução tomada de última hora no Senado e certamente visava uma maior burocratização do processo eleitoral. Esta era uma tentativa de "racionalizar" e "purificar" os pleitos, evitando novas fraudes. Seguindo a tendência da Lei eleitoral de 1875, a comprovação de renda ficou ainda mais difícil não podendo mais ser determinada por testemunhas, mas somente através da apresentação de contratos públicos e recibos devidamente autenticados.[34]

Cinco Juízes de direito exerceram suas funções na comarca de Camaquã entre 1881 e 1889.[35] É possível, a partir dos processos, identificar o comportamento dos magistrados no tratamento dos autos que passaram pelas suas mãos. Enquanto Terêncio do Espírito Santo mandou incluir todos os suplicantes na lista de eleitores, ou seja, 9 indivíduos, Acyndino Magalhães indeferiu 10 pedidos, num total de 14 requerentes. Aureliano Monteiro foi outro que facilitou as qualificações (mandou alistar 15 dos 20 processos que julgou). Villela de Gusmão deferiu 9 dos 12 pedidos e Ignácio Accioli aceitou os 2 únicos requerimentos em que foi o julgador.

Pode-se concluir que enquanto Acyndino era o mais rígido magistrado, Terêncio era o menos rigoroso. Isto fica evidente na leitura dos documentos. Acyndino foi o único que cobrou o reconhecimento de firma, a autenticidade e competência dos atestadores de domicílio, usando estes como argumentos para indeferir muitos suplicantes. Além disso, enquanto todos não pediam, ou davam pouca importância à comprovação de idade, ele também foi o único a utilizá-la como fator de exclusão da lista.[36] Essas novas exigências pareciam entrar em choque com práticas antigas, onde a oralidade era a regra. As rendas

---

[33] Relatório do Presidente da Província de 14 de Fevereiro de 1882, p. 10-12 (AHRS). O número de 53 requerentes deve-se ao fato de que quatro processos são segundas tentativas de indivíduos não aceitos na primeira. Camaquã era um município próximo à Lagoa dos Patos, entre Porto Alegre e Pelotas.

[34] De fato as primeiras eleições foram bastante disputadas e a imprensa elogiava a reforma acreditando na tão sonhada "verdade eleitoral". A busca do sistema eleitoral perfeito foi genialmente descrita por Machado de Assis no conto Serenissima República, onde o autor demonstra como, numa sociedade de aranhas, as regras eram rapidamente burladas após as esperançosas reformas eleitorais instituídas. O conto data de 1882 e Machado parece ter previsto o que aconteceria nas eleições de 1885, quando os conservadores subiram ao poder e, utilizando as tradicionais estratégias clientelísticas que a Lei Saraiva buscava abolir, fizeram com que os liberais não preenchessem nem um quinto das cadeiras da Câmara, consagrando o fracasso da nova lei.

[35] 1881 (Aureliano de Azevedo Monteiro); 1882, 1883 e 1885 (Terêncio Francisco do Espírito Santo); 1883 e 1884 (Ignácio Accioli de Vasconcellos); 1887 (João Vallentim Villella de Gusmão); 1888 e 1889 (Acyndino Vicente de Magalhães).

[36] Era necessário ser maior de 21 anos para tornar-se eleitor. Em 1888, Bibiano José Rodrigues, proprietário de um engenho de farinha e com algumas terras, que devido a "sua baratez" deixavam sua renda abaixo da exigida, não aceitou o indeferimento do juiz Acyndino por causa da falta de comprovação de idade. Bibiano confessava não ter arrolado documentos para prova-la, pois "por que tendo alegado ser casado e maior de 40 anos de idade, entendeu o recorrente que dessa idade de 40 anos à de 21 exigida pela lei eleitoral há uma grande distância, e portanto parece que não pode haver dúvida da maior idade do recorrente" (Processo 115, maço 2, pg. 5v).

eram presumidas e quem reconhecia a autenticidade dos votantes geralmente era o pároco que fazia parte da mesa. Além disso, os pleitos eram realizados dentro das igrejas e missas eram rezadas na abertura dos trabalhos – algo que a Lei Saraiva também proibiu.[37]

Pela leitura dos processos percebe-se que a maneira mais comum de se provar a renda era através de pagamento de imposto de profissão ou indústria, de anexo de bens recebidos em inventário ou de registro de compra de imóvel rural ou urbano.[38] O cálculo sobre o valor dos bens de raiz é que definia se o requerente estava apto para ser eleitor ou não. Somava-se o valor das terras ou imóveis e calculava-se 6% do mesmo. Passando de 200$000 o indivíduo poderia votar. O juiz Aureliano sempre despachava destacando a importância deste cálculo, algo que os outros quase nunca faziam. No caso do pagamento de impostos era exigido que o suplicante houvesse quitado estes dois anos antes do alistamento. Acyndino sempre criava problemas com relação a isso, indeferindo muitos pedidos.[39]

Como já mencionamos, os 53 requerentes somam pouco mais de 20% do eleitorado qualificado em 1882. Nesta amostragem é possível detectar que 38% provam a renda por posse de terras e/ou criação de animais e 40% com casas de comércio.[40] No entanto, parece-nos que a existência de diferentes denominações que aparentemente referem-se a realidades bastante similares,

---

[37] Conforme Aquiles Porto Alegre, "a votação era feita nas igrejas, o que vale dizer que nesse dia elas abriam as suas portas para darem entrada ao diabo, que de fato ali se apresentava sob múltiplos aspectos, disposto sempre a rusgar e a armar baderna. É que o povo naquele tempo tomava um vivo interesse pelos seus homens políticos. De resto, havia dois fortes partidos que se combatiam, e tanto liberais como conservadores sabiam que a queda numa situação era uma calamidade para muitas famílias, que viam do dia para a noite os seus sem emprego e os seus lares sem pão, devido às célebres e tremendas "derrubadas" que haviam nas repartições." (PORTO ALEGRE, Aquiles. História Popular de Porto Alegre. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994, p. 65-66).

[38] Se o requerente comprovasse ter sido membro no tribunal do júri também se qualificava. Era necessário uma renda de 200$000 para ser jurado (a mesma de eleitor). Toda esta hierarquia refletia várias escalas e dimensões de cidadania. O limite dos escravos libertos era ser votante, pois lhes era proibido serem jurados ou eleitores. Após 1881, como as eleições passaram a ser diretas, os votantes deixaram de existir, permanecendo apenas os eleitores. A Lei foi muito exclusivista, pois, como já mencionamos, também eliminava os analfabetos do direito do voto. Uma apreciação mais aprofundada foi feita em VARGAS, Jonas Moreira. "Pagai impostos, mas não votareis". A Lei Saraiva (1881) e a exclusão eleitoral dos analfabetos. In: Outra Revista Eletrônica de História [online]. 2004, n.º 1, pp.10-17. Disponível em Adobe Acrobat Reader: http://www.revistaoutra.com.br/pdf/1/art02_01.pdf. ISSN 1807-0183.

[39] É possível concluir, no entanto, que se as decisões estavam permeadas por características pessoais destes magistrados (sua maneira peculiar de exercer a sua função burocrática), não se deve ignorar as suas vinculações com as facções políticas locais e a prestação de favores aos poderosos através da inclusão ou exclusão de eleitores na lista.

[40] Entre os que viviam da terra, encontram-se 7 criadores, 2 lavradores, 2 fazendeiros, 1 criador/ lavrador e 8 proprietários. Entre os que viviam de negócios, encontramos 5 comerciantes, 1 mascate, 1 indústria, 11 negociantes e 3 negociante/ proprietários. Entre os eleitores do grupo da terra não é possível identificar, a partir dos processos, o que os definia de maneira precisa, ou seja, as diferenças entre fazendeiros, lavradores, criadores ou proprietários. Em 1881, José Antônio da Silva Nunes, casado e com 49, definiu-se primeiramente como criador e depois como lavrador. Ele provava ter animais vacuns e cavalares e uma olaria, algo que seguindo os padrões adotados entre os outros o qualificaria também como proprietário, mas o mesmo não se refere assim (Processo 312, maço 5). No grupo dos negócios, as denominações também são conflitantes. Encontram-se 5 comerciantes e 11 negociantes, sendo que muitos possuíam apenas uma taberna ou uma loja de fazendas, sem definir muito bem quais eram os qualificativos para uma ou para outra ocupação. Também havia um grupo com profissões/ ofícios. Nele se encontram 1 professor, 1 artista, 1 tabelião, 1 agrimensor, 1 ferreiro, 1 agenciador e 2 marítimos.

prende-se a uma avaliação feita pelos membros das juntas qualificadoras de situações que mesclam os capitais econômicos e políticos dos indivíduos. Nesta ótica, talvez fazendeiros, criadores, proprietários e lavradores sejam rótulos que expressem uma avaliação quantitativa e qualificativa do capital simbólico manipulado pelos diferentes agentes históricos. Assim, não poderíamos nos prender apenas ao tamanho das propriedades, mas as redes sociais e políticas que estes indivíduos manejavam, baseadas também nas relações familiares que tinham.

Assim como em Alegrete, também é possível detectar as relações familiares que permeavam parte deste processo de qualificação. Se os descendentes de Bento Manoel Ribeiro continuaram com notável influência em Alegrete, no município de Camaquã, os filhos e parentes de Bento Gonçalves da Silva parecem ter sido a família mais influente na política local.[41] Pelo menos dois filhos de Bento Gonçalves foram vereadores nesta época. Na década de 1870, Marco Antônio, e em 1884, Joaquim Gonçalves da Silva foi presidente da Câmara Municipal, ano em que o juiz de paz era Bento Gonçalves da Silva Filho e o subdelegado de polícia era Acácio Gonçalves da Silva. Com todos estes cargos-chave nas mãos não é difícil de supor-se que os 4 membros da família encontrados entre os autos de alistamento conseguiram qualificar-se como eleitores. Cabe ainda mencionar que na década de 1870, Antônio José Centeno, sobrinho de Bento e um dos mais ricos fazendeiros do município, era presidente da junta de qualificação.[42]

Assim como entre as famílias dos Nunes e dos Ribeiro, eles também apostaram em um membro que possuía diploma de curso superior para dedicar-se à deputação provincial – o que acabou se concretizando em 1875, quando o advogado Antônio Soares da Silva, sobrinho de Bento, elegeu-se ao cargo. Em 1888, um dos filhos de Bento, Joaquim Gonçalves da Silva, também se tornou deputado provincial, favorecendo a promoção de outro parente para o comando de um corpo da Guarda Nacional.[43]

Podemos concluir, a partir da análise realizada até aqui, que a Lei Saraiva contribuiu para reduzir de maneira bastante profunda o número do eleitora-

---

[41] Os dois Bentos estão entre os personagens principais da Guerra dos Farrapos (1835-1845), sendo Bento Gonçalves líder farroupilha e Bento Manoel Ribeiro trocado de lado 3 vezes, acabando a guerra junto aos legalistas.

[42] Um retrato das redes familiares dos descendentes de Bento Gonçalves pode ser visto em FABRÍCIO, José de Araújo. *Descendentes de Bento Gonçalves da Silva*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 1986.

[43] Francisco Gonçalves Centeno foi nomeado capitão da Guarda Nacional de Camaquã em 1888. O fato de Joaquim ser apenas um fazendeiro e guarda nacional revela que indivíduos sem formação também conseguiam chegar até o parlamento. Até o momento atual das pesquisas, identificamos que Joaquim foi o único deputado provincial residente em Camaquã, eleito nas últimas décadas do Império. Antônio Soares da Silva era advogado em Bagé, município em que parte dos parentes de Bento Gonçalves transferiram residência. Estes indicadores estão sendo melhor aprofundados em nossa dissertação.

do. Entretanto, cremos que esta diminuição não se deu somente por proibir o acesso dos analfabetos, mas sim pela ação mais rígida e na mudança dos procedimentos de qualificação que passaram para as mãos dos magistrados. A partir da leitura dos documentos nos parece que alguns juízes dificultavam os alistamentos, enquanto outros facilitavam, refletindo, além de todos os meandros políticos e clientelísticos que envolviam tais processos, uma tentativa de moralização e inserção de novas práticas burocráticas numa sociedade patriarcal e com fortes traços herdados do Antigo Regime.

Muitos eleitores de menos posses e até mesmo de classes baixas continuavam querendo participar dos pleitos. Logo após a aprovação da lei, o eleitor João Antônio da Silva Nunes previa que "um crescido número de agregados, peões ou jornaleiros, equiparados a criados de servir, terão de serem alistados eleitores nesta paróquia", pois foram qualificados jurados em 1879.[44] Nas listas de qualificação de votantes de Pelotas (1865), por exemplo, também estão presentes diversos capatazes.[45] Em Camaquã, o ferreiro Valentim Carlos da Costa tentou duas vezes qualificar-se, tendo conseguido na segunda. Sua dificultosa assinatura nos faz pensar que o mesmo era praticamente analfabeto.[46] Aquiles Porto Alegre relatou que muitos deles treinavam as assinaturas para poderem qualificar-se, o que destaca a importância deste ato.[47]

O processo eleitoral era um fenômeno fundamental para a manutenção das relações sociais do cotidiano onde camadas médias e baixas participavam dos pleitos com objetivos diversos e acabavam contribuindo para a própria reprodução social desta relação. A divisão das funções políticas e dos cargos públicos envolvidos neste jogo refletia também as divisões sociais do trabalho. As famílias mais tradicionais e abastadas destas localidades, como as que vimos neste texto, desenvolviam estratégias com objetivos políticos específicos, visando a sua manutenção enquanto setor de elite, o seu domínio sobre os

[44] Processo 312, maço 5, 1881, p. 5. Ele reclamava que se estes homens fossem conseguissem qualificarem-se como eleitores, ele também teria que ser, pois possuía mais posses. Certamente os tais trabalhadores não conseguiram ser incluídos na lista, entretanto, fica registrada a sua participação neste processo.

[45] Lista de Qualificação de votantes de Pelotas. Fundo Eleições (AHRS).

[46] Processo 621, maço 9, 1881.

[47] "De fora vinham eleitores nos seus trajes gaúchos, trazer o seu voto, assinando muitos de cruz. O entusiasmo pelo voto era tão grande que eu vi velhos aprenderem, com paciência beneditiva, só assinar o nome para poderem votar. Alguns eram homens da roça afeitos à rabiça do agrado ao cabo da enxada, ao machado, e tinham as mãos calosas e pesadas como chumbo. Passaram largo tempo entregues de corpo e alma ao seu rude trabalho. Porém nas vésperas das eleições eles, à noite, sentavam-se a toscas mesas de suas choupanas e à luz de um candeeiro de azeite, punham-se a ensaiar o seu "jamegão", letra por letra com a cabeça de lado, e a língua de fora, como as crianças quando começam a aprender a escrever. Alguns, mais habilidosos, chegavam a fazer o nome rapidamente e tão a primor que ninguém acreditaria, se lhe dissessem, que eles não sabiam nem ler nem escrever. Outros, porém, levavam mais de dez minutos a fazê-lo e quando por todos os poros, embora estivéssemos no mais álgido e ventoso dia de inverno. E todo prodígio era obra das eleições" PORTO ALEGRE, Aquiles. História Popular de Porto Alegre. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994, p. 65-66).

trabalhadores e eleitores paroquiais e a segurança dos seus negócios e propriedades. O mundo da paróquia possuía uma lógica própria e se inter-relacionava diretamente com o mundo da Corte a partir de uma enorme gama de redes de relações familiares e clientelísticas que caracterizaram o período e que possibilitavam que o governo central atingisse e mais longínquos territórios, mesmo que de maneira difusa e lenta, num jogo de cooperação e conflito entre o Estado e os fazendeiros.

Bibliografia

AITA, Carmen & AXT, Gunter. *Parlamentares gaúchos nas Cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996).* Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

ARAÚJO FILHO, Luís. *O Município de Alegrete.* Alegrete: Irmãos Drunes & Livraria *O Coqueiro*, 1907.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo políticos no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial.* 2.ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/ Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Dimensiones de la Ciudadanía en el Brasil del Siglo XIX.* In: SABATO, Hilda. *Ciudadania Política y Formacion de las Naciones: Perspectivas Politicas de América Latina.* México: Fondo de Cultura Economica, 1997, p. 321-344.

CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário Sul-riograndense.* Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

DIAS, Maria Odila Leite da. *Sociabilidades sem História: Votantes pobres no Império, 1824 - 1881.* In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva.* São Paulo: Contexto, 1998, p. 57-72.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro* - Vol. 1 e 2. 2ª edição, Porto Alegre: Globo/São Paulo: Editora da USP, 1975.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e cooptação política.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERTIG, André Atila. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873).* Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPG-História, UFRGS, 2003.

FONSECA, Pedro Dutra. *Economia e conflitos políticos na República Velha.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GUTFREIND, Ieda. *Rio Grande do Sul: 1889-1896. A Proclamação da República e a reação liberal através da sua imprensa.* Dissertação de mestrado defendida junto ao Curso de Pós-graduação em História da PUCRS, 1979.

ISAIA, Arthur. *A imprensa liberal rio-grandense e o regime eleitoral do Império: 1878-1889.* Dissertação de mestrado defendida junto ao Curso de Pós-graduação em História da PUCRS, 1988.

KLEIN, Herbert S. "A Participação Política no Brasil do Século XIX: os votantes de São Paulo em 1880". In: *DADOS - Revista de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro: ANPOCS, Vol. 38, nº 3, 1995, p. 527-544.

KLIEMANN, Luíza H. Schmitz. *RS: Terra & Poder. História da Questão Agrária.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889).* Tese de Doutorado apresentada ao PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2005.

MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial.* São Paulo: Hucitec, 1990.

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, 8.a edição.

PICCOLO, Helga. *Vida política no século 19.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, 3.ª edição.

PINTO, Celi Regina Jardim. *Contribuição ao Estudo do Partido Republicano Rio-Grandense.* Dissertação de mestrado defendida na UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 1978.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: ERUS, 1976.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *História Popular de Porto Alegre.* Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa.* Tomo 2, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813.

TARGA, Luiz Roberto. "Violência revolucionária e fundação do Estado burguês". In: TARGA, Luiz R. (org.). *Gaúchos e Paulistas: dez escritos de história regional comparada.* Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1996, p. 81-92.

TRINDADE, Helgio & NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990).* Porto Alegre: EDUFRGS/Sulina, 1991.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: A burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX.* Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

VARGAS, Jonas Moreira. "Pagai impostos, mas não votareis!". A Lei Saraiva (1881) e a exclusão eleitoral dos analfabetos. In: Outra Revista Eletrônica de Historia [online]. 2004, n.º 1, pp.10-17. Disponível em Adobe Acrobat Reader: http://www.revistaoutra.com.br/pdf/1/art02_01.pdf. ISSN 1807-0183.

A Liberdade em Tempos de Guerra Civil: As cartas de alforrias concedidas em Rio Grande durante a Guerra dos Farrapos

Jovani de Souza Scherer *

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir como se desenvolveu a política de concessão de alforrias em Rio Grande ao longo dos 10 anos de duração da Guerra dos Farrapos (1835/1845). Pretendemos abordar as principais estratégias pelas quais os escravos chegavam à liberdade legal em uma conjuntura de instabilidade gerada pela guerra civil

Palavras-chave: Alforrias – Guerra dos Farrapos – Rio Grande – Escravidão - Liberdade

Em 1847, a Cidade de Rio Grande era o segundo maior centro escravista da província, atrás somente de Porto Alegre[1]. Há apenas 2 anos o conflito entre o Império e os Farrapos havia se encerrado, e a normalidade da vida havia se restabelecido.

No período, houve uma intensa movimentação de grandes contingentes populacionais, criando a instabilidade sobre a propriedade, as relações de produção e as instituições de poder, características de uma zona de fronteira marcada pelos períodos de guerras[2].

Em 1835 os Farrapos tomaram Porto Alegre, levando o governo provincial a transferir a capital para a cidade portuária de Rio Grande, local considerado mais seguro por contar com acesso para o Oceano Atlântico. De Porto Alegre os rebeldes seguiram para Pelotas, capturando-a em 1836, após a vitória, armaram cerca de 400 escravos com o intuito de aumentar o exército e teriam libertado mais, se não fosse a fuga dos charqueadores para Rio Grande, levando consigo os escravos que haviam lhes restado[3].

A proximidade com a Banda Oriental do Uruguai e a relação íntima entre as charqueadas rio-grandenses e os campos de criação lá existentes, boa parte de propriedade de brasileiros[4], tornavam a passagem para o outro lado da fronteira uma prática recorrente em razão do trânsito de animais para abas-

*Bolsista CNPq, mestrando em história UNISINOS.

[1] BAKOS, 1985: 79-97.
[2] OSÓRIO, 1999: 42.
[3] LEITMAN, 1985: 63-64.
[4] SOUZA; PRADO, 2004.

tecer as charqueadas. No período da Guerra dos Farrapos a passagem ou fuga para o lado uruguaio da fronteira foi uma possibilidade de salvaguardar os bens móveis, o gado e sobretudo, os escravos, que tornavam-se facilmente soldados para ambos exércitos. Além do que, em um período de guerra os proprietários possivelmente concentrem seus investimentos em bens móveis, pela facilidade de deslocamento, o que complicaria a intenção de liberdade de escravos, sobretudo daqueles ligados à produção.

Por outro lado, os percalços econômicos a que ficaram sujeitos os senhores de escravos entre 1835 e 1845, poderiam levá-los a buscar soluções diferenciadas para algum revés momentâneo, possibilitando uma maior incidência de alforrias por indenização, a fim de ressarcir seus investimentos e não necessitar arcar com a manutenção dos seus cativos.

Ainda assim a partir de 1830, segundo Manolo Florentino, haveria uma crescente recusa senhorial em aceitar o valor de mercado oferecido pelos escravos, neste período houve uma "redefinição do que se considerava o preço mais justo em torno do qual a liberdade deveria ser acordada. Se até a década de 1830 o escravo pagava seu preço de mercado no momento que fora comprado pelo senhor, daí em diante "preço" passou a significar o valor corrente de mercado no instante em que cativos e senhores acordavam a alforria"[5]. Este processo resultaria em uma maior "politização" das alforrias – negociações entre senhores e escravos, intensificadas pela instabilidade da guerra civil. Os senhores, percebendo com temor que poderiam perder seus preciosos trabalhadores escravizados, tratariam de negociar com eles. Nem sempre para os cativos era mais vantajoso romper negociações com os senhores e se meter em um conflito sangrento do qual poderiam não sair com vida ou saúde.

Contudo a alforria não era a única alternativa de liberdade, mas a padrão. Em tempos de Guerra, até mesmo fugas teriam chances concretas de resultarem em liberdade institucional. Isso podemos verificar em uma petição feita por Francisco Luiz da Rocha (negociante, morador de Pelotas), na qual pede a restituição de seu escravo que fugira, Joaquim, de nação Cabinda, com 28 a 30 anos, alfaiate. O senhor informa que ao tempo em que servia no Batalhão dos Provisórios do Rio Grande soube que o seu cativo havia fugido para assentar praça na "força dos rebeldes". Francisco da Rocha surpreendeu-se quando, tempos depois, entre as fileiras da força legal do Coronel Francisco

[5] FLORENTINO, 2005: 344.

Pedro, reconheceu o seu escravo, o alfaiate Joaquim. Devidamente munido de papel de compra e um atestado do Coronel, este senhor pediu seu cativo de volta, recebendo a resposta que segue:

> "tendo o escravo do suplicante prestado bons serviços ao Imperador está no caso de ser libertado por conta da Nação para continuar no serviço e por isso deve o suplicante declarar seu valor para lhe ser pago pela caixa militar. Quartel General nas Pedras Altas, 19-03-1844. B. de Caxias".[6]

Apesar do documento ser de Pelotas, não o descartamos para uma demonstração da riqueza dos documentos notariais. Este em particular demonstra que a guerra é um período de instabilidade, mas também de oportunidades. Joaquim fugiu de seu senhor, e o que normalmente seria duramente punido, talvez com açoites e grilhões, foi recompensado com a liberdade. Assim como ele, outros escravos devem ter lutado, e conseguido sua liberdade. Porém, outras experiências de guerra foram provavelmente mais freqüentes para os cativos do sexo masculino, como o recrutamento forçado e a substituição de seus senhores ou dos filhos destes através da concessão de alforrias condicionais. Esta última prática interessa em particular neste momento.

No entanto, foi encontrado apenas um caso durante o período farroupilha em que o senhor condiciona a liberdade de seu escravo a substituí-lo no exército. O pardo Firmino, de 16 anos de idade recebeu a sua alforria em 15 de Janeiro de 1844, com a condição de "servir em lugar de seu senhor (Serafim Antunes da Porciúncula) que foi, no Serviço Nacional, sentando praça" [7].

Esta única carta de liberdade indica que o recrutamento de escravos para os exércitos caracterizou-se pela informalidade, na sua maioria não contemplando os registros cartoriais, indo desde a apreensão de cativos até ao acolhimento de escravos fugitivos, como o caso do alfaiate Joaquim.

A Carta de Alforria

Cartas de Liberdade, de Alforria, Escritura de Alforria e Liberdade ou Manumissão, são algumas das formas como os tabeliães chamaram os 231 documentos notariais de liberdade recebidos por 249 escravos em Rio Grande durante o decênio farroupilha.

---

[6] APERS, Pelotas, 1º Tabelionato, S. F. de Paula, liv. 1 (1832-44).
[7] APERS, Rio Grande, Registros Diversos (Talão 16, p. 24r).

As alforrias apresentam um número variado de informações, como o nome do escravo, de onde se pode distinguir o sexo do cativo em questão, o nome do(s) proprietário(s) e os motivos que alega(m) para conceder a carta.

A cor e a origem dos libertos foram informações menos freqüentes que o sexo e a motivação, mas ainda assim com grande presença. Em cerca de 80% dos casos os libertos tiveram sua cor mencionada, e em 70% foi descriminada sua origem. O mesmo não pode ser afirmado sobre a idade e a ocupação dos escravos, dados mais rarefeitos na documentação, sobretudo a profissão, que surgiu em menos de 3% das alforrias.

Tabela 1: Variáveis de informações

Variáveis	n° alforrias	%
1. Sexo do escravo	249	100,00
2. Motivos	249	100,00
3. Proprietário	249	100,00
4. Origem	171	68,67
5. Cor	194	77,91
6. Idade	45	18,07
7. Profissão	7	2,81

As cartas de alforrias utilizadas neste trabalho são provenientes do primeiro e do segundo tabelionatos de Rio Grande, escolha que manteve de fora da análise as freguesias e distritos, o que deve acarretar, apesar do baixo número de alforrias registradas nestes locais, um caráter mais urbano aos escravos alforriados da amostra. Ainda assim é importante afirmar a dificuldade em determinar o caráter urbano ou rural das alforrias sem um cruzamento com um maior número de fontes, como os inventários dos senhores destes escravos.

Entretanto, nem todas as cartas de alforria podem ser encontradas em livros notariais, estudos indicam que em pelo menos 20% dos casos as cartas não eram registradas[8]. Mas o problema não pára por aí, antes de se preocupar com as cartas não registradas, é preciso investigar as alforrias passadas em outros locais, como na pia batismal e testamentos de senhores de escravos, documentos acessíveis que podem trazer maiores informações à prática da alforria. Isto sem esquecer que muitas alforrias concedidas na pia batismal eram depois confirmadas através do registro das cartas em cartório.

[8] MATTOSO, K.; KLEIN, H.; ENGERMAN, S. (1988: 62).

Contudo, a maioria dos trabalhos envolvendo alforrias centra-se em livros notariais. Andréa Lisly Gonçalves (2000: 163), estudando a Comarca de Ouro Preto, Minas Gerais, entre 1808 e 1870, realizou um cruzamento das alforrias com alguns inventários e testamentos, e percebeu que nos últimos somente constavam as cartas concedidas após a morte do proprietário, não observando referência às liberdades concedidas pelos senhores em vida a outros escravos, por sua vez observados nos registros notariais. A autora verificou também como era recorrente o registro das cartas por testamenteiros, logo após a morte do proprietário, provavelmente para evitar conflitos entre os herdeiros.

Sobre os batismos, Gudeman e Schwartz (1988: 53) encontraram 5% de escravos libertos ao nascer em pesquisa sobre o compadrio na Bahia do século XVIII, número semelhante aos 5% ou 6% encontrados por Ramos (2004) para o período colonial em Vila Rica.

Não possuímos informações específicas de Rio Grande sobre a libertação de escravos ao nascer com base nos registros de batismo, o que se poderia fazer é traçar um paralelo entre os números encontrados nas pesquisas sobre compadrio acima, com os dados gerais de batizados em Rio Grande, presente no trabalho de Kuniochi (2005). Isto porém seria uma generalização perigosa, afinal não há nada que aponte para uma prática idêntica de compadrio em locais tão distantes no Império, além disso no trabalho de Kuniochi há menção a somente 5 casos de liberdade ao nascer, ainda assim 4 com a condição de os escravos completarem 25 anos.

Não querendo desprezar as liberdades concedidas no momento do batismo dos escravos, nem às concedidas nos testamentos dos senhores, espero justificar a prioridade em trabalhar especificamente com os registros notariais neste primeiro momento de análise da prática da Alforria em Rio Grande.

Motivos

Os motivos de concessão das cartas foram estabelecidos com base em uma diferenciação prévia em dois tipos, as condicionais e as incondicionais. Na primeira categoria enquadraram-se as alforrias pagas, as por serviços futuros, e aquelas em que os cativos entregaram outro escravo ao seu senhor, além de casos em que as condições são pouco comuns, classificados como "outros".

Sob título de cartas incondicionais estão as cartas nas quais o cativo recebe liberdade em recompensa aos bons serviços e aquelas passadas em cumprimento ao testamento do senhor, ou ao desejo de libertar seu escravo expresso no

leito de morte, estas, normalmente concedidas por um testamenteiro ou herdeiro do falecido. As últimas apesar de estarem classificadas como incondicionais, podem se tratar de cartas de alforrias que condicionam a liberdade do escravo a este servir até a morte do senhor, com a diferença que seriam acordadas verbalmente durante a vida do senhor, de modo que se assemelhariam as alforrias em que o escravo deve servir até a morte do senhor, somente sendo passadas em momentos diferentes, a primeira após a morte do senhor e a segunda durante sua vida.

Tabela 2: Ocorrência dos motivos nas alforrias

Motivos	nº	%
Pagamento	116	46,60
recompensa aos bons serviços	61	24,50
por serviços futuros	34	13,65
testamento/ último desejo	21	8,43
entrega de outro escravo	14	5,62
Outros	3	1,20
Total	249	100,00

Sexo

No que diz respeito ao sexo dos alforriados, as mulheres escravas foram as maiores beneficiadas, 157 receberam alforria (63,05%), contra 92 (36,95%) alforrias para os cativos do sexo masculino. Esta proporção é o inverso da proporção de homens e mulheres na população cativa de Rio Grande entre 1830-1863 com base em seus registros de óbitos, segundo esta documentação os homens eram 62, 27% dos escravos, ao passo que as mulheres representavam 37,73%.[9]

A supremacia feminina é surpreendente se comparada à presença de mulheres entre os alforriados no período da Guerra do Paraguai para Porto Alegre. Este foi o único momento em que a concessão de cartas para homens superaram as para mulheres, conseqüência da política de alistamento de escravos no exército imperial, principalmente em substituição a seus proprietários e terceiros (MOREIRA, 2003: 194).

Ao analisar o decênio farroupilha esperava encontrar um número maior de alforrias para homens, porém a ausência de uma maior participação masculina

[9] Márcia Kuniochi trabalha com os seguintes dados para o período 1830-1863: 2268 homens (62, 27%), sendo 1606 adultos e 662 jovens, e 1374 mulheres (37,73%),sendo 744 adultos e 630 jovens.

entre os alforriados demonstra quanto diferem entre si as práticas de alforria do período da Guerra dos Farrapos e da Guerra do Paraguai. Na verdade parece que o conflito travado entre os farroupilhas e o governo imperial não afetou profundamente a política de alforrias, afirmação que poderá ser confirmada somente quando tiverem sido analisados todos os dados referentes aos alforriados de Rio Grande referentes ao século XIX, no momento não é possível afirmar com certeza.

No entanto podemos realizar uma comparação com outras áreas do Império. Vejamos o caso do Rio de Janeiro por exemplo. Na capital do Império, segundo Mary Karasch (2000:452), entre 1808-1831, 64% das alforrias eram entregues a mulheres, participação muito próxima do 63% registrado em Rio Grande. Isto nos leva a questionar se o grande número de mulheres conseguindo a alforria em Rio Grande não seria então, um aspecto característico de ambientes urbanos?

Por enquanto, sabemos que a diferença entre os sexos não muda em relação aos tipos de alforrias, a proporção se mantém tanto entre as cartas condicionais, quanto nas incondicionais, como se pode perceber na tabela abaixo:

Tabela 3: Relação do Motivo com o Sexo

sexo	condicionais		incondicionais	
	nº	%	nº	%
homens	63	37,72	29	35,37
mulheres	104	62,28	53	64,63
total	167	100,00	82	100,00

Focando a análise em outros aspectos da vida dos libertos de Rio Grande podemos compreender melhor, ou chegar mais perto de uma resposta confiável, a relação entre o alto número de mulheres alforriadas durante um período de Guerra. Sem perder de vista o ambiente urbano.

Origem e Cor

Dos 249 libertos analisados, 68,67% tiveram a origem expressa em seus documentos de liberdade, quanto as suas cores, foram informadas em 77,91%.

A origem dos libertos era predominantemente africana e sua cor preta (cerca de 67%) entre 1835-1845, características que não são unanimidade para o restante do Brasil. Em Campinas, por exemplo, a população liberta até

1850 era maciçamente parda, e os crioulos foram preponderantes entre esta durante todo o século XIX[10].

Apesar da cor constar em um maior número de cartas em relação à origem dos escravos libertados em Rio Grande, considero a última um elemento que possibilita uma relação mais clara com o predomínio feminino nas alforrias. Discutiremos a seguir como pode estar relacionado o elevado número de mulheres ao predomínio africano.

Tabela 4: A origem do alforriado pelo gênero

Origem	feminino		Masculino		total	
	n	%	n	%	n	%
Crioulos	39	35,14	15	25,00	54	31,58
Africanos	72	64,86	45	75,00	117	68,42
Total	111	100,00	60	100,00	171	100,00

Seria interessante começar com um questionamento sobre a maior presença africana entre os alforriados. Os africanos demonstravam uma capacidade maior que os crioulos em obter a alforria em Rio Grande, ou somente conquistaram uma porcentagem de liberdade relativa a sua presença demográfica entre os escravos?

Esta é uma pergunta que já nasce frustrada neste artigo, pois não contamos com o número de africanos e crioulos entre a população escrava de Rio Grande, no entanto ela incentiva a busca de outros elementos nas alforrias que permitem levantar hipóteses a cerca da participação dos africanos e africanas em seus processos emancipatórios. A análise mais precisa dos motivos que levaram os escravos, principalmente os africanos, a receberem sua liberdade, talvez forneça outras perspectivas para esta questão.

Comprando a carta de liberdade

Dos 249 escravos que receberam a liberdade no período farroupilha, 167 (67,07%) tiveram alguma condição ou ônus a mais para cumprir. As cartas por pagamento correspondem à cerca de 70% das cartas condicionais, se somadas àquelas em que há a entrega de outro escravo pelo libertando, chegam

[10] EISENBERG (1989:269-271) trabalha com as alforrias de Campinas durante o século XIX. Características similares a encontradas em Rio Grande podem ser vistas no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, ver KARASCH (2000).

a 79%. Quando relacionadas ao total dos libertos (249), as cartas por pagamento e por entrega de outro escravo correspondem a 51%.

Tabela 5: Motivos das cartas condicionais

Condições	nº	%
pagamento	116	69,46
por serviços futuros	34	20,36
entrega de outro escravo	14	8,38
outros	3	1,80
Total	167	100,00

Para a segunda metade do século XIX, Moreira encontrou resultados semelhantes para Porto Alegre, onde 41,4 % das cartas foram compradas, percentual que chega a 59% entre os escravos de origem africana. Na Bahia Colonial, Schwartz encontrou 47, 7% das cartas pagas, Mattoso, na Bahia do século XIX encontrou 45%, Eisenberg, para a Campinas do século XIX, 34%, Mary Karasch, para o Rio de Janeiro entre 1808-1831, cerca de 40%.

Entre os escravos que compraram as alforrias os africanos eram preponderantes, 72% destas cartas estavam em suas mãos. Os Crioulos não possuíam grande participação nestas alforrias, foram compradores de apenas 4 cartas (menos de 5%), já as Crioulas encontravam uma maior participação, com 21 cartas. Entre os africanos as mulheres receberam 38 cartas e os homens 26. Dessa forma percebemos que a preponderância feminina nas cartas por pagamento à razão de 2 por 1 se deve principalmente ao pequeno número de crioulos.

Porém devemos lembrar, com base nos óbitos de escravos rio-grandinos, a preponderância masculina entre a população cativa, apesar de não indicarem a procedência, que é outro problema. Isto não nos impede de levar em conta as estatísticas gerais do tráfico de escravos da África para o Brasil, as quais apontam para a preponderância masculina entre os africanos traficados, o que acarretaria em última instância em uma maior facilidade feminina para conquistar a alforria em Rio Grande, tanto entre os africanos, como entre os crioulos.

Os argumentos levantados por Karasch (2000: 454) para o Rio de Janeiro podem nos ajudar nesta questão. Segunda a autora a predominância de africanas se daria por motivos de permanência de padrões africanos de comportamento. Num primeiro momento em relação às brasileiras, que jogavam com a possibilidade de receber a liberdade por meio de bons serviços prestados durante anos na casa de seus senhores, ao passo que as africanas não possuindo

esta mesma possibilidade, aproveitavam a maior intimidade com o mercado público, herança trazida da vida africana, para tratarem de buscar ocupações urbanas que rendessem um maior ganho.

Em um segundo momento, as africanas pagariam por suas alforrias em volume maior que os seus companheiros africanos em razão da diferença de ocupações herdadas de algumas sociedades africanas, nas quais as mulheres eram as responsáveis pelas tarefas domésticas, assim como pela venda de frutas e verduras no mercado, ao passo que o homem, quando procedia de local onde sua ocupação era caçar e pastorear, encontraria maiores dificuldades de se adaptar a funções urbanas.

Outro indicativo que ajuda a explicar o número alto de africanos entre os escravos que pagaram por sua alforria, a principal estratégia de liberdade do período, é o seu local de procedência da África. Entre estes 67,20% foram identificados como de algum grupo da África Ocidental[11], região de cultura mais urbana e mercantil, com a predominância dos escravos de nação Mina (40,62%) e Nagô (18,75%). Foi entre os escravos de nação Mina que se encontra a única preponderância de homens sobre mulheres nas alforrias por pagamento, 16 homens contra 10 mulheres.

Segundo Manolo Florentino (2005: 337) a presença dos escravos afro-ocidentais no Rio de Janeiro foi fundamental para o incremento das alforrias compradas, esta presença por sua vez estaria diretamente ligada a reação ao Levante dos Malês na Bahia em 1835, mesma data em que inicia-se a Guerra dos Farrapos.

Assim como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul também era destino para os rebeldes nagôs da Bahia. Segundo João José Reis, a província mais ao sul do país era um destino comum para os escravos traficados da Bahia, inclusive a Câmara de Pelotas, passado um mês do Levante dos Malês, apresentou suas preocupações ao presidente da Província em relação à possibilidade das charqueadas da região serem receptoras dos rebeldes muçulmanos (REIS, 2003: 492 e 518).

As estatísticas do comércio de escravos entre a Bahia e Rio Grande indicam o deslocamento de afro-ocidentais para a província de São Pedro. Após os 983 crioulos, são os "pretos-Nagô" que constituem o principal grupo desembarcado em Rio Grande, chegando a um total de 817 escravos importados da Bahia. O surpreendente neste comércio é o pequeno número de escravos de nação "Mina" importados, que entre "ladinos Mina" [12] e "da Costa da Mina", chegaram a apenas 47 escravos[13].

[11] para definir os africanos ocidentais utilizo o esquema de MOREIRA (2003: 191-193).
[12] Os escravos africanos já ambientados no Brasil, que compreendiam e falavam o português, eram chamados de Ladinos.
[13] VASCONCELLOS (2005).

As escravas de nação Mina dominaram as cartas em que houve entrega de outro cativo para o senhor. Dos 14 casos encontrados, cerca de 8% das cartas condicionais, ou 5% do total, as africanas dominam amplamente, são 9, destas, 6 foram parar em mãos de pretas Mina, entre as quais, 4 entregaram escravas da mesma etnia.

Considerações finais

Ao escolher o decênio farroupilha como período para análise das práticas de alforria em Rio Grande, esperava-se encontrar uma prática similar ao período da Guerra do Paraguai, com senhores igualmente alforriando seus escravos para o serviço militar, com a diferença que na Guerra dos Farrapos os cativos poderiam ser usados tanto no exército rebelde como no imperial.

No entanto com a quase ausência deste tipo de alforria (foi encontrado somente um caso), a análise se centrou nas motivações que explicassem, ainda que de forma inicial o grande contingente feminino e africano entre a população alforriada.

O fato de não estarem presentes nas alforrias, contudo, não determina que os escravos homens não tenham participado dos exércitos em conflito, apenas aponta para a informalidade sob a qual era feita a utilização deste grupo nas forças imperiais e rebeldes.

Através da análise dos casos envolvendo os 250 libertos em Rio Grande percebemos a compra da liberdade como a principal estratégia de alforria, sobretudo entre as escravas africanas, principalmente daquelas identificadas como provenientes da região da África Ocidental.

Encontrei explicações para esta presença que passam pela maior facilidade feminina em trabalhar em espaços urbanos, assim como uma maior intimidade das mulheres africanas com o ambiente urbano e suas atividades correlatas, uma herança dos locais de procedência dos grupos africanos aos quais pertenciam, sobretudo os Mina e Nagô.

Estas explicações passaram por uma análise de dados do tráfico interno desde a Bahia para Rio Grande, e apontam para uma possível ligação desta presença afro-ocidental entre os alforriados de Rio Grande com as reações na Bahia ao levante Malê.

Bibliografia

BAKOS, Margaret. "A escravidão negra e os farroupilhas". In: *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação.* Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985, (p. 79-97).

EINSENBERG, Peter L. "Ficando Livre: as alforrias em campinas no século XIX". In: *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil.* Campinas: Unicamp, 1989.

FLORENTINO, Manolo. "Sobre Minas, Crioulos e a Liberdade Costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871". In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, Cativeiro e Liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX).* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

GONÇALVES, Andréa Lisly. "Alforrias na Comarca de Ouro Preto (1808-1870)". In: *População e Família.* São Paulo, n. 3, 2000, p. 157-180.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. "Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII". In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e invemção da liberdade: estudos dobre o negro no Brasil.* São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808/1850.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KUNIOCHI, Márcia Naomi. "O perfil social dos escravos em Rio Grande, século XIX". Porto Alegre: II Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2005. CD-ROM.

LEITMAN, Spencer L. "Negros Farrapos: Hipocrisia racial no sul do Brasil no séc. XIX". In: *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação.* Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985, (p. 61-78).

MATTOSO, Kátia de Queirós; KLEIN, Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. "Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforria na Bahia, 1819-

1888". In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e invenção da liberdade: estudos dobre o negro no Brasil.* São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988, p. 60-72.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre – 1858-1888.* Porto Alegre: EST Edições, 2003.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1787-1822.* Tese de Doutorado, UFF, Niterói, 1999.

RAMOS, Donald. "Teias Sagradas e Profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro". In: *Varia Historia.* Belo Horizonte, Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, n. 31, jan. 2004, p. 41-68.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835.* São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SCHWARTZ, Stuart. "Alforria na Bahia 1684-1745". In: *Escravos, Roceiros e Rebeldes.* Bauru, SP, EDUSC, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e. "Coartação – Problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII". In. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: colonização e escravidão.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

SOUZA, Suzana de; PRADO, Fabricio. "Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX.". In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

VASCONCELOS, Albertina Lima. "Tráfico interno, liberdade e cotidiano de escravos em Rio Grande – RS, no século XIX". Porto Alegre: II Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2005. CD-ROM.

O LAZER PELOTENSE NAS DÉCADAS FINAIS DO SÉCULO XIX

Carmem G. Burgert Schiavon[*]
Lílian da Silveira Tavares[**]

Resumo: este texto apresenta alguns resultados de uma pesquisa cujo o foco principal constitui a análise da vida social pelotense nas últimas décadas do século XIX.[1] O presente trabalho teve início em abril de 2005 e ainda encontra-se em andamento. Neste caso, abordaremos dados históricos sobre o lazer dos pelotenses, com base nos jornais do acervo da Biblioteca Pública Pelotense.
Palavras-chave: história de Pelotas; imprensa; lazer; turismo.

A EVOLUÇÃO DO LAZER

Atualmente, muitas pessoas consideram que utilizar parte do seu dia para atividades de descontração ou gratificação, sejam atitudes vinculadas à "perda de tempo", tendo em vista os encaminhamentos da modernidade e a associação "tempo é dinheiro" mas, essa consideração não deve ser feita, pois é necessário um "reaprender" a viver, já que muitos valores estão sendo esquecidos ou deixados para trás, como a compreensão e assimilação de aspectos culturais, o descanso psicológico e físico, enfim, momentos indispensáveis a qualquer cidadão.

Segundo Luiz Rolim, na antigüidade, o homem utilizava o tempo natural ou cíclico, isto é orientava-se por astros, estações e pela natureza.[2] Dessa forma, ele tinha consciência concreta, objetiva, sensível de tudo o que acontecia ao seu redor e, por isso mesmo, voltava-se para o cultivo das tradições do passado e negava a fluidez do tempo, como constatamos a seguir:

> Os egípcios apreciavam a música e a escultura, divertindo-se com caçadas, enquanto os cretenses preferiam danças, jogos e corridas de touros. Os chineses prezavam também os jogos, as lutas corporais, a equitação e a pintura. Por sua vez, os gregos valorizavam o atletismo, a música, a poesia e o teatro. Os romanos preferiam

---

[*] Doutoranda em História Ibero-Americana (PUCRS) e Professora da Universidade Católica de Pelotas (UCPel).
[**] Acadêmica do Curso de Especialização em Marketing da Universidade Católica de Pelotas (UCPel).
[1] O presente artigo é parte resultante do projeto "estudo da história de Pelotas sob o prisma da imprensa pelotense (1850-1950)", pesquisa financiada pelo programa de bolsas de iniciação científica da Universidade Católica de Pelotas (BIC-UCPel).
[2] ROLIM, Luiz Cintra. *Educação e Lazer*. São Paulo: Ática, 1989, p. 27.

> festins e diversões em hipódromos e arenas. Muitas vezes, essas atividades lúdicas eram usadas como recursos de apaziguamento da inquietação social.[3]

Tanto na antigüidade como no período medieval, o trabalho e o jogo integravam-se às festas, atividades pelas quais o homem voltava-se às suas origens e unia-se aos seus ancestrais porém, na Idade Média, predominava a utilização do tempo vetorial, pois o homem distinguia o tempo terreno do eterno, aceitava a fluidez do tempo, admitia a evolução histórica e deixava a orientação do tempo à Igreja:

> Platão e Aristóteles afirmavam que o contraste do lazer não se fazia apenas ao trabalho, pois deveria haver um contraste à "ação". O lazer não poderia ser ou estar ligado a uma ocupação, pois daí não seria lazer. O divertimento e a recreação tinham uma importância para melhorar o estado de espírito para o trabalho, e assim, não eram considerados lazer. Nesses termos, os escravos nunca poderiam ter lazer, pois estavam sempre fazendo algo para alguém, e não tinham liberdade para nada.[4]

Já na Idade Moderna, Luiz Rolim demonstra que o homem fazia uso do tempo mecânico, tendo em vista a criação do relógio-máquina, que regulava o tempo pautando a vida das pessoas pela valorização do trabalho.

Atualmente, na Idade Contemporânea, o homem desfruta do tempo psicológico, pois com o advento e aprimoramento da Revolução Industrial, as pessoas passam a ser escravizadas ao ritmo da máquina, cindindo o tempo em dois, trabalho e não trabalho, a partir destes temos o surgimento do "tempo livre"[5] e neste "surge o lazer, quando o homem utiliza o tempo livre na sua realização pessoal e influi positivamente no meio cultural".[6]

Dessa forma, o lazer diário pode ser direcionado às leituras, ao tempo desfrutado com os amigos, à prática de esportes, ao cinema, ao namoro, etc. Consideramos como o lazer semanal aquele do "fim de semana", as visitas aos museus, a cidades históricas ou até mesmo a realização de uma pescaria; já no lazer mais longo, férias ou aposentadorias, são propícios as viagens a outras regiões, sendo elas nacionais ou internacionais, pois neste tempo livre a pessoa humana pode realizar-se, seja respondendo às necessidades do corpo, seja às do espírito. Atividades físicas, práticas, artísticas, intelectuais, sociais, espirituais respondem às necessidades do indivíduo. Mas realizado depois delas, ele

---

[3] CAMPOS, Luiz Claudio; GONÇALVES, Maria Helena Barreto; VIANA, Maria da Conceição de O., *Lazer e recreação*. Rio de Janeiro: Editora do Senac Nacional, 1998, p. 19.

[4] LARIZZATTI, Marcos F. *Lazer e recreação para o turismo*. Rio de Janeiro: Sprint, 2005, p. 31.

[5] De acordo com Luiz Rolim, é aquele considerado o fim do dia, fim de semana, fim do ano (férias) e fim da vida (aposentadoria).

[6] ROLIM, Op. cit., p. 29.

atuará de forma positiva sobre o meio ambiente. A pessoa humana se torna então construtiva. De onde se deduz a importância da educação, no sentido de uma autoformação pelo lazer.[7]

Percebemos então, que após a Revolução Industrial, houve um aumento do tempo tido como "livre", pela substituição da força de trabalho humana através do uso da tecnologia e, em conseqüência deste acontecimento, tivemos um aumento do tempo "livre" do trabalhador. Neste caso, ao utilizarmos este tempo em nossa satisfação pessoal, estaremos transformando-o em atividades de lazer.

Um pouco da história do lazer pelotense

A cidade de Pelotas, fundada em 7 de julho de 1812 (na época Freguesia de São Francisco de Paula),[8] durante o século XIX, vivenciou um grande apogeu econômico em razão do ciclo do charque (carne salgada). A grande expansão das charqueadas pelotenses fez com que a cidade de Pelotas fosse considerada a verdadeira capital econômica da Província de São Pedro do Rio Grande[9] e desfrutasse de inúmeras atividades culturais. No ano de 1875, no *Jornal do Commercio*, percebemos o quanto as bandas de música estavam presentes no cotidiano dos pelotenses e a importância das mesmas para o lazer desenvolvido nesta época, como podemos verificar a seguir:

> Se o tempo permittir a prestativa sociedade Lyra Pelotense fará hoje a tarde o passeio de costume ao porto da cidade. E' essa uma agradavel distracção que aquella sociedade offerece aos habitantes de Pelotas.[10]

Esses passeios ao porto, onde a sociedade se reunia, eram muito freqüentes e, segundo o relato dos jornais, os mesmos constituíam uma "agradável distração aos pelotenses". No mesmo ano de 1875, o *Jornal do Commercio* noticia, ainda, a existência de uma banda de música oferecida aos visitantes da charqueada do Sr. Assumpção a qual era composta por 13 escravos do mesmo local. A referida banda de música tocava o "miserere", pedaços de norma, valsas, polkas e outras

---

[7] Idem, p. 54.

[8] Em 7 de abril de 1832 a Freguesia de São Francisco de Paula, por iniciativa direta do pe. Pedro Pereira de Mesquista, foi elevada à categoria de vila e, em 1835, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, Presidente da Província, outorgou à vila o título de cidade de Pelotas.

[9] SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977, p. 127.

[10] *Jornal do Commercio*, em 24 de outubro de 1875, p. 2.

peças musicais, que encantavam os visitantes, apesar dos instrumentos rudimentares utilizados, como podemos constatar no trecho relatado abaixo:

> Os instrumentos de que se servem esses escravos, são pedaços de taquara com furos, d' onde tiram sons de flauta, trambone, piston, etc..., estribos velhos, que substituem os ferrinhos; e caronas, que fazem as vezes de zabumba e tambor.[11]

Os jornais da época noticiam, também, inúmeros espetáculos no Circo Universal, situado à Praça Pedro II, como os do artista Sr. Albano Pereira, que trabalhava com a "companhia equestre e gymnastica", assim como o malabarismo de cachorros ensinados pelo Me-Haffie, dentre outras atividades que localizamos ainda no ano de 1875. A praça Pedro II, a qual nos referimos, foi chamada praça da Regeneração, depois Pedro II, novamente de Regeneração, em seguida da República e, finalmente, praça Coronel Pedro Osório.[12]

Observamos, ainda, no desenvolver da pesquisa a quantidade de concertos que aconteciam na Biblioteca Pública Pelotense, como foi noticiado no jornal *A Patria* de 1888:

> Realiza-se amanha, às 8 horas da noite, no salão da Bibliotheca Publica o concerto do eximio pianista sr. Alberto Friedenthal, que goza de altos creditos musicaes.[13]

Um ponto de recreio que era muito concorrido na cidade de Pelotas era o Parque Pelotense, o qual nos é apresentado pelos jornais pelotenses como um local repleto de belezas naturais e diversas atrações, como excelentes bandas de música, quiosques com refrigerantes, doces finíssimos, frutas magníficas e preços extremamente moderados. Esses quiosques eram arrendados e os seus visitantes chegavam ao local sendo transportados por bondes. Este Parque era localizado na atual Avenida 20 de Setembro, no Bairro Souza Soares, próximo ao cemitério.

No carnaval pelotense era muito comum a comemoração com base nos bailes à fantasia, ou até mesmo de máscaras destacamos que, segundo o jornal *A Patria*, o teatro Sete de Abril também era considerado um espaço carnavalesco, como verificamos a seguir:

---

[11] *Jornal do Commercio*, em 28 de outubro de 1875, p. 2.
[12] MAGALHÃES, 1994, p. 78.
[13] *Jornal A Patria*, em 9 de julho de 1888, p. 2.

> Será ligado por todo o espaço da platéa ao scenario, por um assoalho caprichosamente executado e decoradas as paredes e camarotes com ornamentos analagos. No fundo será estabelecida uma cópa com tudo o que houver de melhor em fiambres e liquidos. Suppomos que o empresario ou empresarios desta diversão serão perfeitamente succedidos, pois, assim vale a pena ver-se bailes á phantasia.[14]

Consideramos que o Clube Caixeiral teve grande participação nas diversões na cidade de Pelotas, pois além de oferecer "soirré dansante" a sociedade, ou seja, os famosos bailes, dispunha de uma sala especial de tiro ao alvo. Esta foi inaugurada no dia 22 de outubro de 1889 e, freqüentemente, oferecia à sociedade local inúmeras diversões oficiais no local.

Segundo o jorȟal *A Patria* "teve hontem começo no salão da Sociedade *Terpsychore*, a kermesse organizada pelo Club Caixeiral em beneficio da sua bibliotheca",[15] as quermesses eram consideradas uma prática muito comum naquela época e elas ocorriam, normalmente, em benefício a alguém ou à alguma instituição. O mesmo jornal noticia, ainda, a realização de outras atividades de lazer, como podemos verificar:

> No laranjal effectuou-se hontem um pic-nic organisado por varias exmas. jovens e por alguns cavalheiros de nossa melhor sociedade. A festa campestre correu na maior intimidade e deixou bôas impressões.[16]

Neste período um passatempo muito comum, eram as chamadas retretas,[17] as quais aconteciam nas praças, principalmente, na atual Coronel Pedro Osório, esses momentos eram de pura descontração da sociedade, que se reunia nesses locais ao som de bandas musicais e, em algumas ocasiões, eram presenteados com apresentações de alto requinte como as orquestras alemãs. De acordo com os artigos jornalísticos, nesta mesma praça foi inaugurado um elegante quiosque chamado *Recreio Pelotense*, que se encontrava situado num dos melhores pontos da praça, era grande o número de visitantes nesta situação. Durante a tarde, a banda musical *União* tocou diversas peças de seu variado repertório, pela noite a iluminação a lanternas venezianas pelo quadro ajardinado, onde localizava-se o *Recreio,* fazia uma perspectiva de um efeito encantador. Depois de sua inauguração, muitos momentos de entretenimento ocorreram naquele espaço, como verificamos a seguir:

---

[14] Jornal *A Patria*, em 3 de fevereiro de 1888, p. 2.
[15] Idem.
[16] Jornal *A Patria*, em 6 de abril de 1891, p. 2.
[17] Concerto popular de uma banda em praça pública.

> No jardim Recreio á praça Regeneração houve hontem retreta pela banda musical do 29º batalhão da infantaria. Por esse motivo e mesmo por estar a noite magnifica, foi aquelle aprasivel local muito concorrido.[18]

Outros momentos de muita animação eram as corridas de cavalo efetuadas no Prado Pelotense, as quais mesmo em dia útil eram capazes de reunir mais de seiscentas pessoas, neste caso, o público fazia suas apostas e, em certas situações, ainda poderia desfrutar de bandas de música, como a Santa Cecília, que freqüentemente se apresentava nessas diversões. Já no circo da praça Constituição realizavam-se as touradas, nas quais em certa situação estrearam toureiros espanhóis que agradaram os visitantes; nesses locais as bandas de músicas também se faziam presentes como é apresentado pelo jornal *A Patria*.

É preciso lembrar, por fim, dos trens de excursões, que nesta época representavam uma prática muito comum durante os finais de semana, como podemos constatar pelo anúncio relatado a seguir:

> Correu hontem, conforme estava annunciado, um trem de passeio entre esta cidade e Piratiny. O numero de excursionistas foi de 85, sendo 29 para o Capão do Leão, 11 para o Passo das Pedras e 45 para Piratiny.[19]

Neste breve trabalho procuramos analisar de forma descritiva a vida social dos pelotenses, com destaque para as suas atividades de lazer e entretenimento realizadas durante as últimas décadas do século XIX. No seu conjunto, estes fatos fazem parte da história pelotense, muito embora reconheçamos a raridade de obras que aprofundem determinados aspectos de sua história, pois a grande maioria dos livros fazem referência somente ao ciclo do charque, esquecendo-se, muitas vezes dos demais fatos interessantes os quais a cidade foi palco e vivenciou.

Referências bibliográficas

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *O que é lazer?* São Paulo: Brasiliense, 1999.

CAMPOS, Luiz Claudio de A. M.; GONÇALVES, Maria Helena Barreto; VIANA, Maria da Conceição de O.. *Lazer e recreação*. Rio de Janeiro: Editora do Senac Nacional, 1998.

[18] Jornal *A Patria*, em 28 de novembro de 1890, p.1.
[19] Jornal *A Patria*, em 26 de janeiro de 1891, p.2.

Jornal *A Patria*, ano de 1888 a 1891.

Jornal do Commercio, ano de 1875.

Jornal *O Cabrion*, ano de 1880.

LARIZZATTI, Marcos F. *Lazer e recreação para o turismo*. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

LEITE, Celso Barroso. *O século do lazer*. São Paulo: Editora da LTR, 1995.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Os passeios da cidade antiga*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

MELO, Victor Andrade; Alves Junior, Edmundo de Drummond. *Introdução ao lazer*. Barueri, São Paulo: Manole, 2003.

ROLIM, Liz Cintra. *Educação e Lazer*. São Paulo: Ática, 1989.

SACCONI, Luiz Antônio. *Minidicionário Sacconi de língua portuguesa*. São Paulo: Atual, 1996.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977.

Coqueiros x Barraqueiros: as rivalidades no Partido Republicano da Intendência de Quaraí (1900-1916)

Márcia Solange Volkmer[1]

Resumo: Em Quaraí, o conflito entre coqueiros e barraqueiros data dos primeiros anos do 1900. Este conflito, revelado na correspondência do Arquivo Borges de Medeiros[2], ganha maior visibilidade quando do estudo dos processos criminais, pesquisados no Arquivo Público do Estado do RS. A partir do estudo destas fontes, junto às notícias de imprensa e a documentação policial[3], este trabalho pretende evidenciar as disputas políticas entre duas facções do Partido Republicano na Intendência de Quaraí, nomeando os integrantes de ambas as partes, problematizando as suas práticas e considerando os interesses econômicos em jogo.
Palavras-chave: processos criminais; coronelismo; rivalidade política.

> "De conformidade com as disposições de Lei em vigor, que proíbe o uso de arma ofensiva, faço público que d'ora em diante serão desarmadas as pessoas que forem encontradas com armas, sem licença da autoridade competente. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei passar o presente, que será afixado publicado pela imprensa.
> Quaraí, 10 de dezembro de 1914.
> Pedro Alves Porto-Delegado de Polícia"[4].

Ao entardecer do dia 17 de dezembro de 1914, mais um fato criminoso acontecia no Quaraí. Nas ruas largas e pouco movimentadas do centro da cidade, um guarda, à cavalo, com adaga em punho, perseguia um carro, ambos em equivalente alta velocidade. Do embate, sairia morto o inspetor Paulino Montaño e preso em flagrante Paulo Labarthe.

No dia 19, o mesmo jornal que publicara o Edital acima, um dia antes do acontecido, noticiaria o caso como o triste fim de um inspetor da polícia, que agia com o intuito único de manter a ordem e fazer cumprir as leis da cidade, desarmando a quem andava armado. À primeira vista, a leitura desta fonte poderia sugerir vários aspectos interessantes acerca da intensa criminali-

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq-Brasil. Email: marciavolkmer@gmail.com
[2] Acervo Borges de Medeiros – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
[3] Fundo Polícia – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
[4] Jornal "O Cidadão". Quaraí, 16 de dezembro de 1914.

dade numa cidade fronteiriça nas primeiras décadas do século XX, visto serem vastos os informes policiais. Nesse sentido, corriqueira também poderia ser a notícia publicada na mesma edição de "O Cidadão", anunciando, na capa, a *"Prisão de um bandido"*, Antonio Vidal.

O estudo da correspondência oficial, trocada entre os representantes do poder municipal e o Presidente do Estado e, principalmente, dos processos criminais instaurados na cidade, passaram a dar novo sentido aos fatos acima anunciados. Este trabalho, iniciado com o objetivo de conhecer as aspirações políticas e econômicas da elite local, acabou por revelar aspectos da vida política da cidade desconhecidos até então. Em 1914, estava-se no auge de uma pendenga política, arrastada há anos.

O que se apresenta, portanto, é a constituição de dois grupos, ambos vinculados ao Partido Republicano Rio Grandense, e à figura de Borges de Medeiros, em disputa pelo poder político em Quaraí. Nessa disputa, a luta pela ocupação de cargos estratégicos, ou a deposição dos rivais dos mesmos. Cargos que perpassam o fisco e a imprensa da cidade, e deposições que poderiam significar a morte, afastamento ou prisão dos inimigos. Nesse sentido, a partir dos processos criminais, conheceu-se uma realidade parcialmente encoberta pelas outras fontes. Conheceu-se um cenário de desavenças políticas, bem como seus atores e práticas, a partir de uma fonte que, a priori, pouco teria a indicar sobre as mesmas.

A cisão no Partido Republicano de Quaraí tornou-se perceptível já através do estudo da primeira fonte vista, ou seja, a correspondência enviada a Borges de Medeiros. Nesta, no entanto, foram poucos os nomes revelados. Por tratar-se de um período em que imperaram as relações coronelistas, e objetivando conhecer as mesmas, tornava-se importante caracterizar cada grupo[5]. Para tanto, a partir do nome de alguns indivíduos, e de seu confronto com outros, tentou-se reconstituir o mundo relacional dos mesmos. Os jornais locais poderiam dar maior visibilidade a este conflito político, se não fosse a sua quase inexistência. E daí a dupla riqueza e surpresa dos processos criminais.

Esta fonte, além de permitir um melhor reconhecimento dos indivíduos formadores de cada grupo político na cidade, ainda trazia anexos inúmeros exemplares de jornais. A partir daí, tentou-se evidenciar as ações, intenções e vínculos que constituíam a cada grupo.

---

[5] Dado que adquire importância maior para a pesquisa que ultrapassa este texto, quando se pretende conhecer as ações de um grupo de empresários -saladeristas- uruguaios na cidade: suas relações a nível local e estadual.

Sabe-se que as narrativas que constituem os processos, bem como das demais fontes usadas no cotejamento das informações, não revelam qualquer acontecimento tal como tenha se dado. Fato que merece maior atenção quando estes eventos passam a constituir um crime[6]. Sem dúvida, houve seleção, adaptação e um rearranjo de dados, com a intenção clara de justificar, acusar ou defender-se em dada situação. "Filtragem" essa que pôde ter sido ainda maior nos processos estudados, por tratar-se de um confronto aberto entre dois grupos, e ainda por estarem os próprios profissionais da justiça na condição de réus e testemunhas.

Assim, tanto nas cartas como nos processos, a subjetividade deve ser percebida como "dimensão integrante da linguagem usada". Cada narrativa é "construção de uma verdade", que pode ser contraposta à outra, principalmente por se querer caracterizar dois grupos em oposição. Nesse caso, o mais importante não são mais os fatos narrados, mas "a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa".[7] Atenta-se para as relações entre os envolvidos, e a posição assumida ao longo das narrativas. Evidencia-se a rivalidade, independentemente dos pormenores relatados por ambas as partes.

O GRUPO NO PODER

No ano de 1912, o Coronel Miguel da Cunha Corrêa reassumiria a Intendência de Quaraí, após doze anos de seu último mandato e passados oito anos nos quais ocuparam os cargos de intendente e vice-intendente o Coronel Olavo Alves Saldanha e os irmãos Santos: Ico, João e José.

O primeiro relato explícito da rivalidade política entre os últimos e Miguel da Cunha Corrêa é encontrado em uma carta enviada ao Presidente do Estado pelo então Intendente Francisco Flores da Cunha, primo-irmão de Miguel, em 1904, quando anuncia ter sido *"informado que o grupo divergente já lançou a candidatura de Ico dos Santos e que continua trabalhando, como já vinha fazendo de muito tempo"*[8].

---

[6] MONSMA, Karl. Histórias de Violência: Inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DEMARTINI, Zeila; TRUZZI, Oswaldo. *Estudos Migratórios – perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

[7] GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

[8] Carta enviada por Francisco Flores da Cunha ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros, em 02 de agosto de 1904. IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do RS - Acervo Borges de Medeiros, DOC. 6871.

A conquista do poder pelo "grupo Olavo e Santos" – reconhecidos como *barraqueiros* numa referência à prática comercial de *Santos & Irmãos*[9] – em 1904, teve clara relação com os interesses do Coronel João Francisco Pereira de Souza, de enorme prestígio e "serventia" perante Borges, que rompe relações com os Flores da Cunha[10]. Mas sobre a nova sucessão, acontecida em 1912, nada foi encontrado na documentação enviada e recebida pelo poder municipal.[11]

Os Jornais "A Fronteira" e "O Cidadão", o primeiro de propriedade dos Flores da Cunha, e o segundo que vem substituir aquele em 1908, mantém durante todo o período o apoio ao Coronel Miguel da Cunha Corrêa. No entanto, através dos poucos exemplares vistos, até 1913, nestes jornais não há acusações diretas que sugiram um conflito no campo político. Conflito este que explode e ganharia visibilidade na imprensa oposicionista, em 1914.

Banditismo oficial

> "Quem já viveu vida de cidade pequena, dominada por intolerantes camarilhas politiqueiras, em que o chefe local é arvorado em intangível divindade política, sabe a fermentação de ódios que monopoliza a alma dos adoradores daquele fetiche. Como certos deuses antigos, aquelas divindades exigem holocausto de sangue, mas humano".[12]

As páginas de "O Pampa" ressaltam com especial nitidez o combate àqueles que, no poder, exerceriam um "banditismo" jamais visto na cidade. As críticas são direcionadas a todas as autoridades municipais (especialmente ao Intendente e Delegado) e a todos os setores, ressaltando a precariedade da iluminação pública, a má conservação do cemitério, os altos impostos, nomeando e ironizando as ações dos supostos responsáveis pelo bom andamento dos serviços. A preocupação com a segurança pública, e pessoal, alertando sobre planejados atentados aos oposicionistas do Intendente, é recorrente nas páginas do jornal.

---

[9] Santos & Irmãos foram importantes comerciantes em Quaraí, com grande casa importadora ou, Barraca de frutos do país. Os Coqueiros, republicanos tradicionais, liderados por Miguel Corrêa, serão os responsáveis pela primeira arborização do centro da cidade, em 1900. O então Intendente Miguel manda plantar alamedas de palmeiras – ou coqueiros – na praça. A partir daí, a planta aparecerá em frente às casas dos mesmos, nomeará propriedades e servirá como um símbolo identificador.

[10] Houve disputa pelo controle do comércio de gados na região. Em Quaraí, havia grande produção de charque e derivados desde 1894, e os vínculos pessoais garantiram o sucesso do negócio. Enquanto João Francisco e o irmão traziam o gado uruguaio para o Estado, Olavo Alves Saldanha, por exemplo, era comprador geral da Charqueada Novo Quaraihy.

[11] No Acervo Borges de Medeiros, do IHGRS, não há nenhuma correspondência referente aos anos de 1910, 1911 ou 1912, remetida da cidade de Quaraí.

[12] Luiz Pacheco Prates, redator de "O Pampa", advogado de defesa de Labarthe, em 11 de janeiro de 1915. APERS – Arquivo Público do Estado do RS – Cível e Crime - Processo n. 1599/ Maço 54.

O confronto aberto fora iniciado já nas páginas de "O Brazil", antecessor de "O Pampa". O que se destaca é que o "mau querer" em relação ao Coronel Miguel da Cunha Corrêa era recíproco:

> "[...] Tenho o prazer de comunicar-vos o falecimento do "Brazil", órgão turvo e mal intencionado que aqui se estava publicando sob direção do celebrizado Arruda.
> Em compensação surgiu o "Pampa", jornal imparcial redatado por Luiz Prates, declarado inimigo do nosso governo e por Paulo Labarthe, foliculário federalista.
> É excusado dizer que essa gente traz a mesma insígnia do "Brazil", isto é, fazer mashorca. Posso, entretanto, assegurar-vos que saberei manter a ordem política e administrativa, apesar de todas as investidas dos dyscalos.[...]"[11].

Além das constantes reclamações dirigidas a Borges de Medeiros, as respostas do Intendente viriam através de publicações em "O Cidadão", e também através de ações criminais. Foi através da análise destes processos, que se conseguiu nomear os participantes de cada grupo, perceber seu núcleo familiar, vínculos, apoios e formas de defesa.

Não se pretende, aqui, atribuir culpas e/ou vitimar uma das partes. O que se pretende é perceber a interelação entre as mesmas, e nela conhecer a divisão dos grupos. No entanto, considerando a insistência com que o Intendente suplica a nomeação ou remoção de certos indivíduos aos cargos públicos "controlados" por Borges, e o grande número de aceites. Sendo bastante conhecidas, por vasta bibliografia, as relações "clientelistas" entre Borges e os coronéis, bem como os meios usufruídos para a obtenção dos favorecimentos. Sendo bastante enfáticas as reclamações e expressões de incômodo que causavam a Miguel as ações ou intenções dos membros da anunciada "dissidência"; e tendo ele o claro e forte apoio do Delegado de Polícia, Pedro Alves Porto, e do Promotor Público, Octavio Nicoll. E ainda considerando a natureza de muitos crimes acontecidos na cidade neste período (por motivos de vingança ou simples desavenças), as "perseguições" tão anunciadas pelos redatores de "O Pampa" e presentes em todos os processos, apesar das negações de Miguel, tornam-se passíveis de terem alcançado a alçada do Judiciário, principalmente por se tratar, em dois casos, dos funcionários do mesmo, e por envolver o Juiz da Comarca.

---

[11] Carta enviada pelo Intendente Miguel da C. Corrêa a Borges de Medeiros, em 09 de outubro de 1914. IHGRS. Acervo Borges de Medeiros. DOC. 6931.

A leitura dos processos, não por coincidência, apresenta todos os réus pertencendo ao mesmo grupo político. Do outro lado, a acusação, tendo como líder, ou principal testemunha, o Intendente. O objetivo desta, afastar a quem incomoda. E para tanto, far-se-ia uso dos meios disponíveis a quem está no poder.

A partir de 1912, serão bastante numerosos os processos movidos com clara intenção política. A limitação destas páginas, obriga a eleição de alguns, bem como as considerações relacionadas ao objetivo estabelecido, não se restringindo a isso, no entanto, o conteúdo e possibilidade de análise dos mesmos. Também não se apresenta a constituição completa de cada grupo político, mas o núcleo mais atuante no período.

Nas Malhas da Justiça – a penosa formação de culpa

A denúncia contra o Escrivão de Órfãos, Ausentes e Interditos do Município, Alberto Simões Pires[14]

> "[...] Deve ter sido lançado hoje na caixa do Correio aqui, o processo instaurado pela Promotoria Pública contra o escrivão de órfãos Alberto Simões Pires. Relembro a Vª. Exª. tudo quanto, por duas vezes, lhe cientifiquei relativamente a esse funcionário, homem tão prejudicial à boa marcha da justiça, como irritante, na política local. Desde o início do meu trabalho de agremiação tive sempre esse homem como elemento adverso e alheio à realização dos melhores intentos. Quando o promotor público me comunicou, após um desacato que daquele escrivão recebera, que estava armazenando provas para processá-lo, recordei da autorização que de V. Exª. recebi em tal sentido e concordei em que fosse movido o processo. Não posso [*ilegível*] da suficiência das provas colhidas pelo promotor, sei apenas de algumas que são boas e valiosas.
> Creio que Vª. Exª. bem ponderará o quanto pode ser, de futuro, perniciosa a presença aqui desse escrivão, perturbando a engrenagem [*ilegível*] e o bom andamento da minha gestão política. O processo que ora segue dirá a Vª. Exª. nesse sentido, o que já tive ocasião de dizer-vos [...]"[15].

Na formação de culpa do réu, os crimes atribuídos ao Escrivão de Órfãos, em sua quase totalidade, estão associados à pessoa de Olavo Alves Saldanha, para com quem o escrivão demonstraria parcialidade não permitida a um

---

[14] APERS. Quaraí – Cível/Crime. Processo n. 1583/ maço 53.

[15] Carta de Miguel da Cunha Corrêa, Intendente de Quaraí, ao Presidente do Estado Dr. Borges de Medeiros, em 05 de setembro de 1913. IHGRS. Acervo Borges de Medeiros, DOC. 6903.

funcionário da Justiça. Para provar que o mencionado Escrivão procedia mal no exercício das suas funções, o Promotor Octavio Nicoll d'Almeida afirmaria que Alberto Simões Pires há tempo protegia ao "*seu amigo e protetor, réu em processo crime, Olavo A. Saldanha, como por combinação, contemplação e afeição ao seu outro grande amigo advogado Bento José de Lima, procurador do mesmo Olavo, como se verá no decorrer deste processo, em prejuízo e ódio injusto as outras partes*"[16].

As "outras partes" a que se refere o Promotor seriam os irmãos Pedro, Irineu e Pio Pereira da Silva. Todos irmãos de Ana e Serafim Pereira da Silva, ambos sob tutela de Olavo Saldanha, cunhado dos mesmos (todos os irmãos da esposa de Olavo ficaram sob sua tutela quando da morte do sogro, em 1898). Em 1913, Pedro, Irineu e Pio pretendem destituir Olavo da tutela do único irmão ainda menor e da irmã, em processo de interdição, acusando-o de administrar indevidamente os bens dos mesmos. Miguel da Cunha Corrêa, quando dos processos, é sogro de Irineu Pereira da Silva.

Sendo assim, para favorecer Olavo, o escrivão teria feito falsa citação para uma audiência em janeiro de 1913, no processo de interdição de Anna Cândida Pereira da Silva[17], e nos autos de remoção de tutela de Serafim Pereira da Silva[18] teria falsificado uma certidão de citação da Promotoria para uma inquirição de testemunhas.

O anunciado "desacato" ao Promotor, estando este na companhia do Juiz da Comarca, La Hyre Guerra, na ocasião, foi impulso para uma ação já desejada há anos:

> [...] Aproveito a oportunidade para confirmar a minha última carta sobre o escrivão de órfãos Alberto Simões Pires.
> Esse funcionário, cuja indisciplina política vai ao extremo de alterar a chapa republicana na eleição de 20, [*ilegível*] os candidatos do partido, continua a observar a mesma conduta irritante e imprópria.
> Vai já para três anos que suporto desse escrivão, uma oposição sistemática que em vão tenho tentado quebrar; apoiado por alguns elementos infensos à ordem do partido, elementos pequenos felizmente, - compra em levar aos extremos a sua teimosia. [...].[19]

---

[16] APERS. Processo n. 1583, p.05.
[17] APERS. Quaraí – Cível/Crime. Processo n. 1548 / maço 50 – Ao longo do processo, todos os envolvidos são vistos e acusados de terem interesse restrito aos bens de Ana.
[18] APERS. Quaraí – Cível/Crime. Processo n.1561/ maço 52 – Em abril, Olavo é mantido tutor do menor.
[19] Carta de Miguel da Cunha Corrêa a Borges de Medeiros, em 10 setembro de 1913. IHGRS. DOC. 6904.

Há a intenção clara de afastar um oposicionista do Intendente. Ação estendida a outros membros quando da utilização dos processos movidos contra Olavo Saldanha como prova dos crimes – e testemunho contra o grupo que o apoiava. Tal acusação, no entanto, não seria fácil.

Numa primeira instância, o Juiz da Comarca não aceita a denúncia, "*porque não existindo conexidade entre o crime de desacato e os demais que se atribuem ao réu, é ilegal a junção dos respectivos processos, de forma distinta e competência diversa. Tomando conhecimento do pedido de prisão [...] indefiro-o, visto ser contrário a lei*"[20]. Apela-se ao Superior Tribunal do Estado, em 23 de agosto de 1913.

La Hyre Guerra, além de solicitar sua substituição pelo Juiz da Comarca de Uruguaiana para a resolução do caso, recusa-se a prestar depoimentos[21], depois de não aceitar a denúncia de ter sido desacatado pelo escrivão. A esta altura, para a Promotoria, Alberto Simões Pires, o escrivão réu, estava "*amparado e protegido, criminosamente, pelos Juizes de Comarca e Distrital desta Sede*".[22] A condenação de La Hyre pela sua parcialidade seria imediata: "*ocasião de apreciar a que ponto chegou o interesse desta testemunha, pela defesa do réu, como poderá apreciar melhor, e até responsabilizá-la, pois assim requeiro ao Augusto Tribunal*".[23] A remoção do Juiz Distrital mereceria atenção especial.

O processo de remoção do Juiz Distrital

Estavam contados os dias de Octavio Nicoll na Promotoria Pública da cidade, mas ainda houve tempo de presenciar o início da tentativa de remoção de outro desafeto do Intendente, o Juiz Distrital da Sede, Benjamim Guilherme dos Reis Júnior[24]. Miguel Corrêa pediria, quase suplicaria a saída do Juiz Distrital[25], considerado "*alma e pivô do movimento*"[26] dissidente, indivíduo que teve a audácia de opor-se aos "desígnios do Dr. Borges de Medeiros"[27].

Seguindo os "meios legais para a resolução de seus problemas", e não tendo êxito a interferência de Borges para a remoção de Benjamin, o Intendente

---

[20] APERS. Processo n. 1583/ maço 53. p. 39.
[21] A recusa do testemunho não seria aceita pelo Juiz de Uruguaiana. Processo n. 1539/ maço 50 – em novembro de 1913.
[22] APERS. Processo n. 1583. p. 586.
[23] Idem. p. 587.
[24] APERS. Quaraí – Cível/Crime. Processo n. 1562/ maço 52.
[25] São inúmeras as cartas com esse fim, e a indicação de conversas pessoais com o Presidente com tal intuito.
[26] Carta de Miguel da C. Corrêa a Borges de Medeiros. IHGRS, DOC. 6928, em 28 de julho de 1914.
[27] APERS. Processo n. 1562/ maço 52, p.05 e 06, onde Borges descreve os inúmeros telegramas que recebeu do Juiz, recusando sua transferência para o juizado distrital de Jaguarão.

convocaria o Conselho Municipal de Quaraí[28] a reunir-se em sessão extraordinária, em 27 de julho de 1914, a fim de constituir representação, pedindo a retirado do Juiz daquela Comarca.

> "Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Superior Tribunal
> O Procurador Geral do Estado, no exercício de função que lhe assegura o artigo 73 letra B combinado com o artigo 44 2ª letra A da lei n. 10 de 1895, representa ao Egrégio Superior Tribunal sobre a conveniência de se propor ao Governo a remoção do bacharel Benjamin Guilherme dos Reis Junior do cargo de Juiz distrital da sede do município de Quarai.
> Esse juiz, logo depois de chegar aquela localidade, onde não tinha relações e a cuja vida era de todo estranho, aliou-se inconsideradamente a um grupo que hostiliza a administração municipal e ao invés de aplicar a sua atividade no cumprimento dos deveres que lhe incumbem na defesa dos interesses da justiça, preocupa-se obcecadamente com as questiúnculas e os enredos da politicagem, dedica-lhes a sua atenção, alheando de si a confiança e a força moral que devia impor aos seus jurisdicionados, porque se constitui um elemento perturbador e reacionário, quando muito outra devia ser a sua atitude e intercessão nas coisas da vida local.
> Afastando-se da ponderação e da serenidade sem as quais não há juiz digno desse nome, o juiz referido não se acha em condições de continuar a exercer ali as funções que lhe confiou o governo. Isto mesmo lhe fez sentir o Sr. Presidente do Estado, a cujos salutares conselhos e ao oferecimento de lugar melhor resistiu obstinadamente; o que bem denota o estado de seu espírito, como se vê do oficio junto.[...]"[29].

No decorrer do processo, tenta-se evidenciar "equívocos" cometidos pelo Juiz na nomeação de peritos, mas o forte da acusação recai sobre suas vinculações políticas, que estariam comprovadas pela participação na redação do Jornal que atacaria abertamente ao Intendente e também ao delegado.

Com o surgimento de "O Pampa", redatado por Luiz Prates, sobrinho de José Macedo dos Santos, seria a este grupo que se dirigiriam as principais investidas. O repúdio se daria desde a sua origem, como visto na carta do dia 09 de outubro de 1914, mas o "embate físico" com a oposição "estalaria" em dezembro daquele ano.

---

[28] Os Conselheiros, que unanimemente resolveram aceitar o pedido do Intendente: -Dario Carvalho -João Baptista Tubino -José Diehl -Victor Manoel Alves Porto -Pio Rodrigues d' Almeida -Miguel Coronel da Rosa -Adelio de Souza. Faltaram: "por causas particulares o presidente Dr. Jose Conrado Wagner e por se achar ausente fora do Município o conselheiro Luiz dos Santos Romeiro". Idem, p.08.

[29] APERS. Processo n. 1562, p. 02 e 03.

O combate ao "O Pampa" – casos Vidal e Labarthe

Retornamos agora aos fatos que iniciaram este texto. A publicação de um edital que proibia o uso de armas por indivíduos não autorizados, a morte de um inspetor de polícia, a prisão de Paulo Labarthe e Antonio Vidal ganham novo sentido.

> "[...] A luta, que era inevitável entre os elementos da oposição, representados agora pelos redatores do "Pampa" Luiz Prates e Paulo Labarthe, estalou e está no seu auge.
> Tenho visto que essa gente, apadrinhada por José Macedo dos Santos, tem procurado fazer explorações junto ao Dr. Chefe de Polícia, telegrafando descabeladas inverdades.[...]"[30].

Os telegramas a que se refere o Intendente foram enviados ao Chefe de Polícia, em Porto Alegre, no início do mês de dezembro. José Macedo dos Santos pediria garantias de vida a Antonio Vidal, "dizendo ser este seu empregado e estar ameaçado pelo inspetor Luiz Rubim".[31] No inquérito levantado pelo Delegado Pedro Alves Porto, Zeca dos Santos afirma sua atitude pelo fato de aquele inspetor e mais dois praças rondarem freqüentemente a casa onde moram Vidal e seu sobrinho, o Dr. Luiz Prates, "e que este atacando o policiamento de Luiz Rubim pelo referido jornal (O Pampa), por isso fazia tal pedido ao Chefe de Polícia". Luiz Prates acusaria o delegado de não tomar as providências por ele requeridas por duas vezes em favor de Antonio Vidal, inclusive solicitando licença para este andar armado. Ao dirigirem-se diretamente ao Chefe de Polícia, um relatório sobre o caso seria providenciado.

Excluindo os depoimentos de Luiz Prates, Zeca dos Santos, Paulo Labarthe e do próprio Vidal, todos os demais ouvidos no inquérito foram unânimes em afirmar os "maus precedentes" de Vidal. As críticas e o próprio vocabulário das acusações foi o mesmo usado por todos:

> "[...]Perguntado se conhece e sabe qual é a conduta de Antonio Vidal, vulgo Biriba, e de quem é ele empregado? Respondeu que desde que conhece Antonio Vidal, tem sido como contrabandista, indivíduo de maus precedentes, apontado por quase toda população como autor do assassinato do auxiliar da repressão, Ozório Guterres, nesta cidade; que atualmente Vidal é capanga do Dr. Luiz Prates e de Paulo Labarthe.

---

[30] Carta de Miguel da Cunha Corrêa a Borges de Medeiros, em 07 de dezembro de 1914. IHGRS. Acervo Borges de Medeiros. DOC. 6937.
[31] AHRS - Arquivo Histórico do RS - Fundo Polícia, Maço 23.

> [...] Que tal premeditação de assassinato, não passa de uma calúnia levantada por Paulo Labarthe e Luiz Prates, que já tem caluniado as mais altas autoridades do Estado. [...]"[32].

A esta altura, mais uma formação de culpa estava em andamento. Um novo processo judicial estava sendo "arquitetado" para manter Vidal preso de uma vez por todas – sendo que o seu nome aparece inúmeras vezes nos mapas estatísticos enviados mês a mês pelo Delegado ao Chefe de Polícia; o primeiro visto, data do mês de março de 1914, a acusação: desordem e desacato. Desta vez, as acusações recairiam sobre um crime acontecido há mais de cinco anos (o degolamento do auxiliar Guterres), ao qual oportunamente se vinculou o nome de Antonio Vidal.

No dia 17, em decorrência do processo,[33] Vidal estaria preso, aguardando julgamento. Em janeiro de 1915, as testemunhas seriam novamente ouvidas, dentre elas, Miguel da Cunha Corrêa. Por volta das 17 horas deste mesmo dia 17, em rua central da cidade, ouviriam-se seis tiros. Para quem presenciou o fato, algo talvez jamais visto: um guarda, a cavalo, perseguia um carro, desfechando para seu interior golpes de adaga – uma vez que havia perdido seu revólver no caminho – gritando ordens para que o carro parasse. Do interior deste, alguns tiros que atingiriam ao animal. Ferido este, a perseguição continua fora do carro. Mas seriam apenas alguns passos. Contra o guarda, o restante das balas da arma de Labarthe. Estava-se em frente a casa de Bento Jose de Lima, para onde o agora réu pretendia correr. Já não estava fácil manter a "ordem pública" no Quaraí.

Os fatos decorridos eram de tal urgência e preocupação, que se tornava premente o afastamento de certos indivíduos da cidade – como no caso de duas professoras, e de seus maridos, sócios dos irmãos Santos, anunciados "capangas" de Labarthe e Vidal. O caso do Juiz Distrital, ainda na cidade, era também uma enorme pedra no sapato do Intendente, sendo que a este cabiam os primeiros julgamentos. Luiz Prates, à frente da redação de "O Pampa", advogado de defesa de Vidal e Labarthe, tinha agora motivos mais reais para atacar Miguel da Cunha Corrêa e Pedro Alves Porto. Talvez todos os motivos que sempre quis para entupir as páginas do jornal de críticas e acusações. Ele mesmo veria como uma grande vitória o afastamento do delegado.

---

[32] Idem.
[33] APERS. Processo n. 1584/ maço 53.

Nas páginas de "O Cidadão", o conflito político também passaria a ser evidência a partir de então. No caso Labarthe, a autoria moral do crime é atribuída a José Macedo dos Santos:

> "ASSASSINATO
> [...] Ninguém poderia supor, era quase inaceitável mesmo, que a campanha de difamações mandada levantar pelo senhor José Macedo dos Santos, obcecasse, alucinasse um dos mandatários até o ponto de cometer um crime, inútil, vãamente, estragando a própria mocidade e prostrando para sempre um pai de família.
> Não é disso responsável moral o inditoso que sem conhecimentos do nosso meio, ignorando o nosso passado, foi transformado em peso morto, em clava de arremesso que se projeta sobre ao sabor de quem a joga, e que foi jogada contra tudo quanto o Sr. Zeca dos Santos honra pelo seu ódio. [...]
> O senhor José Macedo dos Santos, inspirador, fundador do "Pampa" e pagador das suas despesas recebe, pois a primeira usura dos dinheiros que o seu rancor vai empregando. [...]"[34].

Imediatamente, seria impetrado o pedido de hábeas corpus a Labarthe, que é solto no dia 24. O pedido foi aceito julgando-se que as ações que levaram a morte do inspetor, foram em legítima defesa do réu. A Promotoria apelaria para uma segunda instância, o que daria novo fôlego para as acusações de perseguição aos componentes de "o Pampa".

> "Só o ardente desejo, que não será satisfeito, de ver um inimigo pessoal voltar para o cárcere, podia levar o promotor público do Quaraí, a recorrer para esse Egrégio Tribunal da longa e bem fundamentada decisão de 'habeas corpus" do dr. Juiz de Comarca de Uruguaiana, em favor do dr. Paulo Labarthe. As suas razões tem a fragilidade das bolhas de sabão, assopradas pela segunda infância. [...].
> Ninguém vai arrancar as armas de defesa de um jornalista, de um advogado, que, no exercício de sua profissão, naturalmente contrai inimizades, *[ilegível]* numa cidade fronteiriça, mal policiada e em que são tão comuns os atentados. Basta frisar que, se o dr. Paulo Labarthe não tivesse tido a precaução de ir previamente a Delegacia de polícia e de declarar que ia andar armado porque estava ameaçado de morte pelo mandonismo local, e, se não tivesse com a sua arma de defesa na ocasião em que foi agredido, seria estupidamente assassinado a adaga"[35].

---

[34] Jornal "O Cidadão". Quaraí, 19 de dezembro de 1914.
[35] APERS. Processo n. 1599/ maço 54.

A DEFESA

Muitos foram os fatos e testemunhos levantados pelos réus ou pelos advogados de defesa dos mesmos. Comum a todos foram as alegações de tratar-se de "perseguição pretendida pelo Intendente Miguel da Cunha Corrêa, aliado ao Promotor e ao Delegado de Polícia". Estes devotariam ódio aos réus, sendo isso "voz pública e geral na cidade".

Alberto Simões Pires escreveria, ao Egrégio Superior Tribunal, 50 páginas em defesa própria. Nestas, pretende evidenciar que "a denúncia foi ideada para satisfazer a velhas perseguições de que é vítima de longa data. Que assim procedendo o Dr. Octavio Nicoll, não somente obedecia aos desejos de pessoas desafetas do acusado, como também satisfaria o ódio pessoal que nutria contra o acusado".

Benjamin Guilherme dos Reis Junior, no processo em que se pretende o seu afastamento da Comarca de Quaraí, alegará que o acusam com palavras somente, e que as provas provém apenas do que falam os "aulíacos do Intendente". A lista nominativa dos indivíduos a quem não devota sua amizade, e que serão as testemunhas que o acusam, é bastante extensa. Trata-se de funcionários das Mesas de Rendas, delegado e sub-delegados de polícia, funcionários da Intendência e Conselheiros Municipais. Para Benjamin, "todos amigos agradecidos do Coronel Intendente e quase todos com ele aparentados".[36]

Para Luiz Pacheco Prates, como já dito acima, os atentados que vem sofrendo "O Pampa" e seus colaboradores é devido às inimizades "conquistadas" em razão das críticas que direcionam às autoridades municipais de Quaraí, em especial, a Miguel Corrêa, Irmãos Porto e "associados" a estes. A defesa apóia-se na inconsistência das acusações, provas e testemunhos.

AS TESTEMUNHAS – E SEU "FÔLEGO DE GATO"!

A posição assumida pelas testemunhas ao longo de um processo pode revelar vários elementos de aproximação ou distanciamento entre os envolvidos em algum crime. Nos processos vistos, é a tomada de posição destes personagens que permite identificar o grau de envolvimento nas questões tratadas, bem como os vínculos e solidariedade com uma das partes em disputa.

---

[36] APERS. Processo n. 1562/ maço 52, p. 40 e 41.

Como se tentou definir dois grupos políticos em confronto, a percepção das testemunhas convocadas e a análise de seus depoimentos, permitiu que se conhecesse o "núcleo" de cada facção em conflito. Trata-se daqueles indivíduos presentes em todos os processos vistos, cujo testemunho favoreceu sempre ao mesmo grupo, ou seja, o seu grupo. Esta coesão, pensando-se unicamente nas testemunhas convocadas, foi maior no grupo liderado pelo Intendente Miguel da Cunha Corrêa. O próprio discurso foi mais homogêneo, talvez por partir deste a acusação, cujas provas em muito deveram a estes testemunhos.

Fator importante, igualmente, trata-se de ser este o grupo que ocupa os cargos do poder municipal no período. Nestes casos, mais do que afeição ao Intendente, o aceite em testemunhar contra ou a favor poderia representar a perda ou não do emprego conquistado. Este elemento foi atestado pelos réus e seus advogados, quando diziam que a acusação partia sempre dos empregados da municipalidade, amigos e dependentes do delegado ou do Intendente.

Aliás, Miguel da Cunha Corrêa, Pedro Alves Porto e seu irmão, Vitor Manuel Alves Porto, são testemunhas presentes em todos os processos vistos. E suas informações ganham caráter sumamente importante, graças ao cargo ocupado na administração municipal. Notoriedade como testemunho de acusação, mas motivo de novas acusações por parte da defesa, que afirma haver testemunha "perpétua e obrigada em todos os processos, pelos quais o situacionismo local se interessa, ora prejudicando ora inocentando todos aqueles que se vêem processados, haja ou não um motivo plausível para tal, chegando-se mesmo a fantasiar crimes, no intuito de perseguir desafetos".[37] As testemunhas arroladas pelo Promotor tornam-se então, para a defesa, funcionários corruptos e inimigos pessoais dos acusados.

> "Recapitulando a prova testemunhal, veremos que aqueles que depõem contra Vidal são seus inimigos e Testemunhas de "ouvir dizer"
> Mas que nada ouviram, porque o que depõem, o fazem por lhes ter sido pedido pelos srs. Porto e Miguel.
> Mas uma voz "de ouvir dizer" poderá por ventura atirar com alguém no cárcere?"[38]

[37] APERS. Processo n. 1584/ Maço 53, p. 113.
[38] Idem, p. 240.

O Acórdão

Nos processos acima mencionados, as acusações e os testemunhos de "ouvir dizer" não foram suficientes para condenar os réus. Por incrível que pareça, os desafetos do Intendente não foram removidos de seus cargos. Passados sete meses da primeira sentença, Alberto Simões Pires teria a felicidade de vê-la confirmada pelo Superior Tribunal:

> "Vistos, expostos e discutidos os presentes autos
> Acordam em Superior Tribunal negar provimento à apelação, para confirmarem a sentença proferida pelo dr. Juiz da Comarca que julgou improcedente a denúncia oferecida contra o escrivão Alberto Simões Pires, visto como a prova dos autos não sufraga nenhuma das acusações contra ele formuladas pelo representante do Ministério Público. Contas pelos cofres do Estado. Porto Alegre 30 de março de 1915. [...]."[39]

Improcedente também seria considerada a apelação referente à remoção do Juiz Distrital, Benjamin Guilherme dos Reis Junior, "porquanto das investigações ordenadas não se apurarem fatos demonstrativos da inconveniência da manutenção do suplicado doutor no cargo de Juiz Distrital da sede de Quaraí. Além disso, várias testemunhas fizeram as mais abonatórias referências a seu procedimento, quer como particular, quer como autoridade"[40]. A sentença seria proferida pouco tempo depois daquela atribuída a Simões Pires, em 23 de abril.

No dia 25 de maio de 1915, Paulo Labarthe teria sua inocência definitivamente decretada. O acórdão do Superior Tribunal foi o de negar provimento ao recurso e confirmar o despacho do Dr. La Hire Guerra, que bem teria apreciado os fatos da causa.[41]

O companheiro de Labarthe nas lides de "O Pampa", Antonio Vidal, também seria absolvido, em primeira e segunda instância, negando que tivesse sido ele autor do homicídio de Guterrez. Mais uma vez, "a voz pública a que outras testemunhas se referem não constituem elementos que autorizem a considerar injusta a sentença apelada".[42]

---

[39] APERS. Processo n. 1583/ Maço 53, p. 782.
[40] APERS. Processo n. 1562/ maço 52, p. 135.
[41] APERS. Processo n. 1580/ maço 52, p. 234.
[42] APERS. Processo n. 1584/ maço 53, p. 271; em 31 de agosto de 1915.

Considerações Finais

Característica comum a todos os processos estudados, foi terem sido julgados em mais de uma instância judicial. Insatisfeita com as sentenças proferidas na Comarca, a acusação apelou para o Superior Tribunal de Justiça, em Porto Alegre. Apelações que dão ênfase ainda maior ao objetivo de conseguir a condenação dos réus.

Difícil é definir um motivo, único, para a não conquista deste objetivo por parte da Promotoria Pública de Quaraí. As irregularidades na constituição dos autos podem ter tido grande importância[43]. E há indícios para isso quando da leitura dos mesmos, pois por parte da defesa são recorrentes as afirmações de irregularidades na intimação das testemunhas, e ao não apontamento de certos quesitos, como as circunstâncias agravantes dos crimes. Enfim, Prates e os demais advogados da defesa, souberam muito bem aproveitar a fragilidade de um processo, na verdade, movido com objetivo outro – onde os crimes apontados são pretexto para o que se quer. Na maioria dos casos, trata-se de processos sem provas "concretas e reais", apoiados apenas num "ouvir dizer". Assim, para cada palavra, há uma contra palavra.

E foi justamente esta "parcialidade" que ajudou na melhor definição dos dois grupos em disputa pelo poder político em Quaraí. Revela-se um conflito presente por mais de uma década naquela sociedade, onde há um PRR cindido. Revelam-se práticas clientelistas e coercitivas, constitutivas da sociedade de então. Este trabalho possibilitou reconhecer estes dois grupos, bem como suas ações no sentido de conquistar e manter o poder político na cidade.

Este contexto certamente foi patrocinado por Borges de Medeiros, que ao incentivar tais disputas, mantinha o controle da situação nesta fronteira[44]. Por isso, talvez, o grupo no poder não tenha sido favorecido nas sentenças proferidas. E para evitar uma total hegemonia de forças, tenha-se afastado, ainda em 1914, os aliados diretos de Miguel Corrêa, o delegado e o Promotor. Ou, então, os *coqueiros* passaram a ser mesmo minoria (como se anunciava no "O Pampa"), restando a estes a tentativa de eliminação física dos adversários. No entanto, há interesses e motivações locais que ultrapassam o propósito político/eleitoral. Questões familiares e fiscais[45] dão nova conotação ao confronto, que tem seu ápice no quadriênio de 1912/16 e um enfraquecimento depois disso.

---

[43] SODRÉ, Elaine L. de V. *"Mando vir (...) debaixo de vara, as testemunhas residentes nessa comarca (...)"- História do Tribunal da Relação de Porto Alegre, 1874-1889.* Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Porto Alegre, 2003.

[44] Ver AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929).* Tese. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

[45] É bastante significativo o motivo que não permitiu que se efetivasse uma tentativa de conciliação dos dois grupos em 1909. O "acordo" pretendido por Borges não é aceito pelos barraqueiros por estes descordarem da nomeação de um funcionário, seu inimigo, para escrivão da Mesa de Rendas Estadual do Quaraí.

O Norte do Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895: Notas sobre a Revolução Federalista

*Marcio Antônio Both da Silva**

Resumo: Os anos decorridos entre 1893 e 1895 no Rio Grande do Sul são marcados pelo desenrolar de uma série de acontecimentos que entraram para os compêndios de história com o nome de *Revolução Federalista*. A produção historiográfica a respeito dessa contenda tende a analisá-la como um conflito dentro da elite regional. Nesse texto, o aspecto principal a ser observado diz respeito ao modo como os diferentes grupos sociais que viviam na região norte do Rio Grande do Sul participaram da "revolução". Parto do argumento que longe de ser um conflito coordenado e levado a cabo pela elite ou pelas elites, a Federalista adotou uma polissemia de sentidos, os quais variavam de acordo com os grupos que se envolveram na mesma.
Palavras chave: Revolução, grupos sociais, política

Introdução

Em linhas gerais, um dos pontos mais frisados pelos estudos sobre a *Revolução Federalista* é a violência com que ela se desenvolveu. Em seu sentido político expressou o descontentamento de alguns setores da população, principalmente a elite regional e setores da elite nacional, com respeito as mudanças pelas quais o país vinha passando e pelo modo como a recém implantada República vinha sendo administrada[1]. A *Revolução Federalista*, por outro lado, também é um momento em que alguns aspectos presentes na sociedade riograndense vêm a tona de forma especial e, dessa maneira, além de ser um fato pelo qual pode-se conhecer as fissuras que caracterizavam a elite, também é representativa do modo como as camadas populares agiam e construíam suas relações cotidianas. Assim, conhecer a forma como os diferentes grupos sociais, desde a elite até os camponeses pobres, participaram desse conflito permite uma compreensão diferenciada do contexto em que ela eclodiu.

---

* Doutorando do curso de Pós-Graduação em História da UFF. Bolsista CNPq.

[1] Como o objetivo aqui não é desenvolver uma discussão conceitual a respeito da palavra "elite", ou se empregá-la no plural é mais "correto" que no singular, nesse texto, ela é utilizada analiticamente para sublinhar que "em toda sociedade organizada, as relações entre indivíduos ou grupos que a caracterizam são relações de desigualdades". Assim, a intenção de seu emprego é colocar "a nu, o fingimento da 'democracia manipulada'", ou seja, "denunciar as sempre renascentes ilusões de uma democracia integral". Cf.: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, vol. 1., 2004, p. 391.

Neste texto o objetivo é construir uma interpretação do cotidiano da *revolução* em um determinado lugar do Rio Grande do Sul – região norte do Estado – observando não apenas esse espaço por si só, mas ele relacionado a situações mais amplas vinculadas ao estado e também ao país. Para isso, penso, ancorado em Eric Wolf, que o modo como as populações de uma determinada região se inserem dentro de um todo sociocultural mais amplo e, da mesma forma, a maneira como essas pessoas compreendem o que acontece no "mundo externo" tem influência direta e indireta na forma como os processos sociais se desenvolvem no contexto local e, igualmente, no extra-local[2].

Para conhecer a *Revolução Federalista*, portanto, não é suficiente saber os motivos que levaram a elite política e econômica estadual a desembainhar espadas e engatilhar rifles. Ela envolve fatores que ultrapassam os interesses dessa elite e levam a perguntar os motivos pelos quais as pessoas se engajavam em algum batalhão, seja ele anti ou pró governo, pois as fontes e a bibliografia sobre a *revolução* evidenciam que boa parte da população riograndense entrou de forma direta no conflito. Essa assertiva pode ser confirmada pelo fato de que, ao fim da guerra civil, o saldo contabilizado de mortes era de 10 a 12 mil pessoas, sendo que a população total do Rio Grande do Sul, nesse período, era de quase um milhão de pessoas, isto significa que mais de 10% dos habitantes do estado perderam a vida devido o conflito[3].

Assim, um acontecimento como foi a *Revolução Federalista*, por ser um momento de crise em que a sociedade e suas instituições não funcionam da maneira como as pessoas estão acostumadas e menos ainda do jeito como elas gostariam que funcionassem é um instante propício para compreender as nuances que caracterizam uma determinada figuração social. Dessa forma, a Federalista, neste texto, será tomada como um ponto de partida privilegiado a partir do qual construirei uma descrição do Rio Grande do Sul na passagem do século XIX ao XX, pois, parto do argumento de que as situações em que o conflito se torna regra nas relações sociais permitem compreender mais claramente porque as pessoas evitam e tem certa repulsa ao desconhecido, bem como necessitam estabelecer limites e identidades aos outros e a si próprias[4].

[2] WOLF, Eric. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar, p. 121-122. In.: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Antropologia e poder: contribuição de Eric R. Wolf*. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Paulo: Editora UNICAMP, 2003, p. 117-145.

[3] Cf.: FAY, Cláudia Musa. O legado da revolução de 1893, p. 35. In.: FLORES, Moacyr (Org). 1893-1895: *A revolução dos maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 35-40.

[4] Sobre o problema dos momentos de crise para compreender aspectos da vida social conferir: ARENDT, Hannah.. Sobre la revolución. Madrid: Alianza Editorial, 2004; MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da proletariado: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983; e WOLF, Eric. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global, 1984. Quanto a questão da necessidade humana de estabelecer limites e regras ao comportamento social consultar ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Vols. 1 e 2, 1994; e FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Um primeiro aspecto para o qual chamo atenção refere-se ao fato de a palavra "revolução" não ser a mais apropriada para designar o que aconteceu no sul do Brasil entre 1893/1895. Os *revolucionários* da época, principalmente os líderes civis e militares do movimento, longe de estarem dispostos a uma mudança estrutural profunda, de acordo com o sentido implícito à palavra revolução[5], lutavam por transformações pontuais como, por exemplo, a elaboração de uma nova carta constitucional para o Rio Grande do Sul, a qual deveria substituir a então vigorante, elaborada por Júlio de Castilhos. Senão isso, pelo menos, a mudança de alguns dos seus dispositivos (a reegibilidade do presidente do Estado, por exemplo)[6].

De acordo com a historiadora Helga Piccolo o que aconteceu foi uma guerra civil, a partir da qual se definiu a hegemonia política no Rio Grande do Sul[7]. Embora concordando com a análise de Piccolo, continuarei usando a palavra revolução para me referir ao acontecimento, pois este termo foi usado por ambos os lados em luta para designar o que estava acontecendo. Portanto, a interpretação que aqui desenvolvo procura apreender a *Revolução Federalista* a partir do sentido que ela tinha para aqueles que a vivenciaram. Contudo, por considerar teoricamente que guerra civil é o termo mais condizente com os fatos, sempre que a palavra "revolução" aparecer fazendo referência a tais acontecimentos ela aparecerá em itálico, pois expressa, dessa maneira, a opinião dos nativos[8].

Outro ponto que convém sublinhar diz respeito ao emprego de palavras que serão utilizadas ao longo do texto, as quais são comuns ao vocabulário regional, mas que fora desse contexto são desconhecidas. Nesta perspectiva, cabe definir dois termos em específico: quando aparecerem os vocábulos maragato e chimango, o primeiro estará fazendo referência às forças *revolucionárias* e, portanto opositoras ao governo que, por sua vez, era identificado com a palavra chimango. Ambas as palavras à princípio carregavam um conteúdo pejorativo, mas, como é comum nas relações entre grupos sociais, com o tempo passaram a ser símbolos de identidade e orgulho[9].

---

[5] Cabe registrar que a palavra "revolução" só toma o sentido de transformação profunda a partir das experiências históricas possibilitadas pelas revoluções francesa e americana, pois até então este termo significava restauração. Cf.: Hannah Arendt. Idem, p. 57.

[6] De acordo com John Chasteen, os envolvidos na contenda empregavam a palavra revolução com sentido lockeano, isto é, entendiam-na como esforço na perspectiva de restaurar a ordem política legítima. Cf.: CHASTEEN, John. *Fronteira Rebelde*. Porto Alegre: Movimento, 2003, p. 60.

[7] PICCOLO, Helga I. L. Fontes para o estudo da Revolução Federalista de 1893, p. 40. In.: *Anais do seminário fontes para a revolução de 1893*. Bagé: URCAMP Editora, 1990, p. 40-50.

[8] O mesmo método será usado sempre que for empregado um termo comum a época e que têm sentidos próprios àquele contexto e às pessoas que os utilizavam, por exemplo, as palavras caboclo e serrano.

[9] Sobre as relações sociais entre grupos e a questão das identidades consultar: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

"A revolução é um protesto do povo contra seu governo". Assim, Ângelo Dourado, define o momento que estava vivenciando em 1893/1895. Para esse médico que acompanhou as movimentações das forças maragatas sob comando de Gumercindo Saraiva, o Rio Grande do Sul, nesse período, era comparável a um "enfermo", sendo a moléstia a "revolução" e a causa da doença o "governo". Definida a doença e sua causa, continua Dourado: "a luta do médico é com a origem da moléstia, luta da vida com a morte da qual ele é apenas mediador. Se a causa triunfa o doente morre", portanto, a um médico cabia o papel de não "deixar morrer o doente por inanição"[10].

A *revolução* também tinha um sentido específico para o outro grupo de pessoas envolvido na contenda e que naquele momento, nas palavras de Dourado, era "governo". Os líderes castilhistas ou chimangos também viam a *revolução* como um mal que devia ser combatido, contudo, para eles a causa do problema era, nas palavras de Júlio de Castilhos, o desejo de "restauração monárquica", portanto, era obra de alguns "reacionários", "anarquistas de ocasião", "agitadores medíocres"[11]. Ainda segundo Castilhos, principal liderança legalista e que durante a *revolução* era presidente do Estado do Rio Grande do Sul, a Federalista que, à princípio, havia assumido um caráter local tinha por motivo maior alastrar-se pelo restante do país objetivando, dessa forma, derrubar o governo Floriano e juntamente com ele a República[12].

Em linhas gerais, a mudança dos quadros diretivos do Estado que acompanhou a passagem da Monarquia à República não aconteceu de forma pacífica, mas envolveu resistência da parte que estava sendo substituída contra os novos "donos do poder" e a violência foi uma das marcas caracterizadoras dos dois lados antagônicos. No caso do Rio Grande do Sul, o principal argumento apresentado pelas pesquisas sobre esse acontecimento é que uma elite estancieira vinculada ao Partido Liberal, cuja chefia estava nas mãos de Gaspar Silveira Martins, foi trocada por outro grupo também de elite. Este novo grupo que ascende ao comando do Estado era chefiado por Júlio de Castilhos e seus companheiros, os quais, por sua vez, eram um pouco menos ricos que os

[10] Cf.: DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio: narrativa da revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997, p. 13-14.

[11] TEIXEIRA, Múcio Scevola Lopes. *A revolução do Rio Grande do Sul: suas causas e seus efeitos*. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1893, p. 181.

[12] CASTILHOS, Júlio Prates de. Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Júlio Prates de Castilhos em 20 de Setembro de 1894, p. 07-08. (Manuscrito). O argumento utilizado por Júlio de Castilhos é estratégico, pois a partir dele visava garantir o apoio do Marechal Floriano. Contudo a intenção de levar a revolução para fora do Rio Grande do Sul não pode ser negada aos maragatos, assim como o fato de alguns revolucionários serem favoráveis a restauração monárquica. Cf.: LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

primeiros, contudo, tinham vínculos maiores com a recém implantada República; o que lhes garantia uma maior inserção dentro do conjunto de mudanças que estavam ocorrendo[13].

Quanto a participação de uma grande parcela dos habitantes do Rio Grande do Sul no conflito, uma circunstância que leva o observador a ficar intrigado refere-se ao estado material das tropas. Os diários escritos durante a contenta evidenciam que, principalmente no caso dos maragatos, a pobreza, a fome, a falta de armas e vestuário era constante. Nesses documentos, escritos em sua maioria por pessoas que tiveram participação direta na Federalista[14], algumas circunstâncias chamam atenção do leitor, tais como o fato de pessoas morrerem de frio devido a falta de agasalhos, conseqüentemente durante os combates aqueles que caíam mortos eram despidos e suas roupas eram reutilizadas pelos vivos.

Situações como esta definiram a tática de guerra utilizada pelos federalistas, isto é, a guerrilha. Era impossível para um "exército" desprovido de condições materiais lutar de igual para igual com as forças legalistas, as quais recebiam forte financiamento dos cofres públicos. A guerra de guerrilha, no entanto, envolve o conhecimento de uma série de noções específicas e, como nem todos os líderes federalistas possuíam esse saber, aqueles que o dominavam se tornaram os principais chefes dos *revolucionários*, o exemplo principal disso é o papel desempenhado por Gumercindo e Aparício Saraiva no comando das tropas maragatas.

Dentre tais saberes, destacam-se o conhecimento detalhado da geografia para facilitar a mobilidade das tropas, a "recusa em lutar nos termos do inimigo" e, principalmente, "ter a simpatia e o apoio, ativo e passivo, da população local"[15]. Neste último caso, as fontes indicam que as tropas *revolucionárias* não tiveram muito sucesso, contudo, explica a preocupação expressa por Ângelo Dourado para que em suas marchas os soldados do *Exército Libertador* não cometessem brutalidades com os habitantes dos locais por onde passavam. No

---

[13] Cf.: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983. e Cláudia Musa Fay. O legado da revolução de 1893, p. 36. In.: Moacyr Flores (Org.). Idem, op. cit., p. 35-40.

[14] Aqui me refiro basicamente aos diários escritos durante a revolução. Cf.: Ângelo Dourado. Idem, op. cit.; GUASINA, Luiz de Senna. *Diários da Revolução Federalista*. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/EST Edições, 1999; ABRANCHES, João Dunshee. *A revolta da armada e a revolução rio-grandense: correspondência entre Saldanha da Gama e Silveira Martins*. Rio de Janeiro: M. Abranches Editor, Vols. 1 e 2, 1914; TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da revolução de 1893*. Porto Alegre: Procuradoria Geral da Justiça, 2004; TAVARES, João Nunes da Silva. Diários da revolução de 1893. Porto Alegre: Procuradoria Geral da Justiça, 2004; GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes. *A revolução federalista em cima da serra 1892/1895*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1987; RIBAS, Vasco José Taborda. A gente paranaense na revolução federalista, p. 203-214. In.: *Anais do seminário fontes para a revolução de 1893*. Idem, op. cit.

[15] HOBSBAWM, Eric. J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 166.

caso das forças legalistas, que supostamente não tinham grande dependência de apoio local como os maragatos, o respeito pelas comunidades também esteve longe de ser regra e, de modo muito semelhante ao que acontecia com os federalistas, a degola era o preço pago por quem se aproveitava da situação de guerra civil em benefício próprio. Esses fatos apresentam um comportamento muito importante para compreender a *Revolução Federalista*, cuja prática era realizada tanto por maragatos como por chimangos: o *banditismo*.

O *banditismo* característico da *Revolução Federalista* está longe de ser o "banditismo social" com "bandidos generosos que roubam dos ricos para dar aos pobres."[16] Nele estavam embutidas as condições gerais que caracterizaram o Rio Grande do Sul na passagem do século XIX ao XX, pois, como fenômeno social, o *banditismo* é anterior a Federalista e, mesmo após o fim desta guerra civil, continuou a marcar o cotidiano de algumas regiões do Estado. Entretanto, enquanto durou a *revolução*, o *banditismo* teve espaço propício para se realizar devido ao parco funcionamento dos organismos vinculados ao Estado responsáveis pelo seu controle, como a polícia.

Outra circunstância caracterizadora da *Revolução Federalita* diz respeito a estrutura das tropas, pois os dois lados na contenda não tinham a organização como singularidade. Existiam rixas internas nos dois exércitos, cujas razões encontravam-se nas mais diversas circunstâncias[17]. Estas rixas, por sua vez, foram responsáveis em grande medida pelas atrocidades ocorridas durante o conflito. No mesmo sentido, o próprio *banditismo* encontrava brechas nos desentendimentos entre lideranças. Dessa maneira, a falta de coordenação e a possibilidade que alguns grupos tinham de agir autonomamente em nome da *revolução* ou do governo repercutia na maneira como ela era encarada e entendida, tanto por aqueles que dela participavam ativamente como daqueles que, a todo custo, tentavam um certo afastamento da contenda.

Enfim, definir quais circunstâncias podem ser sublinhadas como motivos da guerra civil só é possível ao se levar em consideração o grupo social com que está se tratando. Em outras palavras, enquanto para elite o que estava em jogo era o domínio do Estado; para peões, agregados, índios, negros, etc., isto é, aqueles que participavam como soldados rasos nas frentes de batalha, o que estava em jogo, também era a defesa de interesses próprios, tais como o acesso a terra e a manutenção de seu modo de vida e costumes, por exemplo.

[16] Cf.: HOBSBAWM, Eric J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

[17] Sobre esse problema conferir: John Chasteen, Idem, op. cit. e JOBIM JUNIOR, Carlos Perrone. *"A vida mal vivida". Diário de um maragato: memórias de um soldado na Revolução Federalista e na Guerra de Canudos (1893-1897)*. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. (Dissertação de Mestrado)

> Nem uma feição contraída, nem um gesto de desconforto naquele punhado de abnegados quase nus, desarmados, trazendo as bandeirolas presas em madeira para fingirem lanças! O frio era intenso, mas o olhar deles fixava-se na campanha do Rio Grande, no solo da Pátria, onde só poderiam viver dali em diante, matando.
> Ângelo Dourado, Voluntários do Martírio.

Grupos havia que faziam esforços para manterem-se afastados do conflito o que, por outro lado, os levava a terem uma participação indireta na *revolução*. Tais grupos, representados principalmente pelos habitantes das áreas coloniais, em muitos casos tiveram que se organizar para resistir a ação, tanto de maragatos como de chimangos[18]. Contudo, isso não quer dizer que nas áreas de colonização a guerra civil adquiriu apenas uma caráter exógeno, pelo contrário, muitos *colonos* participaram dela se inscrevendo em um dos lados em confronto[19].

Embora existam registros de participação ativa de *colonos* na *revolução* é muito difícil definir com exatidão os motivos que os levavam a escolher um dos lados em choque. No caso das áreas de colonização alemã, René Gertz escreve que a procura por definir a posição tomada pelos teuto-brasileiros neste conflito se demonstra vã[20]. Algumas análises chegam a sugerir a existência de uma divisão étnica onde os italo-brasileiros em sua maioria tendiam a apoiar as forças maragatas devido a pouca atenção que o governo lhes destinava[21]. Outras sublinham o problema religioso como motivo a definir posições e apontam que existia um bom relacionamento entre os teuto-brasileiros protestantes e Silveira Martins. Situação que foi usada por Júlio de Castilhos e seus partidários para adquirir apoio junto aos católicos e também para justificar ações em áreas de colonização alemã, principalmente onde o governo encontrava forte oposição, Santa Cruz, por exemplo. O que, por sua vez, não permite ao estudioso fazer "generalizações no sentido de afirmar que os luteranos tenham sido federalistas e os católicos republicanos, ou vice-versa"[22].

---

[18] Cf.: SCHIERHOLT, José Alfredo. *Revolução Federalista no Vale do Taquari*. Lajeado: Grupo Cartel, 1989.

[19] Cf.: GERTZ, René E. Aspectos da Revolução Federalista nas regiões de colonização alemã. In.: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Orgs). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora FURG, 1993, p. 115-121.

[20] Idem, p. 121.

[21] Cf.: CONSTANTINO, Núncia Santaro de. Italianos no processo revolucionário. In.: Moacyr Flores (Org.). Idem, op. cit., p. 75-81.

[22] René E. Gertz. Idem, op. cit., p. 120. Sobre a questão religiosa e a Federalista conferir também: PICCOLO, Helga I. Landgraf. Religião e participação política. In.: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero (Orgs.). *A revolução federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Editora UNISINOS; Porto Alegre: Editorar da UFRGS, 1995, p. 57-68 e ISAIA, Artur Cesar. A Revolução Federalista: catolicismo e clivagem política no Rio Grande do Sul. In.: Francisco das Neves Alves e Luiz Henrique Torres (Orgs.). Idem, op. cit., p. 103-108.

Uma das atitudes tomadas pelos *colonos* foi se organizarem em Sociedades de Autodefesa, pelas quais tentavam resguardar-se dos ataques de piquetes "governistas e federalistas que incursionavam pelas sedes dos municípios e pelas Picadas interioranas"[23]. Tais sociedades existiram em diferentes colônias no período *revolucionário*. De acordo com Hilda Flores, outro motivo a incentivar os *colonos* a se organizarem eram os constantes ataques de que eram alvos por parte de "grupos assaltantes conhecidos por 'Serranos' ou 'ervateiros'", os quais procediam como "oportunistas que, mesmo não sendo Federalistas, assumiam atitude hostil contra o Governo". Os ditos "ervateiros", continua a autora, agiam dessa forma como réplica aos Intendentes municipais "que faziam recrutamento forçado para suas fileiras"[24].

Algumas fontes dão pistas a respeito da participação de *colonos* e *ervateiros* na Federalista e, igualmente, incluem informação a respeito de como indígenas e negros vivenciaram a guerra civil de 1893/1895. Neste quesito destaca-se o diário de Ângelo Dourado. Assim, num primeiro contato dos federalistas com *colonos*, na divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Dourado conta a história de uma "colona russa" que se viu frente a possibilidade de ter uma "vaca leiteira" confiscada pelos federalistas: "eu vi uma jovem mulher loura com uma criança nos braços, correndo em prantos; era a dona da vaca"[25]. Mediante essa situação Dourado interveio para que os soldados não executassem o animal, no que foi atendido e, em seguida, viu que "a mulher tinha largado a criança e abraçava, chorando, a vaca". Em seguida o médico aconselhou à mulher esconder a vaca no mato "para livrá-la dos que vinham atrás". Aqui Dourado não escreve se os que "vêm atrás" são chimangos ou o restante das forças maragatas, o que serve para demonstrar que em qualquer situação a mulher, ou melhor, a vaca corria perigo.

Ainda no retorno dos federalistas do Paraná para o Rio Grande do Sul, Ângelo Dourado se vê na necessidade de ocupar a casa de um *colono* para se hospedar, "visto não havia um lugar onde se pudesse armar a barraca". Nesta casa habitava um casal de teuto-brasileiros, o rapaz era "corpolento, baixo, ruivo como um alemão do norte, não fala uma palavra em português, nem o compreende; a mulher esbelta, de feições delicadas, os cabelos castanhos, quase negros, a cor pálida, quase morena. Estão casados há onze meses." O

---

[23] FLORES, Hilda Agnes Hübner. Santa Clara na Revoluçao Federalista de 1893. p. 53. In.: *Anais do Seminário sobre Fontes para a História da Revolução de 1893*. Idem, op. cit., p. 53-56.
[24] Idem, ibidem.
[25] Ângelo Dourado. Idem, op. cit., p. 73-74.

colono olhava para Dourado como se ele fosse "um bárbaro que atacasse, para destruir, o que tanto lhe havia custado fazer". O ajudante a serviço de Dourado, um baiano chamado Emiliano, fez queixas ao médico, pois não havia encontrado nada na casa para fazer almoço e "os diabos dos *gringos* diziam que nada tinham, até as galinhas que ele (Emiliano) via pela roça lhes diziam não tinham" (grifo do autor). Diante dessa situação, Dourado oferece ao *colono* uma moeda de dez mil réis, o qual "correu pressuroso após as galinhas para agarrar a mais gorda; apareceram ovos, manteiga fresca, café, açúcar e um esplendido salame"[26].

Também há registros de existência de tropas organizadas por *colonos* como o batalhão Gumercindo Saraiva, formado por "polacos" de uma colônia do Paraná onde "a legalidade paranaense cometeu tantas opressões que os polacos se levantaram e organizaram um batalhão"[27]. Prestes Guimarães em seu diário também menciona a existência de um batalhão "brasílico-italiano" lutando ao lado dos federalistas, formado por mais ou menos cinqüenta homens oriundos da colônia Alfredo Chaves[28].

Por outro lado, para os principais líderes chimangos, a participação dos *colonos* na Federalista era assunto delicado que não deveria ser tratado de qualquer forma, pois "a produção colonial abastecia a capital e os impostos ali arrecadados foram importantes para custear a guerra"[29]. Nesse sentido, nos relatórios presidenciais enviados a Assembléia dos Representantes, a opinião, tanto de Júlio de Castilhos como a de Borges de Medeiros, resumia-se a destacar que "durante a época tormentosa da revolução sangrenta em que se angustiou o Rio Grande do Sul por tanto tempo, o Governo só recebeu da população colonial, em regra, o mais ativo e constante apoio"[30]. Circunstância que, pela descrição até agora realizada, não condiz com o que de fato acontecia na região colonial do Rio Grande do Sul, mas demonstra o peso do apoio dos *colonos* para legitimar algumas ações do Estado.

Quanto a participação dos *serranos/ervateiros* na Federalista, o diário de Ângelo Dourado também permite conhecer melhor esse grupo, principalmente alguns aspectos que caracterizam a vida religiosa dessas pessoas. O médico

---

[26] Idem, p. 137.
[27] Idem, p. 201-202.
[28] Antônio Ferreira Prestes Guimarães. Idem, op. cit., p. 46.
[29] René E. Gertz. Idem, op. cit., p. 116.
[30] CASTILHOS, Júlio Prates de. Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente Júlio Prates de Castilhos na 4ª e última sessão ordinária da 2ª legislatura, 20 de setembro de 1896. Porto Alegre: Tipografia de Cesar Reinhardt, 1896, p. 25.

escreve que chegando a uma "pequena aldeia de fabricantes de erva mate" na região das missões, onde iniciavam os "domínios de um celebre monge que tem percorrido toda a região" uma pessoa desconhecedora das "tradições desse monge, assusta-se vendo alta noite no meio do mato aquela porção de luzes em redor de uma árvore e aqueles vultos silenciosos prostrados e imóveis ali". Ainda quando as forças maragatas estavam se deslocando em direção a "Santa Maria da Boca do Monte, perto da zona colonial que vai até Estrela" Dourado descreve o contato que manteve com o monge que andava "segurando uma bandeira branca com a figura de uma pomba vermelha no centro", era "moço ainda, figura simpática e ascética", participara de alguns combates com sua bandeira e "isto bastou para que os nossos lutassem até vencer, quase sem armas". No encontro, o médico manteve um curto diálogo com o monge, no qual, entre outras coisas, agradeceu a ele por brigar ao lado dos maragatos ao que o monge respondeu que lutava pela "justiça" e que "Deus manda que se sofra com os que sofrem"[31].

Linhas acima, destaquei que alguns historiadores pensaram a *Revolução Federalista* a partir do problema religioso relacionado à separação entre Igreja e Estado que acompanhou a passagem da Monarquia à República. Aqui, o diário de Ângelo Dourado ilumina uma outra questão que ainda não recebeu atenção proporcional a sua importância, ou seja, o papel da religiosidade popular na Federalista e, por outro lado, sua importância na vida das pessoas que vivem em regiões de fronteira[32].

Para compreender a *Revolução Federalista* na região *serrana*, portanto, necessário se faz levar em conta uma série de fatores dentre os quais merece destaque especial o processo de ocupação daquela área. O norte do Rio Grande do Sul é considerado o último espaço de fronteira agrária do Estado. Nessa região foram fundadas as últimas colônias povoadas por imigrantes europeus de origem não ibérica e o auge desse processo se dá exatamente nas primeiras décadas do século XX[33]. Assim, juntamente com a chegada dos *colonos* ocorria também a expulsão dos "habitantes primitivos da região". Essas pessoas que eram acostumadas a um estilo de vida caracterizado principalmente pela mobilidade dentro da zona de matas, pela produção de gêneros para subsistência e pelo trabalho esporádico nas fazendas regionais

[31] Ângelo Dourado, Idem, op. cit., p. 255-258.
[32] Cf.: VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.
[33] Cf.: ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Editora UNIJUI, 1997.

se vêem mediante um conjunto de transformações das quais a mais visível é exatamente a fundação de colônias.

Nesse sentido, antes de descrever a *Revolução Federalista* como um choque dentro da elite, no qual o "povo" entrou como massa de manobra é importante pensar os grupos sociais a partir do seu contexto e dos conceitos que eles próprios elaboravam para definir o que era justo ou não. Tais conceitos são tão importantes para compreender as relações sociais como, por exemplo, os conceitos de justiça e sociedade fundamentados pelo Estado. Por outro lado, estudá-los de forma isolada também não é o suficiente. O esforço, nesse sentido, deve estar voltado para evitar o risco de estabelecer uma divisão estanque entre indivíduos e sociedade, mas pensar essa relação de maneira que se possa compreender de que modo "um grande número de indivíduos compõem entre si algo maior e diferente de uma coleção de indivíduos isolados", ou seja, uma "sociedade", a qual pode mudar de maneiras específicas e tem uma história que "segue um curso não pretendido ou planejado por qualquer dos indivíduos que a compõem"[34].

Outro aspecto pouco mencionado nas pesquisas sobre a *Revolução Federalista* e pelo qual é possível perceber que o desenrolar desse acontecimento não está preso a determinação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas que representa um certo segmento econômico-social é a participação de índios e negros na contenda. Juntamente com os *nacionais* e os *colonos* esses outros dois grupos representam as camadas populares que efetivamente lutaram nessa guerra civil; as *classes subalternas* para usar um termo gramsciano[35]. Deve-se evidenciar, por outro lado, a participação de elementos urbanos na *revolução*, mas comparados aos outros grupos eles eram minoria.

Para conhecer um pouco melhor a participação de índios e negros na Federalista recorro novamente ao diário de Ângelo Dourado, o qual certamente é o relato mais detalhista sobre a guerra civil. Quando ainda estavam na região de Passo Fundo, o médico descreve o contato que ele e seus companheiros tiveram com os "selvícolas" da região. Dourado identifica-os como partidários da causa federalista pelo fato de que, anteriormente a estada dos maragatos, por ali haviam passado Pinheiro Machado e seus comandados e incendiado as cabanas e as roças dos índios.

---

[34] ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p.16.
[35] GRAMSCI, Antônio. *Cuadernos de la cárcel*. México: Ediciones Era, Vols. 1, 2 e 3, 1981.

Nesse mesmo local, Dourado encontra vivendo com os índios alguns "soldados desertores, todos negros"[36]. Em outra passagem, refere-se a índios atuando como soldados nas forças *revolucionárias*. Também menciona a contratação de serviços aos indígenas, os quais durante as movimentações das tropas pela região de matas eram ajustados para carregar as caixas de munição pelo que receberiam dois mil réis por cada caixa entregue. Quanto aos negros, as referências aparecem em menor escala e são menos esclarecedoras, restringem-se a que foi acima mencionada deles vivendo em meio aos índios e alguns casos esporádicos de negros que, em conversas com o próprio Dourado ou que ele escutou, diziam ter entrado na *revolução* para vingarem-se de algum ato praticado pelos castilhistas.

Ao longo deste texto procurei pontuar algumas questões que considero importantes para compreender não só a *Revolução Federalista*, mas também aspectos gerais que caracterizavam o Rio Grade do Sul na passagem do século XIX ao XX e que aparecem de forma especial na guerra civil de 1893/1895. Dessa forma, um item que é importante salientar diz respeito a polissemia de sentidos que adotou a *revolução*, pois tanto para os soldados rasos como para as principais lideranças de ambos os lados a Federalista adotava significados diferenciados, os quais, por sua vez, expressam a totalidade do evento e demonstram o quão complexa são as relações sociais.

Enfim, um dos principais objetivos desse texto é por em relevo a atuação dos grupos subalternos na *Revolução Federalista*, os quais em alguns estudos sobre esse conflito, cabe frisar que na maioria deles, aparecem como "uma massa que foi coagida a lutar por interesses completamente alheios"[37] e demonstrar que esta explicação não dá conta das vicissitudes e da complexidade característica das relações sociais. Da mesma forma, argumentar que essas pessoas estavam "acostumadas a obedecer, a viver na dependência de coronéis, sem opção de vida, sem terra, sem recursos e brutalizados"[38] é fazer uma afirmação que não permite compreender os motivos de tais comportamentos, ou seja, os torna naturais como que inatos as pessoas e não leva em consideração seu sentido social e a possibilidade de serem estruturados em uma base racional singular, diferente e tão complexa quanto a ocidental capitalista.

---

[36] Ângelo Dourado. Idem, op. cit., p. 233-234.
[37] Sandra Jatahy Pesavento. Idem, op. cit., p. 91.
[38] Idem, ibidem.

Bibliografia consultada

ARENDT, Hannah.. *Sobre la revolución.* Madrid: Alianza Editorial, 2004.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de Política.* Brasília: Editora UNB, vol. 1., 2004.

CHASTEEN, John. *Fronteira Rebelde.* Porto Alegre: Movimento, 2003.

CONSTANTINO, Núncia Santaro de. Italianos no processo revolucionário. In.: Moacyr Flores (Org.).FLORES, Moacyr (Org). *1893-1895: A revolução dos maragatos.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, p. 75-81.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

___. *O processo civilizador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Vols. 1 e 2, 1994.

___; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FAY, Cláudia Musa. O legado da revolução de 1893. In.: FLORES, Moacyr (Org). *1893-1895: A revolução dos maragatos.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, p. 35-40.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. Santa Clara na Revolução Federalista de 1893. In.: *Anais do seminário fontes para a revolução de 1893.* Bagé: URCAMP Editora, 1990, p. 53-56.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro; Graal, 1979.

GERTZ, René E. Aspectos da Revolução Federalista nas regiões de colonização alemã. In.: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Orgs). *Pensar a Revolução Federalista.* Rio Grande: Editora FURG, 1993, p. 115-121.

GRAMSCI, Antônio. *Cuadernos de la cárcel.* México: Ediciones Era, Vols. 1, 2 e 3, 1981.

HOBSBAWM, Eric J. *Bandidos.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

___. *Revolucionários.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ISAIA, Artur Cesar. A Revolução Federalista: catolicismo e clivagem política no Rio Grande do Sul. In.: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Orgs). *Pensar a Revolução Federalista.* Rio Grande: Editora FURG, 1993. p. 103-108.

JOBIM JUNIOR, Carlos Perrone. *"A vida mal vivida". Diário de um maragunço: memórias de um soldado na Revolução Federalista e na Guerra de Canudos (1893-1897).* Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. (Dissertação de Mestrado)

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e do proletariado: senhores e camponeses na construção do mundo moderno.* São Paulo: Martins Fontes, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

PICCOLO, Helga I. L. Fontes para o estudo da Revolução Federalista de 1893. In.: *Anais do seminário fontes para a revolução de 1893.* Bagé: URCAMP Editora, 1990, p. 40-50.

___. Religião e participação política. In.: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero (Orgs.). *A revolução federalista e os teuto-brasileiros.* São Leopoldo: Editora UNISINOS; Porto Alegre: Editorar da UFRGS, 1995, p. 57-68

SCHIERHOLT, José Alfredo. *Revolução Federalista no Vale do Taquari.* Lajeado: Grupo Cartel, 1989.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento.* São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

WOLF, Eric. *Guerras camponesas do século XX.* São Paulo: Global, 1984.

___. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. In.: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf.* Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Paulo: Editora UNICAMP, 2003, p. 117-145.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920).* Ijuí: Editora UNIJUI, 1997.

Fontes citadas

ABRANCHES, João Dunshee. *A revolta da armada e a revolução riograndense: correspondência entre Saldanha da Gama e Silveira Martins.* Rio de Janeiro: M. Abranches Editor, Vols. 1 e 2, 1914.

CASTILHOS, Júlio Prates de. *Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Júlio Prates de Castilhos em 20 de Setembro de 1894.* (Manuscrito).

CASTILHOS, Júlio Prates de. *Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente Júlio Prates de Castilhos na 4º e última sessão ordinária da 2º legislatura, 20 de setembro de 1896.* Porto Alegre: Tipografia de Cesar Renhardt, 1896.

DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio: narrativa da revolução de 1893.* Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

GUASINA, Luiz de Senna. *Diários da Revolução Federalista.* Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/EST Edições, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes. *A revolução federalista em cima da serra – 1892/1895.* Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1987.

RIBAS, Vasco José Taborda. A gente paranaense na revolução federalista. In.: *Anais do seminário fontes para a revolução de 1893.* Bagé: URCAMP Editora, 1990, p. 203-214.

TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da revolução de 1893.* Porto Alegre: Procuradoria Geral da Justiça, 2004.

TAVARES, João Nunes da Silva. *Diários da revolução de 1893.* Porto Alegre: Procuradoria Geral da Justiça, 2004.

TEIXEIRA, Múcio Scoevola Lopes. *A revolução do Rio Grande do Sul: suas causas e seus efeitos.* Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1983.

Os Escravos e as Ações de Liberdade no Rio Grande do Sul: Apropriações da Lei de 1871

Maria Angélica Zubaran (Ulbra)

Resumo: Este estudo analisa as Ações de Liberdade regulamentadas pela Lei n. 2.040, de 28/9/1871, no Rio Grande do Sul, na década de 1880, enfatizando o aspecto político das iniciativas legais dos escravos e seus curadores durante o processo de emancipação gradual da escravidão. Trata-se de investigar como escravos e seus curadores apropriaram-se do texto Lei de 1871 e o ressignificaram na defesa da liberdade, desafiando o direito de propriedade de seus senhores e desenvolvendo novas táticas de resistência à escravidão.
Palavras-chave: Ações de Liberdade, Lei de 1871, Apropriação Cultural

O objetivo deste trabalho é investigar de que forma curadores e escravos gaúchos apropriaram-se[1] do texto da Lei de 1871 e o ressignificaram na defesa da liberdade, como reverteram a seu favor as estratégias de abolição gradual da escravidão, inicialmente orientadas para o controle social dos escravos. Análises da Lei do Ventre Livre (1871) anteriores à década de noventa costumavam considerar o efeito prático da lei muito limitado pois mediam sua eficácia em termos da diminuição dos plantéis de escravos. Estudos recentes[2] têm enfatizado o impacto da lei de 1871 sobre a experiência individual dos escravos e sua importância na abertura de novas possibilidades de luta pela liberdade. Nesta direção, demonstraremos que o acesso dos escravos à Justiça no Rio Grande do Sul, no final do século XIX possibilitou-lhes desenvolver novas táticas de luta pela liberdade e resistência à escravidão, desafiando o direito de propriedade de seus senhores e contribuindo para a crise da escravidão.

Na direção enfatizada pela historiografia brasileira sobre escravidão dos anos 90 e recentemente retomada por Eduardo Spiller Pena (2001), entendemos o direito como uma arena de conflitos entre interesses sociais diversos. Consideraremos as Ações de Liberdade, sob a perspectiva das intrincadas redes de alianças e tensões aí presentes e que de muito extrapolaram a relação entre senhores e escravos para abarcarem outras sociabilidades.

---

[1] Entendo por apropriação cultural os usos diferenciados que diferentes sujeitos fazem de um mesmo discurso. (CHARTIER, 1988).

[2] Chalhoub (1990), Grinberg (1994), Castro (1995), Abreu (1996), Mendonça (1996), Pena (2001).

Ainda é importante enfatizar o aspecto conflitivo das Ações de Liberdade, que só foram acionadas pelos escravos após o fracasso de acordos privados pela obtenção da alforria.[3]

A Estrutura Jurídica das Ações de Liberdade

As Ações de Liberdade consistiam em processos judiciais onde o escravo através de um curador entrava com uma petição legal para o encaminhamento de sua liberdade contra seu senhor.[4] A parte inicial da ação de liberdade era conduzida pelo Juiz Municipal e na sua fase final o processo era encaminhado ao Juiz de Direito ou Juiz de Orfãos para verificar o cumprimento das formalidades legais e homologar o arbitramento. Se a sentença fosse contrária à liberdade, podia-se apelar para a segunda instância, que até 1873, era o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, e que posteriormente, passou a ser o Tribunal da Relação de Porto Alegre e Santa Catarina.[5] O resultado do Tribunal de segunda instância era o Acordão da Relação, que confirmava ou reformava a sentença do Juiz da primeira instância. Como já assinalaram Sidney Chalhoub (1990) e Keila Grinberg (1994) as Ações de Liberdade sofreram modificações jurídicas ao longo do século XIX. Na primeira metade do séc. XIX os fatos jurídicos que conformavam à condição livre ou cativa eram produzidos primeiramente com base nas relações costumeiras e em caso de conflito, arbitrados pelas Ordenações Filipinas. Apesar de um certo grau de institucionalização, a política das alforrias concentrava-se majoritariamente na decisão pessoal do senhor. Entretanto, a Constituição Imperial de 1824, em suas pretensões liberais de garantir direitos civis a todos os cidadãos, sem contudo mencionar a existência de escravos, criou uma situação jurídica nova, permeada de conflitos e contradições ao reconhecer a liberdade e a propriedade como direitos

[3] Na falta de acordo entre o senhor e o escravo sobre o valor da indenização da liberdade o escravo dava início a uma ação de arbitramento, que constava dos seguintes passos jurídicos: apelação para nomeação de curador e depositário; termo de nomeação e juramento do curador; nomeação de avaliadores para arbitrarem o preço da liberdade da escravo, audiência pública na Câmara Municipal para avaliação do preço do escravo. O escravo tinha então 48 horas para depositar a quantia estipulada e uma vez cumprida esta exigência o Juiz passava Alvará de Liberdade.

[4] De acordo com Lenine Nequete, nesta espécie de Ação era quase imprescindível a nomeação de um curador que alegasse os direitos do escravo, o qual não pode fazer-se representar por procurador ou advogado por depender ainda de reconhecimento sua capacidade jurídica. (NEQUETE, 1988, p. 294).

[5] De acordo com a Lei no. 2.040, de 28/09/1871, a organização judiciária brasileira estava assim distribuída: o Supremo Tribunal de Justiça e quatro Relações: da Corte, da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão. A primeira compreendia a Corte e as províncias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. O decreto no. 2.342, de 6/8/1873, modificou este quadro, com a criação de mais sete Relações, que passavam a ser onze, assim distribuídas: Relação do Pará e Amazonas, do Maranhão e Piauí, do Ceará e Rio Grande do Norte, de Pernambuco, da Paraíba e Alagoas, da Bahia e Sergipe, do Município Neutro, do Rio de Janeiro e Espírito Santo; de São Paulo e Paraná; de Minas Gerais; de Mato Grosso; de Goiás e do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com sede em Porto Alegre.

naturais. Foi somente com a Lei do Ventre Livre de 28.9.1871, que o direito do cativo à liberdade foi explicitado, alterando definitivamente a política de alforrias e privilegiando a esfera pública de poder para a resolução da questão. A lei de 1871, composta de dez artigos, estabelecia condições específicas para obtenção legal da liberdade, mesmo contra a vontade do senhor.[6] É importante destacar ainda, que com a Lei de 1871, revogava-se um importante mecanismo de controle social dos alforriados, aquele que permitia a reescravização sob a alegação de ingratidão.[7] Se de um lado, a Lei de 1871 tentou disciplinar a demanda dos escravos pela liberdade, é verdade também, que criou recursos que utilizados pelos escravos que apresentassem a condição expressa na lei, foram favoráveis à obtenção da liberdade, tornando-se uma possibilidade concreta de luta individual para acabar com o cativeiro dentro do universo das relações escravistas.

Apropriações da Lei de 1871 pelos Escravos e seus Curadores

Nas ações de liberdade pesquisadas encontramos seis disposições legais da Lei de 1871 citadas pelos curadores em defesa da liberdade de seus curatelados escravos: liberdade por ausência da matrícula (Art. 8º), liberdade pelo Fundo de Emancipação (Art. 3º), liberdade por exibição de pecúlio(Art. 4º), liberdade por abandonado do senhor (Art. 6º), liberdade de escravos das heranças vagas (Art. 6º) e remissão dos serviços (Art. 4º). Entre as disposições da Lei de 1871 citadas nas Ações de Liberdade, a compra da liberdade com exibição de pecúlio e a que criava o Fundo de Emancipação para alforriar escravos em todas as províncias revelaram as várias tensões sociais e conflitos entre senhores, seus escravos e o Estado na segunda metade do século XIX. Ademais, as Ações de Liberdade que permitiam aos escravos comprar sua liberdade através da exibição de pecúlio foram majoritárias, correspondendo a 60% dos argumentos legais apresentados como justificativas nas Ações de Liberdade. Neste sentido, o foco de análise deste trabalho será esses dois tipos de Ações de Liberdade.

---

[6] Cf. Lei n. 2040, de 28/09/1871 in Coleção das Leis do Império.

[7] Cf. Lei n. 2040 de 28/09/1871, Art. 4o. parágrafo 9 in Coleção das Leis do Império.

Liberdades pelo Fundo de Emancipação

A Lei nº. 2.040, de 28/9/1871, determinava a classificação dos escravos em listas municipais, com base na matrícula geral de 1871, para o fim de libertação pelo Fundo de Emancipação.[8] As Juntas Classificadoras classificavam os escravos em cada município, dando primazia para obtenção da alforria aos que formassem família e apresentassem pecúlio. Para Ademir Gebara(1986), o fato da lei estabelecer de forma clara a primazia das famílias escravas para a obtenção de alforria através do Fundo de Emancipação transformava a família num mecanismo de controle disciplinar e de indução ao trabalho. Por outro lado, de acordo com Hebe de Castro (1995), podemos argumentar que a classificação do escravo pelo Fundo de Emancipação foi estrategicamente explorada pelos curadores e seus curatelados para obter a alforria nos tribunais de justiça do Rio Grande do Sul.

Vejamos o caso de Anna,[9] escrava do senhor Thomas Luiz Gutierres, classificada no ano de 1884 pela Junta Classificadora do Município de Porto Alegre para ser liberta pelo Fundo de Emancipação. O processo inicia com a petição "para nomear e aprovar curadores que arbitrem o preço da indenização da escrava Anna que tem de ser liberta pelo Fundo de Emancipação...". Segue-se o arbitramento do valor de Anna em audência pública, onde os avaliadores, em número de três para evitar empate, declaram unanimemente que avaliaram Anna na quantia de cem mil reis. Apesar de não constar a idade da escrava Anna, critério fundamental na fixação do preço do escravo, observamos que o preço arbitrado pela escrava ficou abaixo do menor valor fixado na tabela de preços para alforria de escravos na Lei nº 3270 de 28/9/1885, que era de 200 mil réis para escravos de 55 a 60 anos, o que reforça a suspeita de Lenine Nequete (1988), de um contexto jurídico favorável as causas da liberdade, nos juízos de primeira instância, na década de oitenta, no Rio Grande do Sul. Como demonstrou Joseli Mendonça (1996), a fixação do preço dos escravos através de arbitramentos jurídicos era considerada "abusiva" por alguns par-

---

[8] Lei n. 2.040 de 28/9/1871, art. 3º, Serão anualmente libertados em cada Província do império tantos escravos quantos corresponderem "a quota anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação. Parágrafo 1º O fundo de emancipação compoem-se: 1)Da taxa de escravos. 2)Dos impostos gerais sobre transmissão de propriedade dos escravos. 3)Do produto de seis loterias anuais isentas de impostos, e da décima parte das que forem concedidas de ora em diante para correrem na capital do império. 4)Das multas impostas em virtude desta lei. 5)Das quotas que sejam marcadas no orçamento geral e nos provinciais e municipais. 6)De subscriçoes, doações e legados com esse destino.

[9] Anna, Juízo de Direito da Segunda Vara Cível, Avaliação, 1884, APERS.

lamentares por ocasião das discussões das propostas dos projetos Dantas e Saraiva. A escrava Anna pagou com seu pecúlio o valor que lhe foi dado em audiência e o Juiz de Direito, Bernardo Dias de Castro Sobrinho passou-lhe o Alvará de Liberdade. Semelhante foi o caso da escrava Emilia,[10] que tendo sido classificada para ser liberta pelo Fundo de Emancipação, pediu que lhe nomeassem avaliadores que arbitressem seu valor de indenização. A escrava Emília foi também unanimemente avaliada na quantia de cem mil reís e pagou com seu pecúlio a quantia fixada pela Junta Municipal de Avaliação. Observa-se assim, que uma vez classificado o escravo para ser liberto pelo Fundo de Emancipação e tendo contribuido com seu pecúlio para o pagamento da quantia estipulada, o processo legal era relativamente simples. No entanto, nem todos os senhores aceitavam a decisão das Juntas Classificadoras dos Municípios e alguns reagiam utilizando-se do Recurso de Eliminação de Classificação para resistirem à ação da Justiça e manter seus escravos cativos.

A história da escrava Thomázia,[11] de propriedade de Felipe Licht, em 1883, permite acompanhar mais de perto o desenrolar deste tipo de processo. Diz Thomázia, que tendo um pecúlio de cento cinqüenta mil reis para a sua liberdade em depósito e que tendo tendo feito um requerimento à Junta Emancipadora para se libertar com auxílio do Fundo de Emancipação, espera ser plenamente atendida "em virtude de ser mãe de sete filhos ingênuos e achando-se doente sem poder trabalhar". Ao apresentar-se como mãe, Thomázia adequava-se aos critérios do Fundo de Emancipação para concessão da alforria que hierarquizava os escravos a serem beneficiados em duas categorias: as "familias escravas" e os "indivíduos escravos" privilegiando os primeiros. Segundo os mesmos critérios, "mães com crianças escravas" apareciam em quarto lugar na ordem de preferência. Thomázia acrescenta ainda, que "... não obstante o seu estado de saúde não lhe permitir trabalhar, o seu senhor a quer a isso obrigar, não lhe oferecendo o necessário para a sua manutenção...". Apresentando-se como doente, Thomázia forçava a redução do seu preço e ao queixar-se contra seu senhor, reproduzia a noção consensual do cativeiro injusto, aquele em que o senhor não cumpre com seus deveres do pacto paternalista, justificando assim corretamente seu pedido de liberdade. Thomázia encontrava-se depositada na casa de seu curador, contra quem seu senhor Felipe Licht entrou com uma ação de Levantamento de Depósito, sob a alegação

[10] Emília, Juízo de Direito da Segunda Vara Cível, Avaliação, 1884, APERS.
[11] Thomazia, Juízo de Órfãos, Segundo Cartório, Depósito e Curadoria, 1883, APERS.

de "como já tenha decorrido seis meses, ter ficado o suplente privado de seus serviços". No entanto, encontramos no Livro de um Tabelionato de Porto Alegre que quatro dias após a petição de levantamento de depósito, Thomázia fez um contrato de prestação de serviços com seu curador, Antonio Rodrigues Tavares.[12] Desta forma, após ter tentado a alforria sem sucesso pelo Fundo de Emancipação, Thomázia conseguiu sua liberdade legal recorrendo ao artigo quarto, parágrafo terceiro da lei de 28.9.1871, que permitia ao escravo em favor de sua liberdade contratar com terceiro a prestação de futuros serviços, evidenciando um tipo peculiar de relação entre curadores e escravos, a do curador credor do ex-escravo.

No caso que segue, o proprietário Firmino Martins de Oliveira Prates,[13] tendo sido informado pela Junta Emancipadora de Viamão, que sua escrava Senhorinha juntamente com seu filho Joaquim, havia sido classificada para ser liberta pelo Fundo de Emancipação, requereu a eliminação do filho de Senhorinha, Joaquim, de treze anos, da classificação, argumentando "estar izento [sic] de acompanhar sua mãe nos termos do artigo 1º parágrafo quarto da Lei de 28/9/1871". Em certidão de batismo anexada ao processo consta que Joaquim nascera em 1868 e, portanto, tinha doze anos e por lei era classificado como membro da família da qual não podia ser separado. A decisão do Juiz de Órfãos foi sustentar a classificação da Junta e negar ao senhor Firmino o Recurso de Eliminação da Classificação sob a alegação de que a escrava Senhorinha tinha direito à liberdade por "ser casada com homem livre e concorrer com pecúlio e seus filhos menores, Maria de dez anos e Joaquim de doze deveriam acompanhá-la imediatamente porque atenta contra a regra de favor à família de escravos. A mãe e filhos menores constituem conjuntamente uma familia". O Juiz de Órfãos fundamentado nos critérios para classificação de escravos para alforria pelo Fundo de Emancipação decidiu contra o direito de propriedade do senhor e pelo direito de liberdade da escrava Senhorinha, reconhecendo a primazia da família escrava para obtenção da alforria pelo Fundo de Emancipação.

Emilia Viotti da Costa (1994) chamou atenção para o fato de que alguns proprietários de escravos para evadir-se da alforria pelo Fundo de Emancipação, apressavam-se em alforriar seus escravos com cláusula de prestação de serviços após estes terem sido classificados para serem libertados pelo Fundo.

---

[12] "Contrato de prestação de serviços," Talão no 5, p. 118-9, APERS.

[13] Senhorinha, Juizo de Órfãos, Recurso para Eliminação de Classificação, 1880, APERS.

Este tipo de manobra senhorial parece ter sido o caso do senhor da escrava Josefina, que fora classificada a fim de ser libertada pelo Fundo de Emancipação em 1883. Seu senhor, Antonio Chaves Barcellos, alegou já ter concedido liberdade à mesma escrava com a cláusula de prestação de serviços por dois anos e pediu a exclusão da escrava da classificação.[14]A manobra senhorial para resistir à alforria pelo Fundo de Emancipação, surge outra vez na história da escrava Dionísia, que fora também classificada para ser libertada pelo Fundo de Emancipação, no ano de 1885. Este processo é uma longa batalha judicial envolvendo o Juiz de Orfãos de São Jerônimo, o Juiz de Orfãos da capital e o inventariante da herança do senhor da escrava.[15] O Juiz de São Jerônimo declarou liberta a escrava Dionísia, pelo Fundo de Emancipação, com base no Aviso nº 116 de 11/12/1883, que não permitia ao senhor do escravo mudar a sua condição mediante carta de alforria onerosa depois de classificado e iniciado processo de arbitramento. O inventariante, interessado em fazer prevalecer o valor mais alto de indenização, recusou-se a aceitar a decisão do Juiz de São Jerônimo de libertar a escrava pelo Fundo de Emancipação e acusou a Junta Emancipadora de São Jerônimo, de "cometer excessos e de arrogar-se atribuições que a lei não lhe confere, qual seja, a de invadir território alheio à sua jurisdição." Sem dúvidas, estava sendo difícil para os defensores do direito de propriedade aceitar a intervenção do poder público nas questões de liberdade e por isso, estrategicamente, o inventariante confrontava a decisão dos dois juízes. O suplente do Juiz de Órfãos de São Jerônimo, confirmou a decisão da Junta Classificadora e inverteu a lógica escravocrata afirmando que irregular foi o procedimento do peticionário em não requerer que fosse a parda Dionísia eliminada do Edital da praça em Porto Alegre tendo ciência de que a mesma estava classificada neste municipio para obter sua liberdade pelo Fundo de Emancipação sem ônus algum, preferível ao contrato de prestação de serviços por quatro anos com Dona Maria Carlota Alves de Leão..." O Juiz de Órfãos de Porto Alegre, Bernardo Dias de Castro Sobrinho, confirmou o direito de liberdade da escrava Dionísia pelo Fundo de Emancipação e deixou claro que o conflito entre a defesa do direito de propriedade e o direito de liberdade estava instalado entre as elites gaúchas no final do império.

---

[14] Josefina, Juízo de Direito da Segunda Vara Cível, Arbitramento, 1883, APERS.
[15] Dionísia, Juízo de Órfãos, Precatória, 1885, APERS.

Liberdades com Exibição de Pecúlio

Na historiografia brasileira sobre a abolição, alguns autores subestimaram o acesso dos escravos ao pecúlio na segunda metade do século XIX, assim como sua capacidade de utilizá-lo para a compra da alforria. Tal posição está relacionada à pouca importância dada por estes autores à escravidão urbana e à ênfase na relação de dependência entre senhores e alforriados. Pela lei de 1871, reconhecia-se ao escravo, o direito de possuír pecúlio e de utilizá-lo para compra de sua alforria.[16] Para tanto, a justiça, em processo sumário, chamado Arbitramento, arbitrava o preço a ser pago pelo escravo. Conforme Perdigão Malheiro (1976), em regra era proibido ao escravo dispor de pecúlio, no entanto, foi prática tolerada pelos costumes desde o século XVIII. Foi contudo, somente a partir da Lei de 1871, que o reconhecimento da posse de pecúlio pelo escravo com o fim de indenizar seu senhor para obter a alforria tornou-se um direito legal.[17] De acordo com Joseli Mendonça (1996), a Lei de 1871 fixava o preço dos escravos colocados judicialmente à venda ou que constassem em inventários, para os demais, o preço deveria ser fixado mediante acordo com os senhores. Sempre que o acordo entre senhores e escravos não fosse possível, o preço deveria ser estabelecido por um processo judicial chamado arbitramento de liberdade, estipulado em audiência pública, por três avaliadores para evitar empate. Em 1872, o Decreto 5138 de 13 de novembro, estabeleceu que o preço da indenização seria determinado a partir de exame do escravo, observando-se sua idade, saúde e profissão".[18] Cientes das possibilidades legais que a Lei de 1871 lhes colocava, os curadores transformaram o estado físico do escravo em campo de manobras e os escravos taticamente passaram a apresentar-se como doentes, com idade avançada, inaptos para o trabalho, numa evidente tentativa de reduzir o preço de suas alforrias. Esse é o caso da Ação de Liberdade da escrava Joaquina, de mais de 40 anos de idade, mãe de três filhas, Benedita, de 15 anos de idade, Engracia, de 11 anos e Maria, de 9 anos, que ofereceu a quantia de cem mil reis para sua liberdade, justificando "não só o custo insignificante porque consta que foram compradas estas escravas há cerca de um ano mais ou menos, devido aos jornais que tem

---

[16] "Pecúlio diz-se tudo aquilo que ao escravo era permitido, de consentimento expresso ou tácito do senhor, administrar, usufruir, e ganhar, ainda que sobre parte do patrimônio do próprio senhor" (MALHEIRO, 1986, p. 62).

[17] Artigo 4º da Lei nº 2.040, de 28/9/1871 "É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe convier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos e sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio." (NEQUETE, 1988, p. 281).

[18] Decreto no. 5135 de 13 de novembro de 1872 in Colleção das Leis do Império.

dado ao senhor e seu pouco merecimento por moléstia e inaptidão do serviço...".[19] Além de tentar reduzir seu preço alegando moléstia, Joaquina alegava também os muitos jornais pagos, que somados certamente indenizariam seu senhor, evidenciando mais uma vez, a importância dos ganhos no mercado de trabalho urbano para a obtenção da alforria. Também a parda Camila apresentou um pecúlio de 50 mil reis para sua liberdade justificando "...sofrer de enfermidades que a impossibilita de qualquer trabalho ativo...".[20] Semelhante é o caso da criola Bonifácia, de mais de trinta anos, moradora no Campo do Bonfim, que "tendo um filho do Ventre Livre de nome Justino, de 12 anos também aos seus serviços, apresenta a quantia de duzentos e cinquenta mil reis para a sua liberdade" justificando " o seu pouco merecimento por motivo de moléstia". [21]

Diversos estudos têm sublinhado a importância da escravidão urbana e do escravo de ganho e de aluguel na obtenção da alforria no século XIX.[22] Günter Weimer (1991) destacou a importância do mercado de aluguel de escravos em Porto Alegre na segunda metade do séc. XIX e, particularmente, das mulheres nos serviços domésticos (lavar, engomar, cozinhar) e como amas-de-leite. Os dados levantados nas Ações de Liberdade no Rio Grande do Sul evidenciam a presença majoritária das mulheres escravas no acúmulo de pecúlio e nas Ações de Liberdade e no Rio Grande do Sul..

A ação de liberdade da escrava Sylvina,[23] em 1884, é uma amostra evidente do uso do aluguel para formação do pecúlio na compra da liberdade. Diz seu curador que Sylvina possuía "... trezentos e um mil réis para a sua liberdade depositada em mãos de seu senhor..." que lhe exigiu mais quatrocentos e quarenta e nove réis. A seguir, anexados ao processo estão os recibos do pagamento mensal do aluguel da escrava, na quantia de 22 mil reis, durante dois anos, de 1882 a 1884, assinados por seu senhor. O quase monopólio do pequeno comércio ambulante exercido pelas mulheres escravas e a grande procura de amas-de-leite no mercado de aluguel urbano, parece ter-lhes favorecido, não apenas o acúmulo de pecúlio como também a compra da liberdade de seus filhos ingênuos.[24]

---

[19] Joaquina, Juízo de Direito da Segunda Vara Cível, Arbitramento, 1884, APERS.
[20] Camila, Juízo de Direito da Segunda Vara Cível, Arbitramento, 1884, APERS.
[21] Bonifácia, Juízo de Direito da Segunda Vara Cível, Arbitramento, 1884, APERS.
[22] Ver Karasch (1987), Algranti (1988), Nogueira (1988), e Soares (1988).
[23] Sylvina, Juízo de Direito da Segunda Vara Cível, Arbitramento, 1884, APERS.
[24] Neste período o termo "ingênuo" refere-se especificamente aos filhos de mulher escrava nascidos depois de 28 de Setembro de 1871, que deveriam obter sua liberdade aos 21 anos.

O reconhecimento legal do pecúlio escravo pela lei de 1871 abriu um novo campo de conflitos na relação senhor-escravo. O caso em destaque é o da escrava Esmeralda, de 29 anos, que no ano de 1884 entrou em juízo exibindo a quantia de cem mil réis para indenizar seu senhor. Esmeralda afirmou que "querendo tratar da liberdade e não podendo fazê-lo livre de constrangimento e sem receio de sevícias em poder de seu senhor, o coronel Manoel Correa, domiciliado em Belém, vem requerer a V.Sa. dignar-se nomear-lhe um curador e um depositário, para cujo poder seja removida..."[25] Seu senhor respondeu apresentando em juízo uma carta de alforria onde concedia liberdade para Esmeralda com a condição de servir a sua família por cinco anos. O curador de Esmeralda denuncia a manobra senhorial, mostrando tratar-se do conhecido "golpe da prestação de serviços". Diz ele que "... A carta de liberdade exibida foi sem dúvida antedatada aos 23 de agosto, para com ela pretender-se inutilizar o arbitramento do preço da suplicante e sua libertação livre do ônus da prestação de serviço por cinco anos. (...) o que importa em um expediente ilícito com que supoz o suplicado iludir a lei, as autoridades e a suplicante..." A ação de liberdade de Esmeralda evidencia ainda, que ao entrar com uma ação de liberdade, o libertando tornava-se vulnerável às retaliações de seus senhores. A violência senhorial foi também o motivo que levou a escrava Eva[26], escrava de Manoel Luiz da Costa, a entrar com uma ação de liberdade com apresentação de pecúlio em 1884. A petição menciona que Eva não podia suportar por mais tempo "... os maus tratos e castigos que lhe são infligidos por seu senhor, como pode provar com cicatrizes que tem em seu corpo..." Neste caso, o corpo da escrava serve como prova da violência senhorial. Encontramos anexada ao processo uma carta de liberdade condicional para escrava Eva, sob a condição de prestar serviços por seis anos. Seria mais uma vez "o golpe da liberdade condicional" para impedir o arbitramento da liberdade por exibição de pecúlio? O que se segue é um conflito entre o ex-senhor de Eva e seu curador, intimando o curador, Carlos Ochagavia da Costa, a devolver a escrava que estava depositada em sua casa. O senhor acusa o curador de "... desfrutar os serviços de sua curatelada já há mais de um ano..." O Juiz da segunda Vara Cível determina Mandado de entrega da "preta Eva". O curador recusa-se a devolver a escrava e assina um documento cujo nome curiosamente chama-

[25] Esmeralda, Juízo de Direito da Segunda Vara Cível, Arbitramento, 1884, APERS.
[26] Eva, Juízo de Direito da 2ª Vara Cível desta Capital, Arbitramento, 1884, APERS.

se Auto de desobediência. Nada mais se sabe sobre o destino de Eva. Podería uma liberta permanecer depositada com seu curador, contra a vontade de seu senhor e do Juiz de Direito? Esta é uma das perguntas que somente futuras pesquisas poderão elucidar. O uso da violência senhorial evidencia-se também na ameaça de prisão ao escravo Militão antes do arbitramento de seu preço. Militão, escravo do capitão Joaquim Salgado, depositou na Tesouraria da Fazenda um pecúlio de trezentos réis para obter sua liberdade no ano de 1884. Diz seu curador que "que achando-se pendente apenas de avaliação o preço da liberdade de seu curatelado e constando que sofre ele constrangimento, dando-se mesmo o fato de achar-se hoje nas imediações do edifício da Câmara Municipal um praça da polícia com intenção de prendê-lo, caso tivesse lugar a avaliação, vem o suplente requerer a V.Sa. se digne nomear depositário até a conclusão do processo...".[27] No "Auto de Avaliação", não houve unanimidade entre os examinadores sobre o preço do escravo, prevalecendo a quantia de seiscentos mil réis, superior ao valor do pecúlio depositado. O curador de Militão pede ao juiz para "depositar mais trezentos mil réis generosamente dados ao seu curatelado pelo capitão Cipriano Gonçalves da Silva, como já lhe foram também dados pelo mesmo senhor os trezentos que já se acham em depósito". Repete-se a presença de um cidadão livre emprestando dinheiro a um escravo para compra da liberdade, dívida que provavelmente seria paga com a prestação de serviços pessoais, conforme art. 4o. par. 3. da lei 2.040 de 1871. A liberdade de Militão foi homologada e o pecúlio entregue ao seu ex-senhor.

Concluindo, podemos afirmar que as Ações de Liberdade no Rio Grande do Sul confirmam as recentes reavaliações da historiografia brasileira sobre o impacto da Lei do Ventre Livre, particularmente, no que diz respeito à capacidade dos escravos utilizarem as disposições da Lei de 1871 em seu próprio proveito, questionando os argumentos em defesa da propriedade escrava e utilizando as brechas da lei para defender seus interesses e ampliar suas chances de obter a liberdade. No que se refere ao perfil dos escravos que moveram as Ações de Liberdade contra seus senhores no Rio Grande do Sul, eram majoritariamente escravos nascidos no Brasil, principalmente mulheres, que conseguiram acumular pecúlio e manter uma boa rede de relações sociais com outros escravos, libertos e livres. Era sempre uma pessoa livre que entrava com a petição inicial nas Ações de Liberdade, que emprestava dinheiro

---

[27] Militão, Juízo de Direito da Segunda Vara Cível, Arbitramento, 1884, APERS.

para pagar o preço de avalição do escravo e que protegia o escravo em caso de retaliações. Verificamos ainda um número significativo de curadores e juízes que colocaram-se contra as ambições senhoriais e defenderam o direito de liberdade de escravos(as) nos Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul, na década de 1880. Entre os curadores, destacamos Soter Caio da Silva, José Soares Júnior, Germano Hasslocher e Carlos Ochagavia da Costa. Entre os juízes, destacamos o Juiz de Orfãos Dionísio de Oliveira Silveira e os Juízes de Direito, Salustiano Orlando de Araújo Costa e Bernardo Dias de Castro Sobrinho. Estas alianças parecem ter facilitado aos escravos urbanos resistirem às ambições escravistas de seus senhores com mais segurança. Cabe salientar ainda a necessidade de novos estudos sobre o papel do poder judiciário no movimento abolicionista no Rio Grande do Sul, contrastando discursos e práticas utilizados pelos escravos, seus curadores e magistrados na defesa da liberdade ou na manutenção da escravidão.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. "Slave mothers and freed children: Emancipation and female space in debates on the 'Free Womb' Law. Rio de Janeiro, 1871. *Journal of Latin American Studies* 28/3, 1996, 567-80.

ANDREWS, George Reid. *Pretos e Brancos em São Paulo 1888-1988.* Madison: Wisconsin Press, 1991.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista.* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB. Sidney. *Visões da Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte.* São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *Cultural History.* Ithaca: Cornell University Press, 1988.

COSTA, Emilia Viotti da. *Crowns of Glory Tears of Blood.* New York: Oxford University Press, 1994.

GEBARA, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil (1871-188).* São Paulo: Brasileiense, 1986.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MALHEIRO, Perdigão. *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico, Social I e II Partes.* Petrópilis: Vozes, 1986.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. "A arena jurídica e a luta pela liberdade". In Lília Schwarcz and Letícia Reis, eds. *Negras Imagens.* São Paulo: Edusp, 1996.

NEQUETE, Lenine. *O Escravo na Jurisprudência Brasilera.* Porto Alegre: Ed. Revista de Jurisprência, 1988.

PENA, Eduardo Spiller. *Pagens da casa imperial. Jurisconsultos, Escravidão e a Lei de 1871.* Campinas/SP: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.

WEIMER, Günter. *O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Sagra, 1991.

Historiografia didática castilhista: livros didáticos de história e geografia adotados para as escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul entre 1896 e 1902

*Maximiliano Mazewski Monteiro de Almeida**

Resumo: Conselho Diretor Instrução Pública era responsável pela educação na província Sul-rio-grandense. A reorganização do sistema de ensino republicano, no Rio Grande do Sul, aconteceu pelo decreto nº 89, de 1897. Criando o Conselho Escolar com sete inspetores regionais. A primeira referência de aquisição de livros para o ensino de história e geografia está registrada na Ata de 22 de julho de 1873. O Conselho Diretor autorizava a compra de "*100 livros de 'História do Brazil' de Fe. Pinheiro a 1:800 réis e de 200 'Goegraphias' de Berlinck por 900 réis*". Basear o conhecimento em fontes documentais significa sermos capazes de formular questões que forneçam dados, respostas, interpretações e críticas sobre os conhecimentos extraídos dos fatos históricos, alcançar e analisar os documentos. Tais conhecimentos resultam da investigação histórica, dos estudos historiográficos e como resultados de pesquisa em outras áreas científicas.
Palavras-chave: castilhismo, livro-didático, história, geografia.

Esta comunicação propõe abordar a adoção de livros didáticos para o ensino público de História e Geografia, no Rio Grande do Sul, sob o castilhismo. Tendo como marco temporal o período entre 1896 e 1902.

Mas, é possível falar de livros didáticos para o período correspondente à virada do século XIX ao XX? Essa será a primeira questão a ser respondida, e pode-se adiantar que a resposta é afirmativa. A segunda questão a ser respondida é *como esses livros tornaram-se parte integrante do projeto de construção do Estado Republicano sul-rio-grandense?* e, para complementar: *com o quê essa historiografia contribuía a esse projeto?*

Pode-se verificar que a historiografia, quando trata da temática do livro didático, costuma apontar que tais obras aparecem pela primeira vez com o Decreto-Lei nº 1006, de 30 de dezembro de 1938[1]. O Artigo 2º desse Decreto-Lei, no parágrafo 2º, dizia que os livros de leitura em classe, entre outros nomes, poderiam ser chamados de livro didáticos. E ainda, teria sido criada uma Comissão

* Mestrando em História/ PUCRS _ bols. CNPq.
[1] BALDISSERA, José Alberto. *O livro didático de História: uma visão crítica*. 4ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 1994. p17.

Nacional do Livro Didático para avaliar, certamente, a possibilidade de adoção ou não desses materiais para o ensino nas salas de aula.

O Decreto nº. 89, de 02 de fevereiro de 1897, no artigo 6º, dizia: "Quer nos collegios districtaes, quer nas escolas elementares, será constantemente empregado o methodo intuitivo, servindo o livro apenas de auxiliar, de acordo com programas minuciosamente desenvolvidos". Contudo, somente isso não basta para identificar, como didático, o livro empregado. Há de se buscar as evidências que atestem a existência desse material. Isto é, uma obra historiográfica de uso escolar, tanto do aluno quanto do professor, que servia de objeto auxiliar e de referência, contendo uma carga de informações capaz de dar condições para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Segundo os relatórios enviados pelo Inspetor Geral da Instrução Pública à Presidência do Estado, havia uma notória carência de livros de educação cívica, história e geografia do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, dedicados ao público escolar, até o ano de 1896:

> (...) Sobre história do Brazil ainda não encontrei um compêndio que satisfaça as necessidades do ensino.(...) Sobre esta matéria, penso, devemos procurar um compêndio de chronologia, contendo os factos principais de nossa história (...) Continuo a comentar a falta de uma Geographia e História do Estado, escriptas de acordo com as modernas exigencias do ensino.[2]

Em parte, o problema começaria a ser resolvido, ainda em 1896, com a apresentação da obra de José Pinto Guimarães, O Rio Grande do Sul para as escolas ao Conselho de Instrução Pública do Estado, e encarregado de avaliar e aprovar tais obras:

> Aos 27 dias do mes de agosto do anno de 1896 (...)
> Apresentado também o parecer da mesma secção sobre o livro do Dr. José Pinto Guimarães_ O Rio Grande do Sul para as Escolas_ opinando a secção sobre sua adopção foi aprovado.[3]

---

[2] Relatório Apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Officinas a vapor da Livraria Americana. 1897. O Inspetor Geral, Manoel Pacheco Prates, informava que a obra de José Pinto Guimarães, receberia os tratamentos de impressão gráfica, necessários, para ser distribuída às escolas: "O Rio grande do Sul para as Escolas, J. P. Guimarães, após algumas correções (...) sairá correcto e concorrerá poderosamente para reatar ao presente honroso e digno passado de nossa terra natal, fazendo renascer os costumes rio-grandenses e evocando as nossas gloriosas tradições". [p. 30-4]

[3] Livro de Atas das sessões do Conselho Diretor da Instrução Pública, 1871/1895. Conferência Ordinária do Conselho. p.195. (Livro 55-Instrução Pública- Arq. Hist. R. G. Sul).

O conteúdo, basicamente poemas, projetava o leitor ao universo idealizado do ambiente social e cultural das estâncias[4], cuja base social, a massa analfabeta de gaúchos, fora mobilizada eleitoralmente, mesmo que de forma ilegal, em 1891, e, de 1893 a 1895, militarmente pelos opositores dos castilhistas. O que pode ser considerado como um dos fatores que levaram a ser distribuído apenas em 1900.

Mesmo que, ainda informalmente e sob restrições de seus membros, esse Conselho avaliaria, não apenas obras de cunho historiográfico mas, também, de aritmética, de gramática, e de literatura. A reforma do ensino público, em 1897, com o Decreto nº 89, regulou as atribuições do Conselho, dando-lhe, inclusive um outro nome: Conselho Escolar[5]. Conforme o Artigo 2º, cabia ao novo Conselho Escolar:

> I – discutir e propor reformas e melhoramentos do ensino, bem como a adoção do material escolar.
> II – aprovar livros e qualquer trabalho concernente ao ensino primário (...).

Na ata da primeira reunião, em 20 de dezembro de 1897, do Conselho Escolar, sob novo regulamento, pode-se encontrar o termo "livro didático":

> Sr. Duplan apresentou a seguinte indicação considerando que para approvação e adopção de um livro didático nas aulas sustentadas pelo Estado são dados igualmente importantes_ o formato, a encardenação, o papel, a impressão, correção e preço_ além do valor intrínseco da obra quanto ao methodo, divisão da materia e exposição.[6]

Bem como a Ata da 3ª Sessão, 22 de dezembro de 1897, na fala do Sr. Toscano, registrou:

> Considerando que o Conselho Escolar funciona agora pela primeira vez, colhendo de surpresa aos autores de obras didáticas com a decisão de não receber livros manuscritos e os impressos apresentados depois do dia 20 sejam admitidos ao exame deste conselho todas as obras desse gênero impressas e manuscriptas apresentadas no curso desta sessão (...).[7]

---

[4] GUIMARÃES, José Pinto. *O Rio Grande do Sul para as escolas*. Porto Alegre-Pelotas-Rio Grande: Livraria Americana, 1896. O autor admite que "copiou" integralmente muitas frases completas de J. Cezimbra Jacques. Ensio sobre os Costumes do Rio Grande do Sul(1883). Nota-se que a edição de Guimarães é impressa com a data tentativa ao ano de apresentação no Conselho, haja vista que conforme a documentação, ainda estava no prelo em 1897.

[5] É preciso salientar que o Conselho Escola era um órgão estatal, formado pelos inspetores responsáveis pela fiscalização e avaliação do estado da instrução pública, em nível primário, em cada região do Estado, e que as decisões tomadas por esse conselho eram de âmbito estadual e não apenas local ou regional.

[6] Livro de Atas das Sessões do Conselho Escolar 1897/1904,p.2. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Livro-56. Instrução Pública

[7] idem. p6.

O Inspetor Geral, Manuel Pacheco Prates, nomeou a José Penna de Moraes, Arthur Toscano S. Barbosa e Lucis Cidade para elaborarem pareceres sobre os livros_Historia do Rio Grande do Sul_ de João Cândido Maia; Geographia do Rio Grande do Sul, por Henrique Martins e Poder da Vontade por D. Rosa Fontana.

Os editores sul-rio-grandenses eram, nos fins do século XIX, famosos pela pirataria. Protegidos pela constituição castilhista, imprimiam livros sem autorização dos editores originais e não efetuavam o pagamento de direitos autorais. Temos o exemplo dessa prática, registrado em Ata da 3ª Reunião do Conselho Escolar[8], em 22 de dezembro de 1897, na qual consta a apresentação da obra, entre outras, "O poder da vontade, de D. Rosa Fontana", oferecido para a apreciação do Conselho. Segundo Hallewel, tal livro fora publico por B. L. Garnier, no Rio de Janeiro, traduzido, por orientação do autor Samuel Smiles, a partir da edição francesa. Tendo sido o trabalho de tradução realizado por Antônio José Fernandes dos Reis[9].

O Conselho Escolar, através dos pareceres produzidos pela comissão encarregada da análise, indicava ao Inspetor Geral as obras cuja adoção oficial podia ser efetuada. Há, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no acervo de Instrução Pública, um livro que contém os registros de adoção de livros pelo Estado[10]. Os registros encontrados nesse documento são o que, de definitivo, o Estado, representado pela instituição do Conselho Escolar, adotou. Oficializando como livros a serem distribuídos às escolas públicas. As obras, mesmo que aprovadas pelo Conselho, e que não estivessem registradas nesse livro, não seriam as oficialmente aceitas, impressas e distribuídas em nome da administração estatal.

Vejamos um dos registros efetuados nesse documento:

> Mandado adoptar para o ensino das escolas elementares do Estado o livro 'História do Rio Grande do Sul, por J.[João Cândido] Maia (...) approvado em manuscripto pelo Conselho Escolar em sua 8ª Sessão de 29 de dezembro de 1897, destinado ao ensino elementar, porquanto está bem impresso em bom papel e em formato próprio (...) O mesmo inspector Geral, tendo sido autorizado pelo Conselho a verificar na impressão da referida_ História_ o cumprimento das alterações e corrigendas propostas determina que o dito livro seja presente

[8] Instrução Pública. Arquivo Histórico do R. G do Sul. Livro 56. Livro de Atas das sessões do Conselho Escolar 1897/1904. p 6.

[9] HALLEWELL. Op. Cit. p. 146. A obra "O poder da vontade", de Samuel Smiles, tratava-se de um livro de auto-ajuda. E a editora de Garnier esteve ativa, entre 1860 e 1890, sob sua direção.

[10] Arquivo Hist. do Rio G. do Sul. Instrução Pública. Livro do Registro de Atos de Adoção de livros escolares e material de ensino 1897/1898. Livro -I 195.

> ao mesmo Conselho Escolar em sua próxima reunião para os devidos fins, sem prejuiso da distribuição pelas escolas no corrente anno (...).[11]

E por fim, havia o controle do Almoxarifado da Instrução Pública[12], com o qual pode-se acompanhar o recebimento e o envio seguindo as informações quantitativas descritas nas tabelas que incluíam, além dos livros adotados, materiais de uso em sala de aula, tais como tinteiros, quadros, louzas e até uma "caneca".

É possível individualizar os dados registrados, formando quadros demonstrativos do movimento de chegada e saída, anual, respectivos às obras historiográficas adotadas formalmente pelo Estado. Vejamos, como exemplo, uma forma possível:

	1898	1899	1900	1901	1902	1903	
MAIA, João Cândido. História do Rio Grande do Sul.	4000	1428	1500	-	1000	2000	recebidos
	2380	2820	1633	95	1000	1968	distribuídos
	1620	228	95	-	-	32	existentes

As obras didáticas, adotadas para o ensino, deveriam percorrer um determinado caminho nos setores específicos da organização administrativa da Instrução Pública. Primeiramente, deveriam ser apresentadas à sessão do Conselho Escolar. Reunindo-se, anualmente, a partir de 20 de dezembro, em oito sessões consecutivas. Passando a uma comissão encarregada de avaliá-las, formada por uma tríade de inspetores presentes à sessão. Caso aprovadas, eram enviadas à impressão gráfica nas oficinas da Livraria Rodolpho José Machado que possuía um contrato com o Estado para efetuar esse tipo de serviço e fornecer material escolar.

A seguir, devidamente impressas, eram formalmente registradas no Livro de Atos de Adoção de Livros, seriam reapresentadas ao Conselho, dessa vez como obras oficialmente destinadas ao ensino público. Segundo as necessidades da Instrução Pública, o Inspetor Geral determinaria a quantidade a ser impressa e remetida ao Almoxarifado da instituição, encarregado da

[11] Idem. Ato n.º 4; 08 de março de 1898.p 3.
[12] Livro do registro do mappa demonstrativo dos objetos recebidos pelo almoxarifado da Instrução Pública e distribuído às escolas. 1898/1903.

distribuição do material às aulas públicas do ensino primário no Estado do Rio Grande do Sul.

Encontram-se, ainda, além das obras apresentadas em manuscrito e pessoalmente pelo autor respectivo, outras cuja impressão fora efetuada previamente. Nesses casos, não é mais o autor quem solicita o parecer do Conselho, mas a própria empresa responsável pelo trabalho gráfico. "Aos 27 dias do mês de dezembro de 1897 (...) Lido requerimento de Echemigria & Irmão remettendo ao Conselho exemplares do livro_America_ por Coelho Neto e pedindo parecer sobre elle. Outro do mesmo (...) pedindo parecer (...)_Historia do Brasil_por Sylvio Romero (...)".[13]

Ou, conforme consta, na Ata da Sessão de 22 de dezembro de 1902, quando a gráfica contratada pelo Estado apresentou: "requerimento de Rodolpho José Machado[gráfica] pedindo parecer sobre a [obra]Geografia_de João Franckenberg e sua substituição pela atualmente adotada e que também era de sua propriedade (...)."[14] Tendo sido seu pedido aprovado.

O autor não é, individualmente, o produtor do texto a ser avaliado pelo Conselho. O próprio Conselho Escolar é sujeito da invenção da narrativa historiográfica. Ele intervém, quando necessário, no conteúdo da obra, apontando-lhe às correções e adequações a serem executadas. Pode-se, assim, entender de certa forma, um dos porquês das críticas levantadas por Sylvio Romero à administração do Estado e ao referir-se à Constituição, de 14 de Julho de 1891, como "positivóide castilhista"[15] .

Essa intervenção, sobre o conteúdo da obra, pode ser entendida como um procedimento de controle e de delimitação do discurso historiográfico. As questões do método empregado para a construção dos textos também passavam pelo crivo do Conselho Escolar. Revelando um instrumento de exclusão que exerce seu poder de forma coercitiva e que determina restrições à obra a ser analisada.

É esse um processo de exclusão. Que, por sua vez, foi reproduzido no discurso da historiografia aceita pelo Conselho Escolar. Essa também é marcada pela definição dos excluídos do projeto progressista republicano. Os inca-

---

[13] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Instrução Pública. Livro: 1-56. Livro de Atas das Sessões do Conselho Escolar 1897/1904. Ata da 6ª Sessão.p8.

[14] Idem. p.36.

[15] "(...) absolutismo dictatorial positivista, instituído por Júlio de Castilhos e deturpado ridiculamente pela simplicidade sorridente e loiolesca do seu mumificado sucessor".ROMERO, S. O castilhismo no Rio Grande do Sul. Porto[Portugal], 1912. pp.xxi.2,8-13. citado in: LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*.São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1975.p 111.

pazes seriam identificados, durante o processo de educação, segundo critérios objetivos de avaliação do desempenho, ou por não pertencimento étnico, conforme Franckenberg, ao afirmar que a "*raça caucasea(indo-europea ou branca). É de todas as raças a mais intelligente e culta, sendo quase a única que figura nas páginas da história*".[16]

Ao excluir, a narrativa instaura o privilégio do pertencimento a uma raça, que pelos princípios do positivismo é um dos fatores históricos determinantes do grau de civilização de uma sociedade. Também, intrínsecos, nestas narrativas historiográficas, estão os aspectos expressos, em lei, para o Ensino Público: livre, gratuito e laico.

Na "liccção XXXIII", o autor justifica a posição do PRR, que defende um ensino laico no Estado, interpretando a questão como uma atitude com raízes históricas na sociedade rio-grandense:

> Povo pouco aferrado a crenças religiosas, a despeito do acentuado cunho de moralidade que sempre o distinguiu, o Rio Grande não apresentava o aspecto das populações de outras regiões do nosso paiz, onde o espírito de religiosidade era sobremaneira intenso e desvirtuado, ao ponto de confundir suas fronteiras, não raro com as de um fanatismo boçalisador e enervante.[17]

A materialização dessa historiografia resultou de uma luta intelectual e política que se traduziu no seu próprio discurso historiográfico. E ainda, o domínio desse saber histórico pertencia ao grupo que estava se estruturando no poder local. Os historiadores oficiais oferecem um saber histórico propondo como verdade sua versão dos acontecimentos. O alvo foi um amplo público infantil condicionado sob uma estratégia de domínio político através da disciplina escolar.

É possível interpretar o sistema de educação, sob o castilhismo, como instrumento a serviço de sua doutrina política o qual se apropria dos discursos históricos, os modifica, ao incluir-se como fenômeno imanente na narrativa histórica.

---

[16] FRANKENBERG, João von. *Compendio de Geographia Elementar para uso das escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Rodolpho José Machado, 1903. 1ª edição. p.38. Negros e índios permanecem como excluídos, também, desse projeto. Abrindo um pequena margem de inclusão à chamada raça mongólica, o autor justifica "(...) Os japoneses pertencem na sua maior parte a raça mongólica (...) As producções do Japão são as mesmas que as da china, mas o seu commercio e a sua industria são muito mais desenvolvidas, pór serem dotados os Japonezes de maior intelligência e actividade e terem-se familiarisado rapidamente com a civilização europea." p. 156.

[17] MAIA, João Cândido. *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*. Porto Alegre: Rodolpho José Machado / Typographia de César Reinhardt, 1904. 4ª.ed.p.191-2.

> Por um lado, a escrita representa um rito de sepultamento; ela exorciza a morte introduzindo-a no discurso. Por outro lado, tem uma função simbolizadora essa apropriação do discurso; permite a sociedade situar-se, dando-lhe uma linguagem, um passado, e abrindo assim um espaço próprio para o presente (...)[18].

A negação desse passado abre caminhos para aquilo que está para ser feito.

> Em fevereiro de 1893, dá-se a invasão federalista e principia a guerra civil, encarniçada, feroz e desumana que ensanguenta o solo rio-grandense. (...) Finalmente, em 23 de agosto de 1895, estabeleceu-se a paz que a amnistia concedida pelo congresso Nacional parece firmar definitivamente, e oxalá que assim seja e que os rio-grandenses se compenetrem de que a paz é o melhor dom de que podem gozar para que seu Estado progrida, desenvolva-se e assuma entre seus co-irmãos a posição a que tem direito.[19]

Dessa forma, o passado, ao ser apreendido no texto histórico, é transformado em um limite para o presente. Possibilitando uma visita instrutiva, demarcada por um lugar que está sob a condição de não mais retorno à casa dos vivos.

Enfim, essa historiografia oficial, adotada pelo governo castilhista, servia como livro didático de ensino cívico. A historiografia era uma narração de fatos seletos, grandes personagens, acontecimentos decisivos e, ou, simbólicos. A sua característica original, de educação cívica, era fortalecer o orgulho do pertencimento, o respeito e a dedicação à pátria republicana. Enquanto constituía como os atributos da identidade regional sul-rio-grandense aquilo que mais conviesse à doutrina republicana.

Considerações finais

Os livros didáticos oficialmente adotados para o ensino no Estado do Rio Grande do Sul, entre 1896 e 1902, para realizarem-se como tais, passaram por um processo de avaliação no interior da instituição estatal encarregada da instrução pública. Um órgão específico dessa instituição, o Conselho Diretor de Instrução Pública, que após a reforma de 1897, foi transformado em conselho Escolar, cujas atribuições o encarregavam de julgar a pertinência das obras a serem destinadas ao ensino público.

---

[18] CERTEAU, Michael de. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Ed. Forense.P.71.

[19] MARTINS, Henrique. *Elementos de Chorografia do Brasil*. Liv.: Rodolpho José Machado , Porto Alegre, 1896. p.164. (IHGB)

Encontrou-se, ao longo da pesquisa, nos documentos trabalhados as referências que comprovam que tal historiografia pode ser tratada pela terminologia de "livro didático".

De fato, o Estado responsabilizou-se por disponibilizar impressão e evidentemente, pela distribuição da historiografia adotada, pois autores como Maia e Guimarães apresentaram obras em manuscrito para serem avaliadas pelo Conselho Escolar. Nesses casos, tais obras foram assumidas como de fundamental importância para cumprir as exigências do sistema de ensino implementado devido às exceções abertas para suas aprovações.

Há de ser destacada a finalidade do *Ensino Cívico* como elemento intrínseco do conteúdo da historiografia adotada no Estado. Ao considerá-lo como tal, torna-se claro o seu papel como importante ferramenta doutrinária do castilhismo. Sendo assim, há uma disputa entre memórias, expressa por uma escrita que exclui do espaço educativo os opositores da República. Procurando afirmar-se como o discurso representante da vitória do projeto progressista e pacificador da sociedade sul-rio-grandense.

Bibliografia

BALDISSERA, José Alberto. *O livro didático de História: uma visão crítica.* 4ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 1994.

CERTEAU, Michael de. *A escrita da História.* Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Ed. Forense. 1982.

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense.* 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil(sua história).* Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio L. de Oliveira. São Paulo: Edusp. 1985.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930.*São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1975.

NETO, Kraemer. *Nos tempos da velha escola.* Porto Alegre: Liv. Sulina Editora, 1969.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Paradigmas do estudo da história: os modelos de compreensão da ciência histórica no pensamento contemporâneo.* Porto Alegre: IEL/IGEL. 1991.

Documentos impressos

Relatório Apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Officinas a vapor da Livraria Americana. 31 de julho de 1896. (Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul).

Relatório Apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Officinas a vapor da Livraria Americana. 1897. (Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul).

Relatório Apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Livraria o Globo. 1898. (Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul).

Relatório Apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Officinas Typographicas de Emilio Wideman & Filhos. 30 de julho de 1899. (Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul).

FRANKENBERG, João von. *Compendio de Geographia Elementar para uso das escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Livraria Rodolpho José Machado, 1903. 1ª edição.

GUIMARÃES, José Pinto. *O Rio Grande do Sul para as escolas.* Porto Alegre-Pelotas-Rio Grande: Livraria Americana, 1896.

MAIA, João Cândido. *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico.* 4ª.ed. Porto Alegre: Rodolpho José Machado / Typographia de César Reinhardt, 1904.

MARTINS, Henrique. *Elementos de Chorografia do Brasil.* Liv.: Rodolpho José Machado, Porto Alegre, 1896.

Documentos manuscritos

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Instrução Pública. Livro 55-*Livro de Atas das sessões do Conselho Diretor da Instrução Pública, 1871/1895.*

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Instrução Pública. Livro I-99. *Livro do registro do mappa demonstrativo dos objetos recebidos pelo almoxarifado da Instrução Pública e distribuído ás escolas. 1898/1903.*

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Instrução Pública. Livro-56. *Livro de Atas das Sessões do Conselho Escolar 1897/1904.*

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Instrução Pública. Livro -I 195. *Livro do Registro de Atos de Adoção de livros escolares e material de ensino, 1897/1898.*

Primórdios da difusão do positivismo religioso no Rio Grande do Sul

Paulo Pezat *

Resumo: A influência do pensamento de Comte na República Velha gaúcha é um tema recorrente na historiografia estadual produzida ao longo das últimas décadas. Tais estudos, entretanto, têm centrado-se principalmente nos aspectos políticos e econômicos desta influência positivista, deixando em um plano secundário sua vertente religiosa. O artigo aborda as relações estabelecidas entre os políticos positivistas sul-rio-grandenses, reunidos no Partido Republicano Rio-grandense (PRR), e os positivistas religiosos agrupados em torno da Igreja Positivista do Brasil (IPB). Especial atenção é dada ao pequeno núcleo gaúcho de propagandistas da Religião da Humanidade, composto basicamente por engenheiros que ocupavam funções de destaque na Secretaria de Obras Públicas do governo estadual, intermediando assim as relações entre a IPB e o PRR.

Palavras-chave: Positivismo – Religião – República Velha

O positivismo é um tema recorrente em grande parte das dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas pelos pesquisadores gaúchos dos distintos ramos das ciências humanas entre a década de 1970 e os dias atuais. Tal predileção explica-se pelo caráter *sui generis* da experiência política desenvolvida no Rio Grande do Sul ao longo da República Velha (1889-1930), período em que o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) tornou-se hegemônico e, através da Constituição estadual de 14 de julho de 1891, moldou institucionalmente a sociedade gaúcha com base nos preceitos de Auguste Comte.

De modo geral, tais estudos detiveram-se na análise da influência política exercida pelo positivismo comtiano no sul do Brasil, embora aspectos econômicos e culturais também tenham merecido atenção. Entretanto, apesar da quantidade e da qualidade destas pesquisas, o tema está distante de ser esgotado. Entre os aspectos ainda não suficientemente explorados pela historiografia regional, no que diz respeito ao conhecimento da influência desempenhada pelo pensamento de Comte na República Velha gaúcha, está aquela que se refere às atividades desenvolvidas pelo núcleo sul-rio-grandense de propagandistas da Igreja Positivista do Brasil (IPB), isto é, adeptos da "Religião da Humanidade" fundada pelo filósofo francês na fase final de sua vida.

* Professor do Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Antes de abordar tal assunto, cabe esboçar, de forma sintética, as diretrizes gerais do pensamento de Auguste Comte. Em seu ensaio intitulado *Plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade*,[1] escrito em 1822, Comte apresentou sua classificação hierárquica das ciências, que, da mais geral e simples à mais específica e complexa, seriam a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia e a sociologia. Voltando-se ao estudo desta última, o filósofo procurou conferir a ela a mesma cientificidade que progressivamente estava apoderando-se de suas predecessoras. Assim, no referido ensaio Comte desenvolveu sua "lei dos três estados", segundo a qual as sociedades humanas passariam sucessivamente por três níveis de especulação acerca dos fenômenos: o teológico (ou fictício), o metafísico (ou abstrato) e o positivo (ou científico). Com base nesta lei fundamental e na concepção de que as sociedades humanas se transformariam a partir da interação entre forças tendentes à ordem ("estática social") e ao progresso ("dinâmica social"), Comte elaborou sua Filosofia da História, instrumento com o qual propôs-se a realizar a apreciação do passado e assim determinar o futuro, regulando o presente.

Comte acreditava que, no princípio do século XIX, a sociedade européia já dispunha das condições necessárias para prescindir das crenças sobrenaturais na explicação dos fenômenos, podendo apoiar-se no pensamento científico e racional para compreendê-los. Em termos políticos, o pensamento comtiano caracterizou-se pelo republicanismo, tendo em vista que a monarquia calcava-se na idéia de "direito divino". Entendendo que o pensamento teológico estava esgotado e que o pensamento metafísico era puramente negativo, o filósofo propunha que os indivíduos emancipados pelo pensamento positivo assumissem a direção da sociedade e impusessem uma ditadura republicana, impedindo que a "anarquia espiritual" característica dos períodos de transição proporcionasse o retorno da monarquia. De outra parte, Comte afirmava que a principal tarefa de seus contemporâneos era a de promover a incorporação dos proletários e das mulheres à sociedade, sem para isso recorrer a processos revolucionários. Neste sentido, o lema positivista "conservar, melhorando" caracteriza bem o perfil do pensamento político de Comte.

Embora a idéia de criar uma "ciência moral" já estivesse esboçada em seu ensaio de 1822, apenas em meados da década de 1840 ela tomou uma forma

[1] COMTE, Auguste. "Plano dos trabalhos científicos para reorganizar a sociedade". In: Opusculos de philosophia social (1819-1828). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1899 (tradução de Dinarte Ribeiro).

definida. Para isso foi decisiva a paixão platônica que Comte desenvolveu por Clotilde de Vaux. Quando esta morreu, em 1846, pouco mais de um ano depois de se conhecerem, o filósofo lançou as bases da *Religion de l'Humanité*, a religião "científica e demonstrável", segundo sua definição, em que era cultuada a humanidade passada, presente e futura. Através da Religião da Humanidade Comte pretendia atrair as mulheres e os proletários para o positivismo, entendendo que estes dois grupos não estariam em condições de assimilar racionalmente esta filosofia, em função de suas respectivas missões sociais: a educação dos filhos e o trabalho braçal. De outra parte, o pensador entendia que o ser humano deixa-se convencer mais facilmente pelo sentimento do que pela razão. Neste sentido, a Religião da Humanidade seria aceita por mulheres e proletários em função do altruísmo e do alto padrão de moralidade pelo qual seus sacerdotes e apóstolos deveriam pautar-se, servindo de exemplo para que o conjunto da sociedade se "regenerasse".

Quando Comte morreu, em 1857, seus poucos seguidores franceses estavam divididos: a maior parte aceitava o positivismo apenas como método científico, enquanto um grupo menor aceitava também suas concepções políticas. Raros eram os que aceitavam a vertente religiosa de seu pensamento. Entretanto, se o positivismo político e o positivismo religioso não conseguiram conquistar corações e mentes na França e no restante da Europa, considerável foi a aceitação de ambas as vertentes na América Latina, em especial no Brasil – e mais especificamente no Rio Grande do Sul – entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX.

Nas últimas décadas do século XIX ocorreu a difusão de uma grande variedade de teorias cientificistas oriundas da Europa entre a elite intelectual brasileira, que estava em busca de novos paradigmas para guiá-la na modernização que pretendia implementar no país após a queda do regime monárquico e da escravidão. As incipientes instituições de ensino superior que formavam os advogados, engenheiros, médicos e militares que dirigiriam o Brasil ao longo das primeiras décadas da República serviram de veículo para a difusão de tais idéias. Dentre estas teorias, que muitas vezes eram misturadas de forma eclética pelos jovens acadêmicos brasileiros, destacou-se o positivismo comtiano. Seu poder de atração sobre aquela elite dirigente que estava sendo gestada deve-se, em boa parte, ao seu caráter modernizante e conservador.

Deste modo, a propaganda sistemática do pensamento de Comte teve início no país em 1876, quando foi criada no Rio de Janeiro uma Sociedade Positivista. Entretanto, a complexidade do pensamento comtiano fez com

que muitos de seus adeptos aceitassem apenas parcialmente suas idéias, o que conferiu um caráter heterogêneo à referida instituição, que abrigava em seus quadros tanto positivistas ortodoxos (que aceitavam o positivismo em sua totalidade, enquanto método científico, projeto político e doutrina religiosa) como positivistas heterodoxos (que rejeitavam a religião que o filósofo criou a partir da influência de Clotilde de Vaux, sua "musa inspiradora").

A propaganda da Religião da Humanidade iniciou oficialmente no país em 11 de maio de 1881, quando o *apóstolo* Miguel Lemos, secundado por Raymundo Teixeira Mendes, fundou no Rio de Janeiro a Igreja Positivista do Brasil (IPB), que passou então a exercer intensa atividade editorial, intervindo nos mais variados debates públicos. Poucos meses depois, em fevereiro de 1882, surgiu em Porto Alegre o Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Este, ao contrário dos partidos republicanos surgidos em outras províncias - em geral baseados na doutrina liberal -, elaborou seu programa político a partir do positivismo, passando a divulgá-lo através do jornal *A Federação*, criado no princípio de 1884.

Uma característica importante diferenciava os adeptos destas instituições: os diretores e os *confrades* mais destacados da IPB, em geral, tinham formação em engenharia (civil ou militar); por sua vez, as principais lideranças do PRR eram bacharéis em direito. Portanto, não é de estranhar-se que justamente um republicano gaúcho com formação em engenharia civil tenha servido de elo de ligação entre as duas instituições nascentes. Este indivíduo foi Demétrio Ribeiro, ex-colega de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes na Escola Politécnica (ex-Escola Central) do Rio de Janeiro.

Em carta remetida a Miguel Lemos em setembro de 1883, após solicitar o envio de obras editadas pela IPB para que ele as difundisse no Rio Grande do Sul, Demétrio Ribeiro assim relatou sua tentativa, dois anos antes, de fundar uma sociedade positivista em Porto Alegre:

> Em fins de 81, (...) procurei aqui fundar uma sociedade positivista, e, a julgar pelo número de concorrentes à primeira reunião realizada, deveria eu prosseguir sem receios; porém a falta de preparo de quase todos colocava-me na obrigação de atender a todos os trabalhos e à luta que porventura houvéssemos de travar com os anárquicos da imprensa. Esta expectativa foi para mim um motivo de desalento, não que me julgasse incapaz de um esforço, mas porque temia que a fraqueza do combatente viesse a empanar a boa doutrina. É ainda igual temor que me atém, por hora, a uma propaganda restrita, qual é a das palestras ou a que cabe nas lições que dou.[2]

[2] Carta de Demétrio Ribeiro a Miguel Lemos, em 18 de setembro de 1883. Arquivo da Igreja Positivista do Brasil (AIPB), no Rio de Janeiro.

A ortodoxia de Miguel Lemos fazia com que ele reivindicasse para si a legitimidade na interpretação do pensamento de Comte, vendo com desconfiança aos positivistas heterodoxos que atuavam no campo político. Deste modo, procurava criar mecanismos de controle mútuo sobre os simpatizantes do positivismo, como se percebe no seguinte trecho da carta que o confrade pernambucano Aníbal Falcão, de passagem pela capital gaúcha, remeteu-lhe em março de 1884:

> Quanto ao Demétrio Ribeiro, que me consta conhecer suficientemente a doutrina (...) este nosso confrade está entre os republicanos, dos quais é chefe. Receio muito que os serviços por ele já prestados ao Partido Republicano daqui - e que o tornam entre os seus correligionários indispensável, o mantenham na posição de chefe político. Os seus amigos não deixarão de considerar deserção o seu afastamento da política militante, e creio que isto aqui é argumento de valor decisivo (...).[3]

Cabe aqui esclarecer que Comte aconselhava seus seguidores a absterem-se de participar do jogo político-partidário, entendendo que este somente fomentava o aumento da "anarquia espiritual" e que o positivismo acabaria por se impor naturalmente, graças à sua adequação às leis que regeriam a história. A pressão exercida pelo fundador da IPB sobre seus simpatizantes transparece na carta que Demétrio Ribeiro enviou a Miguel Lemos em junho de 1884, quando aquele justificava que apenas um caso de doença em família o estava impedindo de tornar pública sua adesão à Religião da Humanidade, acrescentando que *"(...) a organização partidária na qual colaborei (...) colocou os republicanos em condições, não direi de aceitar, mas de respeitar sempre as soluções positivistas (...). Se não houver degeneração, creio que os republicanos rio-grandenses poderão merecer sempre a distinção do nosso auxílio"*.[4]

Entretanto, os anos passaram-se e Demétrio Ribeiro não aderiu à IPB, conforme prometera, continuando a participar ativamente das atividades do PRR. Em carta escrita em agosto de 1889, apenas alguns meses antes da proclamação da República, Demétrio Ribeiro assim relatou a Miguel Lemos a situação do Rio Grande do Sul e do PRR nos momentos que precederam a chegada desta ao poder:

> Vivo em um meio simpático ao positivismo. Acredito que para este resultado muito tem concorrido o meu esforço desinteressado como político, que vai desafiando imitadores entre os republicanos rio-grandenses. Recordo-me de

[3] Carta de Aníbal Falcão a Miguel Lemos, em 18 de março de 1884. AIPB.
[4] Carta de Demétrio Ribeiro a Miguel Lemos, em 12 de junho de 1884. AIPB.

> te haver escrito há anos que os republicanos desta província mereceriam (...) a atenção especial dos positivistas. Confirmo as minhas presunções daquela época, porque à invocação banal das fórmulas positivistas que então não compreendiam, se vai substituindo a tendência mais e mais acentuada de aceitarem sem restrições a aplicação oportuna da ditadura republicana.
> Estou certo de que, no momento, a parte preponderante na direção partidária da agremiação republicana não pensa colaborar no estabelecimento de uma República parlamentar, com os inseparáveis anexos do ensino e da igreja privilegiados.
> E se nas medidas de caráter negativo o acordo já é perfeito, compreende-se que nas de caráter orgânico, dadas as condições de sinceridade patriótica que ainda não desmentiram, só o que falta aos republicanos rio-grandenses é o influxo incessante de uma boa direção.
> Para isso é que preciso agora, mais do que nunca, dos teus conselhos e de tuas francas opiniões acerca de minhas relações com o grupo político, que tão decidido empenho tenho em arregimentar.[5]

Pouco mais de três meses depois de escrever esta carta, Demétrio Ribeiro passou a integrar o governo provisório republicano, na condição de ministro da Agricultura e das Obras Públicas. Ao lado de Benjamin Constant, que então reaproximou-se de Miguel Lemos e Teixeira Mendes (com os quais havia rompido em 1881, por não aceitar submeter-se às suas opiniões), Demétrio Ribeiro passou a atuar como interlocutor da IPB junto ao novo governo. Desta forma, diversos projetos formulados por aqueles *apóstolos* da Religião da Humanidade foram implementados, como o de laicização do Estado e o de oficialização da bandeira republicana com o lema positivista "Ordem e Progresso", idealizada por Teixeira Mendes e executada por Décio Villares.

Não chegou a três meses o tempo de permanência de Demétrio Ribeiro no governo provisório republicano, do qual afastou-se em razão do descontentamento com a crescente preponderância de Ruy Barbosa nas decisões tomadas. Por outro lado, no Rio Grande do Sul o ex-ministro viu seu espaço político ser restringido pelo domínio de Júlio de Castilhos sobre o órgão de imprensa do PRR e, por conseguinte, sobre o conjunto da estrutura partidária. Cabe ressaltar que os vínculos de Castilhos com o pensamento de Comte eram tão antigos quanto os de Demétrio, embora não mantivesse relações com os diretores da IPB.

Tanto Júlio de Castilhos como Demétrio Ribeiro elegeram-se deputados em maio de 1890, representando o Rio Grande do Sul na Assembléia Nacional Constituinte que passou a reunir-se em novembro do mesmo ano.

[5] Carta de Demétrio Ribeiro a Miguel Lemos, em 10 de agosto de 1889. AIPB.

Entretanto, o posto de líder da bancada gaúcha coube a Castilhos, indicado pela maioria da bancada para representá-la na "comissão dos 21", que deveria avaliar o pré-projeto elaborado por um grupo previamente indicado pelo governo provisório. Segundo Joseph Love, enquanto constituinte em nível nacional Castilhos não procurou aplicar o ideário comtiano ao Brasil como um todo, por entender que tal seria impossível, ao contrário de Demétrio Ribeiro, que apresentou aos seus pares diversas propostas elaboradas pelos diretores da IPB.[6]

Concluída e promulgada a Constituição federal de 24 de fevereiro de 1891, que foi fortemente influenciada pela constituição norte-americana, de perfil liberal, uma comissão composta por Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Ramiro Barcellos passou a elaborar um projeto de constituição estadual para o Rio Grande do Sul. Conforme admitido depois por estes dois últimos, o trabalho foi inteiramente realizado por Castilhos. Este, a partir da liberdade assegurada pelo texto federal para que os estados organizassem suas instituições políticas de acordo com suas peculiaridades, elaborou um projeto de constituição estadual com base no pensamento de Comte.

De outra parte, em janeiro de 1891 havia sido criado na cidade de Rio Grande o *Club Cooperador Positivista Sul-rio-grandense*,[7] que visava auxiliar a propaganda positivista naquela cidade, subordinando-se para isso à IPB. Seus 24 sócios-fundadores eram quase todos funcionários públicos de alto escalão envolvidos nas obras do porto local. Em abril do mesmo ano foi fundado o *Club Cooperador Positivista de Porto Alegre*, contando com dez integrantes, entre os quais Demétrio Ribeiro.

A fundação destes dois clubes cooperadores da propaganda positivista levou Miguel Lemos a modificar os estatutos da IPB. Assim, na *Circular* anual de 1891, foi acrescido o 21º artigo, estabelecendo que

> Os clubes cooperadores da propaganda positivista já fundados nas cidades de São Paulo, Porto Alegre e Rio Grande do Sul (sic), e os que vierem a fundar-se com o mesmo fim em outras localidades, ficam considerados elementos coletivos da liga religiosa, compostos de pessoas que já simpatizam em graus diversos com as soluções oferecidas pelo positivismo, mas sem nenhuma filiação sistemática ao Apostolado.[8]

---

[6] LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 47.

[7] Sobre o assunto ver PEZAT, Paulo Ricardo. "O Club Cooperador Positivista Sul-rio-grandense e a propaganda da Religião da Humanidade na cidade do Rio Grande (1891-1894)". In: *Biblos*, Rio Grande, nº 11, 1999, p. 107-117.

[8] LEMOS, Miguel. *O Apostolado Pozitivista do Brazil - undécima circular anual (1891)*. Rio de Janeiro: Igreja Pozitivista do Brazil, 1892, p. V. Acervo da Capela Positivista de Porto Alegre, ACPPA.

Percebe-se então que o diretor da IPB passou a tolerar a colaboração de simpatizantes que não pertenciam organicamente ao grêmio religioso por ele chefiado, talvez entusiasmado pelo espaço que o positivismo conquistara nos tempos iniciais da República e pensando em ampliá-lo. Entretanto, não tardou para que Miguel Lemos se arrependesse, pois logo estes clubes cooperadores passaram a atuar por conta própria, tomando iniciativas sem consultá-lo. Reveladora desta situação é a carta que Henrique Alberto Carlos, presidente do Clube Cooperador Positivista de Porto Alegre, lhe enviou em 11 de maio de 1891, dizendo que

> O positivismo não é neste estado, como em muitos outros, senão uma aspiração vaga de poucos, um desejo ardente de meia dúzia. Não vos deixeis iludir pelo fato de existirem neste estado dois clubes positivistas. Se o positivismo tem atraído as simpatias no Rio Grande é porque tem estado encarnado em Demétrio, que possui essas simpatias: o povo ignorante julga uma doutrina não em si mesma e sim pelos seus efeitos úteis e pelos homens bons que a seguem. No dia em que a doutrina positivista for sofismada dando lugar ao despotismo e que tiver por diretores homens maus, ela se desacreditará. Pois bem, é disso que estamos ameaçados no Rio Grande. Júlio de Castilhos não é nem pode ser positivista, porque lhe faltam as qualidades de coração. Se promulgou uma constituição de caráter positivista foi em conseqüência da formação do Partido Federal, que aceitou a política positiva indicada no manifesto de Demétrio. Entretanto fundou a doutrina positivista em alguns artigos afim de preparar sua autocracia no governo.
>
> Enfim, podemos resumir a situação do positivismo no Rio Grande fazendo a seguinte classificação: 1º) uns 1.000 habitantes que conhecem alguma coisa do positivismo, dentre os quais uns 500 não o aceitam nem o combatem, e dentre os que aceitam uns 300 são incapazes de praticá-lo, restando portanto uns 200 positivistas sinceros; 2º) uns 40.000 eleitores que são simpáticos ao positivismo, não porque conheçam a doutrina e sim porque acompanham Demétrio e sabem que ele é positivista (...); 3º) a maioria da população, que é indiferente ao positivismo, e que portanto está pronta a aceitá-lo ou repeli-lo, conforme a simpatia ou a antipatia que lhe inspirar o governo portador dessa doutrina (...).[9]

Esta demonstração de independência por parte do presidente do Clube Cooperador Positivista de Porto Alegre e a referida aproximação de Demétrio Ribeiro relativamente à oposição liberal gaúcha liderada por Gaspar Silveira Martins (que havia sido hegemônica no Rio Grande do Sul ao longo das duas últimas décadas do Império) levaram Miguel Lemos a chamar a atenção de seu antigo colega da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Como pano de fundo da polêmica estava a divulgação do projeto de constituição estadual elaborado

[9] Carta de Henrique Alberto Carlos a Miguel Lemos, em 11 de maio de 1891. AIPB.

por Júlio de Castilhos, que motivou o fundador da IPB a enviar-lhe um telegrama de congratulações. Tal iniciativa desagradou a Demétrio Ribeiro que, em conflito aberto com Castilhos, pedia que Miguel Lemos se eximisse de intervir na questão.

Escrevendo a Demétrio Ribeiro naquele mesmo dia 11 de maio de 1891, Miguel Lemos afirmava que não precisava esperar sua opinião para manifestar-se acerca do projeto de Constituição elaborado por Castilhos. Ao contrário, era Demétrio quem deveria abster-se de opinar enquanto não recebesse seus conselhos. Continuando, Miguel Lemos foi bastante duro na apreciação da conduta de seu antigo companheiro:

> Se A Federação está tirando proveito do meu telegrama ao governador a culpa é tua, porque em vez de receberes a constituição com os aplausos a que ela tinha direito, (...) caíste no erro de recebê-la de lança em riste, decidido a não dar-lhe quartel, e a só esmiuçar as suas imperfeições ou lacunas, sem proclamar e aprovar o que ela tem de bom, e que é muito. (...). Como, pois, querer condenar em absoluto a obra dos teus adversários só porque eles não fizeram tudo quanto está no programa positivista? Eles também te poderiam replicar do seguinte modo: "Aceitamos o terreno em que vos colocais de uma completa submissão à doutrina positivista. Vamos então examinar, sob este ponto de vista, a vossa conduta. Como é que sois político, deputado, chefe de partido, quando Augusto Comte, fundado em muito boas razões, proibiu aos seus discípulos (...) que ocupassem cargos políticos durante a transição? Como é que sois jornalista, quando Augusto Comte não têm expressões assaz severas para condenar semelhante ocupação?" (...). Estou convencido de que não poderias responder nada de valioso a semelhantes argüições, dado o ponto de vista de intransigência em que te queres colocar para julgá-los. (...).
>
> Perguntas-me: que confiança pode inspirar quem neste momento arma força pública para oprimir cidadãos? Respondo: tanta, e até mais, do que merecem os gasparistas e outros politiqueiros antigos com quem te coligaste para a luta eleitoral. (...).
>
> A auréola de inteireza política que até há pouco tempo circundava o teu nome está prestes a desaparecer. Vejo todos inclinados já a não ver em ti senão um "politiqueiro" como outro qualquer.(...).
>
> Ainda uma vez apelo para tua retidão e para o teu patriotismo. Rompe esses laços indignos das grandes esperanças que em ti depositamos (...), renuncia por ora ao mando político, como ensina o nosso Mestre, e sacudindo a poeira verminosa com que te cobriste nessa arena empestada (...), dedica-te, por meio de uma propaganda leal, sincera, coerente e alheia às intrigas eleitorais, a preparar a situação que de futuro poderá permitir o teu predomínio político.[10]

[10] Tal carta acha-se reproduzida, na íntegra, em: LEMOS, Miguel. *O Apostolado Positivista do Brazil - décima-terceira circular anual (1893)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brazil, 1894, p. 64-72. ACPPA.

Ficando esta carta sem resposta, as relações entre Miguel Lemos e Demétrio Ribeiro foram cortadas. Com a adesão de Demétrio e de quase todos os integrantes do Clube Cooperador Positivista de Porto Alegre às forças federalistas que procuravam depor Júlio de Castilhos do poder estadual, tal associação foi considerada extinta no princípio de 1893. Na mesma época ocorreu a extinção do Clube Cooperador Positivista Sul-rio-grandense, sediado na cidade de Rio Grande, embora seus integrantes jamais tenham contestado a autoridade dos diretores da IPB.

Vitoriosas as forças castilhistas contra os antigos liberais unidos aos republicanos dissidentes, a Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891 entrou em vigência efetiva, viabilizando a mais ampla, radical e duradoura experiência de estruturação política e jurídica de uma sociedade com base no positivismo, moldando institucionalmente a sociedade gaúcha entre 1891 e 1930. Para a elaboração deste texto constitucional Castilhos inspirou-se no projeto apresentado pela IPB à Constituinte federal,[11] havendo trechos praticamente idênticos. Não é de se admirar, portanto, que Miguel Lemos a considerasse como "a mais avançada do Ocidente".

A Constituição elaborada por Castilhos tinha as seguintes características principais: presidente eleito diretamente, com mandato de cinco anos, podendo reeleger-se mediante a obtenção de três quartas partes dos votos; concentração dos poderes de legislar e executar nas mãos do presidente, com a Assembléia dos Representantes reunindo-se apenas dois meses por ano e tendo poder apenas para votar o orçamento; livre nomeação dos integrantes do poder judiciário pelo presidente, a partir da lista de aprovados em concurso; concessão de poderes ao presidente para intervir em municípios, fundindo ou desmembrando seus territórios; liberdade de exercício de toda e qualquer profissão, com a não exigência de diplomas acadêmicos; ampla separação entre os poderes temporal e espiritual; e, finalmente, ensino primário leigo, livre e gratuito, ficando o ensino secundário e superior entregue à iniciativa de particulares.

É importante destacar que, na impossibilidade de instituir claramente um poder ditatorial, a constituição castilhista previu mecanismos que asseguravam a perpetuação do PRR no poder, como o voto aberto (derivado do lema comtiano "viver às claras") e a inexistência de uma justiça eleitoral indepen-

[11] LEMOS, Miguel & MENDES, Raymundo Teixeira. *Bazes de uma Constituição politica ditatorial federativa para a República brazileira*. Rio de Janeiro: Igreja Pozitivista do Brazil, 1890. ACPPA.

dente. Por outro lado, não pertencendo a democracia ao ideário positivista, o projeto político do PRR não vacilava em recorrer à fraude eleitoral quando necessário.

A extinção dos clubes cooperadores positivistas de Porto Alegre e de Rio Grande, no contexto da Revolução Federalista, não acarretou na interrupção da distribuição das obras editadas pela IPB no Rio Grande do Sul. Esta teve continuidade através do médico-militar e confrade daquela agremiação religiosa Joaquim Bagueira Leal, que acompanhou as tropas federais que vieram ao estado para lutar ao lado das forças castilhistas. Estabelecendo-se com sua família em Pelotas, Bagueira Leal lá manteve um depósito de publicações positivistas entre o final de 1893 e o princípio de 1896, quando retornou ao Rio de Janeiro.

Posteriormente, a partir de 1897, este depósito de publicações positivistas foi transferido para Porto Alegre, sob a responsabilidade de Joaquim José Felizardo Júnior. Em 1898, quando Felizardo Júnior ficou algum tempo afastado da capital do Estado, o referido depósito ficou sob a responsabilidade de seu cunhado, o capitão do Exército Antônio Pereira Prestes, pai do futuro líder comunista Luís Carlos Prestes. Entre 1899 e 1906, ano de sua morte, a distribuição das publicações da Igreja Positivista do Brasil ficou novamente a cargo de Felizardo Júnior. A partir de então e até meados da década de 1930, tal atribuição coube a Carlos Torres Gonçalves, sendo que desde 1928 as referidas publicações acham-se depositadas no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre.[12]

Referências bibliográficas:

COMTE, Auguste. "Plano dos trabalhos científicos para reorganizar a sociedade". In: *Opusculos de philosophia social (1819-1828).* Porto Alegre: Livraria do Globo, 1899 (tradução de Dinarte Ribeiro).

LEMOS, Miguel. *O Apostolado Pozitivista do Brazil - undécima circular anual (1891).* Rio de Janeiro: Igreja Pozitivista do Brazil, 1892.

[12] Acerca deste acervo, ver PEZAT, Paulo Ricardo & LEAL, Elisabete da Costa. *Capela Positivista de Porto Alegre: acervo bibliográfico, documental e iconográfico.* Porto Alegre: Fumproarte/PPG-História da UFRGS, 1996.

LEMOS, Miguel. *O Apostolado Pozitivista do Brazil - décima-terceira circular anual (1893).* Rio de Janeiro: Igreja Pozitivista do Brazil, 1894.

LEMOS, Miguel & MENDES, Raymundo Teixeira. *Bazes de uma Constituição politica ditatorial federativa para a República brazileira.* Rio de Janeiro: Igreja Pozitivista do Brazil, 1890.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930.* São Paulo: Perspectiva, 1975.

PEZAT, Paulo Ricardo & LEAL, Elisabete da Costa. *Capela Positivista de Porto Alegre: acervo bibliográfico, documental e iconográfico.* Porto Alegre: Fumproarte/PPG-História da UFRGS, 1996.

PEZAT, Paulo Ricardo. "O Club Cooperador Positivista Sul-rio-grandense e a propaganda da Religião da Humanidade na cidade do Rio Grande (1891-1894)". In: *Biblos*, Rio Grande, nº 11, 1999, p. 107-117.

Violência na fronteira: o seqüestro de negros do Estado Oriental (séc. XIX)

Rafael Peter de Lima[*]

Resumo: A partir da percepção do notável crescimento do número de casos de seqüestros de negros orientais para serem comercializados como escravos na Província de São Pedro em meados do século XIX, o presente trabalho se propõe a analisar alguns aspectos relativos à atividade destas redes de tráfico que se estabelecem na região. O foco dos debates estará centrado nas ações empreendidas pelos representantes consulares uruguaios na medida em que se opuseram à prática de tais crimes e atuaram em defesa das vítimas. Como fontes primárias foram utilizadas comunicações oficiais recebidas e enviadas pelos consulados orientais, fontes jurídicas e policiais, além de artigos publicados em jornais da época.

Palavras-chave: escravismo, seqüestro de negros na fronteira Sul, redução à escravidão, ações da diplomacia oriental.

Escravismo na fronteira Sul (meados do século XIX)

Para tratarmos do tema específico referente aos seqüestros de negros do Estado Oriental faz-se necessário compreender o contexto político, econômico e social em que estas ações são postas em prática. Em primeiro lugar destaca-se a região de fronteira como uma área com dinâmica própria, a qual avança sobre a imaginária linha fronteiriça, compondo ambos os lados um espaço de mútuas influências e de intercâmbios permanentes. Segundo Piccolo (2005:578), "Neste espaço, no decorrer do tempo, foram construídas diversas fronteiras, que se organizaram mediante um processo de apropriação de gado e terras, processo que se desenvolveu com avanços e recuos, com encontros e confrontos".

Neste ambiente fronteiriço de meados do século XIX a escravidão desempenhou um papel fundamental. Seja trabalhando nas estâncias como "roceiros", "campeiros" ou "domésticos", seja diretamente nas charqueadas - onde sua concentração podia chegar a quase 40% do total da população de cidades como Jaguarão e Pelotas (ZARTH, 1988:48) –, os escravos representaram um aporte de essencial importância para a região. E não só nas atividades de maior destaque econômico, como às ligadas a pecuária e a agricultura. O trabalho

* Graduado em História (UFRGS), especialista em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (UNILASALLE)

escravo foi utilizado nos mais variados setores, tanto no campo quanto nas cidades. "Neste sentido, o sistema escravista no Rio Grande do Sul nada teve de peculiar, isto é, o Rio Grande do Sul foi tão escravista como outras províncias onde, por exemplo, a 'plantation' configurou o sistema socioeconômico" (PICCOLO, 1992:1).

Além de exercer inúmeras atividades de caráter "civil", o contingente negro da região platina foi com freqüência a "mão armada" a travar batalhas sob o comando de caudilhos locais. Sua presença nos grandes conflitos da época – disputa pela Cisplatina (1811-1828), Guerra Grande uruguaia (1839-1852), "Revolução Farroupilha" (1835-1845) e Guerra do Paraguai (1864-1870) – atesta sua elevada importância estratégica. Ao tratar do caso da Província de Buenos Aires, Reichel (1990:259) aponta que "É no papel de executora do projeto expansionista da fronteira que temos que destacar a atuação dos negros após a Independência. Em troca da liberdade, eles se engajaram nas campanhas militares". Assim tanto foram requisitados compulsoriamente quanto, por iniciativa própria, ingressaram em hostes armadas.

Ao serem aprovadas as leis abolicionistas uruguaias em 1842 e 1846, um outro cenário se estabelece na região. As tensões entre o lado brasileiro ainda escravista e o uruguaio com a escravidão legalmente proibida forjam uma nova dinâmica local. Petiz (2001) demonstrou o crescimento das fugas de escravos da Província de São Pedro em direção ao Estado Oriental e como estas representaram um elemento desestabilizador do sistema escravista. Zabiela (2002) analisou a ingerência brasileira em território uruguaio, verificada na presença de grandes propriedades de estancieiros sul-rio-grandenses em solo oriental – instalados com todos seus bens e escravos - e, principalmente, materializada nos tratados de 1851 que encaminharam o fim da Guerra Grande, através dos quais o Brasil impõe uma soberania limitada e tutelada à República platina.

É neste contexto que

> En la frontera se establecieron corrientes migratorias de población negra en ambas direcciones. Por un lado, las fugas de esclavos brasileños, por otro, los raptos de morenos orientales llevados a Brasil. El fin del tráfico en 1850 determinó carencias crónicas de mano de obra esclava y en consecuencia su alza de precio. De este modo, se iniciaron y sucedieron secuestros de morenos orientales en el espacio fronterizo, quienes eran capturados para ser trasladados a Brasil, en donde eran vendidos como esclavos (BORUCKI, CHAGAS & STALLA, 2004:149).

Fronteira, escravização e a luta pela liberdade

Ainda segundo Borucki, Chagas & Stalla (2004:149), desde o ano de 1844 são usuais as denúncias do governo uruguaio ao brasileiro sobre os seqüestros de negros orientais e sua transferência para o Brasil para serem vendidos como escravos. Estes casos referiam-se, principalmente, a soldados que se deslocavam na zona de fronteira. A partir da abolição da escravidão na República Oriental e da proibição e rígido controle do tráfico no Brasil – com o conseqüente aumento do preço dos escravos – o Rio Grande do Sul se torna fornecedor de escravos para o mercado interno nacional. Neste momento a Província não mais pode concorrer com as pujantes regiões de *plantations*, expondo suas próprias carências da mão-de-obra (TARGA, 1991). No período se verifica um veloz crescimento das ações criminosas praticadas pelos raptores. Em 1856, Santiago Rodrigues, cônsul oriental em Rio Grande, denuncia ao Presidente da Província o "aterrador incremento que ha tomado este criminal trafico de cuatro años á esta parte"[1].

Com a intenção de combater tal crime, o governo oriental incumbe seus representantes na Província do Rio Grande do Sul de agirem em socorro das vítimas. Segundo as "Notas Reversais" acordadas entre os governos uruguaio e brasileiro em julho e setembro de 1858,

> En que tan luego como la Legacion de la Republica en la Corte á algunos de los vice Consulados Orientales en las Provincias reclamen como livre una persona de color que hubiese recidido en el Estado Oriental sea esa persona manutenida en libertad como permiten las Leyes del Imperio en virtud de requisicion y bajo responsabilidad del Agente Oriental el cual deve ser oído sobre el merito de la prueba que fuese producida respecto del Estado de la persona de que se trata, e de la fecha y del modo porque salio del Estado Oriental.[2]

Os esforços dos diplomatas uruguaios não foram bem recebidos pela elite local que se beneficiava com o comércio e o trabalho escravo. Em Jaguarão, o vice-cônsul oriental foi torpedeado com uma inflamada campanha pública desde os primeiros dias em que assumiu seu posto. Em artigo publicado no dia 15 de agosto de 1857, o jornal "Echo do Sul" assim expõe a situação:

---

[1] Carta enviada ao Presidente da Província, com data de 1º de maio de 1856, pelo cônsul oriental em Rio Grande, Santiago Rodrigues. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), Consulados e Legações, Uruguai (1840-1858), maço CN-24, caixa 12.

[2] Carta enviada ao juiz municipal de Pelotas, com data de 09 de dezembro de 1858, pelo vice-cônsul oriental Benito Manuel. AHRS, Consulados e Legações, Uruguai (1840-1858), maço CN-24, caixa 12.

> Poucos dias apenas são decorridos, que fôra nomeado, vice-consul da Republica Oriental, nesta cidade, o Sr. José Benito Varella: no entanto que, já em tão curto periodo de tempo, esse senhor, ou adrede, ou por ignorar os deveres inherentes a seu cargo, tantos actos reprovados, tem praticado no exercicio de taes funcções, que não podemos, á vista dos clamores, que por toda a parte ouvimos, deixar de patentear esses actos, pedindo, ou a cessação delles, por parte de Sr. vice-consul, ou providencias de quem competir, para que se não continue a pratical-os.[1]

Os "actos reprovados" aos quais o texto se refere estão relacionados à emissão de documentos consulares autorizando a libertação de escravos que seriam naturais da República Uruguaia. Ainda segundo o jornal, "se formos neste andar, dentro em poucos dias não haverá um só captivo em Jaguarão, porque o Sr. Varella terá dado a liberdade a todos, e os naturalizado a todos orientaes". Embora as ações do vice-cônsul possam ser questionáveis do ponto de vista jurídico, é sintomática a imediata e vigorosa reação dos setores ligados à escravidão, ao usarem a mídia impressa para defender seus interesses. De forma ainda mais explícita o artigo conclui em aberto tom de ameaça: "Esperamos que o Sr. Varella, se compenetrará de que tem errado, e que d'ora em diante evitará a reproducção desses erros, e remediará os que tem praticado, sob pena de ter de passar por alguns dissabores se assim o não fizer".

Na edição de 7 de fevereiro de 1858 do jornal "Echo do Sul" novamente aparece a figura do vice-cônsul Varella. Desta vez o jornal noticia a derrota que sofreu em um processo movido contra o senhor de escravos Leopoldo de Araujo Braga, denunciado por estar compactuando com o crime de reduzir pessoas livres à escravidão. As ameaças revelam o incômodo provocado pelas atitudes do vice-cônsul e a derrota jurídica seria apenas um anúncio do que estaria por acontecer. Na documentação pesquisada encontra-se uma comunicação do presidente da Província de São Pedro para o Ministro da Justiça relatando que fez "seguir para a Província de Santa Catarina o oriental Benito Varella, ex-vice-cônsul de Jaguarão. Foi preso na freguesia de Arroio Grande, Termo de Jaguarão, por suspeita de aliciador de escravos para insurgirem-se". Embora admita que "indagações posteriores convencem-me de não serem fundadas essas suspeitas", o presidente da Província justifica a condenação – ainda que sem provas concretas –, pois "há razões para ser ele um desses espiões que dizem ter o Governo Oriental nesta Província"[4].

---

[1] Jornal "Echo do Sul", Ano 2, Jaguarao, nº 115, Sábado, 15 de agosto de 1857.

[4] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN), série IJ1 585, Correspondência de Presidentes de Província a Ministros da Justiça.

A imagem de orientais como responsáveis pelo aliciamento e sedução de escravos, promovendo revoltas e fugas, era algo bastante difundido na época. Ainda que houvessem casos comprovados, certamente não se poderia imputar tais crimes a todos os uruguaios que estivessem presentes na província rio-grandense. Porém, tendo em vista o caso do vice-cônsul Varella, parece viável a hipótese de que a mobilização desta imagem negativa se prestou a combater os orientais que de alguma forma contrariaram as aspirações escravistas.

Outro caso concreto de aberta disputa entre representantes uruguaios no Rio Grande do Sul e autoridades brasileiras deu-se na região de Pelotas e Rio Grande. O tema central das polêmicas novamente refere-se às reivindicações para a libertação de negros orientais que estariam sendo indevidamente escravizados na Província sulista. Em correspondência dirigida ao presidente da Província, o delegado pelotense Alexandre Vieira da Cunha afirma que o cônsul oriental em Rio Grande "não sabendo cumprir seos deveres, (...) procura ferir a reputação de uma Authoridade Brasileira que se preza de saber respeitar os direitos inter-Nacionaes que aquelle Consul não conhece e nem sabe dar-lhe o devido acatamento"[5]. O ataque do delegado está relacionado a uma queixa feita pelo cônsul ao presidente da Província devido a este não ter reconhecido títulos de nacionalidade expedidos por aquele consulado. Estes títulos eram relativos a dois indivíduos que, de acordo com o cônsul, estavam sendo compulsoriamente qualificados para atuar na Guarda Nacional. A versão do delegado é de que, com uma "insólita e criminosa evasiva apatrocinada por aquelle Consul", os envolvidos se diziam orientais para escapar ao serviço militar. Porém na mesma carta reconhece que

> Não é esta a primeira vez que tem subido ao conhecimento de V.Exa. queixa de diversos Consules contra mim irrogadas todas ellas infundadas e sem aquella consideração e respeito que devem guardar aos empregados uma Nação soberana, independente e que sabe conservar ileso o direito das Gentes.

Ainda pede que "por esta ocasião me permita V.Exa. que solicite as medidas necessárias para que não repita tão insólito proceder".

Embora procurando usar o poder de autoridades superiores no intuito de intimidar a ação dos cônsules, novamente o Delegado Cunha se vê obrigado a dar explicações sobre um caso envolvendo negros orientais. Em 20 de novembro de 1856 o cônsul uruguaio em Rio Grande comunica ao presidente

[5] Carta do delegado de polícia de Pelotas, Alexandre Vieira da Cunha, enviada ao presidente da província, com data de 25 de fevereiro de 1856. AHRS, Polícia – Correspondência Expedida (1856), maço 15.

da província ter recebido um ofício do chefe político do departamento uruguaio de Cerro Largo

> en que le participa haber sido arrebatados de las inmediaciones de la capital de aquel departamento dos orientales de color nombrados Gregorio Magariños y Manuel Antonio Viana, el primero negro y el segundo mulato; y qué teniendo conocimiento de hallarse arrestados en la ciudad de Pelotas por orden del Sr. Delegado, pide obtener su liberdad y su transferencia al Estado Oriental.[6]

O cônsul solicita no documento que sejam dadas ordens ao delegado para pôr os referidos orientais em liberdade, que seja feita uma investigação do crime e punidos os responsáveis. Também pede uma indenização para as vítimas.

Em resposta aos questionamentos do presidente da província sobre tal assunto, Alexandre Vieira da Cunha afirma que jamais estiveram presos estes indivíduos – fato que é confirmado pelo carcereiro da cidade. Provavelmente sentindo-se pressionado, o delegado Cunha apressa-se em afirmar que "não tenho mandado em tempo algum arrebatar pessoa alguma do Estado Oriental"[7].

À medida que se investiga mais detalhadamente os casos denunciados pelos diplomatas uruguaios, crescem as evidências da cumplicidade – ou, no mínimo, tolerância – das autoridades locais com o aparato que envolve o seqüestro e comercialização de negros livres orientais na região. Um exemplo que ilustra esta situação temos no caso da negra oriental Petrona, que foi encontrada escravizada em Pelotas. Apesar das denúncias do vice-cônsul Benito Manuel ao delegado de polícia local, acompanhadas por documento assinado por três testemunhas que diziam reconhecer que Petrona era natural da vila de Rocha, no Estado Oriental[8], o procedimento das autoridades pelotenses – dentre as quais o delegado Cunha – foi, sem dúvida, questionável. Como assinalou o vice-cônsul, "es mui difficil a una morena ó moreno que todavia se alla bajo el yugo del que se titula su señor, que halle personas bastantes filantropicas, que declaren a su favor y contra la persona que los pocea"[9]. Ain-

[6] Carta enviada ao Presidente da Província, com data de 20 de novembro de 1856, pelo cônsul oriental em Rio Grande, Santiago Rodrigues. AHRS, Consulados e Legações, Uruguai (1840-1858), maço CN-24, caixa 12.

[7] Carta do delegado de polícia de Pelotas Alexandre Vieira da Cunha ao presidente da província em 1º de dezembro de 1856. AHRS, Polícia – Correspondência Expedida (1856), maço 15.

[8] Declaração datada de 03 de maio de 1858. AHRS, Consulados e Legações, Uruguai (1840-1858), maço CN-24, caixa 12.

[9] Carta do vice-cônsul oriental em Pelotas, Benito Manuel, enviada ao delegado de polícia de Pelotas, Alexandre Vieira da Cunha, com data de 05 de setembro de 1858. AHRS, Consulados e Legações, Uruguai (1840-1858), maço CN-24, caixa 12.

da assim, "en vez de la indagacion policial se dió un pasaporte a su supuesto Señor, para ser remitida para Rio de Janeiro, talvez para ser vendida". Fato que torna ainda mais suspeita esta ação foi a postura do delegado de Rio Grande ao tomar conhecimento do assunto. Diferentemente de seu colega de Pelotas, "esa autoridad dando todo el peso á la fidelidad con que se deven cumplir las convenciones diplomaticas, le embargó el viage y abrió una indagacion policial". Porém mais dificuldades se interpõem no caminho de Petrona. Por ordem do chefe de polícia, a pedido do seu suposto senhor, Petrona é transferida de volta à Pelotas, aos cuidados do juizado municipal. Na seqüência da mesma correspondência, o juiz municipal é também alvo das denúncias do vice-cônsul Benito Manuel. Segundo este

> El Juez Municipal Doctor Vicente José da Maia de quien yo esperaba otra circunspeccion, mismo por el echo de un Periodico (el "Echo do Sul" de 12 del corriente) haberlo acusado en terminos claros y positivos de Abogado del supuesto Señor de la criolla y ya haber como queda dicho, mandado la victima para poder de su perseguidor en vez de conservála fuera de la posibilidad de ser tiranisada.[10]

Antes desta comunicação ao presidente da província, Benito Manuel já havia escrito ao juiz pelotense ameaçando levar o caso a autoridades superiores. Dizia que

> el infrascripto sino es atendido por V.Sa. com es de siguro de justicia, protesta desde aora ante el Govierno de Su Magestad El Imperador y se verá obligado en el acto a participar todo lo occorrido a Su Exa. el Sr. Presidente de esta Provincia al mismo tiempo que a las authoridades superiores por conducto del Sr. Ministro Oriental en la Corte.[11]

As forças escravistas desafiadas pelos representantes consulares do Uruguai demonstraram estar organizadas e agir em diversos setores. O relatório do presidente da província de 02 de outubro de 1856 advertia para "Um abuso de que antes não tinha tido conhecimento a Presidencia", relativo "ao baptismo administrado pelos Parochos da nossa fronteira ás crianças de côr nascidas no territorio Oriental, as quaes sendo livres pelo nascimento, por esse acto ficão consideradas escravas"[12]. A advertência, parece, teve alcance limitado. No ano

[10] Carta do vice-cônsul oriental em Pelotas, Benito Manuel, enviada ao Presidente da Província, com data de 26 de dezembro de 1858. AHRS, Consulados e Legações, Uruguai (1840-1858), maço CN-24, caixa 12.
[11] Carta do vice-cônsul oriental em Pelotas, Benito Manuel, enviada ao juiz municipal de Pelotas, Vicente José da Maia, com data de 09 de dezembro de 1858. AHRS, Consulados e Legações, Uruguai (1840-1858), maço CN-24, caixa 12.
[12] AHRS. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú – na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854, p. 9.

seguinte, o juiz municipal de Piratini assina uma sentença absolvendo José Joaquim Gomes da Costa e Silva da acusação de manter escravizados ilegalmente cinco negros[13]. Apesar de dois depoimentos de padrinhos afirmando que estas pessoas haviam sido batizadas no Estado Oriental – fato que os tornaria livres pelas leis abolicionistas uruguaias de 1842 e 1846 –, o juiz assegurou que "o nascimento e batismo delas teve lugar nesta Província". Assim permanece a dúvida sobre a sentença: o juiz estava realmente convicto de sua correta decisão ou agiu de maneira conivente com a rede criminosa de tráfico humano e visou proteger uma autoridade de destaque e influência na região (José Joaquim era vereador da câmara municipal de Caçapava)?

Tamanha notoriedade atingiu o expediente da falsificação de assentos de batismos que o assunto alcança as páginas de jornais da época. Na edição de 29,30 de setembro de 1856 o jornal Diário do Rio Grande, através de seu correspondente em Canguçu, denuncia que

> A tanto tem chegado o escandalo que sem o menor receio, escrupulo e remorso, se tem aberto e dado certidões falsas de baptismos, como ainda recentemente se fez abrindo-se o assento de baptismo de um preto nascido e criado no Estado-Oriental, e de que se deu certidão na qual se diz que foi aqui baptisado no anno 42, sendo padrinhos... elles cujas *testemunhas* nunca viram e nem conheceram tal escravo, e nem senhor; e nem ao menos tem sciencia d'isto os ditos padrinhos!!! E para (que)?... para ser vendido na cidade de Pelotas como captivo.[14]

Considerações finais

Em meados do século XIX, o seqüestro de negros orientais, e sua posterior comercialização na província de São Pedro, foram temas de intensos debates diplomáticos entre Brasil e Uruguai. Nestes, os cônsules e vice-cônsules em atividade no Rio Grande do Sul tiveram papel fundamental, na medida em que foram o contato imediato entre as vítimas e as demais autoridades, tanto brasileiras quanto uruguaias. As ações dos representantes orientais empreendidas no sentido de prestar auxílio a estas pessoas, buscando restituir sua condição de liberdade, não foram vistas com simpatia pelas elites locais,

[13] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Processo Crime, Piratini, Cartório Cível e Crime, Maço 27, nº 1134, 1855.

[14] Jornal "Diário do Rio Grande", Ano IX, Porto Alegre, nº 2325, Segunda-feira 29 e Terça-feira 30 de setembro de 1856.

pois as mesmas tinham no sistema escravista um de seus mais caros alicerces de poder político e econômico. A prisão e transferência para Santa Catarina do ex-vice-cônsul Benito Varella, acusado de "suspeita" de aliciar escravos para insurgirem-se, dá uma dimensão do poder e da organização dos interesses que se viram ameaçados.

As estratégias acionadas pelos diplomatas dentro dos marcos da institucionalidade jurídica formal lidaram com disputas e conflitos nem sempre mediados pela devida isenção legal. Ao tratar das ações de liberdade relacionadas às demandas de escravos brasileiros que haviam retornado ao Brasil após terem sido transferidos para o Estado Oriental pela vontade de seus senhores, Zubaran (2005) assinala que dentro do próprio terreno jurídico foram possíveis conquistas que levaram à libertação de escravos. Certamente que estas conquistas se estendem às questões relativas aos seqüestros de negros orientais, porém é preciso perceber os limites da via legal. Assim, se por um lado os representantes uruguaios se utilizaram das áreas jurídica, policial e diplomática – inclusive invocando com freqüência elementos do direito internacional – para restabelecer a liberdade de seus concidadãos, e com isso obtiveram sucesso em diversas ocasiões, por outro a ferrenha oposição dos setores escravistas locais, que não raro contou com a "pouca disposição" – ou mesmo cumplicidade – de autoridades de vários segmentos, representou um poderoso obstáculo tanto ao combate a tais crimes quanto à punição dos criminosos.

Referências bibliográficas

BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla e STALLA, Natalia. *Esclavitud y trabajo: un estudio sobre los afrodescendientes en la frotera uruguaya (1835-1845).* Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004.

PETIZ, Silmei de Sant'ana. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da Província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851).* 2001. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A resistência escrava no Rio Grande do Sul.* Cadernos de Estudos da UFRGS, nº 6, out. 1992.

_____. *O processo de independência numa região fronteiriça: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações históricas.* In: JANCSÓ, István. *Independência: História e historiografia.* São Paulo: Hucitec, 2005.

REICHEL, Heloisa Jochims. *O negro escravo e o negro liberto numa época de transição. O caso da Província de Buenos Aires.* In: Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUCRS, vol. XVI, nºs 1 e 2, jul./dez. 1990. p. 253-262.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *As diferenças entre o escravismo e o das plantations do Brasil: incluindo no que discordamos de Fernando Henrique Cardoso.* Porto Alegre: Ensaios FEE, (12)2.1991. p. 445-480.

ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites.* 2002. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ZARTH, Paulo Afonso. *O negro na sociedade escravista do Sul.* In: Contexto e Educação. Universidade de Ijuí, ano 3, nº 12, out./dez. 1988. p. 44-58.

ZUBARAN, Maria Angélica. *Os escravos e a lei de 7 de novembro de 1831 no Rio Grande do Sul (1865-1888).* In: II Encontro Escravidão e Liberdade do Brasil Meridional, 2005, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2005. 1 CD-ROM.

Fontes primárias

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Consulados e Legações, Uruguai (1840-1858), maço CN-24, caixa 12.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Polícia / Correspondência Expedida (1856), maço 15.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, série IJ[1] 585, Correspondência de Presidentes de Província a Ministros da Justiça.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Processo Crime, Piratini, Cartório Cível e Crime, Maço 27, nº 1134, 1855.

Jornal "Diário do Rio Grande", Ano IX, Porto Alegre, nº 2325, Segunda-feira 29 e Terça-feira, 30 de setembro de 1856.

Jornal "Echo do Sul", Ano 2, Jaguarão, nº 115, Sábado, 15 de agosto de 1857.

Jornal "Echo do Sul", Ano 3, Jaguarão, nº 243, Domingo, 7 de fevereiro de 1858.

Sonho de Ícaro sobre os olhares brasileiros

*Renata Waleska de Sousa Vasconcellos**

Resumo: Durante a I Guerra Mundial foram realizadas importantes transformações técnicas e operacionais no que concerne à aviação. Este contexto veio a influenciar a aviação brasileira, que neste período ainda subdividia-se entra Exército, Marinha e Aviação Civil. Nota-se a dificuldade de uma equiparação brasileira aos padrões internacionais devido às conjunturas político-econômicas do período em questão. A atuação de empresas aéreas comerciais estrangeiras demonstra como certas nações utilizaram a aviação como um instrumento de propaganda política.

Palavras-chave: I Guerra Mundial, Aviação Militar, Aviação Comercial.

O período que antecedeu a criação de um órgão responsável pelas questões referentes à atividade aérea no território brasileiro (entre 1913 e 1941) foi marcado por fortes transformações mundiais em relação à aviação. A princípio, o papel mais importante do avião na guerra era o de reconhecimento aéreo, mas a seguir, observou-se que este instrumento de guerra poderia ser utilizado para combater os aviões inimigos. Percebeu-se então que este equipamento tem uma importância que ultrapassa a de sua aplicação inicial como arma auxiliar, dando assim a força aérea características próprias, independentes, deixando de ser um instrumento auxiliar dos meios terrestres e navais.

Durante esses anos (1913-1941) a aviação militar brasileira ora se apresentava em considerável crescimento, ora em estagnação. Os motivos para tal oscilação foram a ausência de uma indústria aeronáutica nacional, o que significava uma dependência de recursos estrangeiros, além dos problemas relacionados à administração dessa nova arma, que nesse momento ficou submetida à Marinha, ao Exército e à aviação civil.

A Aviação da Marinha

Durante a Primeira Guerra Mundial, especificamente em 23 de agosto de 1916, a Marinha criou e organizou o primeiro núcleo militar de aviação

* Mestrando do Programa de Pós Graduação em História da PUCRS.

do país: a Escola de Aviação Naval[1]. Mesmo contando com poucos recursos, a Marinha equipou a nova unidade com material importado dos Estados Unidos, o que trouxe um considerável crescimento para a aviação militar, que formava cada vez mais oficiais aviadores-navais.

Com o fim da Primeira Guerra, foi possível que a Marinha adquirisse aviões e demais equipamentos com outros países estrangeiros, além da possibilidade de enviar oficiais-aviadores para aperfeiçoarem-se nesses países. Entretanto, no decorrer da década de 20, o crescimento aeronáutico foi muito lento se comparado às outras nações, devido às dificuldades de cunho orçamentário, material e administrativo.

Para se analisar essa dificuldade de cunho material e orçamentário, basta observar que no ano de 1921, a Escola de Aviação Naval dispunha de trinta e três aparelhos (aviões de bombardeio, caça, instrução e reconhecimento). Esse valor representou um certo progresso se comparado aos anos posteriores, período que só havia três aviões Curtiss, modelo C1, C2 e C3, mesmo assim demonstra como a aviação militar brasileira era precária em relação as grandes potências da época. Outra dificuldade existente era a deficiência na manutenção de seus equipamentos, fato que demonstra a política de retenção de gastos devido à conjuntura econômica interna, a qual dependia quase que exclusivamente de importações.

Como forma de exemplificar outras dificuldades, podemos nos basear nas diversas alterações quanto à ordenação administrativa da aviação da Marinha, que revelam a incerteza e insegurança no que se refere à estrutura organizacional dessa unidade. Em 1923 foi assinado o decreto que criava a Defesa Aérea do Litoral, porém este logo foi extinto, sendo assinado posteriormente, no mesmo ano, outro decreto criando a Diretoria de Aeronáutica do Ministério da Marinha, que também não tardou em ser desativada no ano seguinte. Isso porque as unidades que a ela estavam subordinadas: o Centro do Rio de Janeiro, de Santos e Florianópolis foram transferidos definitivamente para o Estado Maior da Marinha. Em 1925 se restabelece novamente a Diretoria.

Uma das principais funções da Aviação Naval até a década de trinta, era o patrulhamento aéreo da costa brasileira. Para isso foram feitos importantes levantamentos aéreos para a confecção de cartas hidrográficas do litoral e dos lagos. Contudo, em 1934 foi criado o Correio Aéreo Naval que visava,

[1] As instalações iniciais ocorreram no antigo Arsenal da Marinha, depois passou para a Ilha das Enxadas, na Baía de Guanabara, e posteriormente para a ponta do Galeão, onde funcionou até a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941.

– "adestramento dos aviadores navais e dos pilotos aviadores da reserva;
– facilidade de comunicações rápidas entre as repartições estaduais e entre os respectivos Estados e o Ministério da Marinha;
– ligação mais fácil entre as populações litorâneas e ribeirinhas com os centros populosos e capitais, e;
– facilidade de atuação do Governo junto às populações afastadas, em prol da unidade nacional."[2]

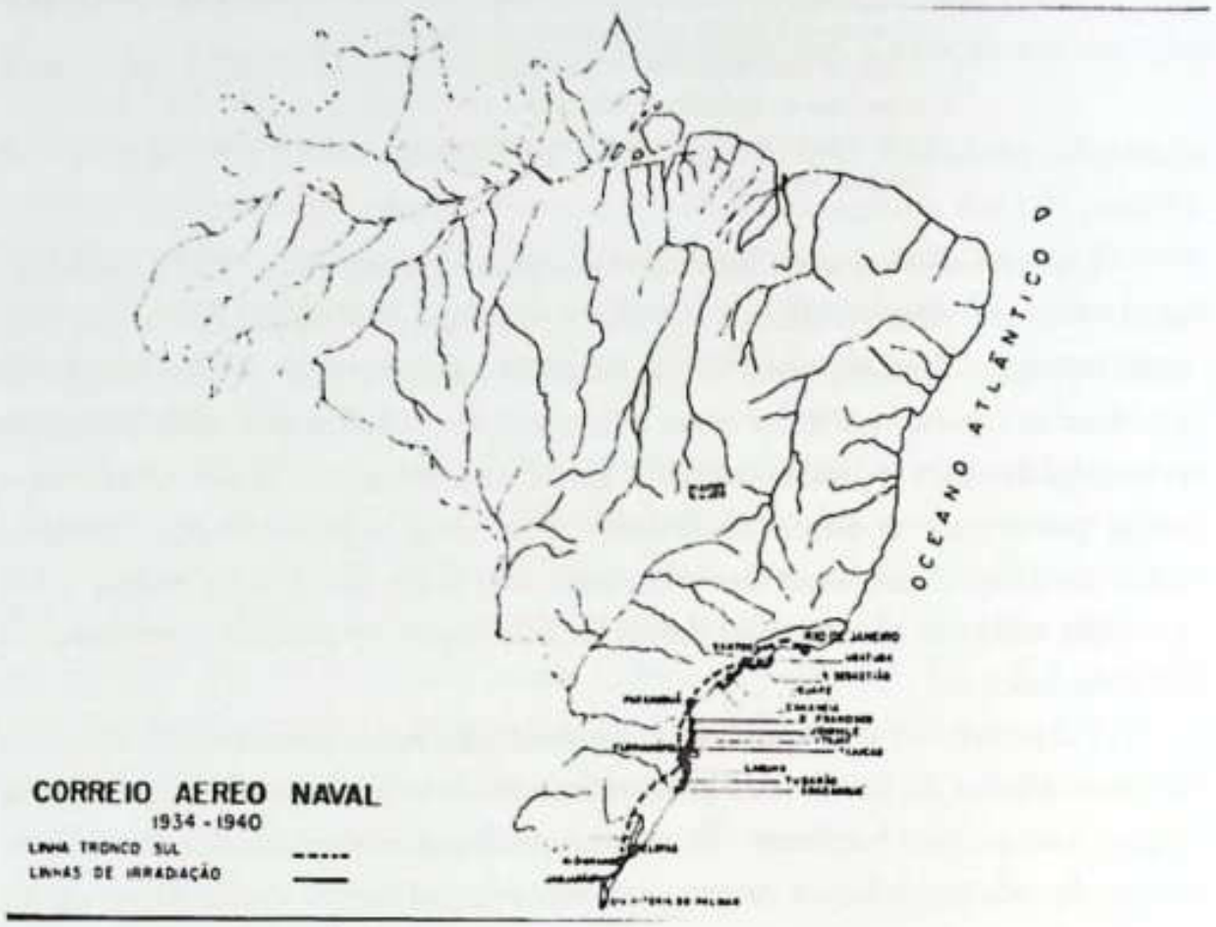
Esse trabalho era semelhante ao feito pelo Exército desde 1931, pelo chamado Correio Aéreo Militar, contudo o emprego da Aviação Naval era bem mais modesto, limitava-se ao litoral brasileiro. Esse serviço tinha a função de recolher as correspondências entre as localidades vizinhas por onde passavam e entregá-las para a "linha-tronco"[3], que ficava responsável por distribuir a carga postal para as outras localidades. Esse serviço prestado pela Marinha pode ser considerado uma das principais atividades da aviação militar nesse período, sendo de grande valor para a sociedade por ter servido como uma via de comunicação.

Tal projeto fez com que fossem estabelecidas bases permanentes nas mais diversas regiões do Brasil, mas predominantemente ao longo de todo o litoral e do Centro-Oeste brasileiro. Também providenciou uma modesta modernização de suas unidades de emprego e ensino aeronáutico, conforme pode ser verificado no mapa abaixo:

[2] INSTITUTO HISTÓRICO CULTURAL DA AERONAUTICA. História Geral da Aeronáutica Brasileira. Rio de Janeiro INCAER, 1990, vol. II, p.316.

[3] Ibid., p. 317. Existiam os pólos de irradiação, com suas linhas-troncos, que se estendiam por parte da costa litorânea brasileira: Santos era o pólo de irradiação para Ubatuba, São Sebastião, Iguape e Cananéia; Florianópolis o era para Tijucas, Itajaí, Joinville, São Francisco, Laguna, Tubarão e Araranguá; de Rio Grande partiam aviões para Pelotas, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar.

Figura I: Mapa das linhas do Correio Aéreo Naval



Fonte: INSTITUTO HISTÓRICO CULTURAL DA AERONAUTICA. *História Geral da Aeronáutica Brasileira*. Rio de Janeiro INCAER, 1990, vol. II, p.317.

Até a criação da Força Aérea Brasileira, a Marinha procurou fortalecer a sua aviação, mas devido à falta de uma indústria aeronáutica nacional, foi necessária a ajuda da Alemanha para a fabricação de aeronaves na Fábrica do Galeão. Em 1936 estabeleceu-se um acordo para a fabricação de aviões de modelo alemão, da empresa Focke Wulf.

A Aviação do Exército

O rápido desenvolvimento da aviação despertou um interesse entre as autoridades militares brasileiras, logo após o final da primeira década do século 20. Nesse período já eram realizadas humildes ações no campo da aviação. Esse interesse dependia da implantação de uma escola de aviação no Brasil que visasse à formação de pessoal. Foi nesse sentido que, em 1913, o Exército Brasileiro fez um acordo com a empresa norte americana Gino & Cia. para instalar uma escola de aviação na Fazenda dos Afonsos, atual Campo dos

Afonsos – RJ, contando com instrutores estrangeiros. Entretanto, após seis meses de funcionamento foram suspensas as atividades de instrução devido aos diversos problemas, tendo a escola formado somente 35 alunos do Exército e 25 da Marinha.

O primórdio da escola de aviação ligada diretamente ao Exército situa-se na criação, em 1919, da *Escola de Aviação Militar*. Ao contrário da Marinha, a arma terrestre esperou o término da Primeira Guerra Mundial para começar a formação de aviadores militares através da sua própria escola. Alguns anos anteriores, alguns oficiais dessa arma chegaram a fazer o curso de aviador na Marinha, devido à ausência de um núcleo próprio.

Para atingir o objetivo de desenvolver um estabelecimento militar de ensino aeronáutico, o Exército negociou em 1919, a vinda de uma missão aérea francesa que seria responsável por toda a orientação e organização da Escola de Aviação Militar. Com o término da I Guerra, a França dispunha de enormes estoques de aviões e equipamentos aeronáuticos ainda sem uso. Assim, o Brasil importou os mais diversos tipos de aviões, como aeronaves de caça, bombardeio e reconhecimento, que serviriam para atender às necessidades de instrução da escola.

A presença da Missão Militar Francesa trouxe um certo conhecimento aos oficiais, devido à sua experiência na Primeira Grande Guerra, todavia a orientação técnica passada para os oficiais brasileiros os restringia, pois as missões eram geralmente delimitadas a uma pequena aérea circular, mais precisamente 10 Km de raio em torno do Campo dos Afonsos[4], no Rio de Janeiro, impedindo-os de grandes vôos.

Mesmo contra a vontade da Missão Francesa, os militares brasileiros realizaram vôos de grandes distâncias, abrindo perspectivas de maior domínio do espaço aéreo brasileiro, além de servirem como treinamento eficaz dos pilotos. Tal fato criou condições para que posteriormente fosse realizada uma integração nacional de que tanto necessitava o Brasil devido ao seu vasto território.

Em 1927 o Exército cria a Arma de Aviação, a partir desse momento, a Escola de Aviação Militar entrou em um período de grande desenvolvimento. Além da criação da Arma de Aviação, que despertou o entusiasmo entre os aviadores, houve também a chegada de novas aeronaves.

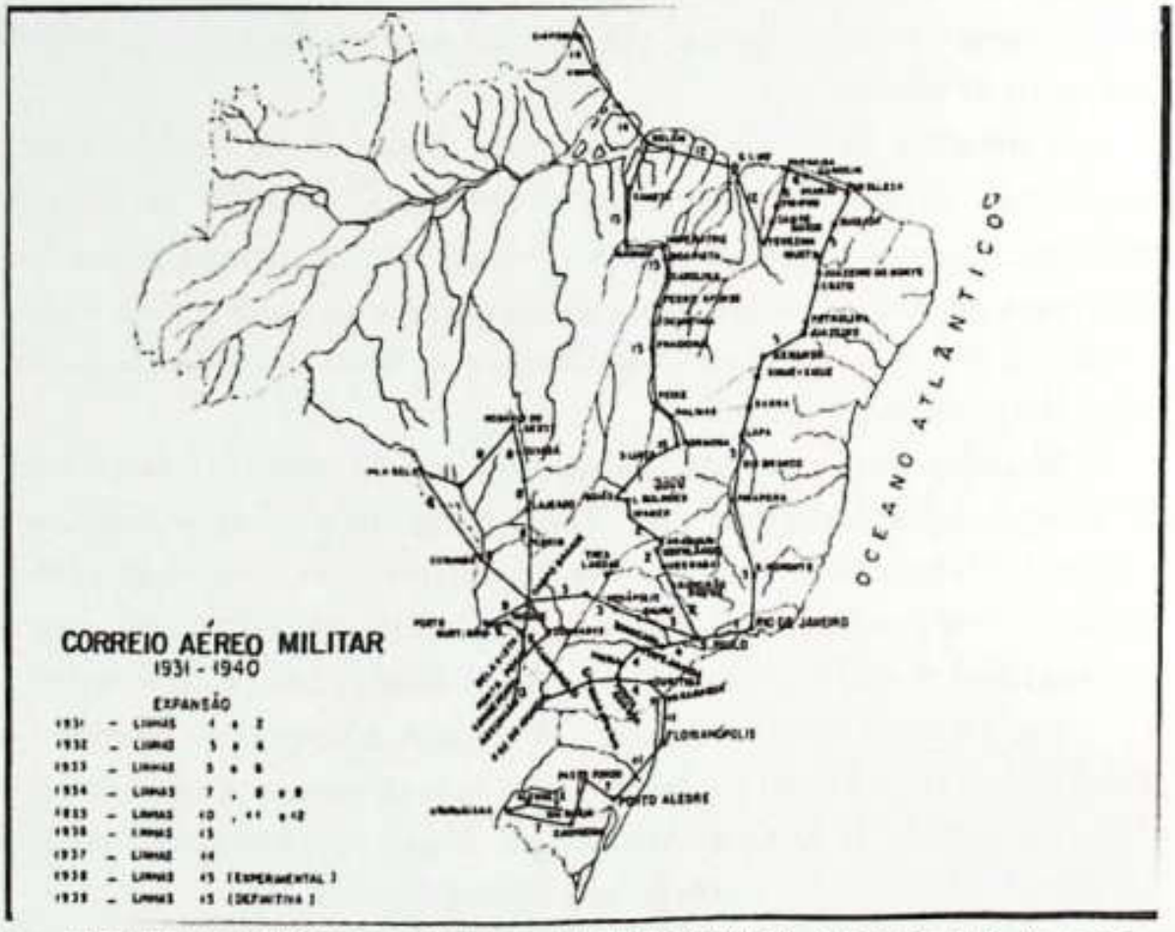
Em 1931, a Aviação Militar encontrou-se em condições para a criação do Correio Aéreo Militar, isso devido à insatisfação, por parte dos milita-

[4] Ibid., p.329.

res brasileiros, em função da restrita autonomia de vôo imposta pela Missão Francesa, além disso, nesse mesmo ano foi criado o Grupo Misto de Aviação (primeira Unidade Aérea), sob o comando do Major Eduardo Gomes, que proporcionou uma estrutura material e de pessoal para a execução da missão.

Tal projeto tinha como objetivo servir às comunidades espalhadas por todo o território nacional, inclusive as carentes de meios de transportes comuns. Mas tal propósito não se limitava apenas à prestação de serviço público no que concerne ao desbravamento do interior brasileiro, ligando regiões mais distantes dos pólos políticos e econômicos. Pode-se analisar tal fato sob uma perspectiva de estratégica militar, na medida em que forneceu às Forças Armadas uma acumulação de experiências e também o reconhecimento militar detalhado de todo o território nacional que pudesse facilitar qualquer tipo de ação bélica. Através do mapa abaixo podemos observar as linhas operadas pelo CAM até 1941:

Figura II: Mapa das linhas do Correio Aéreo Militar



Fonte: INSTITUTO HISTÓRICO CULTURAL DA AERONAUTICA. *História* Geral da Aeronáutica Brasileira. Rio de Janeiro INCAER, 1990, vol. II, p.336.

A AVIAÇÃO CIVIL

A empresa pioneira na aviação comercial brasileira foi a Condor Syndikat[5], fundada no Rio de Janeiro em 1927. A essa empresa, foi concedida uma linha que se estendia do Rio de Janeiro até Santa Vitória do Palmar, na fronteira com o Uruguai, passando por Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Florianópolis, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

Em 1928, a Condor já ligava Natal a Porto Alegre, além de ter obtido do governo brasileiro uma permissão para o tráfego aéreo comercial no território nacional, podendo estender suas linhas até o Uruguai e Argentina. Na década de 30, equipada com hidroaviões, a empresa inaugurou a linha que ligava Corumbá-Cuiabá.

Figura III: Mapa das linhas da Condor

Fonte: DAVIES, Ronald Edward George. *Lufthansa: an airline and its aircraft*. Rockville: Paladwr Press, 1991, p.33.

[5] Em 1926, o Condor Syndikat foi encampada, junto com outras empresas alemãs, formando a Deutsche Lufthansa AG, que visava abrir mercado em todo o mundo para a indústria aeronáutica alemã.

Com a aviação comercial, regiões que possuíam meios de transportes deficitários passaram a se comunicar com as grandes capitais através dos aviões, o que gerou um certo entusiasmo na população dessas regiões, e de uma certa forma, justificava todo o apoio do governo a uma empresa estrangeira.

> "A Condor ligava regiões onde as comunicações eram difíceis e lentas. Por exemplo, Rio Branco, a sede do território do Acre, tinha ligação fluvial com Manaus e Belém apenas uma vez por mês. Porto Velho-Belém, por via fluvial levava 22 dias. Estas cidades eram servidas pelos aviões da Condor que chegavam com dia e hora marcada, não indo além de dois dias a ligação com a capital federal."[6]

Também em 1927, temos a fundação da Varig, através de Otto Meyer, um aviador veterano da primeira Guerra Mundial que veio para o Brasil em 1921 e se estabeleceu em Porto Alegre no ano de 1923. No Rio Grande do Sul, Otto Meyer obteve boas relações com pessoas representativas do empresariado e da política local, entre elas, Alberto Bins e Osvaldo Aranha. A Varig se tornou uma empresa que representava o Sindicato Condor no Rio Grande do Sul, e recebia apoio técnico alemão, assim era indiretamente controlada pela Deutsche Lufthansa.

O estabelecimento de uma companhia aérea comercial com fortes relações com a Alemanha pode ser vista como um projeto estratégico militar, pois assim o Brasil seria um ponto importante na rota sul-americana. A influência germânica ultrapassava os níveis econômicos, pois na empresa todos os pilotos eram alemães natos, a comunicação era somente no idioma alemão, e predominava a idéia de que quanto mais germânico, mais qualificado seria o trabalhador. Esse fato não preocupava o governo brasileiro até o momento em que a evolução da guerra, o discurso nacionalista do Estado Novo[7] e o alinhamento do Brasil com o bloco aliado, fizeram com que essa autonomia concedida fosse alterada.

O interesse alemão em desenvolver a aviação comercial no âmbito internacional é entendido através das imposições restritivas das potências aliadas no Tratado de Versalhes, onde a Alemanha ficou limitada em relação ao mercado interno e proibida de produzir equipamentos de cunho militar. A solução encontrada foi investir na conquista de espaços econômicos no exte-

---

[6] MUSA FAY, Cláudia. *Crise nas alturas: a questão da aviação civil (1927-1975)*. Porto Alegre, 2001. p.21.

[7] Em meio ao Estado Novo, entre 1937 e 1943, o governo reprimiu o uso dos idiomas estrangeiros, tornando obrigatório o uso da língua portuguesa nos estabelecimentos particulares, desenvolveu uma política de nacionalização do trabalho e de empresas estrangeiras, principalmente as ligadas à aviação.

rior com a aviação civil, de forma que pudesse ser facilmente convertida para a finalidade militar. Como exemplo dessa conversibilidade temos o Junkers JU 52, que era a aeronave padrão da Lufthansa, Condor, Varig e Vasp na década de trinta. Esse avião foi, posteriormente, usado em conflitos como a Guerra Civil Espanhola e a Guerra do Chaco.

Até 1943 a Condor e a Varig dependiam dos fabricantes alemães. Com a situação criada pelo estado de guerra, essas empresas sofreram a falta de suprimentos de peças de reposição para seus aviões, o que fez com que passassem a negociar com os Estados Unidos.

No período entre guerras, havia uma intensa disputa no Brasil pelas rotas na América do Sul, e devido à ausência de empresas nacionais e o pouco desenvolvimento da aviação militar, a disputa era travada entre empresas estrangeiras: o Sindicato Condor e a Panair do Brasil.

A aviação norte-americana começou a se consolidar em 1925, e empregava aviões militares para tarefas civis. É interessante notar que houve um crescente desenvolvimento na indústria aeronáutica no período pré II Guerra Mundial, tendo os Estados Unidos um investimento maior na aviação militar do que os outros países da Europa. Esse alto investimento no campo militar resultou em um relativo atraso na aviação comercial, porém gerou um progresso na "fabricação de modernos motores que suplantavam os europeus em segurança, simplicidade, economia (...)"[8]

Se a Condor tornou-se uma estratégia econômica e militar para o governo alemão, a companhia norte-americana Pan American Airways possuía fortes ligações com o governo dos Estados Unidos. Segundo Cláudia Musa Fay,

> "Concedendo os contratos exclusivos, o governo americano fortalecia uma única empresa internacional, a Pan Am, e apostava no seu crescimento. Podemos afirmar que a estratégia deu certo e foi uma verdadeira instituição durante anos. (...) Durante a fase de formação, os escritórios da Pan Am tinham mais influência que o consulado norte-americano. Durante a Segunda Guerra Mundial, manteve comunicação essencial e construiu bases estratégicas, transcendendo o papel de uma simples empresa aérea."[9]

No Brasil, a empresa subsidiária da Pan American foi chamada de Panair do Brasil S.A., em 1930, permanecendo sob controle da empresa norte-ame-

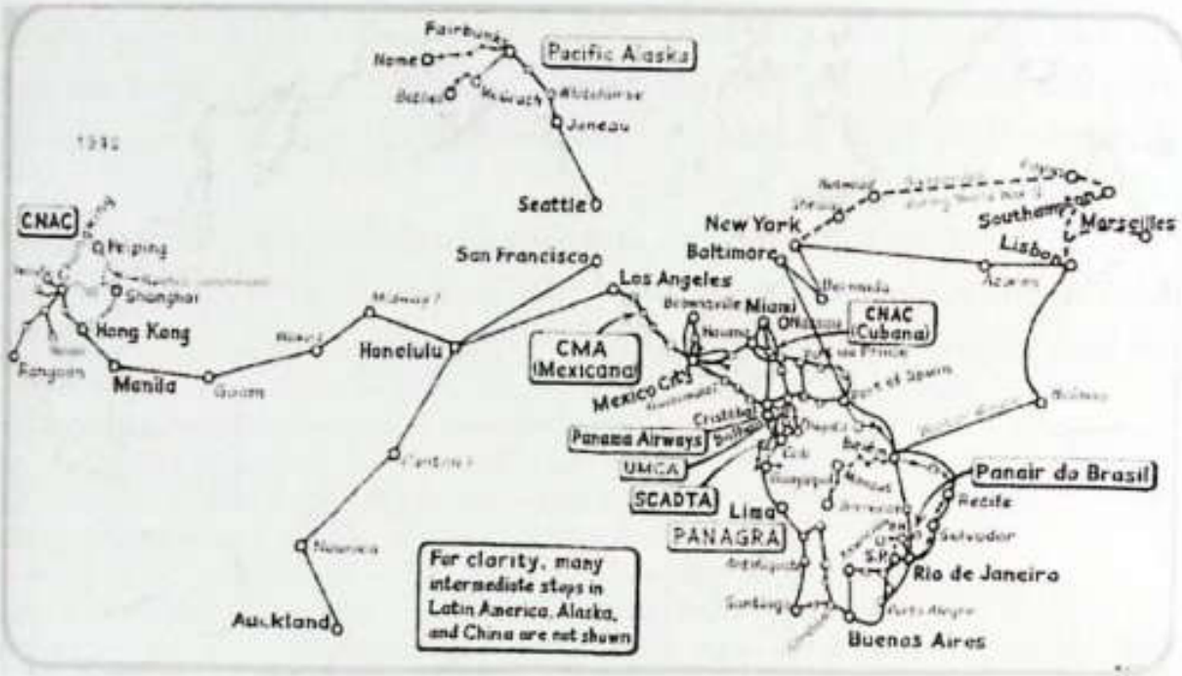
[8] PEREIRA, Aldo. *Breve história da aviação comercial brasileira*. Rio de Janeiro: Europa Empresa Gráfica e Editora, 1987, p.39.
[9] MUSA FAY, Cláudia. Op. Cit., p.24.

ricana até o ano de 1942. A presença dessa companhia no céu brasileiro foi constante, devido às inúmeras concessões cedidas a essa empresa por parte do governo brasileiro.

A atuação dessas empresas estrangeiras no território brasileiro trouxe uma certa discordância interna dentro do governo, pois havia aqueles que defendiam a aviação nacional com fortes vínculos com a Alemanha, como por exemplo, o Tenente Coronel Eduardo Gomes, e os que queriam a aviação vinculada com os norte-americanos, como o político Osvaldo Aranha.

Ao contrário do que ocorria na empresa aérea germânica, a Panair do Brasil incentivou o aproveitamento de pilotos brasileiros na aviação comercial, através da apresentação de um memorial apresentado ao Departamento de Aeronáutica Civil. Em 1938 o quadro de pilotos da empresa já estava totalmente nacionalizado. Essa medida pode ser avaliada como uma forma utilizada para mostrar o apoio norte americano para a nacionalização do transporte aéreo brasileiro.

Figura IV: Mapa das linhas da Panair do Brasil



Fonte: MUSA FAY, Claúdia. Crise nas alturas: a questão da aviação civil (1927-1975). Porto Alegre, 2001.

Com o início da II Guerra Mundial, e posteriormente com a entrada dos Estados Unidos na guerra, intensificaram-se as pressões norte-americanas para que o Brasil eliminasse as companhias ligadas ao Eixo, além das solicitações para que fossem concedidas as autorizações para a construção de bases aéreas

no Nordeste e o estacionamento de tropas militares no território brasileiro. Nesse contexto, a Panair passa a ter um papel estratégico para os Estados Unidos, de acordo com Cláudia Musa Fay,

> "O papel dessa empresa foi decisivo, pois, como subsidiária da Pan Am, foi capaz de exercer a política norte-americana sem causar ameaças à soberania brasileira, nem provocar hostilidades, sendo aceita pelos militares brasileiros."[19]

Podemos concluir que o desenvolvimento da aviação militar brasileira na década de 20 e 30 se apresenta com um relativo crescimento. Podemos considerar as medidas tomadas pela Marinha e Exército como tentativas de equiparar a arma aérea do Brasil em relação aos grandes países europeus, como Alemanha, Inglaterra, França, assim como aos Estados Unidos.

Os avanços implantados com a criação do Correio Aéreo Militar, e em menor escala o Correio Aéreo Naval, servem para classificá-los como uma das principais atividades aéreas do período. Além de ter proporcionado um reconhecimento do vasto território brasileiro e o aperfeiçoamento dos profissionais ligados à aviação, o uso do avião fez com que os obstáculos geográficos que dificultavam a comunicação entre as regiões do interior com as grandes capitais, fossem ultrapassados, prestando um grande serviço a social.

No caso das empresas comerciais, Condor e Panair, é possível observar a forma com a qual os governos alemão e norte-americano, respectivamente, usaram a aviação como um meio de divulgação de idéias políticas e econômicas, atendendo também a um interesse militar.

A autonomia concedida às empresas estrangeiras fazia parte de uma postura política que visava obter o desenvolvimento da aviação, assim permitir que a Condor operasse em rotas deficitárias, integrando regiões de difícil acesso, representa a integração do território nacional. Além disso, interessava para o Brasil não ter o transporte aéreo dependente apenas de empresas norte-americanas. Por sua vez, os Estados Unidos pressionaram para a eliminação da atividade da Condor, pois acreditava ser de grande risco para a soberania do continente americano. Porém, através de seu poder de barganha, Getúlio Vargas tentou usufruir todos os benefícios que poderiam ser trazidos com a atuação das duas empresas.

---

[19] Ibid., p.29.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Moniz. *A presença dos Estados Unidos no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

BURKE, Peter (org.). *Historia do pensamento político. In:* A Escrita da História novas perspectivas. São Paulo; Editora UNESP, 1992.

CERVO, Amado Luiz. *O Desafio Internacional.* Brasília: Ed. UnB, 1994.

CHABOT, Jean-Luc. *O Nacionalismo.*RES-Editora, s/d.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. História e Historiografia.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de história do Brasil.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GERTZ, René. (org) et alli. *Segunda Guerra Mundial Da crise dos anos 30 ao Armagedon.* Porto Alegre: Livraria Palmarinca Editora, 2000.

HILTON, Stanley E. *O Brasil a as Grandes Potências 1930-1939.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.

INSTITUTO HISTORICO CULTURAL DA AERONAUTICA. *História Geral da Aeronáutica Brasileira.* Rio de Janeiro: INCAER, 1990. Vol II e Vol. III.

JR.PROENÇA, Domício. DINIZ, Eugenio. RAZA, Salvador G. *O uso Militar do Ar.* In: Guia de Estudos de Estratégia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, s/d

MCCANN JR, Frank D. *A Aliança Brasil-Estados Unidos: 1937-1945.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência a política externa brasileira de 1935 a 1942.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1980.

MOURA, Nero. *Um vôo na história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MUSA FAY, Claúdia. *Crise nas alturas: a questão da aviação civil (1927-1975)*. Porto Alegre, 2001.

PEREIRA, Aldo. *Breve história da aviação comercial brasileira*. Rio de Janeiro: Europa Empresa Gráfica e Editora, 1987.

REMOND, René. *O século XX: De 1914 aos Nossos Dias*. São Paulo: Ed Cultrix, 1976.

SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na segunda guerra mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOUZA, José Garcia de. *A verdade sobre a história da Aeronáutica*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1944.

VARGAS, Getulio. *Diário*. São Paulo: Siciliano, 1995, Vol I e Vol. II.

Arquivos

Arquivo Nacional – Pasta do General Góes Monteiro

Arquivo do Exercito de Porto Alegre

Arquivo da Aeronáutica do Rio de Janeiro

"Era uma cidadezinha só de pretos": a Comunidade Quilombola de Manoel Barbosa e o negro na formação histórica de Gravataí/RS

*Vinicius Pereira de Oliveira**

Resumo: Neste artigo, nos propomos a apresentar uma breve apreciação do passado escravista no atual município de Gravataí. Realizado a partir da análise de fundos documentais diversos, este texto é fruto de um estudo antropológico, histórico e geográfico elaborado junto a Comunidade Quilombola de Manoel Barbosa, que busca reconhecimento e titulação de suas terras baseando-se na possibilidade legal aberta pelo artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988. Para que pudéssemos melhor compreender a trajetória histórica desta comunidade negra buscamos resgatar alguns aspectos sobre a presença negra na sociedade escravista de Gravataí e sobre a dimensão e características do sistema escravista nesta localidade, já que inexistiam estudos mais detidos sobre a questão. Será uma síntese desta apreciação histórica, um recorte do estudo interdisciplinar acima citado, que iremos apresentar.

Palavras-chave: escravidão em Gravataí, remanescentes de quilombos, memórias do cativeiro.

"Era uma cidadezinha só de pretos"[1]. Assim Dona Idalina Barbosa da Silva, 81 anos, referiu-se recentemente ao passado da região rural de Gravataí onde reside, no Barro Vermelho, juntamente com outros descendentes de escravos que formam a Comunidade Quilombola de Manoel Barbosa. Este grupo socialmente reconhecido como etnicamente negro luta atualmente por reconhecimento e titulação de suas terras baseando-se na possibilidade legal aberta pelo artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988, a qual estabeleceu que "Aos remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando as suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos" [2]. A origem das terras ocupadas atualmente pela comunidade remeteria ao período escravista, quando o casal de negros Manoel Barbosa dos Santos e Maria Luiza Paim de Andrade teria comprado parte das terras e recebido outra parcela como doação [3].

* Mestre em História pela Unisinos. Professor junto a SMED de São Leopoldo. Consultor em pesquisa histórica. Contato: viniciuspoliveira@bol.com.br

[1] Entrevista realizada com Idalina Barbosa da Silva, 81 anos, no dia 10/05/2005 por Ana Paula Comin de Carvalho, Vinicius Pereira de Oliveira e Vera Regina Rodrigues da Silva.

[2] A respeito desta e posteriores regulamentações legais sobre o tema, ver Osório (2005).

[3] Estas e outras questões referentes a constituição desta Comunidade negra são analisadas mais detidamente em Carvalho (2005). Os depoimentos de membros da Comunidade abaixo referidos foram retirados deste estudo.

Através de convênio firmado firmado entre a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS) com a interveniência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi constituída uma equipe interdisciplinar composta por antropólogos, historiadores e geógrafos visando elaborar um estudo sócio-histórico sobre as origens da comunidade, sua historicidade e territorialidade, como forma de instrumentalizar o poder público em sua decisão sobre a relevância ou não de reconhecer esta comunidade como remanescente de quilombos. [4]

Para que pudéssemos melhor compreender a trajetória histórica desta comunidade negra buscamos resgatar alguns aspectos sobre a presença negra na sociedade escravista de Gravataí e sobre a dimensão e características do sistema escravista nesta localidade, já que inexistiam estudos mais detidos sobre a questão. Será uma síntese desta apreciação histórica, um recorte do estudo interdisciplinar acima citado, que iremos apresentar a partir de agora [5].

Os negros na sociedade escravista de Gravataí

O aprofundamento das pesquisas e uma maior valorização do empírico ocorrida nas últimas décadas nos estudos sobre o passado brasileiro demonstraram que, contrariamente ao que se acreditou por muitos anos, a propriedade escrava era acessível a amplas parcelas da sociedade, estando presente não somente nas grandes unidades produtivas agro-exportadoras. A elástica oferta de escravos no Brasil, pelo menos até a proibição do trafico internacional em 1850, propiciou que a mão-de-obra escrava fosse utilizada também em produções ligadas ao abastecimento interno (Fragoso, 1988, p. 24). Não foram raros os indivíduos de poucas posses que, conseguindo acumular algum capital, compravam um ou dois cativos, adquirindo assim o reconhecimento social como senhores de escravos e aumentando suas possibilidades de ganhos econômicos (Schwartz, 1988; 2001). [6]

[4] Esta equipe foi composta pela Doutoranda em Antropologia Ana Paula Comin de Carvalho, pela Mestre em Antropologia Vera Regina Rodrigues da Silva, pelas geógrafas Arlete Ieda Pasqualetto e Nina Simone Vilaverde Moura Fujimoto, pelos bolsistas Moises Ortemar Rehbein e Sherol dos Santos, além do Mestre em História e autor deste artigo Vinicius Pereira de Oliveira.

[5] Uma série de outros aspectos referentes ao passado da etnia negra neste município acabaram por não serem apreciados neste artigo pois dessa forma extrapolaríamos as regras editorias estabelecidas pela coordenação do evento. Pretendemos, porém, disponibiliza-las posteriormente, na forma de outros artigos. São temas como as alforrias em Gravataí, a participação de negros e escravos em guerras e conflitos diversos, o papel do compadrio e da família escrava na constituição de uma comunidade negra, a conformação de territorialidades negras ainda sob a vigência do sistema escravista, entre outros aspectos propiciados pela a análise da riquíssima documentação histórica pesquisada.

[6] Em muitas áreas do Brasil a maior parte dos senhores de escravos possuíam menos de 10 destes trabalhadores em suas propriedades (Mattos, 2000, p. 18). Dessa forma, desfez-se a idéia por muito tempo cristalizada no imaginário histórico nacional de que a escravidão somente foi significativa em regiões de grandes plantéis com as plantations de cana-de-açúcar e cafezais.

Quanto ao Rio Grande do Sul, a historiografia tradicional por muito tempo invisibilizou e diminuiu a importância da presença negra na sua formação histórica, afirmando que quando existente ela ter-se-ia caracterizado por um tratamento mais brando e igualitário dos senhores frente aos cativos, em uma relação supostamente marcada por fortes traços de cordialidade, algo como uma "democracia racial dos pampas", sem a mesma importância e características existentes em outras áreas do Brasil como os engenhos de açúcar e lavouras de café.[7]

Apesar desta versão ter sido difundida por muito tempo, os diversos estudos acadêmicos que vem sendo realizados nas últimas décadas tem, com grande eficácia, contraposto esta leitura mais tradicional ao demonstrar que a realidade do escravo no Rio Grande do Sul, além de ter sido demograficamente importante, foi extremamente dura e cruel como em todo o restante do país. [8]

Em relação a Gravataí sabe-se que os primeiros sesmeiros da região já possuíam escravos trabalhando em suas propriedades desde o século XVIII (Fagundes, 1990, p. 189). O emprego da mão-de-obra escrava esteve presente nesta localidade até 1888, quando foi abolido, o que não significou, porém, que o negro não continuasse a estar presente nesta sociedade.

Apesar desta constatação, quando nos propusemos a visualizar o passado escravista desta localidade nos deparamos com a inexistência de trabalhos mais detidos sobre o tema. Buscamos, então, uma primeira aproximação com a questão através da análise de inventários post-morten de indivíduos residentes em Gravataí, o que permitiu visualizar algumas características da propriedade escrava nesta localidade [9]. Tivemos acesso a 48 inventários referentes a Gravataí, compreendendo o período de 1867 a 1888 [10], ou seja, os últimos anos do sistema escravista no Brasil [11]. Uma primeira análise deste material revelou a seguinte realidade:

---

[7] Ver autores como Goulart (1933) e Vianna (1933).

[8] Ver Cardoso (1977), Maestri (1979; 1984; 1984b), Moreira (2003), só para citar representantes de algumas das diferentes vertentes historiográficas sobre a escravidão que, apesar das diferenças teórico-metodológicas concordam quanto a este aspecto. Sobre as bases da construção historiográfica do mito da benevolência do sistema escravista do RS, ver Gutfreind (1990).

[9] Como praticamente inexistem documentos históricos produzidos pelos próprios escravos temos que recorrer àqueles produzidos pelas instâncias governamentais para reconstituir o passado dessas populações. Estas fontes, geralmente de caráter repressivo já que produzidos pelas camadas dominantes da sociedade, chegam até os pesquisadores filtradas pelo olhar dos agentes que as elaboraram (juízes, escrivaos, delegados) e, dessa forma, carregadas de preconceitos e julgamentos morais. Isto, porém, não impossibilita a sua utilização como forma de adentrar a sociedade de uma época.

[10] Gravataí desmembrou-se administrativamente de Porto Alegre em 1880. Logo, este recorte temporal abrange tanto os últimos anos da 'Freguesia' de Aldeia dos Anjos, como os primeiros anos após sua elevação à categoria de 'Vila'.

[11] Os inventários post-morten foram uma das formas por nós utilizadas para adentrar na realidade escravista de uma localidade. Esta documentação, elaborada após o falecimento de indivíduos que possuíam bens a serem partilhados entre os herdeiros, apresentava um "raio-x" de suas posses em um momento de sua vida. Como o escravo era uma mercadoria, um bem que podia ser vendido, hipotecado e alugado, ele aparecia listado juntamente com outras posses de seu senhor como bois, cavalos, terras, ferramentas e objetos em geral.

Levantamento dos inventários pesquisados: posse de escravos

Período	Nº total de inventários	Inventários com escravos		Inventários sem escravos	
1867-1888	48	Nº	%	Nº	%
		32	66,66	16	33,34

Fonte: APERS, Inventários, Gravataí, 1867 a 1888.

Estes dados revelam que um percentual significativo da população local que legou bens em inventários era adepta da prática escravista (66,66%), possuindo no momento de sua morte pelo menos um cativo, atestando a disseminação desta prática sócio-cultural na região. Outro dado importante revelado pelos inventários refere-se ao tamanho dos plantéis escravos, como se observa nas duas tabelas apresentadas a seguir:

O tamanho dos plantéis de escravos

Plantéis	Período 1867-1888	
	nº de inventários	%
Entre 1 e 5 escravos	19	59,37%
Entre 6 e 10 escravos	10	31,25%
Entre 11 e 15 escravos	03	9,37%
Com mais de 16 escravos	00	00
Total	32 inventários	100%

Fonte: APERS, Inventários, Gravataí, 1867 a 1888.

A maior parte dos escravos de Gravataí vivia em plantéis pequenos de no máximo 10 escravos. O restante estava distribuído em plantéis médios. Não verificamos, nos documentos analisados, nenhum plantel com número de escravos superior a 15. Estes dados atestam a predominância da pequena posse de escravos em Gravataí, situação que na realidade que vem sendo verificada em diversas outras áreas do Brasil ligadas ao abastecimento interno. Fora setores produtivos específicos que exigiam maior número de trabalhadores como as charqueadas, o padrão da posse cativa não só no Rio Grande do Sul, mas também em outras áreas do Brasil escravista seguia esta tendência de pequenos e médios plantéis. Castro (1995, p. 36) observa que os pequenos plantéis formavam a maior parte dos proprietários de escravos no Brasil. Em regiões

com o Recôncavo Baiano, por exemplo, tradicionalmente referido como área de grandes plantéis escravos em função da produção açucareira, 80% dos senhores possuíam menos de 10 escravos (Mattos, 2000, p. 18). Essa constatação, antes de diminuir a importância da presença escrava nestas áreas, chama a atenção para a existência de distintas e complexas realidades escravistas no Brasil, variáveis em função de diferenciações regionais e econômicas [12].

Outro dado importante visualizado pela análise dos inventários diz respeito à relação entre produção de farinha de mandioca (importante gênero da economia de Gravataí) e posse de escravos. Vejamos a tabela:

Relação atafona/propriedade escrava – Inventários 1867-1888

Inventários	Quantidade	Percentual	Total de escravos	Percentual
Com atafona	14	43,75%	87	54,72%
Sem atafona	18	56,2%	72	45,28%

Fonte: APERS, Inventários, Gravataí, 1867 a 1888.

Do total de 32 inventariados que possuíam pelo menos um escravo, 14 eram proprietários de atafonas, o que representava 43,75% dos inventários com cativos. Quando observamos somente aqueles inventários de senhores de escravos que possuíam atafona, encontra-se 87 cativos, ou seja, 54,71% dos que foram listados em todos os inventários analisados. Dessa forma, conclui-se que mesmo que os donos de atafona não fossem a maior parte dos proprietários de escravos, possuíam juntos mais da metade dos escravos que foram identificados nos inventários. É importante destacar que a produção de mandioca foi um dos setores mais importantes da economia da região desde o século XIX até pelo menos o primeiro quarto do século XX (Pesavento, 1983; Fonseca, 1983). A posse de atafona, fundamental para a transformação deste gênero em farinha, propiciava aos seus detentores grandes lucros que em parte eram investidos em escravos.

O tamanho médio dos plantéis escravos em inventários que possuíam atafona era superior ao tamanho médio geral: o primeiro somava 6,21 indiví-

[12] Nesse sentido, Stuart Schwartz, em estudo sobre a realidade escravista no Brasil, aponta a existência de uma população de trabalhadores e famílias rurais que passou a existir à margem da economia agro-exportadora escravista desde o período colonial, criando uma classe camponesa. Nesta sociedade, a agricultura de subsistência e de exportação estavam intimamente ligadas numa relação complexa. Regiões como Maranhão, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, que anteriormente não teriam se caracterizado pela economia de exportação nem pelo uso predominante do trabalho escravo foram, a partir do final do período colonial, induzidas pela expansão das exportações "a uma dependência cada vez maior da escravidão" (Schwartz, 2001, p. 129).

duos por propriedade, enquanto o último 4,96. Quando calculamos a média de escravos somente dos inventários que não possuíam atafona, o valor cai mais ainda, alcançando o número de 4 cativos:

Tamanho médio dos plantéis escravos

Inventários	Média geral de escravos
Com atafona	6,21
Sem atafona	4
Geral	4,96

Fonte: APERS, Inventários, Gravataí, 1867 a 1888.

É interessante destacar que a presença de escravos nas lides das atafonas tem correspondência nos relatos de membros da Comunidade de Manoel Barbosa, descendentes de escravos como Seu Francisco (neto do casal "fundador" da comunidade, Manoel Barbosa e Maria Luiza):

> Francisco: - Eu nunca me esqueci. Fui eu, o meu falecido avô na atafona e o João. Depois de uma certa hora da noite a atafona sempre trabalhando. Bhu! Aí o falecido João: – Na atafona está tudo trabalhando. Ascendemos à luz, fomos lá e os cacareco todos parados no mesmo lugar. Apagamos a luz, deitamos e o ceivador ceivando mandioca. Bhuuu! Eu digo: —Ué, mas o que é isso? Ah rapaz...
> Ana Paula: – A atafona era assombrada? Atafona de quem?
> Francisco: – Bernardino Fonseca.
> Vinícius: – E por quem? Assombrada por quem?
> Idalina: – De certo pelos escravos.
> Francisco: – Pelos escravos que eles matavam, judiavam.

Para além destas características mais amplas sobre a composição dos plantéis escravos, os inventários nos trazem também valiosas informações sobre quem eram estes indivíduos. Uma análise da composição sexual destes plantéis revela a seguinte realidade:

Escravos nos inventários por gênero e média de idades

Sexo	Percentual	Média de idade
Homens	52,2%	30,6 anos
Mulheres	47,8%	24,8 anos
Total	100%	27,7 anos

Fonte: APERS, Inventários, Gravataí, 1867 a 1888.

Já quanto à origem, os dados são os que se seguem:

Inventários – origem dos escravos

Identificação	Quantidade
Mina	1
Moçambique	1
Africanos	2
Cabras	4
Crioulos	28
Pardos	38
Pretos	31
Não consta	54
TOTAL	159

Fonte: APERS, Inventários, Gravataí, 1867 a 1888.

Do total de 159 ocorrências, 54 não apresentavam qualquer referência quanto à origem ou naturalidade dos escravos, o que representa 33,96% da amostra. Seja como for, esta situação, bastante recorrente neste tipo de documentação, não impossibilita seu uso. O restante dos dados nos permite perceber a população cativa de Gravataí, no período analisado, era composta em sua maioria por indivíduos nascidos no Brasil (crioulos, cabras e pardos). Quantificar os dados referentes a africanos muitas vezes se mostra difícil, já que o termo "preto" (31 ocorrências) tendia a estar associado a indivíduos nascidos na África, mas eventualmente era utilizada para se referir a negros nascidos no Brasil, como os filhos de africanos, por exemplo. De qualquer forma, mesmo que consideremos os pretos como sendo africanos, o total de indivíduos nascidos na África em nossa amostragem soma 35 ocorrências, frente à quantia de 70 nascidos no Brasil. Percebe-se claramente o predomínio de escravos nascidos no Brasil que à época eram denominados de crioulos. Esta realidade, juntamente com o maior equilíbrio entre o número de homens e mulheres, deve ser entendida no contexto do pós-abolição do tráfico atlântico de escravos ocorrida de forma definitiva em 1850, quando cessou o fornecimento de escravos vindos da África e a necessidade de braços escravos passou a ser suprida unicamente pela reprodução natural.

Pelo que foi auferido nas informações apresentadas nos diversos fundos documentais analisados, os escravos da região eram empregados em atividades típicas do setor agropecuário como a roça, a abertura de valos para proteger

delimitar propriedades, o transporte da produção, a doma de gado, etc. Muitos possuíam alguma especialização profissional e foram identificados como sapateiros, carpinteiros, curtidores, oficiais de pedreiro, oficiais de ferreiro, alfaiates, campeiro, marítimos e marinheiros. As mulheres escravas estavam predominatnemente ligadas a atividades domésticas como fiadeira, cozinheira, engomadeira, lavadeira e serviços domésticos em geral.

Se os inventários nos fornecem importantes informações sobre o negro na sociedade escravista de Gravataí, os relatos dos integrantes da comunidade de Manoel Barbosa sobre o tema também são muito ricos. Seu Francisco (neto de Manoel Barbosa e Maria Luiza), por exemplo, relatou que na Fazenda da família Vargas (da qual muitos dos seus antepassados foram escravos) teria existido uma argola fixada a uma árvore grande e na qual os escravos eram dependurados durante o período escravista para serem castigados:

> Francisco: – Tem as argolas lá até hoje. [...] Lá na Fazenda dos Sá tem a figueira com as correntes, argolas. Então essa tia Bia, tinha o tal do falecido Juca Vargas que era o homem que mandou chamar ela para trabalhar. Ela mandou dizer que ia no outro dia. Ele mandou botar duas carretas de lenha debaixo da figueira. Para que essa lenha? Quando ela chegou lá botaram querosene na lenha. Mandaram largar ela em cima da lenha. Quando tiraram já estava um torrãozinho!

É recorrente entre os integrantes da Comunidade Quilombola a menção a estas argolas nas figueiras da Fazenda dos Sá [13], em uma referência que remete aos sofrimentos sofridos por negros no período da escravidão, inclusive por antepassados seus. Nesse contexto de opressão, de constante recordação da condição servil, os negros elaboraram diferentes estratégias de resistência e de preservação da sua condição humana. É o que veremos a seguir.

As múltiplas formas da resistência negra em Gravataí

Os escravos, por muito tempo vistos pela historiografia como meras vítimas *passivas* do sistema, dados de séries estatísticas ou unicamente como força de trabalho, emergiram nos estudos especializados mais recentes como um grupo que buscava, mesmo sob o jugo desigual do cativeiro, ser sujeito de sua própria história. Neste sentido, uma maior atenção tem sido dada à análise de aspectos cotidianos da vivência desses agentes, como por exemplo a

[13] Essa fazenda teria sido propriedade da família Vargas durante o período escravocrata e posteriormente foi adquirida pelos Sá.

possibilidade de aproveitamento das brechas do sistema para a ressignificação de suas vidas.

Procurando analisar o cativeiro, sobretudo pela ótica do escravo, e percebendo estes como membros ativos da sociedade, os pesquisadores adeptos desta postura entendem, como bem sintetizou Eduardo Silva (1989, p. 13) que a "imensa massa populacional que se transferiu do continente africano para a colônia portuguesa não pode ser analisada apenas como força de trabalho", uma vez que a travessia atlântica não os destituía de suas bagagens culturais e tradições próprias.

Frente à situação opressora do cativeiro os negros elaboraram uma gama ampla de formas de resistência na busca de influenciar no destino de suas vidas. Muitas delas buscavam romper com as amarras do sistema e construir uma outra realidade, o que foi freqüentemente tentada através da formação de quilombos, da fuga e da organização de insurreições. Vejamos algumas dessas ocorrências em Gravataí.

Em 23 de julho de 1854 o Presidente da Província do Rio Grande do Sul comunicou ao Ministro da Justiça ocorrência de repressão a um quilombo na região de Gravataí. Segundo esta autoridade,

> "foi ordenado ao Capitão do Corpo Policial Rafael Godinho Valdez que seguisse com uma escolta de 12 praças do referido Corpo a Estância de Gravataí para prenderem os escravos aquilombados ali existentes: resultando desta diligência a captura de 3 e a morte de 2 cativos, pela forte resistência que fizeram no ato de serem presos a ponto de feritem gravemente a um dos soldados da referida escolta".[14] (grifos nossos)

Infelizmente, nenhum detalhe sobre a organização interna deste quilombo foi revelada por esta documentação. Sabemos unicamente terem sido presos juntamente com os escravos fujões "2 desertores da Cia. d'Inválidos e 7 paisanos que se comunicavam com os referidos quilombolas".

Seja como for, estes relatos nos permitem apreender alguns aspectos quanto ao quilombo citado, os quais na verdade eram bastante recorrentes no Rio Grande do Sul. A primeira refere-se à pequena dimensão do quilombo: era um agrupamento de pequeno porte. Os quilombos no Rio Grande do Sul se caracterizavam por terem pequenas dimensões, congregando um número pequeno de indivíduos. [15]

---

[14] AN, Série IJ1 579, Correspondência do Presidente da Província com o Ministro da Justiça. AHRS, Códice A.5.46, Correspondência do Presidente da Província como Chefe de Polícia. Citado por Piccolo (1992).

[15] Piccolo (1992) apresenta uma ampla relação de ocorrências de quilombos no Rio Grande do Sul, os quais caracterizavam-se por terem pequenas dimensões. Sobre a recorrência deste aspecto em outras localidades do Brasil, ver Gomes (1995) e Reis & Gomes (1996).

Uma outra questão diz respeito à presença não só de escravos fugidos, mas também de outros segmentos sociais que por motivos diversos buscavam nos matos um esconderijo frente uma situação considerada indesejada. A documentação citada dá a entender que alguns "desertores da Cia. de Inválidos" viveriam aquilombados e que sete paisanos (civis) teriam sido detidos sob a acusação de se comunicarem com os quilombolas. Através destas relações com estes últimos, os quilombolas possivelmente buscassem comercializar algum pequeno excedente de sua pequena produção e ter acesso a informações estratégicas para sua sobrevivência e a outros bens materiais. Não podemos desconsiderar, porém, a existência de vínculos sócio-afetivos entre estes grupos. Apesar de não sabemos a cor destes paisanos e desertores (estes últimos quase sempre eram populares recrutados a força), é bem plausível que a condição étnica de alguns deles tenha contribuído para o estabelecimento de alianças e laços de solidariedade com estes escravos que buscavam uma nova vida.

Em 18 de novembro do mesmo ano, alguns meses depois de ter sido dissolvido, a polícia apreendeu mais "um preto e 2 pretas que se tinham escapado do quilombo" quando da diligência já referida, o que dá a entender que o mesmo havia sido apenas parcialmente "batido", e que alguns quilombolas teriam escapado e se refugiado pelos matos vizinhos.

Pelo que percebemos, a região de Gravataí e arredores se configurava como um ponto propício a fugas e esconderijo não somente a escravos mas também para uma gama mais ampla de populares como desertores das forças policiais e negros livres. Sendo uma área rural, mas ao mesmo tempo próxima de centros populacionais como Porto Alegre e São Leopoldo, bem como de rotas de circulação que articulavam estas importantes localidades com outros pontos do estado (Cima da Serra, Santo Antônio), a área oferecia valiosas possibilidades de sobrevivência aos fugitivos que nela acoitados.

Em 06/11/1835, por exemplo, o Juiz de Paz do 2º Distrito de Gravataí dava conta da existência de possíveis refugiados armados no Pinhal (região situada nos limites de Gravataí e Taquara) e Feitoria (São Leopoldo) [16]. Cinco anos depois o Juiz de Paz e 1º Suplente de Subdelegado de Gravataí Antônio Tavares Freire solicitava o envio de um Capitão-do-Mato "para mandar fazer uma diligência" na região [17]. E em 1848 Bernardino José de Sena (Juiz de Paz e Subdelegado de Polícia suplente do 1º Distrito) requisitou ao Chefe de Polícia

[16] AHRS. Justiça. Gravataí. Correspondências. Juízo de Paz. Maço 12. 06/11/1835.
[17] AHRS Polícia. Gravataí. Subdelegacia. Maço 44. Freguesia dos Anjos. Correspondência Expedida. 04/05/1840.

armamento para que dez homens pudessem acompanhar o Capitão-do-Mato em suas diligências, já que "o Distrito se achava infestado de desertores" [18].

Já em princípios de 1855 o pardo Luiz da Costa Moreira, morador dos arrabaldes de Porto Alegre e "que costuma andar embarcado em Lanchões" foge após cometer um delito. Segundo as autoridades policiais ele teria sido avistado "no lugar denominado Pinhal" [19]. Candido, escravo da localidade de Vacaria, fugiu em princípios de 1860 e em novembro ainda não havia sido capturado. Segundo as autoridades, vivia "acoutado pelo rio dos Sinos, Carioca, Morretes, *Aldeia* e Passo d'Areia" (grifo nosso). [20]

João, escravo de Germano Traub, fugira de seu senhor em Porto Alegre, o qual desconfiava que o mesmo tivesse tomado o destino de Santo Antônio da Patrulha, onde tinha um irmão. Também o escravo Justino fugira de Porto Alegre em 1866, tendo se dirigido para Santo Antônio para encontrar seus pais, que ainda viviam como escravos (Moreira, 2003, p. 82). Como já referimos, Gravataí era passagem obrigatória para aqueles que se dirigiam da Capital para a região de Santo Antônio. Não só o conhecimento dessas rotas terrestres, mas também a possibilidade de contar com o apoio de uma comunidade negra nas localidades por onde passariam possivelmente influenciava os cálculos destes e de outros escravos que protagonizaram estas fugas.

Na noite de 13 para 14 de janeiro de 1865, quando Manoel Antônio de Oliveira [21], vulgo Manoel Chibarro [22], preparava-se para ir de São Leopoldo até a Freguesia de Santa Cristina do Pinhal em um cavalo recém furtado, foi procurado pela escrava Esperança, que teria "*pedido a ele [...] que a levasse para Porto Alegre porque se queria apresentar ao Chefe de Polícia a fim de fazer com que seu senhor a vendesse*" [23]. Os dois partem, então, rumo a Santa Cristina, de onde pretendiam depois seguir para a capital da Província. Cerca de uma semana depois, foram detidos na região do Paredão, em Santa Cristina do

[18] AHRS Polícia, Gravataí, Subdelegacia, Maço 44, Freguesia dos Anjos, Correspondência Expedida, 22/04/1855.
[19] AHRS, Polícia, Porto Alegre, Subdelegacia de Polícia, Correspondências Expedidas, Maço 50.
[20] Jornal Correio do Sul – 06/11/1860, citado por Moreira (2003, p. 77)
[21] Natural de Santo Antônio da Patrulha, lavrador e jornaleiro, não sabia ler nem escrever.
[22] Segundo Ferreira (s.d., p. 317), chibarro significaria mestiço. Já Silva (1813, p. 388) tem uma definição mais cômica e pejorativa: "Bode Castrado, pequeno".
[23] Seu senhor era o sueco Gabriel Carlsson (filho de Carlos Erlsson), lavrador, criador e arrematante do Passo dos Sinos juntamente com sua esposa Catharina Bach, até aproximadamente fevereiro de 1867 (APERS, Processo Crime, São Leopoldo, Júri, Maço 04, n.º 85).

Pinhal, e encaminhados para a Cadeia Municipal de São Leopoldo [24]. Cabe chamar a atenção para o fato de existir até os dias de hoje uma comunidade remanescente de escravos nesta região do Paredão, a qual está se articulando para a luta de reconhecimento como quilombolas.

Além dos quilombos e fugas, as revoltas, levantes e insurreições escravas foram outros atos que aterrorizaram a sociedade branca e senhorial da época[25]. Em Gravataí de 1863 os escravos planejaram uma insurreição que deveria se estender pelas redondezas, a qual, porém, não chegou a se concretizar, pois foi delatada. Pelas palavras do Chefe de Polícia ficamos sabendo detalhes sobre a repressão a esta tentativa insurrecional:

> "Tendo me comunicado o sudbelegado de polícia do 2º Distrito d'Aldeia [...] que tinha fundada suspeita de tentarem os escravos de diversas fazendas insurreicionar-se, de acordo com V. Exa. parti para aquele distrito [...] com uma escolta do corpo policial; chegando ao distrito já achei em diligência praças da Guarda Nacional fornecidas pelo respectivo Comandante do Corpo; expedi novas escoltas e na manhã seguinte começarão a aparecer escravos presos; durante o dia reunirão dezessete, vindo no dia imediato mais cinco. Procedendo a minuciosos interrogatórios vim no conhecimento de que os escravos da fazenda de Francisco Maciel desde Maio começaram a aliciar outros para levantarem-se contra os senhores, tomando-lhes as armas e o dinheiro, e reclamarem depois sua liberdade, exigindo-a pela força se lha não dessem; encontrando cúmplices nas fazendas vizinhas, mandarão emissários para o Pinhal, Passo Grande e Sapucaia, designando o dia quarta feira 26 do corrente, para se reunirem no Passo do Butiá, alistarem-se, acamparem no campo do Chará para no domingo 30, atacarem a povoação da Aldeia, seguindo depois para o Passo Grande onde reunidos todos, devião marchar para a Capital".[26]

Chama a atenção a grande capacidade de mobilização e articulação da comunidade escrava. O recrutamento de companheiros para a revolta acontecia nos domingos, quando as lideranças iam às fazendas vizinhas procurando convencer outros parceiros. O escravo Feliciano, um dos líderes, ao convidar o preto Justo para participar do levante argumentou que "os brancos eram uns pelos outros, por isso os negros também deviam fazer o mesmo". A idéia dos insurretos era aproveitar a Festa do Espírito santo para se rebelarem e após "iriam para os castelhanos", ou seja, buscarem a liberdade no Uruguai onde a escravidão havia sido abolida em 1842 (Moreira, 2002).

---

[24] APERS. Processo Crime, São Leopoldo, 1º Cível e Crime, Maço 59, nº 2997.

[25] Sobre os temores das elites brancas com o grande percentual de negros e mestiços na sociedade brasileira do século XIX, ver Azevedo (1987).

[26] AN, Série IJ1 585, Correspondência do Presidente da Província ao Ministro da Justiça, Ofício nº 208 de 29/08/1863, referido por Piccolo (1992).

Como conseqüência da repressão muitos escravos envolvidos fugiram para os matos, alguns foram mortos e outros tantos presos. Entre estes últimos, alguns "menos comprometidos foram [...] castigados corporalmente com anuência de seus senhores", e aqueles mais envolvidos permaneceram presos para serem julgados.

Quilombos, fugas e insurreições não eram, porém, as únicas experiências de resistência possíveis. A nova história social da escravidão tem ampliado o entendimento desta questão ao questionar a interpretação por muito tempo difundida de que, fora estes atos extremos, não haveria resistência negra ao escravismo. Esta abordagem relativiza a dicotomia adotada em muitos estudos, os quais colocam em inconciliável oposição o escravo rebelde e insurgente de uma lado, e do outro o cativo acomodado e submisso, o que, muitas vezes, acaba por reproduzir a idéia de que os cativos não agiam, mas somente reagiam aos maus tratos.

A visão renovada adotada em muitos estudos brasileiros parte do pressuposto de que o escravo "acomodado" e "submisso" de um dia poderia perfeitamente ser o insurgente do dia seguinte, aquele que driblava as amarras do sistema em busca de melhores condições de vida. Ambas posturas podiam aparecer como faces de uma mesma realidade (Moreira, 2002, p. 03).

Outras formas de oposição e resistência no interior do próprio sistema passaram a merecer atenção dos estudiosos, como os casos de constituição de família escrava, de uma comunidade negra, formas de religiosidade, bem como a manutenção e recriação de uma cultura própria. Se anteriormente predominavam visões que consideravam como integrantes do rol dos atos de resistência somente aqueles atos extremos como fuga, suicídio e o justiçamento de senhores e feitores, análises mais pormenorizadas tem demonstrado que os escravos e os negros em geral puseram em prática uma gama mais ampla de práticas que visavam amenizar as agruras que lhes eram impostas. Ainda que não se propusessem a romper com os grilhões do sistema, estes atos eram importantíssimos para estes agentes sociais, interferindo na conformação de suas vidas futuras. Por isso lutavam para conquistá-los.

Em 1880 a imprensa da Capital denunciava, assustada, o que considerava uma grave ocorrência: o preto Mandú estaria a mais de dois anos atuando como "médico-mandigueiro" no Paredão, localidade situada na estrada que ligava Gravataí a Santa Cristina do Pinhal:

> "A sua clínica, segundo consta, estende-se desde os referidos municípios até ao da Conceição do Arroio e por onde a fama dos milagrosos curativos de

> Mandú, já é referida com fanatismo. A dezenas de léguas, o astuto mandingueiro acode a chamados, conduzido em cavalos de boa marcha, ou para curar uma enfermidade qualquer classificada de feitiçaria, ou para exercer um ato de ciência em que é especialista, que consiste nas mesadas, onde o mandingueiro fecha o corpo a uns para preservar do feitiço, e abre a outros a quem se quer enfeitiçar para um pretendido enlace de dois corações rebeldes à ternura. E assim, para o mesmo efeito, um crescido número de enfeitiçados e verdadeiros enfermos, é atraído para casa de Mandú, que esta constantemente circulado de arranchamentos e carretas. Até desta cidade, tem ido enfeitiçados engrossar a romaria, pois sabemos de um miserável jornaleiro que, atacado de grave enfermidade, foi induzido pelos milagres de Mandú, em busca de alívio dos seus padecimentos, e voltou no mesmo estado, deixando 130$000 em pagamento das mezinhas e benzimentos que foram-lhe aplicados. É imperdoável a tolerância, senão consentimento das autoridades, para tais ajuntamentos e para o exercício da feitiçaria por essas localidades, onde são freqüentes semelhantes casos, que muitas vezes são a origem de crimes a que são arrastados estes infelizes fanatizados pelas macaquices de um preto, geralmente escravo fugido, que inculca-se mandingueiro. Será conveniente que o Exmo. Desembargador Chefe de Polícia, preste sua atenção para o caso que acima referimos, mandando dar caça ao feliz Mandú, antes que o mau aumente." [27] [Grifos nossos]

Certamente, temos um caso em que a mescla práticas mágicas e de uma medicina popular (fornecimento de ervas e ungüentos) articulava a comunidade negra de uma região ampla como Porto Alegre, Gravataí, Santa Cristina do Pinhal e Conceição do Arroio (Osório), causando temor à elite branca.

Anos antes, em 1870, um outro caso envolvendo práticas médicas de elementos da comunidade negra em Gravataí mereceu atenção das autoridades. Um ex-escravo do Dr. Guilherme Roberto Landell fora proibido pela policia de continuar com sua prática de aplicar remédios no 3º Distrito da Aldeia dos Anjos. Os conhecimentos medicinais deste ex-escravo possivelmente fosse fruto de seu contato com a botica homeopática que seu ex-senhor possuía na Rua da Praia em Porto Alegre, porém não devemos desprezar o papel da transmissão de conhecimentos tradicionais entre os estratos populares da época (Moreira, 2004).

Aspectos da resistência dos escravos também nos são revelados através dos relatos dos integrantes da Comunidade de Manoel Barbosa:

> Francisco: - Roubava as empregadas tudo para ir para os bailes. Então tinha... Os velhos todos sabiam, faziam as orações junto da porta e o falecido Juca ficava dormindo até oito, nove horas. Os empregados chegavam e perguntavam: – O condenado está dormindo ainda? Está. Então, o café está pronto? Está. Então chegava um na porta, fazia a oração e abria a porta. Podia mandar fechar

[27] Jornal Mercantil - 13/10/1880, citado por Moreira (2004).

a porta. A oração que o meu avô fazia, oração desses antigos. A porta abria, o bicho acordava ele que dizia: – Maçarocada? Naquele tempo ele tratava tudo de maçarocada. Maçarocada, que hora é isso? É.. Eles faziam....
Ana Paula: – Eles faziam o que? Faziam feitiços para eles dormirem?
Francisco: – Oração.
Idalina: – Faziam uma oração braba e o velho pegava no sono e não via nada.
Francisco: – Antigamente era (...)
Francisco: – Naquele tempo, aqui existia o Justino Forte, o homem mais rico que secava os ouros nos couros. Foi lá em Vacaria buscar um negrão lá por que ninguém podia com a vida dele, escapava. O outro botou um cadeado no pé. Tio Justino vai te botar a puxar carreta amanhã. Ele dizia para ele. [Risos]
Francisco: – Botou dois cadeadões grandes nas canelas. Aí disse: – Traz um porongo de melado e um porongo de farinha para esse negro comer.
Idalina: – Melado com farinha.
Francisco: – Aí o negro ficou só olhando para ele. De manhã quando chegou lá estava só a corrente. Abriu os dois cadeados e foi embora.
Ana Paula: – Ele abriu esses cadeados com o que? Com as orações será?
Francisco: – Com a sabedoria dele. O tio Justino nunca pode com ele. [...]
Francisco: – É.. Qualquer homem velho desses daí chegava, mandava fecha a porta e dizia assim, dava um passe, dizia três palavras e abria a porta. Se hoje existisse isso vou dizer uma coisa viu.
Ana Paula: – Abriam as portas? Mesmo com chave e tudo?
Francisco: – Com chave.
Ana Paula: – Quem que abria?
Francisco: – As palavras que eles diziam.
Ana Paula: – Não, mas quem é que fazia isso?
Francisco: – Os velhos quase todos que faziam.
Denise: – É que os escravos sabiam muita coisa.
Francisco: - Um homem velho que eu conheci. Ele se encostava em um pau e virava no pau, quando via não tinha ninguém.
Idalina: – É a mãe sempre contava isso para mim.
Ana Paula: – Contava o que dona Idalina? Que faziam essas coisas?
Idalina: – Contava essas orações assim que faziam.

Ao divulgar alguns aspectos da contribuição do negro para a formação histórica de uma importante localidade de nosso estado, o município de Gravataí, procuramos colaborar com esforço de preenchimento de lacunas historiográficas que ainda persistem em nosso Estado. Acreditamos que essas breves considerações, acessadas a partir e no diálogo com as memórias de uma comunidade negra que vem reivindicando direitos com base em sua ancestralidade negra, são também representativas da importância que a pesquisa alicerçada em acervos documentais preservados pode assumir para a solução e esclarecimentos de questões contemporâneas.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, Ana Paula Comin de (et al). *A resistência através da permanência: relatório antropológico, histórico e geográfico sobre a comunidade negra de Manoel Barbosa.* Porto Alegre: INCRA/UFRGS, 2005.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. (org.) *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FAGUNDES, Célia. A participação da etnia negra na sociedadde gravataiense: presença negra em Gravataí. In: *Anais Gravataí do êxodo a composição étnica. II Simpósio Estadual sobre a cultura Gravataiense.* Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1990.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa.* 1ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, s.d.

FLORES, Moacyr. A transmigração dos guaranis para a aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. In: *Anais Gravataí do êxodo a composição étnica. II Simpósio Estadual sobre a cultura Gravataiense.* Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1990

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Modelos explicativos da economia escravista no Brasil. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. (org.) *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul : geografia social, geografia da historia, psicologia social e sociologia.* Porto Alegre : Globo, 1933.

GUTFREIND, Ieda. O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico. In: *Estudos ibero-americanos: Anais do I Simpósio gaúcho sobre a escravidão negra.* Porto Alegre: EDIPUCS, 1990.

MAESTRI, Mário J. *Quilombos e Quilombolas em Terras Gaúchas.* POA/Caxias do Sul: EST/UCS, 1979.

_____. *O escravo no RS: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho.* Porto Alegre: EST, 1984.

_____. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho.* São Paulo: Brasiliense, 1984b.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. Série Descobrindo o Brasil.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. A liberdade fardada: escravidão e alforria na Guerra do Paraguai. In: *Anais do VI Encontro Estadual de História.* Passo Fundo: ANPUH/RS, 2002. CD-ROM.

_____. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano.* Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. Feiticeiros, Venenos e Batuques: religiosidade negra no espaço urbano (Porto Alegre - século XIX). In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: 2004, p. 147-177.

2.G.1

Osório, Letícia Marques (org.). *Direito à moradia e territórios étnicos.* Porto Alegre: COHRE, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária colonial e industrialização.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PICCOLO, Helga Iracema L. *A resistência escrava no Rio Grande do Sul.* Caderno de Estudo. Porto Alegre: Curso de Pós-Graduação em História, 1992.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROSA, Jorge. *História de Gravataí.* Gravataí: Departamento de Pesquisa, Folclore e Informação, 1987.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. O índio e a civilização cristã ocidental: a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos de Gravatai. In: *Anais Gravataí do êxodo a composição étnica. II Simpósio Estadual sobre a cultura Gravataiense.* Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1990.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes.* Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Eduardo. Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TAMBARA, Elomar. *RS: modernização & crise na agricultura.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VIANNA, Francisco José Oliveira. *Populações meridionaes do Brasil: história, organização, psycologia.* São Paulo: Nacional, 1933.

Poder Judiciário
Processos-crimes, Medições de terras, Habeas-corpus, Inventários, Testamentos e outros, da maioria das comarcas do Estado.

Datas-limites: 1764 a 1975

Registro Civil
Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito expedidas na maioria dos cartórios do Estado.

Datas-limites: 1928 a 1978

Habilitações de Casamento

Datas-limites: 1890 a 1985

Tabelionatos
Livros Notariais com escrituras de Procurações, Transmissões e Notas, Testamentos, Compra e Venda de bens móveis e imóveis, Hipotecas, Contratos, Apontamentos e Protestos de Letra, Registros Diversos e Gerais do Tabelião.

Datas-limites: 1763 a 1985

Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Administração
e dos Recursos Humanos

Corag
Imprensa Oficial
do Estado do Rio Grande do Sul

ARQUIVO
PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ARQUIVO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Riachuelo, 1031 - Centro
CEP 90010-270 Porto Alegre Rio Grande do Sul Brasil
Fone/fax: (0xx51) 3227-1698 / 3211-2867 / 3224-3614
www.apers.rs.gov.br

anpu rs